Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 12047 | 113 páginas
Curitiba, Quinta-feira, 11 de Dezembro de 2025

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 10
Procuradoria Geral do Estado 11

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 12
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento 16
Secretaria das Cidades 17
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 18
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 30
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 40
Secretaria da Educação 47
Secretaria do Esporte 73
Secretaria da Fazenda 74
Secretaria de Infraestrutura e Logística 77
Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial 78
Secretaria da Justiça e Cidadania 78
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 79
Secretaria do Planejamento 79
Secretaria da Saúde 80
Secretaria da Segurança Pública 83
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 106
Receita Estadual do Paraná 106

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 108

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Louise da Costa e Silva Garnica — Controladora-Geral
Anna Karina Moreira Braguinia — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Daniel de Carvalho Gutierrez — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Fabiana Cristina de Campos Romanelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

Lei nº 22.905

11 de dezembro de 2025.

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência dos trechos rodoviários que especifica ao Município de Pato Branco.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a desafetar os trechos da Rodovia Estadual PR-493, no Município de Pato Branco, do Sistema Rodoviário Estadual - S.R.E., a seguir discriminados:

I - trechos sob os códigos 493D0012EPR e 493E0012EPR, com 1,33 km (um quilômetro e trezentos e trinta metros) de extensão, compreendido entre o ponto de referência 89 do S.R.E. de coordenadas 26º12′20,73″S, 52º40′49,17″O e o de referência 1846 do S.R.E. de coordenadas 26º11′45,21″S, 52º41′15,86″O;

II - trecho sob o código 493S0020EPR, com 5,37 km (cinco quilômetros e trezentos e setenta metros) de extensão, compreendido entre o ponto de referência 1846 do S.R.E. de coordenadas 26º11′45,21″S, 52º41′15,86″O e o ponto de referência 2119 do S.R.E. de coordenadas 26º09′7,78″S, 52º42′21,25″O.

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo a transferir ao Município de Pato Branco o domínio e o patrimônio, com suas benfeitorias e acessórios, dos trechos rodoviários indicados nos incisos I e II do art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. A transferência prevista no *caput* deste artigo tem por finalidade a incorporação dos trechos da rodovia estadual implantada ao sistema viário sob jurisdição municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 11 de dezembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 25.048.027-0

172495/2025

Decreto nº 12189

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no inciso VIII, § 1º, do art. 14, e artigo 14E da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.975.913-9,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 1.328.000,00 (um milhão e trezentos e vinte e oito mil reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Ficam estabelecidas as alterações orçamentárias necessárias à readequação da receita e da despesa, nos termos do art. 14-E da Lei nº 22.065, de 18 de julho de 2024, de acordo com os Anexos II e III deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de dezembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto n° 12189

Formalização 2025FC000996/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										1.328.000,00
453000 - Universidade Estadual de Londrina										1.328.000,00
4530 - Universidade Estadual de Londrina										1.328.000,00
F.45.30.12.364.34.8116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL										1.328.000,00
	2	70	703	000284	3.3.90.18	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	9999999	1.328.000,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	1.328.000,00
									Total Geral	1.328.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo ao Decreto nº 12189 Formalização 2025FC000996/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										1.328.000,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná										1.328.000,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná										1.328.000,00
F.45.70.19.572.33.8044 - Produção, Soluções Tecnológicas, Pesquisa e Inovação TECPAR										1.328.000,00
	1	75	899	000262	3.3.90.36	0	Não definida	4100	9999999	180.023,00
	1	75	899	000262	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	246.124,00
	1	75	899	000262	3.3.90.46	0	Não definida	4100	9999999	467.516,00
	1	75	899	000262	3.3.90.30	2	Prestação de serviços de ensaios laboratoriais com ênfase na promoção da saúde, da sustentabilidade ambiental e da excelência nas avaliações e medições.	4100	9999999	434.337,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	1.328.000,00
									Total Geral	1.328.000,00

Anexo ao Decreto nº 12189 Formalização 2025FC000996/Bloco1

ANEXO III - DECRÉSCIMO DA RECEITA

Órgão/UG/UO	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Valor
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná						1.328.000,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná						1.328.000,00
	1	75	899	000262	1.6.3.1.99.0.1 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde	1.328.000,00
					Total da Receita Descentralizada do Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	1.328.000,00
					Total Geral	1.328.000,00

172576/2025

DECRETO Nº 12.190

Cumprimento de decisão judicial para promoção do autor à Classe superior, retificando o Decreto nº 11.368, de 2 de outubro de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 87 da Constituição Estadual, em cumprimento a decisão judicial proferida nos Autos nº 0032014-86.2022.8.16.0182, da Secretaria Especializada em Movimentações Processuais dos Juizados Especiais da Fazenda Pública de Curitiba – 15º Juizado, e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.027.900-0,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o anexo único do Decreto nº 11.368, de 2 de outubro de 2025, na parte que concedeu promoção ao Policial Penal ADILSON KRIZANOSKI, CPF nº XXX. XXX.899-XX, onde se lê: "de classe VII para classe VI", leia-se: "de classe V para classe IV".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

172577/2025

Decreto nº 12191

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e nos incisos I e III, § 1º do art. 14 e no § 5º do mesmo artigo da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 23.210.194-6, 23.607.987-2, 23.322.999-7, 23.353.152-9, 23.712.939-3, 24.869.445-9, 25.098.498-7,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuado um ajuste no Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 173.444.155,00 (cento e setenta e três milhões e quatrocentos e quarenta e quatro mil e cento e cinquenta e cinco reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 11 de dezembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo ao Decreto nº 12191

Formalização 2025FC000997/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA										64.500.530,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA										64.500.530,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado										64.500.530,00
F.31.01.28.841.99.9107 - Gestão da Dívida Interna Refinanciamento										28.220.115,00
	1	50	500	000000	3.2.90.21	0	Não definida	4100	9999999	1.654.089,00
	1	50	501	000101	4.6.90.77	0	Não definida	4100	9999999	13.195.406,00
	1	50	501	000101	3.2.90.21	0	Não definida	4100	9999999	4.345.911,00
	1	50	500	000000	4.6.90.77	0	Não definida	4100	9999999	9.024.709,00
F.31.01.28.846.99.9082 - Atendimento a Obrigações Gerais										36.280.415,00
	1	50	500	000000	3.3.90.47	0	Não definida	4100	9999999	28.280.415,00
	2	50	500	000000	3.3.90.47	0	Não definida	4100	9999999	8.000.000,00
33 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços										1.262.763,00
333100 - Junta Comercial do Paraná										1.262.763,00
3331 - Junta Comercial do Paraná										1.262.763,00
F.33.31.23.125.20.8047 - Gestão do Registro Público de Empresas no Estado do Paraná										1.262.763,00
	1	50	501	000250	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	5.997,00
	1	50	501	000250	3.3.90.40	0	Não definida	4100	9999999	1.198.406,00
	1	50	501	000250	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	58.360,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										78.684.559,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										77.611.725,00
3902 - Diretoria Geral										15.547.173,00
F.39.02.06.122.30.8064 - Gestão Administrativa SESP										15.547.173,00
	1	50	500	000000	3.3.90.34	0	Não definida	4100	9999999	5.369,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	11.059.508,00
	1	50	500	000000	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	3.000.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.40	0	Não definida	4100	9999999	1.300.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	182.296,00
3914 - Polícia Científica										2.493.697,00
F.39.14.06.183.30.8079 - Ações da Polícia Científica										2.493.697,00
	1	50	500	000000	3.3.90.34	0	Não definida	4100	9999999	109.156,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	645.538,00
	1	50	500	000000	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	1.739.003,00
3917 - Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná										39.881.473,00
F.39.17.06.421.30.8383 - Gestão do Sistema Penitenciário										39.881.473,00
	1	50	500	000000	3.3.90.34	0	Não definida	4100	9999999	29.698.560,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	10.182.913,00
3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná										7.695.080,00
F.39.21.06.183.30.8497 - Ações da Polícia Judiciária										7.695.080,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	5.424.930,00
	1	50	500	000000	3.3.90.36	0	Não definida	4100	9999999	580.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.40	0	Não definida	4100	9999999	35.405,00
	1	50	500	000000	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	1.654.745,00
3922 - Polícia Militar do Estado do Paraná										11.194.302,00
F.39.22.06.302.30.8179 - Ações do Hospital da Polícia Militar										4.529.748,00
	1	50	500	000000	3.3.90.34	0	Não definida	4100	9999999	30.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	4.155.744,00
	1	50	500	000000	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	344.004,00
F.39.22.06.181.30.8501 - Ações do Comando Geral da Polícia Militar										6.664.554,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	6.664.554,00
3924 - Corpo de Bombeiros Militar do Paraná										800.000,00
F.39.24.06.182.31.8624 - Ações do Comando do Corpo de Bombeiros										800.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	800.000,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná										1.072.834,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná										1.072.834,00
F.39.66.06.181.30.8605 - Ações do Comando Geral da Polícia Militar FUNESP										1.072.834,00
	1	75	759	000113	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	1.072.834,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde										27.218.513,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde										27.218.513,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde										27.218.513,00
F.47.60.10.301.35.8030 - Gestão da Atenção Primária em Saúde										20.314.913,00
	1	50	500	000000	4.4.41.42	32	Municípios Beneficiados com recursos para aquisição de veículos para transporte sanitário	4100	9999999	20.314.913,00
F.47.60.10.122.35.8059 - Gestão Administrativa e Assistencial das Unidades Próprias da SESA										6.903.600,00
	1	50	500	000000	3.3.50.92	18	Unidades próprias hospitalares, ambulatoriais e hemorrede da SESA atendidas com custeio adequado para seu funcionamento	4100	9999999	6.903.600,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento										976.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

653300 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná									976.000,00
6533 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná									976.000,00
F.65.33.20.122.22.8298 - Gestão Administrativa ADAPAR									976.000,00
1	50	500	000000	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	590.000,00
1	50	500	000000	3.3.90.46	0	Não definida	4100	9999999	386.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável									801.790,00
693100 - Instituto Água e Terra									621.790,00
6931 - Instituto Água e Terra									621.790,00
F.69.31.28.846.99.9039 - Encargos Especiais IAT									70.000,00
1	50	501	000250	3.3.90.91	0	Não definida	4100	9999999	70.000,00
F.69.31.18.122.23.8286 - Gestão Administrativa IAT									551.790,00
1	50	500	000000	3.3.90.14	0	Não definida	4100	9999999	551.790,00
696000 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos									180.000,00
6960 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos									180.000,00
F.69.60.18.544.23.8960 - Gestão de Recursos Hídricos FRHI									180.000,00
1	70	709	000105	3.3.90.36	0	Não definida	4100	9999999	180.000,00
							Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		173.444.155,00
								Total Geral	173.444.155,00

Anexo ao Decreto nº 12191

Formalização 2025FC000997/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA										142.112.255,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA										142.112.255,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado										142.112.255,00
F.31.01.28.843.99.9083 - Encargos Gerais da Dívida Pública Interna										21.946.329,00
	2	50	500	000000	3.2.90.21	0	Não definida	4100	9999999	8.000.000,00
	1	50	500	000000	3.2.90.21	0	Não definida	4100	9999999	5.260.000,00
	1	50	500	000000	4.6.90.71	0	Não definida	4100	9999999	4.340.418,00
	1	50	501	000101	3.2.90.21	0	Não definida	4100	9999999	4.345.911,00
F.31.01.28.846.99.9088 - Pagamento de sentenças judiciais										18.300.009,00
	1	50	500	000000	4.5.90.93	0	Não definida	4100	9999999	5.000.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.91	0	Não definida	4100	9999999	13.300.009,00
F.31.01.99.999.99.9901 - Reserva de Contingência										77.611.725,00
	1	50	500	000000	9.9.99.99	0	Não definida	4100	9999999	77.611.725,00
F.31.01.28.844.99.9084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa										11.058.786,00
	1	50	500	000000	3.2.90.21	0	Não definida	4100	9999999	4.220.796,00
	1	50	500	000000	4.6.90.71	0	Não definida	4100	9999999	6.215.551,00
	1	50	500	000000	3.2.90.22	0	Não definida	4100	9999999	622.439,00
F.31.01.28.846.99.9082 - Atendimento a Obrigações Gerais										13.195.406,00
	1	50	501	000101	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	13.195.406,00
33 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços										1.262.763,00
333100 - Junta Comercial do Paraná										1.262.763,00
3331 - Junta Comercial do Paraná										1.262.763,00
F.33.31.23.125.20.8047 - Gestão do Registro Público de Empresas no Estado do Paraná										1.262.763,00
	1	50	501	000250	4.5.90.61	0	Não definida	4100	9999999	1.262.763,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										1.072.834,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná										1.072.834,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná										1.072.834,00
F.39.66.06.181.30.8612 - Ações do 5º Comando Regional da PMPR Cascavel FUNESP										56.098,00
	1	75	759	000113	3.3.90.30	0	Não definida	4103	4104808	55.622,00
	1	75	759	000113	3.3.90.37	0	Não definida	4103	4104808	476,00
F.39.66.06.181.30.8610 - Ações Do 3º Comando Regional da PMPR Maringá FUNESP										3.508,00
	1	75	759	000113	3.3.90.37	0	Não definida	4104	9999999	1.763,00
	1	75	759	000113	3.3.90.30	0	Não definida	4104	9999999	1.745,00
F.39.66.06.181.30.8611 - Ações do 4º Comando Regional da PMPR Ponta Grossa FUNESP										2,00
	1	75	759	000113	3.3.90.39	0	Não definida	4106	4119905	2,00
F.39.66.06.128.30.8055 - Ações da Diretoria de Ensino da PMPR FUNESP										124.709,00
	1	75	759	000113	3.3.90.47	0	Não definida	4100	9999999	7.321,00
	1	75	759	000113	3.3.90.33	0	Não definida	4100	9999999	18.780,00
	1	75	759	000113	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	2,00
	1	75	759	000113	3.3.90.36	0	Não definida	4100	9999999	42.845,00
	1	75	759	000113	3.3.90.15	0	Não definida	4100	9999999	995,00
	1	75	759	000113	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	49.600,00
	1	75	759	000113	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	5.166,00
F.39.66.06.181.30.8057 - Ações do Comando de Missões Especiais da PMPR FUNESP										45.797,00
	1	75	759	000113	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	696,00
	1	75	759	000113	3.3.90.92	0	Não definida	4100	9999999	62,00
	1	75	759	000113	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	45.039,00
F.39.66.06.181.30.8608 - Ações do 1º Comando Regional da PMPR Curitiba FUNESP										455.704,00
	1	75	759	000113	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	1.407,00
	1	75	759	000113	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	417.483,00
	1	75	759	000113	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	36.814,00
F.39.66.06.181.30.8056 - Ações do 6º Comando Regional da PMPR São José dos Pinhais FUNESP										303.936,00
	1	75	759	000113	3.3.90.30	0	Não definida	4101	4125506	113.061,00

	1	75	759	000113	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	2.750,00
	1	75	759	000113	3.3.90.37	0	Não definida	4101	4125506	20.637,00
	1	75	759	000113	3.3.90.39	0	Não definida	4101	4125506	167.488,00
F.39.66.06.128.30.8607 - Ações da Academia Policial Militar do Guatupê FUNESP										61.857,00
	1	75	759	000113	3.3.90.30	0	Não definida	4101	4125506	164,00
	1	75	759	000113	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	28.261,00
	1	75	759	000113	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	33.199,00
	1	75	759	000113	3.3.90.30	3	Cursos de Formação, além de instruções e treinamentos continuados para a Polícia Militar	4100	9999999	233,00
F.39.66.06.181.30.8609 - Ações do 2º Comando Regional da PMPR Londrina FUNESP										21.223,00
	1	75	759	000113	3.3.90.36	0	Não definida	4105	9999999	1.000,00
	1	75	759	000113	3.3.90.92	0	Não definida	4105	4113700	1,00
	1	75	759	000113	3.3.90.37	0	Não definida	4105	9999999	7.226,00
	1	75	759	000113	3.3.90.30	0	Não definida	4105	9999999	3.862,00
	1	75	759	000113	3.3.90.39	0	Não definida	4105	9999999	9.134,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde										27.218.513,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde										27.218.513,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde										27.218.513,00
F.47.60.10.302.35.8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial										9.903.600,00
	1	50	500	000000	3.3.70.41	1	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	3.000.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	1	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	6.903.600,00
F.47.60.10.303.35.8172 - Assistência Farmacêutica										33.731,00
	1	50	500	000000	3.3.41.41	23	Municípios beneficiados com cofinanciamento fundo a fundo para organização da assistência farmacêutica	4100	9999999	33.731,00
F.47.60.10.128.35.8483 - Gestão em Formação de Recursos Humanos										408.962,00
	1	50	500	000000	3.3.90.47	1	Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e de Projetos de Educação Permanente em Saúde	4100	9999999	408.962,00
F.47.60.10.122.35.8059 - Gestão Administrativa e Assistencial das Unidades Próprias da SESA										2.993.324,00
	1	50	500	000000	4.4.90.51	91	Construção do Centro Especializado em Reabilitação (CER) - NÍVEL IV do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais (HU-UEPG)	4106	4119905	438.616,00
	1	50	500	000000	4.4.90.52	43	Unidades próprias hospitalares, ambulatoriais e hemorrede da SESA atendidas com investimento adequado para seu funcionamento	4100	9999999	2.404.602,00
	1	50	500	000000	3.3.90.37	18	Unidades próprias hospitalares, ambulatoriais e hemorrede da SESA atendidas com custeio adequado para seu funcionamento	4100	9999999	150.106,00
F.47.60.10.122.35.8163 - Gestão Técnico Administrativo da SESA										13.878.896,00
	1	50	500	000000	3.1.90.13	0	Não definida	4100	9999999	901,00
	1	50	500	000000	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	7.363.110,00
	1	50	500	000000	3.1.90.04	0	Não definida	4100	9999999	2.537.780,00
	1	50	500	000000	3.1.90.94	0	Não definida	4100	9999999	826.149,00
	1	50	500	000000	3.1.90.92	0	Não definida	4100	9999999	1.074.525,00
	1	50	500	000000	3.3.90.18	0	Não definida	4100	9999999	1.073.760,00
	1	50	500	000000	3.1.90.07	0	Não definida	4100	9999999	35.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.46	0	Não definida	4100	9999999	315.253,00
	1	50	500	000000	3.1.90.16	0	Não definida	4100	9999999	652.418,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento										976.000,00
653000 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná										976.000,00
6530 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná										976.000,00
F.65.30.20.122.22.8268 - Gestão Administrativa IAPAR EMATER										976.000,00
	1	50	500	000000	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	976.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										801.790,00
693100 - Instituto Água e Terra										621.790,00
6931 - Instituto Água e Terra										621.790,00
F.69.31.18.122.23.8286 - Gestão Administrativa IAT										621.790,00
	1	50	500	000000	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	551.790,00
	1	50	501	000250	3.3.90.93	0	Não definida	4100	9999999	70.000,00
696000 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos										180.000,00
6960 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos										180.000,00
F.69.60.28.846.99.9116 - Encargos Especiais FRHI										180.000,00
	1	70	709	000105	3.3.90.47	0	Não definida	4100	9999999	180.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		173.444.155,00
									Total Geral	173.444.155,00

172579/2025

DECRETO Nº 12.192

Retifica o Decreto nº 12.146, de 5 de dezembro de 2025.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolo nº 25.082.662-1,

DECRETA:

Art. 1º Retifica o inciso I do art. 1º Decreto nº 12.146, de 5 de dezembro de 2025, onde se lê: “Cb. QPBM JOSIEL FRANÇA MACENO, RG: 6.XXX.174-X”, leia-se: “Cb. QPBM JOSIEL DOS SANTOS, RG: 8.XXX.213-X;”.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual da Defesa Civil

172581/2025

DECRETO Nº 12.193

Concede a Medalha de Mérito da Defesa Civil do Paraná - Medalha Coronel QOBM Dario Natan Bezerra, a bombeiros militares.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, sob proposta do Coordenador Estadual da Defesa Civil, e considerando a atuação destacada de bombeiros militares que contribuíram para o fortalecimento e desenvolvimento da Defesa Civil do Paraná, bem como o contido no protocolo nº 25.128.043-6,

DECRETA:

Art. 1º Concede a Medalha de Mérito da Defesa Civil do Paraná – Medalha Coronel QOBM Dario Natan Bezerra, de acordo com a Lei nº 16.190, de 22 de julho de 2009, aos militares que especifica:

1º Sgt. QPBM IGOR LUIZ PIOTROVSKI, RG nº 8.XXX.397-X;

1º Sgt. QPBM MICHELE LOPES DIAS DE CAMARGO, RG nº 8.XXX.636-X;

1º Sgt. QPBM EVERALDO LUÍS KMITA, RG nº 6.XXX.546-X;

1º Sgt. QPBM MARCELO FERREIRA DE MORAES, RG nº 5.XXX.222-X;

1º Sgt. QPBM EDSON MORCZINSKI, RG nº 6.XXX.990-X;

1º Sgt. QPBM ANDERSON LUIZ OTT, RG nº 8.XXX.196-X;

1º Sgt. QPBM MARCOS ANTONIO DE BRITO, RG nº 5.XXX.691-X;

1°Sgt. QPBM AIRTON GROCHOLSKI, RG nº 4.XXX.118-X;

1° Sgt. QPBM ARALDO AUGUSTO TISQUE DOS SANTOS, RG nº 6.XXX.726-X;

2° Sgt. QPBM ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA, RG nº 6.XXX.640-X;

2º Sgt. QPBM EDUARDO LEAL, RG nº 6.XXX.779-X;

2° Sgt. QPBM JOAQUIM PACHOLOK, RG nº 5.XXX.614-X;

2° Sgt. QPBM LUIS CARLOS PADILHA, RG nº 5.XXX.680-X;

2º Sgt. QPBM MARCIEL STÉFANO SCHICORSKI, RG nº 9.XXX.806-X;

3º Sgt. QPBM VITOR PAGADIGORRIA ZUCCHI, RG nº 9.XXX.604-X;

3º Sgt QPPM JEFFERSON ROBERTO TEIXEIRA DE LARA, RG nº 5.XXX.284-X;

Cb. QPBM ALAN BEN-HUR BISCHOF, RG nº 8.XXX.998-X;

Cb. QPBM WERVING GEHRKE, RG nº 8.XXX.931-X;

Cb. QPBM WESLEY RODRIGO SARTORIO, RG nº 7.XXX.621-X;

Sd. QPBM EDERSON FERNANDO DOS SANTOS VEIGA, RG nº 9.XXX.613-X;

Sd. QPBM MAXWILLIAM ANDRADE DE JESUS, RG nº 7.XXX.277-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual da Defesa Civil

172582/2025

DECRETO Nº 12.194

Cumprimento de ordem judicial para enquadramento de servidor no Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decisão proferida nos Autos n° 0041203-25.2021.8.16.0182, da Secretaria Especializada em Movimentações Processuais dos Juizados Especiais da Fazenda Pública de Curitiba – 4º Juizado, consubstanciada no protocolo nº 24.971.983-8,

DECRETA:

Art. 1º Enquadra no Quadro Próprio dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde – QPSS, no cargo de Promotor de Saúde Fundamental, na função de Auxiliar Operacional, a servidora LUCILENE APARECIDA SCHULTZ DO NASCIMENTO, RG n° 9.XXX.337-X.

Art. 2º O enquadramento de que trata o art. 1º deste Decreto se dá em caráter definitivo, na Classe C-1, com seus efeitos a partir de 2 de março de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 11 de dezembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

172583/2025

Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

15.506.543-5 /25

1.O presente procedimento administrativo observou rigorosamente o devido processo legal, assegurando às partes o exercício pleno do contraditório e da ampla defesa, conforme previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como em estrita conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie. 2. Examinados os autos do **PROTOCOLADO Nº 15.506.543-5**, e considerando as conclusões constantes do **Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo**, cujas razões adoto como parte integrante da presente decisão, **acolho integralmente as proposições apresentadas**, para fins de aplicação das penalidades cabíveis à empresa **TS CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP**, inscrita no **CNPJ sob nº** 01.565.025/0001-03, nos termos do art. 150, incisos III, da **Lei Estadual nº 15.608/2007**, a saber: A) **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual**, pelo prazo de **1 (um) ano**; 3.Ressalte-se que, nos termos do art. 50, §1º, da **Lei Federal nº 9.784/1999**, a motivação do presente ato consiste na adoção das razões constantes do referido Relatório Final, o qual passa a integrar esta decisão para todos os fins de direito. 4. Publique-se e **encaminhe-se** ao órgão de origem para ciência da empresa interessada e adoção das providências administrativas cabíveis, inclusive quanto ao registro da penalidade aplicada no **Sistema GMS**. Em 11/12/25. (Enc. Proc. À SEED).

172813/2025

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

25.042.628-3/25

1.Trata-se de recurso disciplinar interposto por **JADER APARECIDO CAMILO**, **CPF nº xxx.562.xxx-20**, em face da decisão do Comando-Geral da Polícia Militar, em sede de reconsideração de ato. 2. Presente os pressupostos de admissibilidade (requisitos intrínsecos e extrínsecos), **CONHEÇO** do recurso disciplinar, nos termos do art. 37, §1º, da Lei Estadual nº 16.544/2010. 3. No mérito, e considerando os demais elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 25.042.628-3**, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo incólume a decisão vergastada por seus próprios fundamentos, pois ocorreu dentro da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade administrativa, *destacando ainda: i.* que o processo disciplinar é o instrumento idôneo para apurar a responsabilidade do militar estadual por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha repercussão ético-moral que afete a honra pessoal, o decoro da classe ou o pundonor militar, incompatibilizando-o a permanecer no estado efetivo da PMPR (art. 3º da Lei Estadual nº 16.544/2010); ii. que a instância administrativo-disciplinar transcorreu sem qualquer mácula, com incensurável respeito aos princípios administrativos constitucionais, legais e normativos vigentes, oportunizando ao Recorrente o exercício do contraditório e a ampla defesa; iii. que os argumentos apresentados na peça recursal já foram enfrentados pelo Comandante-Geral da Polícia Militar e motivadamente afastados na decisão de recurso em sede de reconsideração de ato; iv. que não foram colacionadas novas provas ou fatos que possibilitem a mudança de entendimento, e o conjunto probatório produzido nos autos comprova a prática da conduta contrária aos ditames normativos, não sendo a simples alegação de injustiça fundamento idôneo para o provimento recursal; v. a importância social das atividades exercidas pelos policias militares, que devem prezar pelo decoro público e pela ética em razão da fé pública neles depositada e que são inerentes ao exercício dessa atividade, e, em razão desse múnus público, devem ser responsabilizados pelos desvios cometidos em seu exercício. 4.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à PMPR para conhecimento e providências, **certificando o trânsito em julgado administrativo, nos termos do art. 2º, XXII, pelo esgotamento dos recursos disponíveis**. Em 11/12/25.

172811/2025

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

25.137.673-5/25

OBJETO Dispensa de contrapartida. **MUNICÍPIO** Maringá – PR. **AMPARO LEGAL** Art. 669, §2º, do Decreto Estadual nº 10.086/2022. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 25.137.673-5**, considerando as justificativas apresentadas pelo Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL (mov. 2) e o caráter discricionário da pretensão administrativa, **AUTORIZO** a tramitação do procedimento administrativo destinado à formalização do convênio, com dispensa da contrapartida por parte da municipalidade convenente 2.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. Em 11/12/25. (Enc. Proc. À SEIL).

172814/2025

Despacho do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

24.874.176-7 /25

OBJETO Deslocamento internacional de servidor. **DESTINO E PERÍODO** Orlando/Flórida, Estados Unidos, de 3/12/2025 a 12/12/2025. **FINALIDADE** Participação no Curso ASH 2025 – Annual Meeting. **PERCEPÇÃO FINANCEIRA** ônus limitados aos vencimentos. **AMPARO LEGAL** art. 1º, I, do Decreto nº 11.322/2025. 1.De acordo com os elementos de instrução constantes no **PROTOCOLADO nº 24.874.176-7**, **AUTORIZO** o deslocamento do servidor abaixo relacionado. **MICHEL MICHELS DE OLIVEIRA** – CPF: XXX.961.089-XX. 2.**PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à origem para as demais providências. EM 11/12/2025. (Enc.Proc. à SESA).

172816/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Casa Civil

DETRAN

PORTARIA nº 944/25 – DP – LICENÇA CAPACITAÇÃO
O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E COM BASE NA DELEGAÇÃO ESTABELECIDA NA LEI N.º 7811, DE 29/12/83, RESOLVE,
CONCEDER DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 217 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019 E RESOLUÇÃO SEAP Nº 11.094 DE 26 DE MAIO DE 2021, LICENÇA CAPACITAÇÃO À SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA:

NOME	CPF	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	FRUIÇÃO
MIRIAM ZELIA BORGES DA SILVA	XXX.964.529-XX	1	DTTE	23.705.569-1	90	11/08 A 07/11/2025

CURITIBA, 24/11/2025

Santin Roveda
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

163827/2025

PORTARIA nº 945/2025 – DP - LICENÇA ESPECIAL
O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA DELEGAÇÃO ESTABELECIDA NA LEI N.º 7811, DE 29/12/83, RESOLVE,
CONCEDER DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 217 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019, LICENÇA ESPECIAL À SERVIDORA ABAIXO RELACIONADA:

NOME	CPF	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERÍODO AQUISITIVO	FRUIÇÃO
DILVANE DE OLIVEIRA CRUZ	XX.426.749-XX	1	DTTE	24.629.651-0	90	03/11/2013 A 02/11/2018	08/10/2025 A 05/01/2026

CURITIBA, 24/11/2025

Santin Roveda
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

163825/2025

Extrato das portarias emitidas pelo Departamento de Trânsito do Paraná
O Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7811, de 29/12/83, resolve:

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados, para responderem pela Ciretran durante férias do chefe titular:

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	NO PERÍODO	UNIDADE
JOCIMAR FARIA	***.231.579-**	984/25	24/11 A 25/11/2025	38ª IVAIPORÃ
ELISIANE DE QUADROS SILVA	***.480.549-**	985/25	24/11 A 09/12/2025	64ª BARRACÃO
ANDERSON LUIZ BERGAMO	***.118.779-**	986/25	20/10 A 04/11/2025	96ª CLEVELÂNDIA
JOSIRLEY DA SILVA	***.891.059-**	987/25	10/11 A 23/11/2025	23ª PORECATU
ANA PAULA BORSATI	***.400.129-**	989/25	17/11 A 14/12/2025	03ª PARANAGUÁ
ANDRE TADEU GONÇALVES	***.995.169-**	990/25	08/12/2025 A 06/01/2026	49ª IPORÃ
JOÃO LUCIANO FRANÇA LIMA	***.061.569-**	991/25	08/12/2025 A 06/01/2026	45ª NOVA LONDRINA
NEIVA GIROTTO	***.050.539-**	993/25	07/11 A 11/11/2025	31ª DOIS VIZINHOS
ARTHUR TEZOLIN PICCININ	***.568.759-**	995/25	24/11 A 08/12/2025	58ª RONDON
RODRIGO CADORE	***.210.809-**	996/25	26/11 A 28/11/2025	61ª MATELÂNDIA

DISPENSAR – Os servidores abaixo relacionados, para responderem pela Ciretran durante férias do chefe titular:

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE	REVOGA
LEANDRO NEVES DE OLIVEIRA	***.937.189-**	981/25	09/10/2025	36ª GUAÍRA	808/25
JEAN CARLO DE MELLO	***.369.289-**	982/25	23/10/2025	81ª MANDAGUARI	838/25

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados, para responderem pela Ciretran durante ausências e impedimentos legais do chefe titular:

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	PERÍODO/A PARTIR	UNIDADE
FABRICIO AUGUSTO BARIANO	***.014.029-**	992/25	10/11 A 11/11/2025	13ª MARINGÁ
NEIVA GIROTTO	***.050.539-**	994/25	12/11/2025	31ª DOIS VIZINHOS

DESIGNAR – Os servidores abaixo relacionados, para responderem pela Ciretran:

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE	REVOGA
GIORDANO DELLA PASQUA	***.769.549-**	980/25	03/11/2025	33ª MEDIANEIRA	902/25
RICARDO APARECIDO DE LIMA	***.090.679-**	998/25	23/10/2025	15ª APUCARANA	903/25
MAURICIO FONSECA FADEL	***.215.269-**	1.000/25	26/11/2025	56ª CASTRO	999/25

DESIGNAR – As servidoras abaixo relacionadas, para responderem interinamente pela Ciretran:

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE	UNIDADE	REVOGA
HISSANIA MARA DECKIJ EVERS	***.467.739-**	983/25	06/11/2025	56ª CASTRO	1.104/24
PAULA MARIA ADACHESKI	***.889.329-**	999/25	17/11/2025	56ª CASTRO	983/25

DESIGNAR – A servidora abaixo relacionada, para prestar serviços de vistoria e Identificação Veicular:

SERVIDOR	CPF	PORTARIA	A PARTIR DE

ANDRESSA VIEIRA MARTINEZ	***.951.679-**	988/25	03/11/2025

Curitiba, 05 de dezembro de 2025

Santin Roveda
Diretor-Presidente

168711/2025

PORTARIA N.º 1006/2025 – DP/DETRAN-PR
Habilitar para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestre Paulo Cezar Cardoso.
O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso das suas atribuições legais e com base na delegação estabelecida na Lei n.º 7.811, de 29 de dezembro de 1983; e,
CONSIDERANDO a competência estabelecida no artigo 22, inciso X, do Código de Trânsito Brasileiro, referente ao credenciamento de órgãos ou entidades para atividades previstas na legislação de trânsito;
CONSIDERANDO o que consta na Portaria n.º 1.460/2023-DP;
CONSIDERANDO o contido no protocolo de nº 25.018.938-9.
RESOLVE:
Art. 1º. Habilitar PAULO CEZAR CARDOSO, portador do Cadastro de Pessoa Física nº 581.740.609-87, para o exercício da função de Despachante Documentalista de Veículos Terrestres junto ao Departamento de Trânsito do Estado do Paraná – DETRAN/PR, sob a matrícula nº 1225014-2.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba/PR, datado e assinado digitalmente.
Santin Roveda
Diretor-Presidente do DETRAN/PR

170908/2025

PORTARIA Nº 1055/2025-DP/DETRAN-PR

Designa servidores para comporem a Comissão Especial de Credenciamento visando atender os procedimentos previstos no Edital de Chamamento Público n.º 05/2025.

O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARANÁ – DETRAN/PR, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Federal n.º 14.133/2021 e o Decreto n.º 10.086/2022;
Considerando o contido no caderno protocolar n.º 24.417.677-1;

RESOLVE:

Art. 1° Instituir a Comissão Especial de Credenciamento, que tem por finalidade executar e acompanhar o processo de Credenciamento dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) para prestação de serviços no âmbito do programa CNH Social, objeto do Edital de Chamamento Público n.º 05/2025, na forma do §2º do artigo 228 do Decreto n.º 10.086/2022.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados, sem prejuízo de suas atribuições, para realizar as atividades previstas no artigo 1º:
I. Eduardo Antonievicz – Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas;
II. Michele Silvério dos Santos – Departamento Executivo de Gestão de Entidades Vinculadas;
III. Karla Érika Loureiro – Departamento Executivo de Administração; e
IV. Ana Silvia Amorim Drewello – Departamento Executivo de Administração

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua assinatura.

Santin Roveda
Presidente do DETRAN/PR

PORTARIA N.º 1057/2025-DP/DAFI

Designar Larson Orlando, CPF nº XXX.265.269-XX, servidor deste Departamento de Trânsito do Paraná – Detran/PR, para atuar como gestor; Designar Andresa Souto Favaretto, CPF nº XXX.974.549-XX e Josemari de Souza de Almeida, CPF CPF nº XXX.411.959-XX servidoras deste Departamento de Trânsito do Paraná – Detran/PR, para atuarem como fiscais dos Contratos decorrentes do Edital de Chamamento Público n.º 05/2025, que tem por objeto, realizar o Credenciamento de Centros de Formação de Condutores - CFCs, devidamente registrados e homologados pelo Detran-PR, para prestação de serviços de formação aos beneficiários do Programa Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores – CNH SOCIAL.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

Osvaldo Messias Machado
Diretor de Administração e Finanças do DETRAN-PR

171221/2025

Diário OFICIAL Paraná

Procuradoria Geral do Estado

RESOLUÇÃO nº 301/2025 - PGE

Lota Procurador do Estado na Procuradoria Regional de Maringá.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no artigo 5º da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, com a redação dada pela Lei Complementar nº 40, de 08 de dezembro de 1987 e no Decreto n° 2.709, de 10 de setembro de 2019 e considerando o contido no protocolo nº 24.834.436-9;

RESOLVE

Art. 1º Lotar o Procurador do Estado **PAULO GABRIEL VILAS BOAS DE CARVALHO**, R.G. nº 13.XXX.115-X/PR na Procuradoria Regional de Maringá, mantendo sua vinculação à Coordenadoria de Recursos - CRR.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente.*

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

170871/2025

RESOLUÇÃO nº 303/2025 - PGE

Designa Procurador do Estado para substituir, em razão de férias do titular, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Umuarama.

O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Designar o Procurador do Estado **WESLEI VENDRUSCOLO**, RG nº X.983.XXX-2, para exercer, sem prejuízo de suas atribuições regulares, a função de Procurador-Chefe da Procuradoria Regional de Umuarama, durante 19 (dezenove) dias, no período de 12/01/2026 a 30/01/2026, em razão da fruição de saldo de férias, referente ao exercício de 2024, pelo titular do cargo, Procurador do Estado FERNANDO AUGUSTO MONTAI Y LOPES.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datada e assinada eletronicamente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado do Paraná

170841/2025

RESOLUÇÃO nº 304/2025 - PGE

Designa Procuradores do Estado para substituir, em razão de férias da titular, Procuradora-Chefe da Secretaria da Procuradoria-Geral do Estado.
O **PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições previstas no § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013, com base no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE

Art. 1º Designar os Procuradores do Estado **DANIEL MATOS MARTINS**, R.G. nº 14.XXX.379-X/PR, durante 15 (quinze) dias, no período de 19/01/2026 a 02/02/2026, e **FERNANDO MERINI**, R.G. nº 7.XXX.400-X/PR, durante 15 (quinze) dias, no período de 03/02/2026 a 17/02/2026, para exercerem, sem prejuízo de suas atribuições regulares, a função de Procurador-Chefe da Secretaria da Procuradoria-Geral do Estado - SEC, em razão da fruição de férias regulamentares, referente ao exercício de 2026, pela titular do cargo, Procuradora do Estado LILIANE KRUETZMANN ABDO.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datada e assinada eletronicamente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado do Paraná

170821/2025

PORTARIA nº 107/2025 - PGE

Designa servidora para substituir Agente de Controle Interno, durante período de férias da titular.

A **DIRETORA-GERAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO - PGE**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inc. VII do art. 5.º da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora **VANESSA CLÁUDIA TEIXEIRA**, RG nº 8.XXX.222-X, para responder pela função de Agente de Controle Interno, durante 15 (quinze) dias, no período de 05/01/2026 a 19/01/2026, em razão da fruição de saldo de férias, referente ao exercício de 2024, pela titular do cargo, VALDIRENE CAMPOS.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, *datada e assinada digitalmente.*

Lucia Helena Cachoeira
Diretora Geral

170887/2025

Secretaria da Administração e da Previdência

Resolução SEAP nº 10798

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1748 de 24 de janeiro de 2.000.

R E S O L V E

Conceder aposentadoria voluntária a CRISTINA VALERIA BULHÕES SIMON, RG 8.XXX.360-X, LF01, ocupante do cargo de Professor do Ensino Superior, UEL, de acordo com o Artigo 5º, incisos I a IV, §2°, inc. I e §3º, inc. I da Emenda Constitucional nº 45/2019; Lei 11713/97, Art. 5º; Lei nº 6174/70, art. 170 e 171; Lei 11713/97, art. 16, c/c Lei 14825/05, art. 3º. Valor dos proventos R$ 19.288,60 (Dezenove mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos). Cálculos de fls. 72 – PRPREV.
Protocolo nº 24.369.172-9

Curitiba, 06 de novembro de 2025

LUIZÃO GOULART
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

.

Republicar por Incorreção

171061/2025

PORTARIA Nº 70/2025 – SEAP

A **DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5° da Lei n° 21.352 de janeiro de 2023, nomeada por meio do Decreto Estadual nº 9.398, de 02 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de Gestor e Fiscal, conforme abaixo:

CONTRATO N° 9384/2025 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA			
GESTOR	**GESTOR SUBS.**	**FISCAL**	**FISCAL SUBS.**
Luiz Paulo Lopes DCC/DOS/SEAP CPF: 051.***.***-74	Eduardo Macedo de Andrade DCC/DOS/SEAP CPF: 108.***.***-65	Ilton Ferreira Mendes Júnior DGC/DOS/SEAP CPF: 718.***.***-20	Antônio Valentin Grando Júnior DGC/DOS/SEAP CPF: 033.***.***-58

Art. 2º Nos contratos firmados com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, os servidores designados para as funções de Gestor e de Gestor Substituto deverão observar o contido nos incisos I a VI e X do art. 10, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Art. 3º Nos contratos firmados com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, os servidores designados para as funções de Fiscal e de Fiscal Substituto deverão observar o contido nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, inclusive quanto ao recebimento provisório do objeto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske
Diretora-Geral
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

170433/2025

Resolução SEAP nº 11251/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Julia Guebert Loyola, RG nº 8.xxx.087-x, para responder como Chefe da Divisão de Sistema em Logística para Contratações Públicas do Departamento de Logística para Contratações Públicas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DECON/DLOG, no período de 05/01/2026 a 24/01/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Cleverson Neri Machado da Silva, RG nº 7.xxx.540-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170714/2025

Resolução SEAP nº 11252/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor Airton João Vachowicz, RG nº 1.xxx.158-x, para responder como Chefe da Divisão de Seguridade Funcional do Departamento de Recursos Humanos e Previdência da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DRH/DSF, no período de 05/01/2026 a 14/01/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Nelsi Aparecida de Oliveira, RG n° 4.xxx.659-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170718/2025

Resolução SEAP n° 11254/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor Cláudio Simas Tiscoski, RG nº 6.xxx.735-x, para responder como Chefe da Divisão de Viagens Oficiais do Departamento de Gestão do Transporte Oficial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DETO/DVO, no período de 12/01/2026 a 10/02/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Elias Ferreira da Silva, RG n° 9.xxx.002-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170749/2025

Resolução SEAP n° 11255/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar a servidora Josenilda de Melo, RG nº 6.xxx.539-x, para responder como Chefe da Divisão de Manutenção de Veículos do Departamento de Gestão do Transporte Oficial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DETO/DMV, no período de 05/01/2026 a 03/02/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Gerson Luiz Charello, RG n° 3.xxx.816-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170722/2025

Resolução SEAP nº 11257/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor Elieser Cabral, RG n° 4.xxx.233-x, para responder como Chefe de Divisão de Documentação de Veículos do Departamento de Gestão do Transporte Oficial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DETO/DDV, no período de 19/01/2026 a 28/01/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Norvaldo Soares da Silveira Júnior, RG n° 5.xxx.611-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170790/2025

Resolução SEAP nº 11258/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Karoline de Castro Brodhage, RG n° 8.xxx.441-x, para responder como Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI/NRHS, no período de 05/01/2026 a 24/01/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Fabiana Bertolini Bernert, RG n° 7.xxx.352-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170792/2025

Resolução SEAP n° 11259/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor Luiz Fernando Mancini de Oliveira, RG nº 9.xxx.711-x, para responder como Chefe da Divisão de Licitação do Departamento de Logística para Contratações Públicas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DECON/DL no período de 12/01/2026 a 29/01/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Jhonatan Fioravante, RG n°11.xxx.681-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170795/2025

Resolução SEAP nº 11263/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Heloisa Maria Lima Pioli, RG n° 6.xxx.631-x, para responder como Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Procuradoria Geral do Estado - PGE/NAS, no período de 05/01/2026 a 14/01/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Solange Costa Dib, RG n° 4.xxx.836-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170802/2025

Resolução SEAP nº 11264/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor Vitor Elias da Silva Neto, RG nº 7.xxx.337-x, para responder como Chefe da Divisão de Planejamento do Departamento de Logística para Contratações Públicas da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DECON/DP, no período de 05/01/2026 a 19/01/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Márcia Wagner Assumpção Cucatto, RG n° 3.xxx.479-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170828/2025

Resolução SEAP nº 11265/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Silvia Helena de Castro de Lima, RG nº 9.xxx.711-x, para responder como Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística – SEIL/NRHS, no período de 05/01/2026 a 14/01/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Rosane Gois Vicentini, RG n° 4.xxx.167-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170831/2025

Resolução SEAP nº 11266/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor William Cezar Rosa, RG n° 8.xxx.927-x, para responder como Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM/NRHS, no período de 19/01/2026 a 30/01/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Franciele Ribas Ferreira, RG n° 8.xxx.644-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170833/2025

Resolução SEAP nº 11267/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Maria Eduarda Fossatti Albuquerque, RG n° 100.xxx.799-xx, para responder como Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF/NAS, no período de 06/01/2026 a 20/01/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Marci Aparecida da Silva, RG n° 1.xxx.363-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170839/2025

Resolução SEAP nº 11268/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Sirlei Moraes da Silva, RG n° 4.xxx.178-x, para responder como Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB/NAS, no período de 05/01/2026 a 03/02/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Josmael Rodney Amin, RG n° 3.xxx.382-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170842/2025

Resolução SEAP nº 11269/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor Gabriel Vinicius Silva Mendes, RG n° 14.xxx.860-x, para responder como Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial da Controladoria Geral do Estado– CGE/NRHS, no período de 05/01/2026 a 23/01/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Elaine Cristina Izaldir Bora, RG n° 6.xxx.367-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170851/2025

Resolução SEAP nº 11270/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Josemara Zabunov Kolt, RG nº 030.xxx.169-xx, para responder como Chefe da Divisão de Cargos e Salários do Departamento de Recursos Humanos e Previdência da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DRH/DCSA, no período de 05/01/2026 a 22/01/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Jessé Adelino Salvador, RG n° 8.xxx.832-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170727/2025

Resolução SEAP nº 11271/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Juliane Froggel Alves de Souza, RG n° 9.xxx.785-x, para responder como Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Controladoria Geral do Estado - CGE/NAS, no período de 05/01/2026 a 14/01/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Victor Gabriell Frossard Valbão Camargo de Lima, RG n° 12.xxx.218-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
170730/2025

Resolução SEAP nº 11272/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Dominick Marilyn Rodrigues, RG nº 8.xxx.367-x, para responder como Chefe da Divisão de Estágio do Departamento de Recursos Humanos e Previdência da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DRH/DE, no período de 31/12/2025 a 18/01/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Neli Pereira da Rocha, RG n° 7.xxx.287-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
170746/2025

Resolução SEAP nº 11273/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora Madelaine Katia Diniz, RG nº 5.xxx.021-x, para responder como Chefe do Núcleo Administrativo Setorial da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC/NAS, no período de 12/01/2026 a 30/01/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Marco Antônio Pereira Gonçalves, RG n° 13.xxx.941-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
170734/2025

Resolução SEAP n° 11274/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

R E S O L V E:

Art.1º Designar a servidora Goretti Brotto Simonetto, RG n° 1.xxx.271-x, para responder como Chefe da Divisão de Cadastro, Regularização e Alienação do Departamento de Patrimônio do Estado da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DPE/DRA, no período de 05/01/2026 a 03/02/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Altair Freire, RG nº 4.xxx.985-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
170857/2025

Resolução SEAP nº 11275/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor Antônio Valentin Grando Júnior, RG nº 8.xxx.557-x, para responder como Chefe do Departamento de Operações e Serviços da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DOS, no período de 12/01/2026 a 21/01/2026, em virtude das férias do titular da função, o servidor Vinícius Augusto Moura Ribeiro da Silva, RG nº 6.xxx.328-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
170736/2025

Resolução SEAP nº 11277/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor Enzo Gazola Bonetto, RG n° 10.xxx.318-x, para responder como Chefe do Núcleo de Recursos Humanos Setorial da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável – SEDEST/NRHS, no período de 12/01/2026 a 27/01/2026, em virtude das férias da titular da função, a servidora Jaqueline Teixeira de Souza, RG n° 5.xxx.612-x.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
170859/2025

Resolução SEAP nº 11308/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art.1º Tornar sem efeito a Resolução SEAP nº 11044/2025 de 12/11/2025, publicada na edição nº 12030 de 14/11/2025 do D.O.E.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência
170855/2025

DESPACHO N°: 1900/2025
Protocolo nº: 21.689.534-7
Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas - DECON
Assunto: Adjudicação e Homologação – PREG-E nº 1543/2024
Data: 03/12/2025

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão na forma Eletrônica, PREG-E nº 1543/2025, tipo menor preço, objetivando o Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de Kit Dormitório, conforme especificações contidas no edital e anexos, mov.249, no valor máximo de R$ 1.348.006,50 (um milhão, trezentos e quarenta e oito mil, seis reais e cinquenta centavos), constituído de 02 (dois) lotes.
2. Após o trâmite das fases do procedimento licitatório, apresentação das propostas, entrega da documentação, foram declaradas vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESAS	CNPJ Nº	LOTES
VITTAFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES LTDA - EPP	09.174.668/0001-20	01

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

JOÃO E MARIA ATELIÊ LTDA	43.499.716/0001-83	02

3. Recursos: Houve manifestação de intenção de recurso para os lotes 01 e 02, entretanto, a empresa RIMALE COMERCIO DE PRODUTOS HOTELARIA HOSPITALAR LTDA desistiu de apresentar as razões de recurso, decaindo assim, seu direito de recorrer.

4. Na fase externa, nos termos do Edital, a disputa observou como critério de julgamento o menor preço, cujo valor total máximo foi de R$ 1.348.006,50 (um milhão, trezentos e quarenta e oito mil, seis reais e cinquenta centavos). Após a disputa, os lotes foram arrematados pelo valor de R$ 760.487,08 (setecentos e sessenta mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e oito centavos), representando um desconto de 43,58% em relação ao valor autorizado, conforme relatório GMS, mov. 517, e planilha de resumo do sistema GMS, mov. 518.

5. Considerando a Informação nº 353/2025 (fls. 2980/2983a – mov. 521) da Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS, de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública, nos termos do art. 107, IV do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e do art. 713, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, ADJUDICO E HOMOLOGO o procedimento licitatório.

6. Saliento que, previamente à realização de despesa, os usuários do Registro de Preços deverão comprovar a efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, na disciplina da Lei Federal nº 4.320/64, bem como observar as demais disposições legais aplicáveis, incluindo-se a verificação da Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, nos termos do art. 10, §§1º ao 4º, do Decreto nº 4.258/2023.

7. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

170439/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 19.856.444-3
Termo de Doação n°: 86/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Santo Inácio
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 22.681 de 10/10/2025, publicada no DIOE n° 12005 de 10/10/2025 que altera a Lei nº 10.931, de 24 de novembro de 1994, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Santo Inácio**.**
Descrição: Alteração da destinação do imóvel de propriedade estadual doado pela Lei nº 10.931 de 24/11/1994, localizado na Rua Georgina A. Teixeira, n° 127, com área registrada total de 2.303,00 m² e área total levanta de 2.789,90 m², registrado Transcrição das Transmissões nº 347 do Registro de Imóveis de Colorado, destinado à regularização fundiária.
Valor do imóvel: R$ 64.952,06 (sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e dois reais e seis centavos).

170934/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 24.167.546-7
Termo de Doação n°: 101/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Flor da Serra do Sul
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 22.751 de 31/10/2025, publicada no DIOE n° 12.020 de 31/10/2025.
Descrição: Doação de Imóvel de propriedade estadual, registrado sob a Matrícula n° 8.382 no Registro de Imóveis da Comarca de Barracão, com área documental de 166,50m², destinado à implantação e funcionamento de Serviços Públicos Municipais.
Valor do imóvel: R$ 238.994,75 (duzentos e trinta e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais e setenta e cinco centavos).

170882/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 15.788.015-2
Termo de Doação n°: 98/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Rio Azul
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 22.748 de 31/10/2025, publicada no DIOE n° 12.020 de 31/10/2025 que altera a Lei nº 20.797, de 18 de novembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Rio Azul.
Descrição: Alteração da destinação do imóvel de propriedade estadual doado pela Lei nº 20.797 de 18/11/2021, localizado no Município de Rio Azul, localizado na Rua Professora Maria Tito Ribeiro, n.º 8, bairro Centro, município de Rio Azul, com área total registrada de 420,00 m² e área total levantada de 795,00 m², cujo valor é de R$ 576.503,86 (quinhentos e setenta e seis mil e quinhentos e 3 reais e oitenta e seis centavos), com a finalidade de instalação e funcionamento de serviços públicos municipais.
Valor do imóvel: R$ 576.503,86 (quinhentos e setenta e seis mil, quinhentos e três reais e oitenta e seis centavos).

170931/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 23.672.616-9
Termo de Doação n°: 97/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Barbosa Ferraz
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 22.722 de 27/10/2025, publicada no DIOE n° 12016 de 27/10/2025 que altera a Lei nº 13.529, de 26 de abril de 2002, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Barbosa Ferraz.
Descrição: : Alteração da destinação do imóvel de propriedade estadual doado pela Lei nº 13.529 de 26/04/2002, registrado sob as Matrículas nº 17.009 e 17.010 do Registro de Imóveis de Barbosa Ferraz, com área documental de 11.025,00 m², destinado à instalação e funcionamento de serviços públicos municipais.
Valor do imóvel: R$ 10.260.000,00 (dez milhões e duzentos e sessenta mil reais).

170929/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 19.516.789-3
Termo de Doação n°: 99/2025
Doador: Estado do Paraná
Donatário: Município de Rio Branco do Sul
Exercício do firmamento do Termo de Doação de Imóvel: 2025
Fundamento legal: Lei nº 22.749 de 31/10/2025, publicada no DIOE n° 12.020 de 31/10/2025.
Descrição: Doação de Imóvel de propriedade estadual, registrado sob a Matrícula n° 9.959 no Registro de Imóveis da Comarca de Rio Branco do Sul, com área total registrada de 360 m² e área total levantada de 302,36 m², destinado à implantação e funcionamento de Serviços Públicos Municipais.
Valor do imóvel: R$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais).

170888/2025

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

RESOLUÇÃO Nº 160, de 13 de novembro de 2025.

Designa servidora para substituir a Chefe do Departamento de Segurança Nutricional (Desan), durante período de férias regulamentares do titular.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e com fundamento no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Rafaela de Souza Lemes Justos Machado,** RG nº 8.xxx.143-x, para sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Chefe do Departamento de Segurança Alimentar (Desan), durante 15 (quinze) dias, no período de 08/12/2026 a 22/12/2026, em razão das férias regulamentares do exercício de 2025, do titular **Márcia Cristina Stolarski.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

170779/2025

RESOLUÇÃO Nº 169, de 9 de dezembro de 2025.

Designa servidora para substituir o Chefe do Núcleo Regional de Dois Vizinhos, durante período de férias regulamentares do titular.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e com fundamento no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Rita de Cassia Kapasi**, RG nº 5.XXX.313-X, para sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Chefe do Núcleo Regional de Dois Vizinhos, durante 15 (quinze) dias, no período de 05/01/2026 a 19/01/2026, em razão das férias regulamentares do exercício 2025, do titular **Adão Carlos dos Santos.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

170789/2025

RESOLUÇÃO Nº 170, de 9 de dezembro de 2025.

Designa servidora para substituir o Chefe do Núcleo Regional de União da Vitória, durante período de férias regulamentares do titular.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e com fundamento no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Vivian Thais Baldessar Menegazzo**, RG nº 7.XXX.643-X, para sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Chefe do Núcleo Regional de União da Vitória, durante 15 (quinze) dias, no período de 19/02/2026 a 05/03/2026, em razão das férias regulamentares do exercício 2025, do titular **Sidnei Cieslak.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

170783/2025

Diário OFICIAL Paraná

ADAPAR

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 507 DE 05/12/2025
ORGAO - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
GUILHERME LUIS BOGO				30	10/12/2012	09/12/2017	05/01/2026	03/02/2026
87853217	1	NAII	249944661					

168737/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 508 DE 05/12/2025
ORGAO - AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO PARANA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
MARCELO DE PAULA DIEGUEZ				30	06/04/2011	05/04/2016	02/03/2026	31/03/2026
49094612	1	NAI	250164688					

168734/2025

Secretaria das Cidades

AMEP

GOVERNO DO ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID
AGENCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANA - AMEP
PORTARIA N° 125/2025/AMEP

EMENTA: **Designação de servidor(a) para exercer, interinamente, a função de Diretor Administrativo e Financeiro**

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE ASSUNTOS METROPOLITANOS DO PARANÁ – AMEP, nomeado pelo Decreto nº 44/2023, no exercício das atribuições que lhe conferem o art. 20 do Regulamento da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná – ANEXO I do Decreto nº 12.094/2025, em atendimento ao contido no protocolo n° 25.103.477-0.

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora **Rosicler Iachinski**, matrícula funcional nº 223164, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer interinamente a função de Diretora Administrativa e Financeira da Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná, no período de 11/12/2025 a 18/12/2025, em substituição ao titular do cargo **Rodrigo Alekssandro da Silveira Stica,** matrícula funcional nº 743286, por motivo de férias.

Art. 2 ° Essa Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Curitiba/PR, 10 de dezembro de 2025.

Gilson de Jesus dos Santos
Diretor-Presidente da Amep

170960/2025

Diário OFICIAL Paraná

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2732/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 2132/2025 Dispensa nº234/2025

Contratada: Ultramed - Unidade de Ultrassonografia Londrina Ltda

Objeto: Contratação Emergencial de Exames de Tomografia Associada Á Tomografia Computadorizadas (Pet-Ct) Para Atendimento A 12 Pacientes

GESTOR:

Servidor Nelson Alexandre Moretto
Matricula 1403112
E-mail moretto@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Bianca Gregorio da Silva
Matricula 0202004
E-mail biancagregorio@uel.br

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Danilo Zamuner
Matricula 0408897
E-mail danilo_zamuner@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Dezembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

170653/2025

PORTARIA GEFIS Nº 2733/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 2161/2025 Pregão Eletrônico nº127/2024

Contratada: Molnlycke Health Care Venda de Produtos Médicos Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Medicamentos Diversos (Creme Antimicrobiano e Cicatrizante, Curativo Estéril, Entre Outros), Para Atender O Hospital Veterinário-Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Karine Maria Boll
Matricula 1101128
E-mail karineboll@uel.br

Servidor Priscila Conde Bogo
Matricula 1607118
E-mail priscila.bogo@uel.br

Servidor Camila Farias Lopes
Matricula 0312198
E-mail cami@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Maria Ines Pozzobon
Matricula 1329111
E-mail mpossebon@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Luiz Kaminami
Matricula 1207056
E-mail kaminami@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,10 Dezembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

170805/2025

PORTARIA GEFIS Nº 2663/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 2093/2025 Dispensa nº165/2025

Contratada: Recorre Reformas e Consertos de Refrigeradores Ltda

Objeto: Fornecimento de das Refrigerante R22 "Carga" e Suva 410a Pra Atender O Hospital Universitário de Londrina

GESTOR:

Servidor Claudenir Belasqui
Matricula 0313177
E-mail belasqui@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Fabio Dias de Deus
Matricula 0602382
E-mail fabiodias@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Valdomiro Paes Landim
Matricula 2207003
E-mail vlandim@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF. Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,09 Dezembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2705/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 2094/2025 Dispensa nº165/2025

Contratada: Visoar Refrigeração Ltda

Objeto: Fornecimento de das Refrigerante R22 "Carga" e Suva 410a Pra Atender O Hospital Universitário de Londrina

GESTOR:

Servidor Claudenir Belasqui
Matricula 0313177
E-mail belasqui@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Fabio Dias de Deus

Matricula 0602382
E-mail fabiodias@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Valdomiro Paes Landim
Matricula 2207003
E-mail vlandim@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,09 Dezembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

170561/2025

UENP

PORTARIA/GR Nº 394/2025

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 23.854.505-6,
RESOLVE
Art. 1º Alterar o inciso II do art. 1º da Portaria/GR nº 009/2025, que passa a vigorar com a seguinte composição para a IUENP Campus Luiz Meneghel:
a) Representante do Campus - Calos Eduardo Ribeiro.
b) Representante do Município - Guilherme Ricardo Meneghel.
c) Coordenadora da IUENP - Letícia Fernandes Negreiros.
d) Secretária - Maria Renata Gobbo
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 28 de novembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 395/2025

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.988.437-5,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido o adicional de insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento), à Servidora Conceição do Carmo Oliveira, RG nº 3.xxx.608-x, agente operacional do Campus Luiz Meneghel, a partir de 12 de novembro de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 28 de novembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 396/2025

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.981.010-0,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido o adicional de insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento), à Servidora Aline Cristina Hofft, RG nº 10.xxx.993-x, agente operacional do Campus Luiz Meneghel, a partir de 11 de novembro de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 28 de novembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 397/2025

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.873.373-0,
RESOLVE
Art. 1º Encerrar, a partir de 10 de janeiro de 2026, a cessão do Professor Luiz Carlos Reis, RG 8xx.581-x PR, lotado no Campus Luiz Meneghel, do quadro de pessoal do Município de Bandeirantes cedido à Universidade Estadual do Norte do Paraná, em virtude de sua aposentadoria compulsória por idade.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 03 de dezembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 398/2025

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 19.080.106-3,
RESOLVE
Art. 1º Ficam designados, para compor o Comitê Assessor de Análise de Propostas de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, os seguintes membros:

I. Prof. Dr. Marcos Augusto Alves da Silva
Diretor de Pós- Graduação – Coordenador do Comitê.
II. Prof. Dr. George Francisco Santiago Martin
Membro representante da PROPG, da Chefia de Divisão de acompanhamento de cursos e programas.
III. Prof. Dr. Vladimir Brega Filho
Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Jurídicas.
IV. Prof. Dra. Eliana Merlin Deganutti de Barros
Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Letras.
V. Prof. Dr. Gustavo Dario
Coordenador do Programa de Mestrado Acadêmico em Produção Agropecuária Sustentável.
VI. Prof. Dra. Marisa Noda
Coordenadora do Programa Mestrado Profissional em Educação.
VII. Prof. Dr. Rudolph dos Santos Gomes Pereira
Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino.
VIII. Prof. Dr. Raphael Gonçalves
Coordenador do Programa de Mestrado Acadêmico em Ciências do Movimento Humano.
IX. Prof. Dra Maria José Quina Galdino
Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Enfermagem em Atenção Primária à Saúde.
X. Prof. Dr. Maurício Massaru Arimoto
Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Ensino da Computação.
XI. Diretor(es) do(s) Centro(s) de Estudo(s) mentor da(s) proposta(s) em análise.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 016/2025 - GR/UENP.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 04 de dezembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 399/2025

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 25.079.869-5,
RESOLVE
Art. 1º Fica designada a servidora Ana Beatriz Almeida Biaggi para responder, interinamente, pelo Controle Interno da UENP, no período de 5 de janeiro de 2026 a 3 de fevereiro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 04 de dezembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 400/2025

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.973.512-4,
RESOLVE
Art. 1º Conceder Ascensão de Nível à seguinte Professora de Ensino Superior:

Item	Protocolo	Nome	CPF	Classe
I.	24.889.804-6	Marcela Ribeiro de Albuquerque	039.***.***-18	Adjunto C

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 05 de dezembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

170975/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;
considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;
considerando o art. 53º e 54º da Lei nº 9.394/96;
considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
considerando o art. 4º da Lei n° 9.663/91;

TORNA PÚBLICO:

O(s) Extrato(s) da(s) Portaria(s) R. emitida(s) abaixo relacionada(s):

PORTARIA R. Nº 2025.848 – 27/11/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000088806-0) – Autoriza a **prorrogação** do(s) contrato(s) referente(s) ao Processo Seletivo Simplificado, Agente Universitário CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2025.77**, seguinte(s):

FUNÇÃO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO - 40 HORAS:

NOME	VIGÊNCIA
Letícia Mayra Adriano Delbone	02/01/2026 a 01/07/2026

PORTARIA R. Nº 2025.857 – 28/11/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000088620-2) – Autoriza a **prorrogação** do(s) contrato(s) referente(s) ao Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-HURCG, aberto e disciplinado pelo **Edital PRORH-DICON nº 2022.328**, seguinte(s):

FUNÇÃO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO - 40 HORAS:

NOME	VIGÊNCIA
Karine Garcia Machado	10/01/2026 a 09/07/2026

PORTARIA R. Nº 2025.858 – 28/11/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000088620-2) – Autoriza a **prorrogação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-HURCG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2024.571**, seguinte(s):

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - 40 HORAS:

NOME	VIGÊNCIA
Debora Duarte Vitkoski	07/01/2026 a 06/07/2026
Fabiola dos Santos Mendes	07/01/2026 a 06/07/2026
Lorena Ribeiro da Silva	04/01/2026 a 03/07/2026
Luci de Fatima Palhano	03/01/2026 a 02/07/2026
Luciana do Prado	02/01/2026 a 01/07/2026
Michele Eloisa Samamoski de Lara	02/01/2026 a 01/07/2026
Nayara Pricilla Turek	06/01/2026 a 05/07/2026
Vitor Antonio Vieira de Carvalho	04/01/2026 a 03/07/2026

PORTARIA R. Nº 2025.859 – 28/11/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000088620-2) – Autoriza a **prorrogação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-HURCG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2024.875**, seguinte(s):

FUNÇÃO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO - 40 HORAS:

NOME	VIGÊNCIA
Antonio Carlos Voinaroski	21/01/2026 a 20/07/2026
Susana Antoneli Ferreira	23/01/2026 a 22/07/2026

PORTARIA R. Nº 2025.882 – 08/12/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000093802-4) – Autoriza a **prorrogação** do(s) contrato(s) referente(s) ao Processo Seletivo Simplificado, Agente Universitário CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2025.77**, seguinte(s):

FUNÇÃO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO - 40 HORAS:

NOME	VIGÊNCIA
Daniela Borcezi	23/01/2026 a 22/07/2026

Eliane de Fátima Rauski
Pró-Reitor

170757/2025

UNESPAR

A DIRETORIA DE PROJETOS E CONVÊNIOS Torna público o seguinte **Termo:**

TERMO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N.º 148/2025, FIRMADO ENTRE SETI E A UNESPAR

INSTITUIÇÃO	OBJETO	DATA INICIAL	VIGÊNCIA
Universidade Estadual do Paraná – Unespar e a Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI..	O presente Termo de Execução Descentralizada – TED – tem por finalidade instrumentalizar a descentralização orçamentária e a disponibilização de recursos financeiros para viabilizar a execução de ações de interesse recíproco para apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná e a promoção do financiamento de programas, projetos e ações de pesquisa, extensão, desenvolvimento científico e tecnológico, bem como medidas autorizadas pela Lei Estadual nº 20.541 de 2021 e atividades afins, de acordo com as diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia – CCT PARANÁ e nos termos do art. 205 da Constituição do Estado do Paraná e Lei Estadual 21.354 de 2023, e em sintonia com o Plano de Trabalho aprovado, parte integrante desse Termo.	17/10/2025	Este TED entra em vigor na data de publicação do extrato em Diário Oficial e terá duração de 30 (trinta) meses, sendo destes, 24 (vinte e quatro) meses destinados para a execução do projeto.

JAMIL ABDANUR JÚNIOR
Secretário de Estado, em exercício

CARLOS ALEXANDRE MOLENA FERNANDES
Reitor da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, em Exercício

TERMO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N.º 089/2025, FIRMADO ENTRE SETI E A UNESPAR

INSTITUIÇÃO	OBJETO	DATA INICIAL	VIGÊNCIA
Universidade Estadual do Paraná – Unespar e a Secretaria de Estado	O presente Termo de Execução Descentralizada – TED – tem por finalidade instrumentalizar a descentralização orçamentária e a disponibilização	11/09/2025	O presente TED terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI..	de recursos financeiros para viabilizar a execução de ações de interesse recíproco para apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná e a promoção do financiamento de programas, projetos e ações de pesquisa, extensão, desenvolvimento científico e tecnológico, bem como medidas autorizadas pela Lei Estadual nº 20.541 de 2021 e atividades afins, de acordo com as diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia – CCT PARANÁ e nos termos do art. 205 da Constituição do Estado do Paraná e Lei Estadual 21.354 de 2023, e em sintonia com o Plano de Trabalho aprovado, parte integrante desse Termo.		

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado da Ciência, Tencologia e Ensino Superior

SALETE PAULINA MACHADO SIRINO
Reitora da Universidade Estadual do Paraná – Unespar

TERMO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N.º 094/2025, FIRMADO ENTRE SETI E A UNESPAR

INSTITUIÇÃO	OBJETO	DATA INICIAL	VIGÊNCIA
Universidade Estadual do Paraná – Unespar e a Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI..	O presente Termo de Execução Descentralizada – TED – tem por finalidade instrumentalizar a descentralização orçamentária e a disponibilização de recursos financeiros para viabilizar a execução de ações de interesse recíproco para apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná e a promoção do financiamento de programas, projetos e ações de pesquisa, extensão, desenvolvimento científico e tecnológico, bem como medidas autorizadas pela Lei Estadual nº 20.541 de 2021 e atividades afins, de acordo com as diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia – CCT PARANÁ e nos termos do art. 205 da Constituição do Estado do Paraná e Lei Estadual 21.354 de 2023, e em sintonia com o Plano de Trabalho aprovado, parte integrante desse Termo.	17/09/2025	O presente TED terá vigência de 18 (oito) meses, contados da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado da Ciência, Tencologia e Ensino Superior

SALETE PAULINA MACHADO SIRINO
Reitora da Universidade Estadual do Paraná – Unespar

TERMO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N.º 104/2025, FIRMADO ENTRE SETI E A UNESPAR

INSTITUIÇÃO	OBJETO	DATA INICIAL	VIGÊNCIA
Universidade Estadual do Paraná – Unespar e a Secretaria de Estado da Ciência Tecnologia e Ensino Superior – SETI..	O presente Termo de Execução Descentralizada – TED – tem por finalidade instrumentalizar a descentralização orçamentária e a disponibilização de recursos financeiros para viabilizar a execução de ações de interesse recíproco para apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná e a promoção do financiamento de programas, projetos e ações de pesquisa, extensão, desenvolvimento científico e tecnológico, bem como medidas autorizadas pela Lei Estadual nº 20.541 de 2021 e atividades afins, de acordo com as diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia – CCT PARANÁ e nos termos do art. 205 da Constituição do Estado do Paraná e Lei Estadual 21.354 de 2023, e em sintonia com o Plano de Trabalho	04/09/2025	O presente TED terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	aprovado, parte integrante desse Termo.		

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado da Ciência, Tencologia e Ensino Superior

SALETE PAULINA MACHADO SIRINO
Reitora da Universidade Estadual do Paraná – Unespar

171172/2025

EXTRATO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O REGISTRO DE DIPLOMAS NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ

Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
Mantenedora: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI
77.046.951/0001-26

EXTRATO DE REGISTRO DE DIPLOMAS

Para fins do disposto no art. 19 da Deliberação CEE/PR nº 01, de 17 de setembro de 2024, esta Instituição de Educação Superior informa que foram registrados duzentos diplomas no período de 17/10/2025 a 02/12/2025, no seguinte livro de registro e sequência numérica: livro 94 - registros nº 19.001 a nº 19.200.

A relação dos diplomas registrados poderá ser consultada em até quinze dias, no endereço https://www.unespar.edu.br.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora

170442/2025

RESOLUÇÃO Nº 012/2025- REITORIA/UNESPAR

Dispõe sobre cumprimento provisório de ordem judicial, nos autos 0003636-77.2025.8.16.0130, em relação ao mandado de intimação junto ao mov. 43.1.

A Reitora da Universidade Estadual do Paraná - Unespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;
considerando o teor da decisão provisória proferida nos autos 0003636-77.2025.8.16.0130, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, efetue a conversão do regime de trabalho do requerente para T-40, assim como sua convocação para entrar em exercício no cargo em que foi aprovado,

Resolve:

Art. 1º Determinar ao setor pessoal que altere o regime de trabalho do servidor nomeado pelo Decreto 8283/2024, de TIDE para T-40, até 12 de dezembro de 2025, com as medidas de estilo.

Art. 2º Convocar, em regime de urgência, **JOÃO VICTOR ROZATTI LONGHI**, para que se apresente na Divisão de Recursos Humanos do Campus de União da Vitória para entrar em exercício no cargo de Professor de Ensino Superior da Carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná, **até dia 12 de dezembro de 2025**, conforme determinação judicial proferida nos autos do Processo n.º 0003636-77.2025.8.16.0130.

Art. 3º Determinar ao Diretor do Campus de União da Vitória que tome as providências necessárias, em regime de urgência, para que seja lavrado Termo de Exercício.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 09 de dezembro de 2025.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora da UNESPAR
Decreto Estadual N.º 7733/2024
(Assinado eletronicamente nos termos do Decreto Estadual nº 7304/2021)

170566/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ - UNESPAR

A Reitora da Unespar, no uso de suas atribuições legais, torna pública as seguintes **PORTARIAS:**

Portaria n.º 1573 de 08 de dezembro de 2025.

Art. 1º Designar Luiz Otávio Rodrigues Mendes, CPF 076.XXX.XXX-35, e Rosimeiri Darc Cardoso, CPF 837.XXX.XXX-68, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Termo de Execução Descentralizada nº 148/2025, firmado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual do Paraná.
Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.º 1574 de 08 de dezembro de 2025.

Art. 1º Designar Maria Ivete Basniak, CPF 028.XXX.XXX-18, e Gisele Maria Ratiguieri, CPF 051.XXX.XXX-45, respectivamente, como Gestora e Fiscal do Termo de Execução Descentralizada nº 089/2025, firmado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual do Paraná.
Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.º 1575 de 08 de dezembro de 2025.

Art. 1º Designar Marila Annibelli Vellozo, CPF 728.XXX.XXX-15, e Juliane D´Almas, CPF 065.XXX.XXX-00, respectivamente, como Gestora e Fiscal do Termo de Execução Descentralizada nº 094/2025, firmado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual do Paraná.
Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Portaria n.º 1576 de 08 de dezembro de 2025.

Art. 1º Designar Matheus Amarante do Nascimento, CPF 037.XXX.XXX-31, e Gisele Maria Ratiguier, CPF 051.XXX.XXX-45, respectivamente, como Gestor e Fiscal do Termo de Execução Descentralizada nº 104/2025, firmado entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a Universidade Estadual do Paraná.
Art. 2º Este ato designatório não produz efeitos financeiros.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Salete Paulina Machado Sirino
Reitora

171074/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte **PORTARIA:**
Portaria nº 1586/2025 de 10/12/2025. Art. 1º – Alterar o Regime de trabalho de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, para T-40, do servidor **JOÃO VICTOR ROZATTI LONGHI**, CPF nº XXX.733.458-XX, lotado no Campus de União da Vitória, a partir de 09/12/2025.
Salete Paulina Machado Sirino - **Reitora**

171030/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte **PORTARIA:**
Portaria nº 1569/2025 de 08/12/2025. Art. 1º Prorrogar o prazo do Contrato de Regime Especial – CRES da professora colaboradora **Nathália Aves Diamante** CPF nº XXX.936.619-XX para o *Campus* de Paranavaí, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023, no período de **01/01/2026 até 02/06/2026.**
Salete Paulina Machado Sirino - **Reitora**

170743/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte **PORTARIA:**
Portaria nº 1585/2025 de 09/12/2025. Art. 1º Rescindir, a pedido**,** o contrato por prazo determinado da Professora Colaboradora**, Jackelline Favro,** CPF nº XXX.113.329-XX, Contrato de Regime Especial – CRES, firmado com *Campus* de Campo Mourão**, em 17/12/2025.**
Salete Paulina Machado Sirino - **Reitora**

170691/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR/REITORIA
A Reitora da UNESPAR, no uso de suas atribuições legais, torna público a seguinte **PORTARIA:**
Portaria nº 1561/2025 de 05/12/2025. Art. 1º Prorrogar o prazo dos Contratos de Regime Especial – CRES dos professores colaboradores, para o *Campus* de Apucarana, conforme segue:
ALINE STENZEL, CPF nº XXX.370.839-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
ALISSON YOUNIO DE SOUZA FRANCO, CPF nº XXX.431.479-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024**,** no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
ANA PAULA MANTOVANI VIEIRA, CPF nº XXX.303.679-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**
BRUNA PADILHA DE OLIVEIRA, CPF nº XXX.296.919-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 04/09/2026;**
CAROLINE EMANUELE DE OLIVEIRA BORSALLI, CPF nº XXX.488.789-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 31/10/2026;**
CLAUDIA LOPES PONTARA, CPF nº XXX.729.849-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 25/08/2026;**
DAIANE GISELE DE LIMA, CPF nº XXX.840.839-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 17/07/2026;**
DANIELE RIBEIRO PEREIRA ALVES, CPF nº XXX.852.419-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024**,** no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
DEAN GOMES DE OLIVEIRA, CPF n° XXX.161.159-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 28/02/2026;**
DOROTEA TCHOPKO, CPF n° XXX.337.479-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
EDUARDO BUENO DA COSTA, CPF n° XXX.514.879-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 28/04/2026;**
ELAINE DE CASTRO, CPF n° XXX.720.769-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 28/04/2026;**
ERICA DANIELLE SILVA, CPF n° XXX.099.659-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
ERICA DIAS VALERIO, CPF n° XXX.920.729-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 12/08/2026;**
FABRICIO MARTINS LACERDA, CPF n° XXX.470.416-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
GABRIEL DOMINGUES JUSTO, CPF n° XXX.360.580-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 09/06/2026;**
GABRIEL FURLAN COLETTI, CPF n° XXX.514.158-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 28/02/2026;**
HENRIQUE FRANCO MORITA, CPF n° XXX.008.619-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 11/08/2026;**
IRACILDA REGINA BIGATÃO, CPF n° XXX.987.909-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 09/04/2026;**
JEFFERSON DE MOURA SARAIVA, CPF n° XXX.703.088-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 20/03/2026;**
JOICE CARLA DE OLIVEIRA CORGOSINHO, CPF n° XXX.618.479-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 28/02/2026;**
LEONARDO APARECIDO SANTOS SILVA, CPF n° XXX.412.249-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 12/09/2026;**
LUANA PAGANO PERES MOLINA, CPF n° XXX.353.468-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 02/07/2026;**
LUCILEIDE JACINTO RODRIGUES, CPF n° XXX.495.269-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 02/06/2026;**
LUIS GUSTAVO LIBERATO TIZZO, CPF n° XXX.966.939-XX, referente ao Edital de Abertura n°035/2023, no período **de 01/01/2026 até 10/04/2026;**
MAIARA FERNANDES DE OLIVEIRA, CPF n° XXX.977.549-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
MARCIA ALEJANDRA SANTANDER ARAYA, CPF n° XXX.004.719-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 28/02/2026;**
MARINA ROSSI FERREIRA, CPF n° XXX.603.098-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
MAURICIO BARBOSA DA SILVA, CPF n° XXX.681.309-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
MARLI ELISA NASCIMENTO FERNANDES, CPF n° XXX.069.748-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 28/02/2026;**
MERLY PALMA FERREIRA, CPF nº XXX.161.219-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 15/09/2026;**
NALINE CRISTINA FAVATTO MATSUO, CPF n° XXX.815.149-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 10/11/2026;**
PAULA TAMYRIS MOYA, CPF n° XXX.721.529-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 24/03/2026;**
PAULO GUILHERME ALARCON FERNANDES, CPF n° XXX.904.549-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 28/02/2026;**
RAFAELA AMANCIO ARMACOLLO, CPF n° XXX.162.969-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
RAMON DIEGO CAMARA ROCHA, CPF n° XXX.643.655-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
RENE ERICK SAMPAR, CPF n° XXX.418.949-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
RODRIGO FESSEL SEGA, CPF n° XXX.495.248-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
SANDRA MARIA DA SILVA, CPF n° XXX.044.909-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
SIMONE REZENDE DA SILVA, CPF n° XXX.522.809-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/07/2026;**
TALLYSSA IZABELLA MACHADO SIRINO, CPF n° XXX.444.809-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 26/08/2026;**
WILLIAM ALEXANDRE DOS SANTOS, CPF n° XXX.128.879-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**
WILLYAN HENRIQUE PONTIM BERTOLINO, CPF n° XXX.102.639-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026.**
Portaria nº 1562/2025 de 05/12/2025. Art. 1º Prorrogar o prazo dos Contratos de Regime Especial – CRES dos professores colaboradores, para o *Campus* de Campo Mourão, conforme segue:
ALEX SANDRO DOS SANTOS, CPF nº XXX.223.269-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**
ALINE APARECIDA DA SILVA, CPF nº XXX.328.859-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANA PAULA AIRES RODRIGUES, CPF nº XXX.402.029-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 03/05/2026;**

ANTONIO PAULINO DE OLIVEIRA JUNIOR, CPF nº XXX.343.009-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 23/10/2026;**

APARECIDA DA PENHA DOS SANTOS, CPF nº XXX.086.789-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 04/06/2026;**

BRUNO REINOSO HYBNER, CPF nº XXX.351.999-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 15/10/2026;**

CAMILA MUNIZ DE OLIVEIRA, CPF nº XXX.082.519-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

CLARICE DE ALMEIDA MIRANDA, CPF nº XXX.130.919-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

CLEITON APARECIDO DE BARROS, CPF nº XXX.530.179-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 09/04/2026;**

CRISTIANE MARQUES DE MELLO, CPF nº XXX.587.899-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 02/06/2026;**

DEBORA FRANCISCHINI BOIAN, CPF nº XXX.781.394-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 05/05/2026;**

DHENIS ROSINA, CPF nº XXX.187.579-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024**,** no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

EDSON JACOBUCCI RUEDA JÚNIOR, CPF nº XXX.695.919-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024**,** no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ELAINE CRISTINA STURION, CPF nº XXX.983.319-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ELAINE DA SILVA NANTES, CPF nº XXX.793.649-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 20/10/2026;**

FABIOLA BEVERVANÇO ZDEPSKI, CPF n° XXX.972.359-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 20/11/2026;**

GABRIEL FRANCISCO CABRERA DE SÁ, CPF n° XXX.697.898-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

GABRIEL VASQUES BONATO, CPF n° XXX.831.308-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

GUILHERME ANTUNES LEITE, CPF n° XXX.458.969-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

JOSE AUGUSTO SOUSA DE MELO, CPF n° XXX.401.519-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

JOZE PALANI GUAREZ, CPF n° XXX.067.078-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

JULIANE BORCHERS, CPF n° XXX.507.889-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 16/10/2026;**

KELLY CRISTINA RIGOLDI, CPF n° XXX.603.879-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

LEONIR BORGES, CPF n° XXX.668.009-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

LUANA FURTADO VILAS BOAS, CPF n° XXX.163.999-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

LUCAS DA SILVA SALMERON, CPF n° XXX.758.569-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

LUCIMAR DA LUZ LEITE, CPF n° XXX.207.509-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

MAIARA SPILARI DE SOUZA, CPF n° XXX.809.439-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 18/04/2026;**

MAIRA WENCEL FERREIRA DOS SANTOS, CPF n° XXX.057.699-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**

MARIANA APARECIDA CANIATTO, CPF n° XXX.602.869-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

MARIELE FERNANDES PEGORARO, CPF n° XXX.220.679-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 01/08/2026;**

PATRICK APARECIDO TRENTO, CPF n° XXX.165.469-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

PEDRO AUGUSTO PEREIRA BRITO, CPF n° XXX.352.358-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 12/08/2026;**

RAQUEL DOS SANTOS VIEIRA, CPF n° XXX.150.989-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 11/11/2026;**

RICARDO HENRIQUE BUENO, CPF n° XXX.604.939-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ROGER EMANUEL MORAES PEZZOTTI, CPF n° XXX.442.429-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

SANDRA CARBONERA YOKOO, CPF n° XXX.409.749-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

SAMUEL RENAN BORGES BELINATO, CPF n° XXX.862.259-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 10/04/2026;**

STENIO CRISTALDO HECK, CPF n° XXX.238.291-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 11/03/2026;**

TAIS PIRES DE OLIVEIRA, CPF n° XXX.490.139-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

TIAGO MARTINS DA SILVA, CPF n° XXX.024.199-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

VINICIUS APARECIDO SALATTA, CPF n° XXX.040.868-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

VIRGINIA MARIA NUSS, CPF n° XXX.428.279-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

VITOR HUGO GARCIA DE SOUZA, CPF n° XXX.974.359-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

WELINTON ANDERSON ROCHA, CPF n° XXX.291.399-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 18/08/2026.**

Portaria nº 1563/2025 de 05/12/2025. Art. 1º Prorrogar o prazo dos Contratos de Regime Especial – CRES dos professores colaboradores, para o *Campus* de Curitiba I, conforme segue:

ALDEMAR BALBINO DA COSTA, CPF nº XXX.988.168-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 03/07/2026;**

ALEXANDRE FELIPE MARTINS, CPF n° XXX.653.769-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 17/06/2026;**

ANA PAULA BELLENZIER, CPF n° XXX.237.869-XX, referente ao Edital de Abertura n°035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

BRUNO OLIVEIRA ALVES, CPF n° XXX.986.089-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 11/04/2026;**

CAMILA RIBEIRO DE ALMEIDA REZENDE, CPF n° XXX.777.956-XX, referente ao Edital de Abertura n°021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

CYNTIA WERNER, CPF n° XXX.099.419-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 31/01/2026;**

DENIS GONÇALVES CASTILHO, CPF n° XXX.882.729-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 18/11/2026;**

DORIS BERALDO, CPF n° XXX.037.209-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 01/09/2026;**

ELIANE CINIRA RODRIGUES TERRA, CPF n° XXX.069.409-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

FERNANDO TAVARES, CPF n° XXX.698.468-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

FLAVIA QUEIROZ PEREIRA DE JESUS, CPF n° XXX.868.218-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

FLAVIO CANTADOR COIMBRA, CPF n° XXX.062.899-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 28/04/2026;**

HELEN BOVO TORMINA, CPF n° XXX.947.969-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 01/04/2026;**

ISADORA BUZO MATTIOLLI, CPF n° XXX.118.549-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 11/04/2026;**

KARINA VEIGA MOTTIN, CPF n° XXX.829.189-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

LUCIANO DALLASTRA, CPF n° XXX.546.319-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 21/05/2026;**

LYANDRA MELGAREJO SEFFRIN, CPF n° XXX.072.669-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

MARCOS FIORAVANTE DE MOURA, CPF n° XXX.390.198-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

MARLAN MICHELLE NASCIMENTO PORTELA DO PRADO, CPF n° XXX.759.418-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

MILENA SANTOS MAYER, CPF n° XXX.202.499-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

PAULA CAROLINE DE SOUZA, CPF n° XXX.454.749-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

PEDRO HENRIQUE ALLIPRANDINI, CPF n° XXX.563.848-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 09/06/2026;**

RAFAEL IRAVEDRA, CPF n° XXX.599.540-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

TADEU APARECIDO MALAQUIAS, CPF n° XXX.198.028-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

THIAGO PLAÇA TEIXEIRA, CPF n° XXX.721.789-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 20/10/2026;**

TIAGO PORTELLO OTTO, CPF n° XXX.217.029-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 29/04/2026.**

Portaria nº 1564/2025 de 05/12/2025. Art. 1º Prorrogar o prazo dos Contratos de Regime Especial – CRES dos professores colaboradores, para o *Campus* de Curitiba II, conforme segue:

ANDERSON BOGEA DA SILVA, CPF nº XXX.420.733-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ANA LUISA NUNES DE VARGAS, CPF nº XXX.984.579-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ANA PAULA PEREIRA, CPF nº XXX.989.319-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024**,** no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ANGELA STADLER DE PAULA MACEDO, CPF n° XXX.461.649-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**

ARICIA DE OLIVEIRA MACHADO, CPF n° XXX.393.429-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

BEATRIZ HELENA CECCATO, CPF n° XXX.951.208-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

BEATRIZ WOELTJE SCHMIDT, CPF n° XXX.347.619-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 24/11/2026;**

DANIEL MIGLIAVACCA, CPF n° XXX.682.679-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ELISANGELA DOS SANTOS ROSA, CPF n° XXX.522.529-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 05/06/2026;**

FAUSTO DE LIMA PEREIRA RIBEIRO, CPF n° XXX.767.526-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

FERNANDA MARTINS FELIX, CPF n° XXX.150.569-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/07/2026;**

FILIPE PAROLIN DE SOUZA, CPF n° XXX.613.282-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 12/05/2026;**

GIOVANNI ALENCAR COMODO, CPF n° XXX.263.979-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 21/04/2026;**

GRACIELE DELLALIBERA DE MELO, CPF n° XXX.566.979-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

IARA DEL PADRE IAREMA ULKOWSKI, CPF n° XXX.194.739-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 19/06/2026;**

IRIANA NUNES VEZZANI, CPF n° XXX.893.450-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ITAMAR WAGNER SCHIAVO SIMÕES, CPF n° XXX.992.326-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

JAIR MARIO GABARDO JUNIOR, CPF n° XXX.739.179-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 09/04/2026;**

JOÃO VICTOR ALVES DA COSTA PEREIRA, CPF n° XXX.875.579-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

JORGE VANDERLEI DA COSTA CONCEIÇÃO, CPF nº XXX.742.148-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

JOSE AUGUSTO PEREIRA NAVARRO LINS, CPF n° XXX.741.359-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 20/03/2026;**

LARISSA DAMARIS LORENA DE OLIVEIRA, CPF n° XXX.788.058-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 14/02/2026;**

LIANA DA SILVA CUNHA, CPF n° XXX.334.720-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

LUCAS FRANCO DE SOUZA RIBEIRO, CPF n° XXX.586.299-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 03/11/2026;**

LUCIANA MITKIEWICZ DE SOUZA, CPF n° XXX.753.947-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

LUDMILA AGUIAR VELOSO, CPF nº XXX.193.881-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 19/06/2026;**

MABILE BORSATTO, CPF n° XXX.187.629-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

MARCOS VINICIUS LACERDA SCHETTINI, CPF n° XXX.215.609-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 16/07/2026;**

MARIANA HILDA BATISTA, CPF n° XXX.741.749-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

MATEUS SCOTA, CPF n° XXX.929.230-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 14/02/2026;**

NATACHA DIAS, CPF n° XXX.473.248-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/07/2026;**

PEDRO MONTE KLING, CPF n° XXX.021.358-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ROSSANA MEIRELLES CAVALLINI, CPF n° XXX.652.708-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 09/10/2026;**

SAILE MOURA FARIAS, CPF n° XXX.703.822-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ULISSES QUADROS GALETTO DE MORAIS, CPF n° XXX.994.149-XX, referente ao Edital de Abertura n°035/2023, no período **de 01/01/2026 até 19/06/2026.**

WAGNER JONASSON DA COSTA LIMA, CPF n° XXX.704.759-XX, referente ao Edital de Abertura n°021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026.**

Portaria nº 1565/2025 de 05/12/2025. Art. 1º Prorrogar o prazo dos Contratos de Regime Especial – CRES dos professores colaboradores, para o *Campus* de Paranaguá, conforme segue:

AGUINALDO FERREIRA DOS SANTOS, CPF n° XXX.787.669-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ALEXANDRA PADILHA BUENO, CPF n° XXX.290.949-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 02/06/2026;**

ALEXANDRE CESAR ROSA, CPF n° XXX.273.783-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ANA MARIA NIEVAS, CPF n° XXX.254.578-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ANDRÉ GUILHERME BUSS LEMES, CPF nº XXX.110.079-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/07/2026;**

ANDRÉ RICARDO DO ROSÁRIO CONTANI, CPF nº XXX.959.228-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 06/11/2026;**

CÉSAR ARMANDO CONTRERAS LANCHEROS, CPF nº XXX.556.749-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 26/05/2026;**

CLAYTON CRISTIANO DA SILVA, CPF nº XXX.997.176-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 23/07/2026;**

DANIEL DE MIRANDA LINS, CPF n° XXX.231.079-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

DINAIR IOLANDA DA SILVA NATAL, CPF n° XXX.106.859-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 08/04/2026;**

EDUARDO ALBERTO DA SILVA, CPF n° XXX.017.989-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/01/2026;**

ELISANE FANK, CPF n° XXX.002.639-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ITALO CESAR BORTOLI, CPF n° XXX.113.459-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 16/04/2026;**

KAREN GODOI VAN MIERLO, CPF n° XXX.946.609-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

KARINA BEATRIZ DOS SANTOS FERREIRA DA ROCHA, CPF n° XXX.559.459-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 01/05/2026;**

KARINA FONSACA, CPF n° XXX.968.204-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 30/09/2026;**

MARIA CECILIA PILATE DE CARVALHO FRITSCHE, CPF n° XXX.934.239-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

MURILLO VETRONI BARROS, CPF n° XXX.043.348-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 01/09/2026;**

NATHALIA FERNANDES DE OLIVEIRA, CPF n° XXX.473.179-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

PAOLA GRACIANO DE SOUZA, CPF n° XXX.342.221-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 11/08/2026;**

PAOLA MACHADO DA SILVA, CPF n° XXX.732.169-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 03/04/2026;**

RAQUEL ALINE ZANINI, CPF nº XXX.141.499-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024**,** no período **de 01/01/2026 até 31/07/2026;**

RENATO PINHEIRO GLUCHOWSKI, CPF n° XXX.250.769-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 02/06/2026;**

ROSANGELA CRISTINA ROSINSKI LIMA, CPF n° XXX.544.739-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ROSELENE CASSIA BOVETO, CPF n° XXX.941.879-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 24/10/2026;**

SIMONE LUCIANO VARGAS, CPF n° XXX.405.250-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

TANIA ZALESKI, CPF n° XXX.872.879-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/07/2026;**

TATIANE CAROLINE FERRARI, CPF n° XXX.328.489-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026.**

Portaria nº 1566/2025 de 05/12/2025. Art. 1º Prorrogar o prazo dos Contratos de Regime Especial – CRES dos professores colaboradores, para o *Campus* de Paranavaí, conforme segue:

ALINE ROBERTA TACON DAMBROS, CPF nº XXX.528.929-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 01/09/2026;**

ANA CAROLINA DA COSTA, CPF nº XXX.193.029-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ANA ELISA SILVA FERNANDES VIEIRA, CPF nº XXX.842.319-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024**,** no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ANA LUCIA KRAIEWSKI, CPF n° XXX.341.371-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ANDRE LUCAS BACULI, CPF n° XXX.850.659-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ANDREIA QUEIROZ DA SILVA, CPF n° XXX.035.069-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 09/04/2026;**

BARBARA ANDREO DOS SANTOS LIBERATI, CPF n° XXX.535.389-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 09/12/2025 até 08/12/2026;**

BRUNA DE OLIVEIRA ANDRADE, CPF n° XXX.652.749-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**

BRUNA SOLERA, CPF n° XXX.236.829-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 01/05/2026;**

CHARLES KENDI SATO, CPF n° XXX.877.619-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**

CINTIA CRISTIANE DE ANDRADE, CPF n° XXX.812.159-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 31/01/2026;**

DAIANE KARLA CORREIA JODAR, CPF n° XXX.378.249-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**

DANIELA APARECIDA DE SOUZA NUNES, CPF n° XXX.709.319-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

DEBORA ALECIO, CPF n° XXX.137.409-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**

EDUARDO ROCHA COVRE, CPF n° XXX.433.889-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 03/04/2026;**

ELLEN GUILHEN BARBOSA ANTONELLI, CPF n° XXX.717.798-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

FABIO DE OLIVEIRA GIACOMINI, CPF n° XXX.491.729-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

FAGNER DE CARVALHO RODRIGUES, CPF n° XXX.331.729-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

FLAVIA CRISTINA SIERRA DE SOUZA, CPF n° XXX.573.819-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

FRANCINE MARCONDES CASTRO OLIVEIRA, CPF n° XXX.071.939-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

GABRIELA VARELA FERRACIOLI, CPF n° XXX.662.689-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 26/05/2026;**

GIOVANNA BRICHI PESCE, CPF n° XXX.363.999-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

HARLEY ALMEIDA SOARES DA SILVA, CPF n° XXX.357.239-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

HERCILIO COSTA FILHO, CPF n° XXX.573.589-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 19/05/2026;**

HIGOR SANTOS FONSECA, CPF n° XXX.890.699-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 03/03/2026;**

IGOR FERNANDO NEVES, CPF n° XXX.370.139-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ISABELA MARIA MARASSI RUBIRA, CPF n° XXX.453.919-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 02/06/2026;**

IVANA APARECIDA DA CUNHA MARQUES, CPF n° XXX.129.839-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

JOÃO PAULO ALVES PAGOTTO, CPF n° XXX.874.369-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 11/04/2026;**

JOÃO VICENTE DE MEDEIROS PUBLIO DIAS, CPF n° XXX.824.629-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 09/04/2026;**

JULIANA LUIZA MAZARO, CPF n° XXX.425.169-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**

KARINA ALVES DA SILVA, CPF n° XXX.365.479-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 01/05/2026;**

KELY PAVIANI STEVANATO, CPF n° XXX.750.539-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

LILIAN FAVARO ALEGRANCIO IWASSE, CPF n° XXX.169.369-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

LUARA ALEXANDRE DOS SANTOS, CPF n° XXX.601.309-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

LUIZ EDUARDO PEREIRA BATISTA, CPF n° XXX.773.939-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 26/05/2026;**

MARCIA REGINA DE OLIVEIRA LUPION, CPF n° XXX.103.409-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 24/10/2026;**

MARIA CAROLINA BECKAUSER, CPF n° XXX.435.819-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 07/05/2026;**

MARIA DE FATIMA PEREIRA DE SENA, CPF n° XXX.418.689-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**

MARIA GABRIELA CORDEIRO ZAGO, CPF n° XXX.132.959-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

MARIA JOSE MAXIMO, CPF n° XXX.374.499-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

MARIA LUISA DA SILVA BORNIOTTO, CPF n° XXX.445.099-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 12/05/2026;**

MARCO ANTONIO DAMASIO FILHO, CPF n° XXX.954.709-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

REBECA ROSA DE SOUZA LOPES NASCIMENTO, CPF n° XXX.385.369-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

RENATA RODRIGUES MENDONÇA, CPF n° XXX.618.209-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

RITA DE CASSIA ALVES, CPF n° XXX.023.729-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

SILVIA MARINI, CPF n° XXX.549.819-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 20/03/2026;**

SIRLENE SIQUEIRA ALVES, CPF n° XXX.577.789-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

SUELEN MAIARA DOS SANTOS ALECIO, CPF n° XXX.952.099-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

TAIS RENATA MAZIERO GERALDELI, CPF n° XXX.738.699-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 12/05/2026;**

TANIA MARA DA SILVA, CPF n° XXX.972.449-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

TALISSON FERNANDO LEIRIA, CPF n° XXX.156.409-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 24/10/2026;**

VANESSA LEME FADEL STEINHAUSER, CPF n° XXX.888.619-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

VANESSA NECKEL DERIN, CPF n° XXX.949.149-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

VILMA CARLA LIMA DE SOUZA RIBEIRO, CPF n° XXX.161.239-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

WALTER LUCAS IKEDA, CPF n° XXX.873.698-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

YURI ALEXSANDER DE SOUZA ROAS, CPF n° XXX.910.309-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 14/05/2026.**

Lotados na cidade de Loanda vinculada ao *Campus* Paranavaí

AMARILDO PINHEIRO MAGALHÃES, CPF nº XXX.175.089-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024**,** no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

EDVAN GOMES DA SILVA BANDEIRA, CPF nº XXX.751.396-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024**,** no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

FERNANDO PROTTI BUENO, CPF nº XXX.761.868-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 10/03/2026;**

GLENDA LISLIE MACIEL ALVES, CPF nº XXX.938.268-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 11/03/2026;**

HUDSON SERGIO DE SOUZA, CPF nº XXX.873.809-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

JULIANA PIRES PASZCZUK SCHMIDT, CPF nº XXX.312.759-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

PAULO SERGIO DA SILVA ALBUQUERQUE, CPF nº XXX.101.689-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

Portaria nº 1567/2025 de 05/12/2025. Art. 1º Prorrogar o prazo dos Contratos de Regime Especial – CRES dos professores colaboradores, para o *Campus* de União da Vitória, conforme segue:

ALAN DEIVID PEREIRA, CPF nº XXX.298.549-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**

ANA LETÍCIA SOARES, CPF nº XXX.007.669-XX, referente ao Edital de Abertura nº 021/2024**,** no período **de 01/01/2026 até 17/11/2026;**

ANDRE LUAN DOMINGUES, CPF nº XXX.063.349-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 10/03/2026;**

CLARISSA LOYOLA COMIN, CPF nº XXX.955.803-XX, referente ao Edital de Abertura nº 035/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 18/06/2026;**

CRISTINA CARDOSO, CPF nº XXX.226.899-XX, referente ao Edital de Abertura nº 001/2023**,** no período **de 01/01/2026 até 16/06/2026;**

EDSON WILLIAN DA COSTA, CPF n° XXX.511.609-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ELIZETE JANKOSKI NOGATZ, CPF nº XXX.322.279-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 24/11/2026;**

FERNANDO HENRIQUE CREPALDI CORDEIRO, CPF n° XXX.300.868-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

GABRIEL BERTIMES DI BERNARDI LOPES, CPF n° XXX.077.719-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

GRACIELE APARECIDA DA SILVA, CPF n° XXX.986.919-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 09/07/2026;**

HENRIQUE CRISTIANO THOMAS DE SOUZA, CPF n° XXX.863.519-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2022, no período **de 01/01/2026 até 02/05/2026;**

IVANILDO SACHINSKI, CPF n° XXX.205.789-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 03/04/2026;**

JOSIANE JOCOSKI BUENO, CPF n° XXX.837.349-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/07/2026;**

JUARES JOCOSKI, CPF n° XXX.837.359-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

KELYN CAROLINE BUENO, CPF n° XXX.692.629-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/03/2026;**

LEONARDO WILEZELEK SOARES DE MELO, CPF n° XXX.319.179-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 16/10/2026;**

LUIZ GUSTAVO DALPIZOL, CPF n° XXX.615.120-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

LUIZ HENRIQUE SILVA MOREIRA, CPF n° XXX.206.478-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

MARCOS OTAVIO RIBEIRO, CPF n° XXX.266.829-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 10/11/2026;**

MAURICIO FERNANDES MEVES BENFATTI, CPF n° XXX.341.748-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

PAULO BORGES DE SANTANA JUNIOR, CPF n° XXX.817.798-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 20/03/2026;**

PRISCILA EMANOELI RODRIGUES COZER, CPF n° XXX.182.619-XX, referente ao Edital de Abertura n° 021/2024, no período **de 01/01/2026 até 04/12/2026;**

QUIENLY GODOI MACHADO, CPF n° XXX.457.289-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

ROBERTO CARLOS CORREIA E SILVA, CPF n° XXX.375.099-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 26/02/2026;**

SAVIO BUENO, CPF n° XXX.544.919-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/12/2026;**

VALQUIRIA BRILHADOR DA SILVA, CPF n° XXX.454.789-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 17/03/2026;**

VALKIRIA DE NOVAIS SANTIAGO, CPF n° XXX.603.145-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 26/05/2026;**

VANDERLEI MARINHESKI, CPF n° XXX.731.319-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 31/01/2026;**

VANESSA ROSANA PELUCHEN CAMARGO, CPF n° XXX.831.979-XX, referente ao Edital de Abertura n° 035/2023, no período **de 01/01/2026 até 06/02/2026;**

VIVIANA PATRICIA KOZLOWSKI LUCYK, CPF n° XXX.239.569-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 13/05/2026;**

ZULEIDE MARIA MATULLE, CPF n° XXX.106.849-XX, referente ao Edital de Abertura n° 001/2023, no período **de 01/01/2026 até 28/02/2026;**

Salete Paulina Machado Sirino - **Reitora**

170692/2025

UNICENTRO

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS expedidas no mês de dezembro de 2025:

602-PROGESP, de 11-12-2025: Concede promoção de classe à docente Juliana Ferreira Marcolino Galli, RG nº 13.XXX.335-X, para a classe de Professor Associado, nível A, a partir da publicação desta Portaria.

603-PROGESP, de 11-12-2025: Concede ascensão de nível à docente Marcia Regina Pawlas Carazzai, RG nº 1.XXX.258-X, para o nível B, da classe de Professor Associado, a partir da publicação desta Portaria.

604-PROGESP, de 11-12-2025: Concede promoção de classe à docente Karla Rosário Brumes, RG nº 12.XXX.409-X, para a classe de Professor Associado, nível A, a partir da publicação desta Portaria.

605-PROGESP, de 11-12-2025: Concede ascensão de nível à docente Lidia Stutz, RG nº 4.XXX.232-X, para o nível C, da classe de Professor Associado, a

partir da publicação desta Portaria.

Gabinete do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras
Pró-Reitor.

171048/2025

UNIOESTE

PORTARIA Nº 059/2025-DGC, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

Designar o servidor RAPHAEL AUGUSTO MOHR, RG nº 12.XXX.532-X, Engenheiro Civil CREA/PR nº 212.936/D, como FISCAL do contrato nº 10110/2025-GMS, derivado da Concorrência Eletrônica nº 174/2025, com vigência de 330 (trezentos e trinta dias), a partir de 12/01/2026, conforme Ordem de Execução, que tem por objeto "Reforma dos Laboratórios de Informática dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis, prevista no TED 160/2025, firmado entre a Secretaria de Estado, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior-SETI/UEF e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE".

EMERSON FEY – DIRETOR GERAL DA UNIOESTE – CÂMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON, ESTADO DO PARANÁ.

171104/2025

PORTARIA Nº 025/2025-DG de 09 de dezembro de 2025.

SÚMULA: Determina a instauração de Sindicância com a finalidade de apurar fatos mencionados em Denúncia encaminhada pelo Centro de Ciências Humanas-FB.

O Diretor Geral do Campus de Francisco Beltrão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais;

Considerando a Lei Estadual nº 20.656/2021, de 03 de agosto de 2021;

Considerando a Resolução 099/2023-COU, de 13/07/2023;

Considerando Memorando 136/2025 – CCH, de 05 de dezembro de 2025;

Considerando a Solicitação 234/2025 – Fale Conosco, encaminhada pela Corregedoria da Unioeste em 08 de dezembro de 2025;

Considerando o Memorando 049/2025 – GEOBA, encaminhado para a Direção Geral em 09 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar SINDICÂNCIA para apurar os fatos relatados no Memorando 136/2025 – CCH, e seu anexo, e na Solicitação 234/2025 – Fale Conosco/Corregedoria, juntados ao eProtocolo 25.131.512-4.

Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a presente Comissão: ELMER DA SILVA MARQUES – CPF: 005.XXX.XXX-02, como Presidente; ADRIANA PERES – CPF: 080.XXX.XXX-41 e DULCILÉIA MARIA DA SILVA – CPF: 630.XXX.XXX-04, como membros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Diário Oficial do Estado do Paraná.

Francisco Beltrão - PR, 10 de dezembro de 2025.

(Documento com assinatura eletrônica)

ADILSON CARLOS DA ROCHA
Diretor Geral do Campus

170700/2025

GABINETE DA DIREÇÃO DO CAMPUS DE CASCAVEL
PORTARIA Nº 061/2025 - DGC

DATA: 9 de dezembro de 2025.

SÚMULA: Designa servidor para Fiscalização Técnica do Contrato Administrativo n° 8937/2025.

O Diretor-Geral da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste Campus Cascavel, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

De acordo com a Portaria n° 1588/2024 - GRE, de 14 de maio de 2024;

De acordo com o Decreto nº 10.086/2022, de 17 de janeiro de 2022;

De acordo com a Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

De acordo com a Instrução de Serviço n° 003/2022 – PRAF, de 05 de maio de 2022;

De acordo com o eProtocolo nº 24.399.651-1.

RESOLVE:

Art.1º - Designar o servidor abaixo relacionado, para Fiscalização Técnica do Contrato Administrativo n° 8937/2025, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva mensal, em elevador panorâmico da Unioeste Campus Cascavel:

Fiscal Técnico do Contrato: Diego de Oliveira Cardoso – CREA PR 194033/D.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL DO CAMPUS DE CASCAVEL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CAMPUS CASCAVEL

GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI
Diretor Geral do Campus de Cascavel

170725/2025

GABINETE DA DIREÇÃO DO CAMPUS DE CASCAVEL
PORTARIA Nº 062/2025 - DGC

DATA: 10 de dezembro de 2025.

SÚMULA: Autoriza o afastamento ao exterior – Bragança/Portugal, do docente Reginaldo Ferreira Santos, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET, Campus Cascavel.

O Diretor-Geral da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste Campus Cascavel, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

De acordo com a Resolução nº 210/2013 – CEPE;

De acordo com o eProtocolo n° 25.116.756-7;

RESOLVE:

Art.1º - Autorizar o afastamento ao exterior Bragança/Portugal, do docente Reginaldo Ferreira Santos, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET, no período de 1° a 15 de fevereiro de 2026, enquanto visita técnica ao Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior Agrária, com recursos financeiros da Capes e Campus Cascavel, conforme eProtocolo n° 25.116.756-7.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CAMPUS CASCAVEL.

GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI
Diretor Geral do Campus de Cascavel

170726/2025

GABINETE DA DIREÇÃO DO CAMPUS DE CASCAVEL
PORTARIA Nº 063/2025 - DGC

DATA: 10 de dezembro de 2025.

SÚMULA: Autoriza o afastamento ao exterior – Califórnia/EUA, da docente Monica Sarolli Silva de Mendonça Costa, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET, Campus Cascavel.

O Diretor-Geral da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste Campus Cascavel, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;

De acordo com a Resolução nº 210/2013 – CEPE;

De acordo com o eProtocolo n° 25.072.202-8.

RESOLVE:

Art.1º - Autorizar o afastamento ao exterior Califórnia/EUA, da docente Monica Sarolli Silva de Mendonça Costa, do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET, no período de 31 de janeiro a 09 de fevereiro de 2026, enquanto apresentação de t rabalho no Compost 2026 USCC Conference & Tradeshow, com recursos financeiros próprios e do Campus Cascavel, conforme eProtocolo n° 25.072.202-8.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

GABINETE DA DIREÇÃO GERAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CAMPUS CASCAVEL.

GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI
Diretor Geral do Campus de Cascavel

170877/2025

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*campus* de Toledo-PR

Portaria nº 081/2025 – DG: Art. 1° Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do Contrato n.° 10060/2025, PREG-e 1900/2025 UNIOESTE/Campus de Toledo, Processo n.° 24.723.744-5, com o objeto: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia de conserto e instalação de aparelhos de ar-condicionado, na Unioeste, Campus Toledo. Gestor de Contrato: MOISÉS CORDEIRO MUNIZ, CPF: 787.XXX.XXX-34. Gestor de Contrato Substituto: LUCIR REINALDO ALVES, CPF: 039.XXX.XXX-89. Fiscal de Contrato: CARLOS MARTIN JURACH, CPF: 706.XXX.XXX-30. Art. 2° O referido processo pode ser consultado na Pró-Reitoria de Administração e Finanças ou no(s) setor(es) que acompanham sua execução. Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e tem vigência concomitante a do Contrato e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

Patricia Stafusa Sala Battisti - Diretora Geral da Unioeste/Campus de Toledo

170850/2025

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/*campus* de Toledo-PR

Portaria nº 082/2025 – DG: Art. 1° Designar os Servidores, abaixo relacionados, para Fiscalização e Gerenciamento do Contrato n.° 9460/2025, PREG-e 847/2024 SRP, Processo n.° 24.901.493-1, com o objeto: Contratação de serviços continuados de SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO, CONSERVAÇÃO E OUTROS, na Unioeste, Campus Toledo. Gestor do Contrato: MOISÉS CORDEIRO MUNIZ, CPF: 787.XXX.XXX-34. Gestor de Contrato Substituto: LUCIR REINALDO ALVES, CPF: 039.XXX.XXX-89. Fiscal do Contrato: CARMEN LUCIA BORDIGUINI BORDIN, CPF: 452.XXX.XXX-15. Art. 2° O referido processo pode ser consultado na Pró-Reitoria de Administração e Finanças ou no(s) setor(es) que acompanham sua execução. Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e tem vigência concomitante a do Contrato e eventuais Termos Aditivos de prorrogação de prazo.

Patricia Stafusa Sala Battisti - Diretora Geral da Unioeste/Campus de Toledo

171219/2025

EXTRATO 010/2025 - UNIOESTE INOVA

Natureza: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO**. Partes:** UNIOESTE X COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL X FUNDEP. **Objeto** o contrato tem como objeto a execução de serviços técnicos especializados de "Avaliar a atividade inseticida de um produto oriundo da Biocoop frente a adultos do percevejo-marrom (Euschistus

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

heros), em condições de laboratório", conforme proposta anexa e condições deste contrato. **Data da Assinatura:** 09/12/2025. **Vigência**: 03 (três) meses.

170479/2025

PORTARIA Nº 4988/2025-GRE, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais,

considerando o Art. 23, Inciso XI, do Estatuto da Unioeste;

considerando a Resolução nº 046/2008-COU, de02 de julho de 2008, a qual aprovou o Código Disciplinar da Unioeste, em vigor a época dos fatos;

considerando o Processo nº 17.725.422-3, de 09 de junho de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar **penalidade disciplinar** prevista no Art. 12, Inciso III, alínea "a", do Código Disciplinar de Unioeste - Resolução nº 046/2008-COU, na forma de **SUSPENSÃO por 30 (trinta) dias, sem percepção do vencimento, a partir de 04 de fevereiro de 2026**, a Professora MARIA ESTER RODRIGUES, RG nº 3.XXX.036-X, lotada no Centro de Educação, Comunicação e Artes do Campus de Cascavel, por infringir o Art. 9º, inciso I (urbanidade); IV (boa conduta); e Art. 10, Incisos XVI (perturbação, ameaça e ofensa a membros da comunidade acadêmica e/ou familiares, utilizando-se de recursos de informática ou outros meios de comunicação); XXXI (incontinência escandalosa, vício, jogos proibidos e embriaguez habitual), do citado Código Disciplinar.

Art. 2º Fica determinado a Pró-Reitoria de Recursos Humanos a suspensão do pagamento por 30 dias, registrando a penalidade no Histórico funcional da Professora em questão, bem como, a Divisão de Recursos Humanos do Campus de Cascavel, o registro na pasta funcional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.

ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER

REITOR

170443/2025

PORTARIA Nº 4991/2025-GRE, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

Conceder progressão de nível ao Professor TÉRCIO VIEIRA DE ARAÚJO, RG nº 6.XXX.912-X, RT-40, lotado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Foz do Iguaçu, da classe de Professor Adjunto – nível B para nível C, por avaliação de desempenho.

PORTARIA Nº 4994/2025-GRE, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

A autorização para expedição de apostilamento do processo de reconhecimento de Diploma com grau de Mestre em Educação para Saúde por equivalência ao Programa de Pós-Graduação em Biociências e Saúde, na condição regular, de LEONARDO TAVARES CAMARA, CPF nº 001.XXX.XXX-70, realizado através da Plataforma Carolina Bori, conforme solicitação nº 155455; e Processo nº 24.248.611-0. Tornar sem efeito a Portaria n° 4538/2025-GRE, de 31 de outubro de 2025.

PORTARIA Nº 4995/2025-GRE, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

A autorização para expedição de apostilamento do processo de revalidação de Diploma com grau de Bacharel em Engenharia Mecânica por equivalência ao curso de Engenharia Mecânica, na condição regular, de OLIVER NORBERT RUTTEN, CPF nº 236.XXX.XXX-31, realizado através da Plataforma Carolina Bori, conforme solicitação nº 154111; e Processo nº 24.155.982-3. Tornar sem efeito as Portarias n°s. 4331/2025-GRE, de 15 de outubro de 2025; e 4539/2025-GRE, de 31 de outubro de 2025.

170973/2025

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

DESPACHO SECRETARIAL Nº 731/2025 – SEDEF

I. Considerando a Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, publicada no DIOE/PR Edição nº 11.807, de 13/12/2024;

II. Considerando que os protocolos abaixo atendem o disposto no artigo 35 da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014;

III. Considerando a existência de prévia dotação orçamentária (**Informação nº 0390/2025/NFS** do Núcleo Fazendário Setorial – NFS e na **Declaração de Adequação da Despesa nº 0390/2025** da Ordenadora de Despesa);

IV. Considerando que a Procuradoria-Geral do Estado publicou a Resolução nº 202/2024 em que aprova o Parecer Referencial, de atualização da minuta padronizada de Termo de Colaboração ou Fomento com objeto definido, a qual é atendida por esta SEDEF;

V. **APROVO** os planos de trabalho inseridos nos protocolos abaixo e **AUTORIZO** a emissão de empenhos dos valores abaixo discriminados, correspondentes às respectivas Organizações da Sociedade Civil, conforme máximo previsto na Lei Estadual nº 22.267, de 13/12/2024:

	PROTOCOLO	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	EMENDA Nº	VALOR R$	PLANO TRABALHO	PARECER TÉCNICO
01	24.685.008-0	Associação Beneficente Casa de Nazaré	04.119.501/0001-42	1900	R$ 29.037,41	Mov. 07	Mov.37
02	25.117.128-9	Associação da Melhor Idade de Rio Bonito do Iguaçu	12.138.340/0001-62	662	R$ 49.675,50	Mov. 07	Mov. 36
03	25.083.637-6	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assaí	78.019.684/0001-60	67	R$ 50.000,00	Mov. 07	Mov. 40
04	25.077.885-6	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cambira	80.614.860/0001-54	567	R$ 49.907,00	Mov. 07	Mov. 41
05	25.108.658-3	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Santa Bárbara	02.760.250/0001-55	2150	R$ 100.000,00	Mov. 07	Mov. 57
06	25.089.840-1	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Saubádia	02.477.303/0001-25	1194	R$ 30.000,00	Mov. 07	Mov. 41
07	25.010.669-6	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prudentópolis	78.599.404/0001-30	1291	R$ 50.000,00	Mov. 07	Mov. 44
08	24.918.173-0	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal	04.613.144/0001-74	256	R$ 75.000,00	Mov. 07	Mov. 42
09	25.049.451-3	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Laranjal	04.613.144/0001-74	2369	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov. 42
10	24.861.812-4	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Verê	81.271.694/0001-01	2161	R$ 50.000,00	Mov. 07	Mov. 39
11	25.112.437-0	Fundação Vale do Paranapanema	77.251.544/0001-50	2637	R$ 99.480,88	Mov. 07	Mov. 36
12	24.998.975-4	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Jorge D'Oeste	78.687.332/0001-83	1211	R$ 50.000,00	Mov. 07	Mov. 39
13	25.120.319-9	Associação de Amigos de Deficientes Áudio-Visuais de Assis Chateaubriand	80.880.164/0001-90	2184	R$ 96.000,00	Mov. 07	Mov. 44
14	25.119.200-6	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Assaí	78.019.684/0001-60	2089	R$ 50.000,00	Mov. 07	Mov. 40

15	25.114.193-2	Associação de Pesca e Aquicultura Caiçara de Pontal do Sul	43.237.449/0001-80	2643	R$ 24.984,00	Mov. 07	Mov. 35
16	25.114.174-6	Associação de Amigos de Deficientes Áudio-Visuais de Assis Chateaubriand	80.880.164/0001-90	2262	R$ 69.887,90	Mov. 07	Mov. 43
17	25.113.503-7	Cruz Vermelha Filial do Estado do Paraná	07.404.052/0001-72	2468	R$ 98.392,10	Mov. 07	Mov. 37
18	25.106.431-8	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Castro	75.638.437/0001-54	98	R$ 100.000,00	Mov. 07	Mov. 44
19	25.105.864-4	S.O.S. - Guarda Mirim de Arapongas	75.409.524/0001-30	1957	R$ 50.000,00	Mov. 07	Mov. 39
20	25.102.681-5	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Toledo	75.974.931/0001-90	1440	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov. 39

VI. **CONDICIONO** a formalização dos termos de fomento, após cumpridas todas as formalidades legais exigidas pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
VII. Ao SEDEF/NFS para providências pertinentes.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170919/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 732/2025 – SEDEF

I. Considerando a Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, publicada no DIOE/PR Edição nº 11.807, de 13/12/2024;

II. Considerando que os protocolos abaixo atendem o disposto no artigo 35 da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014;

III. Considerando a existência de prévia dotação orçamentária (**Informação nº 0390/2025/NFS** do Núcleo Fazendário Setorial – NFS e na **Declaração de Adequação da Despesa nº 0390/2025** da Ordenadora de Despesa);

IV. Considerando que a Procuradoria-Geral do Estado publicou a Resolução nº 202/2024 em que aprova o Parecer Referencial, de atualização da minuta padronizada de Termo de Colaboração ou Fomento com objeto definido, a qual é atendida por esta SEDEF;

V. **APROVO** os planos de trabalho inseridos nos protocolos abaixo e **AUTORIZO** a emissão de empenhos dos valores abaixo discriminados, correspondentes às respectivas Organizações da Sociedade Civil, conforme máximo previsto na Lei Estadual nº 22.267, de 13/12/2024:

Nº	PROTOCOLO	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	EMENDA Nº	VALOR R$	PLANO TRABALHO	PARECER TÉCNICO
1	25.044.369-2	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pitanga	78.282.282/0001-54	2157	R$ 50.000,00	Mov. 07	Mov.40
2	25.064.637-2	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ribeirão do Pinhal	78.596.186/0001-80	1982	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov. 43
3	25.045.051-6	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Contenda	01.951.850/0001-38	1162	R$ 28.255,00	Mov. 07	Mov. 39
4	25.055.077-4	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Ventura de São Roque	01.863.050/0001-65	2353	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov. 39
5	25.075.290-3	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cruz Machado	00.900.144/0001-02	2362	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov. 44
6	25.075.784-0	Projeto Renascer	04.690.777/0001-86	1492	R$ 24.482,05	Mov. 07	Mov. 36
7	25.075.843-0	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Prata do Iguaçu	81.271.447/0001-05	2266	R$ 80.000,00	Mov. 07	Mov. 39
8	25.084.641-0	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Prata do Iguaçu	81.271.447/0001-05	1977	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov. 39
9	25.092.904-8	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Prata do Iguaçu	81.271.447/0001-05	1818	R$ 30.000,00	Mov. 07	Mov. 41

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

10	25.095.271-6	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Jorge D'Oeste	78.687.332/00 01-83	1793	R$ 50.000,00	Mov. 07	Mov. 40
11	25.095.761-0	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cambira	80.614.860/00 01-54	351	R$ 99.767,74	Mov. 07	Mov. 40
12	25.090.777-0	Projeto Fazendo a Diferença - FAZDI	04.309.546/00 01-80	485	R$ 50.000,00	Mov. 07	Mov. 37
13	25.100.856-6	Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas	80.672.561/00 01-76	267	R$ 75.000,00	Mov. 07	Mov. 40
14	25.101.715-8	Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas	80.672.561/00 01-76	1688	R$ 50.000,00	Mov. 07	Mov. 43
15	25.096.019-0	Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo	76.578.137/00 36-10	1274	R$ 100.000,00	Mov. 07	Mov. 46
16	25.102.587-8	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho	80.871.361/00 01-42	2162	R$ 41.045,00	Mov. 07	Mov. 41
17	24.897.748-5	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Esperança do Iguaçu	03.826.844/00 01-84	1831	R$ 30.000,00	Mov. 07	Mov. 47
18	25.119.037-2	Hospital Nossa Senhora das Graças – Hospital e Maternidade Luisa de Marillac	76.562.198/00 02-40	1551	R$ 76.000,00	Mov. 07	Mov. 37
19	25.101.845-6	Associação de Pesquisa e Projeção Folclórica Pôr do Sol	09.392.776/00 01-79	2655	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov. 36
20	25.089.442-2	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arapongas	75.411.579/00 01-84	1949	R$ 99.985,00	Mov. 07	Mov. 40

VI. **CONDICIONO** a formalização dos termos de fomento, após cumpridas todas as formalidades legais exigidas pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

VII. Ao SEDEF/NFS para providências pertinentes.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170928/2025

RESOLUÇÃO Nº 783/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Informar a adesão dos municípios ao Incentivo Paraná Mais Cidades conforme estabelecido na Deliberação n° 72/2025 do CEAS/PR, por meio da modalidade de transferência automática.
Art. 2° Os seguintes municípios realizaram o aceite no Termo de Adesão de forma eletrônica, por meio do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF:

	Município	Termo de Adesão	Valor
1	ADRIANÓPOLIS	Finalizado Aderido	R$100.000,00
2	ARAPONGAS	Finalizado Aderido	R$100.000,00
3	ARAUCÁRIA	Finalizado Aderido	R$750.000,00
4	BARRA DO JACARÉ	Finalizado Aderido	R$100.000,00
5	CAMPO MAGRO	Finalizado Aderido	R$100.000,00
6	CASTRO	Finalizado Aderido	R$100.000,00
7	COLOMBO	Finalizado Aderido	R$300.000,00
8	CORONEL VIVIDA	Finalizado Aderido	R$100.000,00
9	DOUTOR CAMARGO	Finalizado Aderido	R$120.000,00
10	FLORESTÓPOLIS	Finalizado Aderido	R$400.000,00
11	GOIOXIM	Finalizado Aderido	R$100.000,00
12	ITAPERUÇU	Finalizado Aderido	R$50.000,00
13	IVATUBA	Finalizado Aderido	R$50.000,00
14	JATAIZINHO	Finalizado Aderido	R$350.000,00
15	LARANJEIRAS DO SUL	Finalizado Aderido	R$250.000,00
16	LOANDA	Finalizado Aderido	R$100.000,00
17	LOBATO	Finalizado Aderido	R$150.000,00
18	MUNHOZ DE MELO	Finalizado Aderido	R$250.000,00
19	NOVA ESPERANÇA	Finalizado Aderido	R$250.000,00
20	RIBEIRÃO DO PINHAL	Finalizado Aderido	R$50.000,00
21	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	Finalizado Aderido	R$250.000,00
22	SÃO PEDRO DO PARANÁ	Finalizado Aderido	R$100.000,00
	Total		R$4.120.000,00

Art. 3° O processo de pagamento deverá obedecer às condições de pagamento previstas na legislação do cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social, bem como, estar de acordo com a Deliberação n° 72/2025 CEAS/PR.

Art. 4° A análise das condições de pagamentos dos municípios é realizada pelas áreas técnicas responsáveis pela deliberação, sendo que a operacionalização é realizada pelo Núcleo Fazendário Setorial/Gestão de Fundos – NFS/GF.
Art. 5° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

171153/2025

RESOLUÇÃO Nº 784/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto nº 021/2023 e reconduzido pelo Decreto 4498/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023:

Considerando o disposto no art. 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o que prevê como dever "da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão";

Considerando que a Lei Federal n° 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que as crianças e adolescentes encontram-se "em peculiar fase de desenvolvimento", tendo garantia à Proteção Integral que assegure todos seus direitos fundamentais e permita que alcancem todas as suas potencialidades;

Considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente previu a criação dos Fundos da Criança e do Adolescente que têm, justamente, a finalidade de atender às políticas públicas prioritárias para a criança e o adolescente, conforme definição dos respectivos Conselhos de Direitos;

Considerando que os Centros da Juventude são espaços destinados à população jovem, com prioridade para 12 a 18 anos, definidos como adolescentes pelo artigo 2° do ECA e como adolescentes – jovens (15 a 17 anos), pelas políticas públicas para a juventude e ainda, que o Centro de Juventude se constitui como uma das respostas do poder público paranaense à necessária implementação de políticas destinadas à juventude socialmente vulnerável;

Considerando que o programa dos Centros da Juventude, aprovado pela Deliberação n° 004/2009 – CEDCA/PR é aplicado de maneira transversal e tem como foco realizar a articulação das ações e serviços de diferentes políticas setoriais com o objetivo de resguardar os direitos do público-alvo e ampliar a oferta das ações ao mesmo, compondo a rede de proteção local dos territórios;

Considerando que o Programa Centros da Juventude e Bolsa Agente de Cidadania, são estratégias voltadas ao combate ao trabalho infantil e a evasão escolar dos adolescentes, pois a falta de investimento em tecnologia também é um fator relevante para a evasão dos adolescentes na escola e para a permanência dos adolescentes nos espaços de proteção sendo um deles os Centros da Juventude;

Considerando a Lei Estadual n° 19.173/2017, que organiza a política da criança e do adolescente no Estado do Paraná e cria programas de apoio à Gestão Municipal que se destinam à transferência de recursos financeiros para o aprimoramento à gestão e ao controle social da política da criança e do adolescente nos Municípios;

Considerando o disposto no art. 6° da Lei n° 19.173/2017, que dispõe sobre as competências dos Municípios, no âmbito do Sistema Estadual da Política da Criança e do Adolescente – SEPCA/PR;

Considerando o disposto no Decreto nº 10.455/2014, que regulamenta a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA/PR, para os Fundos Municipais da Criança e Adolescente, em atendimento à Lei Estadual nº 9.579/1991;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Considerando a necessidades de execução de ações integradas entre as esferas de governo, para a garantia de direitos na Primeira Infância;

Considerando o disposto na Deliberação n° 009/2024 – CEDCA/PR, que norteia os objetivos prioritários do Orçamento Criança – OCA e que traz em seu item 2.1 "Estimular programas, projetos e ações com ênfase na promoção dos direitos à liberdade, ao respeito e dignidade, convivência familiar e comunitária e no enfrentamento a todas as formas de violência, prevendo integração entre os Sistemas de Garantias de Direitos";

Considerando que há na Lei Orçamentária Anual de 2025 previsão para: "Apoiar municípios na execução de programas, ações e projetos de promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes, mediante transferência de recursos"; **RESOLVE:**

Art. 1º Dispor sobre a regulamentação do Incentivo Financeiro para a reforma do Centro da Juventude, espaço público voltado à realização de atividades que possibilitem a adolescentes e jovens produzir e acessar bens culturais e artísticos, participar de atividades esportivas e tecnológicas, desenvolver e participar de ações que favoreçam a formação pessoal, profissional e política, tendo como público prioritário, jovens de 12 a 18 anos de idade em situação de vulnerabilidades e risco social, por meio do repasse Fundo a Fundo.
Art. 2º O incentivo financeiro de que trata o art. 1º desta Resolução será transferido ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança, em conta-corrente/aplicação específica do Fundo, e deverá ser aplicado conforme definido no Termo de Adesão (Anexo III desta Resolução) que lhe deu origem.
Parágrafo único. A SEDEF/CEDCA/FIA repassará os recursos para execução das obras em parcela única.
Art. 4º Para fins de habilitação o município deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:
I – Cumprir com as condições previstas nas Deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR;
II – Possuir Atestado de Regularidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente; e ainda, do Funcionamento do Conselho Tutelar (ARCPF - §5º do art. 17 da Lei 19.173/2018), emitido pela Coordenação Estadual da Política da Criança e do Adolescente da SEDEF;
III – Apresentar Ofício solicitando o repasse do Incentivo Financeiro, informando o valor do equipamento a ser reformado;
IV – Apresentar Ata ou Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com a aprovação da adesão do Município ao incentivo financeiro, devidamente publicada no Diário Oficial ou jornal de grande circulação;
V – Cópia do RG, CPF e Ata de Posse do Prefeito e do Secretário(a) Municipal responsável pela execução da política da criança e do adolescente;
VI – Certidão de registro de propriedade ou posse ou termo de cessão de uso do imóvel, emitida a no máximo 30 (trinta) dias, onde será executada a reforma;
VII – Anexo II: Proposta de Investimento – Reforma de Equipamento da Política da Criança e do Adolescente;
VIII – Anexo III: Termo de Adesão;
IX – Anexo IV: Declaração de Compromisso de Identidade visual e manutenção do projeto padrão SEDEF/CEDCA de equipamento da política da criança e do adolescente;
§1° O município deverá enviar a documentação prevista nos incisos deste artigo, em até 05 (cinco) dias a partir da publicação desta Resolução.
§2° Em caso de não adesão e/ou pedido de desistência, o município deverá enviar justificativa, acompanhada de Resolução de aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município – CMDCA, devidamente publicada no Diário Oficial do Município, em até 05 (cinco) dias a partir da publicação desta Resolução.
§3° Os documentos relacionados nos incisos deste artigo, inclusive a justificativa de não adesão e a Resolução de aprovação do CMDCA, deverão ser encaminhados por e-mail, à Coordenação da Política da Criança e do Adolescente – CPCA da SEDEF (dpca@sedef.pr.gov.br), para fins de instauração do procedimento no e-Protocolo no âmbito da Administração Pública do Estado do Paraná.
Art. 5º Os projetos de reforma a serem providenciados pelo Município deverão obedecer às normas aplicadas ao caso, e serem elaborados por Engenheiros e/ou Arquitetos devidamente habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, com a expedição da respectiva ART/RRT.
Art. 6º Com a aprovação do pleito a SEDEF editará Resolução de Habilitação do Município para recebimento dos recursos financeiros.
Parágrafo único. A publicação da Resolução de Habilitação estará condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários.

Art. 7º Para reforma do Centro da Juventude cabe ao Município apresentar os elementos técnicos/projetos complementares.
§1º O Projeto Padrão da edificação aprovado pela Deliberação n° 004/2009 – CEDCA/PR não poderá sofrer quaisquer alterações, exceto por eventuais atualizações para atendimento de normas, as quais deverão ser submetidas ao Núcleo Técnico de Arquitetura desta Pasta.
§2º Os projetos a serem providenciados pelo Município deverão obedecer às normas aplicadas ao caso, devendo ser elaborados por engenheiros e/ou arquitetos habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.
Art. 8º Após a aprovação da documentação técnica pela SEDEF, as alterações dos elementos técnicos e suas características definidas em memorial descritivo, projetos complementares, bem como orçamentos, só poderão ser realizados mediante aprovação e autorização da SEDEF, sob pena de instauração de Procedimento Administrativo e/ou Tomada de Contas Especial.
Art. 9° Caso o custo da reforma seja superior ao valor repassado pela SEDEF, sob qualquer hipótese, a diferença de valores deverá ser custeada pelo próprio município, inclusive aditivos contratuais e reequilíbrio econômico-financeiro.
Art. 10. O município restituirá os recursos financeiros recebidos, atualizados monetariamente nos seguintes casos:
I – Quando os elementos técnicos necessários à execução da reforma não forem aceitos pelo Núcleo Técnico de Arquitetura – NTA da SEDEF;
II – Quando a reforma não for executada ou for executada parcialmente no prazo estabelecido no art. 16 desta Resolução;
III – Quando o recurso for aplicado total ou parcialmente em objeto diverso do estabelecido;
IV – Quando a reforma estiver pronta e o equipamento em pleno funcionamento, for constatado, dentro do período de 36 (trinta e seis) meses, o descumprimento de qualquer disposição prevista nesta Resolução quanto a sua utilização.
Art. 11. A comprovação da execução dos recursos financeiros deverá ser realizada pelo município junto ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente (CMDCA), por meio de relatório específico, o qual deverá ser aprovado pelo CMDCA antes de sua inclusão no Sistema Oficial utilizado pela SEDEF para o monitoramento e acompanhamento da execução do recurso.
Art. 12. Caberá ao PARANACIDADE utilizar e determinar que seja adotada a metodologia de supervisão, avaliação e controle definida por esse Órgão sobre as ações realizadas em razão deste Instrumento, devendo todos os ritos processuais estabelecidos serem rigorosamente seguidos e respeitados, sendo fornecida pelo município toda a documentação técnica, administrativa e legal para tal fim.
Parágrafo único. A instrumentalização do procedimento de licitação e execução da reforma objeto desta Resolução será realizada por meio do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento (SAM) do PARANACIDADE, através do link: https://www.paranacidade.org.br/.
Art. 13. O Monitoramento e Acompanhamento da execução do objeto desta Resolução, por Órgão Oficial do Estado, serão definidos por meio de Termo de Cooperação Técnica específico para este fim.
Art. 14. A fiscalização da obra será realizada exclusivamente por Engenheiro ou Arquiteto, vinculado ao município, devidamente registrado no CREA ou CAU, sendo de inteira responsabilidade do município a verificação da idoneidade do profissional.
§1º O município deverá informar à SEDEF, para que conste no Termo de Adesão e no Sistema Oficial utilizado pela SEDEF/Órgão Fiscalizador, para o monitoramento e acompanhamento da execução do recurso, os dados do citado profissional, doravante denominado responsável técnico, o qual fiscalizará a reforma, nos termos da legislação vigente.
§2º Em caso de alteração do responsável técnico, deverá ser efetivada mediante Termo de Apostilamento a Adesão, assinado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF).
§3° Caberá ao PARANACIDADE o acompanhamento da reforma, adotando as providências necessárias junto ao município quanto a possíveis inconsistências na execução da reforma e/ou na apresentação da documentação técnica e comunicar a SEDEF, através do Núcleo Técnico de Arquitetura (SEDEF/NTA), as providências estabelecidas.
Art. 15. O município fica obrigado a providenciar e manter Placa de Reforma nos parâmetros estabelecidos pelo Manual de Placas vigente no Estado, em até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço.
Art. 16. O prazo de vigência para a execução da reforma de que trata esta Resolução será fixado em seu Termo de Adesão e será de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da assinatura do Termo de Adesão.
Parágrafo único. O prazo máximo de duração do Termo de Adesão e do prazo de execução, não deverá ultrapassar 36 (trinta e seis) meses, salvo em caso de prorrogação excepcional mediante justificativa expressa e que indique as devidas alegações técnicas que motivam o pedido, a qual deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA.
Art. 17. É de responsabilidade do município observar o cumprimento da legislação de licitação e contratações públicas vigente, bem como a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 e suas alterações ou revogações, nas licitações que realizarem para contratação de reforma com recursos transferidos pela SEDEF/CEDCA/FIA.
Art. 18. O município será responsável pela observância dos preceitos legais e boas práticas em todas as fases da reforma, devendo zelar por sua qualidade, pela gestão do pagamento ao fornecedor, bem como pela guarda da documentação pertinente, a fim de evitar prejuízos ao erário e promover a racionalização dos recursos públicos, sob pena de responsabilização técnica e administrativa.
§1º A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo exigido pela legislação vigente.
§2º O Gestor Municipal deverá impor sanções à empresa contratada para execução da reforma, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei,

indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela Gestão Estadual se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com recursos repassados pela SEDEF/CEDCA/FIA. Define-se as seguintes práticas:
a) Prática corrupta: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
b) Prática fraudulenta: Falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;
c) Prática colusiva: Esquematizar ou estabelecer acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
d) Prática coercitiva: Causar ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução de contrato;
e) Prática obstrutiva: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SEDEF, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.
Art. 19. O município deve comprometer-se a manter o Centro da Juventude no local indicado, garantindo sua prévia destinação e seu pleno funcionamento, em benefício da comunidade segundo os preceitos do Sistema Estadual da Política da Criança e do Adolescente – SEPCA/PR.
Art. 20. Caso sejam comprovadas irregularidades, estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.
Art. 21. Fazem parte desta Resolução os anexos abaixo relacionados:
I – Anexo I: LISTA DE VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL DE HABILITAÇÃO – Documentação Obrigatória para habilitação;
II – Anexo II: PROPOSTA DE INVESTIMENTO – EQUIPAMENTO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
III – Anexo III: TERMO DE ADESÃO;
IV – Anexo IV: DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE IDENTIDADE VISUAL E MANUTENÇÃO DO PROJETO PADRÃO SEDEF/CEDCA DE EQUIPAMENTO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
Art. 22. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 10 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

ANEXO I
LISTA DE VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL DE HABILITAÇÃO OBRAS FUNDO A FUNDO

PROTOCOLO:

MUNICÍPIO:

CENTRO DA JUVENTUDE:

VALOR FIA:

DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO	FOLHA(s) Nº
Ofício do município solicitando adesão a Resolução n° - SEDEF, informando o valor e a obra a ser realizada.	
Ata ou Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a aprovação da submissão da solicitação de execução de obra no município, devidamente publicada em Diário Oficial ou jornal de grande circulação.	
Cópia de RG, CPF e Ata de posse do Prefeito e do Secretário Municipal cuja Secretaria seja a competente pela Política da Criança e do Adolescente.	
Certidão do Registro de Imóvel ou documento legal de posse emitido no ano corrente (máximo 90 dias), onde será executada a obra.	
Anexo II - Proposta de investimento	
Anexo III – Termo de Adesão	
Anexo IV – Declaração de Compromisso de Identidade Visual e Uso do Projeto Básico Fornecido pela SEDEF para Construção de Equipamento da Política da Criança e do Adolescente (Creche);	

(Assinado e datado eletronicamente)
Responsável pelo preenchimento
Nome:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO II
PROPOSTA DE INVESTIMENTO – EQUIPAMENTO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROTOCOLO:		
IDENTIFICAÇÃO GERAL		
MUNICÍPIO:		
NOME DO CENTRO DA JUVENTUDE:		
DADOS DO IMÓVEL		
REGISTRO DO IMÓVEL Nº		
SITUAÇÃO DO IMÓVEL		Posse legal do imóvel - Registrado em cartório em nome do município.
		Imóvel localizado em área desapropriada ou em desapropriação, com registro de titularidade ainda em trâmite.
		Imóvel recebido em doação, com registro de titularidade ainda em trâmite.
		Em área devoluta.
		Imóvel pertence ao Estado, por força de mandamento constitucional ou legal, em trâmite de regularização.
		Imóvel com documentação de cessão gratuita de uso, de no mínimo 20 anos.
		Outros.

ENDEREÇO		
LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:		URBANO
		RURAL
RUA:		Nº
CEP:	BAIRRO:	

ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	
População Total:	
População Área Urbana:	População de Área Rural:
Percentual de território Área Urbana:	Percentual de território Área Rural:
Aspectos Geográficos:	
Aspectos Demográficos:	

JUSTIFICATIVA
(Descrever as razões pelas quais é importante o investimento na nova unidade, considerando as necessidades da população que é/ou será atendida).

(Assinado Eletronicamente)
Nome
Prefeito do Município XXXXX

(Assinado Eletronicamente)
Nome
Secretário(a) Municipal da Secretaria a quem compete a Política da Criança e do Adolescente

(Assinado Eletronicamente)
Nome Eng/Arq:
CREA/CAU n° XXXX

ANEXO III
TERMO DE ADESÃO

O município de **XXXXXXXXXXX** por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inscrito no CNPJ/MF nº: _____, **ADERE ao Incentivo Financeiro de Investimento, nos termos da Resolução – SEDEF XXX/2025.**

RESOLUÇÃO DE HABILITAÇÃO nº	
OBJETO	VALOR:
TIPO DE UNIDADE:	
RUA	Nº
CEP	BAIRRO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ADESÃO

O município **aceita todos os termos estabelecidos na Resolução SEDEF N° XXX/2025**, e deve adotar práticas de anticorrupção, devendo observar e fazer observar, em toda gestão do Sistema Estadual da Política da Criança e do Adolescente – SEPCA/PR, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução dos recursos do incentivo evitando práticas corruptas e fraudulentas. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:
1. Prática corrupta: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
2. Prática fraudulenta: Falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;
3. Prática colusiva: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
4. Prática coercitiva: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;
5. Prática obstrutiva: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SEDEF, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

A SEDEF/CEDCA/FIA repassará os recursos para execução das obras em parcela única.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

1. Fica indicado pela SEDEF o(a) servidor(a) _____, CPF n° _____, lotado na SEDEF/_____, e o (a) servidor(a) _____, CPF n° _____, lotado na SEDEF/NTA para acompanhar e monitorar a execução deste Termo de Adesão.
2. Fica indicado pelo município o profissional (Arquiteto/Engenheiro) _____, (CAU/CREA) nº _____, para fiscalizar a execução física deste Termo de Adesão, na forma da legislação orientadora da matéria, sendo a Prefeitura responsável por comunicar através de Ofício no protocolo digital do Estado qualquer alteração, a ser avaliada e posteriormente formalizada por meio de Termo de Apostilamento.
Parágrafo único. O município fica obrigado a indicar profissional Arquiteto ou Engenheiro para fiscalizar a execução física deste Termo, na forma da legislação orientadora da matéria. A ART ou RRT referente à Fiscalização da Obra deverá ser fornecida ao PARANACIDADE quando da assinatura da Ordem de Serviço ao Contrato do município com a empresa executora.
3. As ações de monitoramento e acompanhamento da execução das obras/reformas por órgão oficial do Estado, igualmente ficam sob a supervisão da SEDEF/NTA.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Adesão tem prazo de vigência e execução de 36 (trinta e seis) meses, que poderá ser alterado/prorrogado excepcionalmente, mediante aprovação do Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família, sendo vedada a mudança do objeto.
Parágrafo único. Depois de aprovada a documentação técnica pela PARANACIDADE com a emissão da respectiva Análise de Projeto Técnico de Engenharia pelo órgão, as alterações dos elementos técnicos e suas características definidas em memorial descritivo, projetos complementares, bem como orçamentos, não poderão ser alterados, sob pena de instauração de Procedimento Administrativo e/ou Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Questões omissas a este documento deverão ser resolvidas pela SEDEF.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba da Justiça Estadual do Paraná para dirimir qualquer litígio que porventura possa surgir da execução deste Termo de Adesão, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
As partes assinam este instrumento, para efeitos jurídicos e legais por meio de assinatura digital.
Assinado e datado eletronicamente,

(Assinado Eletronicamente)
Nome
Prefeito do Município XXXXX

(Assinado Eletronicamente)
Nome
Secretário(a) Municipal da Secretaria a quem compete a Política da Criança e do Adolescente

(Assinado Eletronicamente)
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE IDENTIDADE VISUAL E MANUTENÇÃO DO PROJETO PADRÃO SEDEF/CEDCA DE EQUIPAMENTO DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Declaramos, conforme prevê o inciso IX do artigo 5º da Resolução nº XXX - SEDEF para todos os fins de direito a quem interessar possa, que a Prefeitura Municipal de _____ compromete-se seguir a identificação visual definida no Projeto Padrão, previsto na Deliberação n° 004/2009 – CEDCA/PR, aprovado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR.

(Assinado Eletronicamente)
Nome
Prefeito do Município XXXXX

(Assinado Eletronicamente)
Nome
Secretário(a) Municipal da Secretaria a quem compete a Política da Criança e do Adolescente

(Assinado Eletronicamente)
Nome Eng/Arq:
CREA/CAU n° XXXX
Responsável Técnico do Município de XXXXX

171106/2025

DESPACHO SECRETARIAL Nº 736/2025 – SEDEF

I. Considerando a Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, publicada no DIOE/PR Edição nº 11.807, de 13/12/2024;
II. Considerando que os protocolos abaixo atendem o disposto no artigo 35 da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014;
III. Considerando a existência de prévia dotação orçamentária (**Informação nº 0390/2025/NFS** do Núcleo Fazendário Setorial – NFS e na **Declaração de Adequação da Despesa nº 0390/2025** da Ordenadora de Despesa);
IV. Considerando que a Procuradoria-Geral do Estado publicou a Resolução nº 202/2024 em que aprova o Parecer Referencial, de atualização da minuta padronizada de Termo de Colaboração ou Fomento com objeto definido, a qual é atendida por esta SEDEF;
V. APROVO os planos de trabalho inseridos nos protocolos abaixo e **AUTORIZO** a emissão de empenhos dos valores abaixo discriminados, correspondentes às respectivas Organizações da Sociedade Civil, conforme máximo previsto na Lei Estadual nº 22.267, de 13/12/2024:

	PROTOCOLO	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	CNPJ	EMENDA Nº	VALOR R$	PLANO TRABALHO	PARECER TÉCNICO
01	25.093.490-4	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jesuítas	78.669.769/0001-94	207	R$ 49.990,00	Mov. 07	Mov.40
02	25.055.170-3	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Atalaia	80.289.333/0001-11	1963	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov.43
03	24.809.432-0	Associação Beneficente Davi Muller	10.340.470/0001-58	2676	R$ 77.444,73	Mov. 07	Mov.41
04	25.084.309-7	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubiratã	77.845.287/0001-85	795	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov.40

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

05	25.120.583-3	Província Brasileira da Congregação Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente	76.578.137/0070-11	2585	R$ 100.000,00	Mov. 07	Mov.41
06	25.121.057-8	Instituto Cultural Educar para a Vida - ICEV	37.555.339/0001-64	2636	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov.39
07	25.044.843-0	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmeira	77.487.601/0001-03	1	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov.41
08	25.121.448-4	Associação dos Cadeirantes e Portadores de Necessidades Especiais de Capitão Leônidas Marques - ACPNE	48.916.155/0001-07	2359	R$ 25.000,00	Mov. 07	Mov. 40
09	25.004.549- 2	Remanso da Pedreira - REMAP	09.379.739/0001-20	608	R$ 50.000,00	Mov. 07	Mov. 53
10	25.102.855-9	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colombo	82.258.120/0001-58	1581	R$ 24.377,00	Mov. 07	Mov. 47
11	25.121.266-0	Associação Beneficente Dikaion	05.263.038/0001-70	1575	R$ 49.979,92	Mov. 07	Mov. 43
12	25.101.765-4	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piraí do Sul	80.057.755/0001-61	534	R$ 75.000,00	Mov. 07	Mov 39

VI. CONDICIONO a formalização dos termos de fomento, após cumpridas todas as formalidades legais exigidas pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
VII. Ao SEDEF/NFS para providências pertinentes.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

171214/2025

DELIBERAÇÃO Nº 67/2025 – CEDCA/PR

Considerando o Plano Paraná Mais Cidades IV – PPMC IV, instituído pelo Governo do Paraná através do Decreto n° 9.543/2025, de 10 de abril de 2025, que possui como objetivo fomentar o desenvolvimento das municipalidades do Paraná;
Considerando o disposto no inciso I do art. 2° do Decreto n° 9.543/2025, o qual estabelece que: "Art. 2° O fomento para desenvolvimento dos Municípios será formalizado preferencialmente por meio de: **I –** Transferência fundo a fundo, observada a legislação de regência (...)".
Considerando o disposto no inciso XIII do art. 3º do Decreto nº 9.543/2025 que incluí a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF, como órgão competente à viabilização de recursos destinados aos municípios contemplados pelo Plano Paraná Mais Cidades IV – PPMC I, quando envolver suas áreas de atuação;
Considerando o disposto na Lei nº 19.173/2017 que organiza a Política da Criança e do Adolescente no Estado do Paraná e dá outras providências;
O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Paraná – CEDCA/PR, reunido ordinariamente no dia 09 de Dezembro de 2025;

DELIBEROU

Art. 1º Pela aprovação do repasse do recurso aportado pelo Governo do Estado, no valor total de R$ 1.150.000,00 (um milhão cento e cinquenta mil reais), para os 11 (onze) municípios beneficiados pelo Plano Paraná Mais Cidades IV – PPMC IV, através da transferência de recursos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência – FIA, aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA's.
Parágrafo único. A relação de municípios e o respectivo valor a ser repassado a cada um constam no Anexo I da presente Deliberação.

Art. 2° A execução do recurso pelo município deverá observar o disposto no Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que tem por objetivo o fortalecimento dos serviços e ações voltadas à prevenção, promoção, defesa e/ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Art. 3º Os municípios deverão cumprir as exigências/formalidades previstas no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF) entre 10.12.2025 a 12.12.2025, para fins de recebimento do recurso.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de até 24 (vinte e quatro) meses para execução do recurso, contados do seu recebimento.

Art. 5º Os recursos financeiros previstos nesta Deliberação poderão ser utilizados apenas para investimento.

Art. 6º A prestação de contas dos recursos repassados será realizada por meio do Sistema Fundo a Fundo – SIFF, seguindo o disposto nas regulamentações da SEDEF, com as seguintes exigências:
§1º Inclusão, no SIFF, do Relatório de Gestão Físico-Financeira, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e acompanhado de cópia da Resolução de aprovação publicada no diário oficial do município;
§2º Extratos da conta-corrente e da aplicação financeira.

Art. 7º Nos casos em que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA aprovar parcialmente ou com ressalvas o Relatório de Gestão Físico-Financeira, o município deverá apresentar justificativa sobre o caso e indicar como as ressalvas serão resolvidas.
Parágrafo único. Nos casos de não cumprimento das ressalvas ou omissão na apresentação da prestação de contas, poderá ser instaurado procedimento de Tomada de Contas Especial em face do município, prejudicando o recebimento de novos recursos pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF.

Art. 8º Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o acompanhamento e fiscalização dos recursos previstos nesta Deliberação, independentemente de ações que possam ser dotados pela SEDEF.

Art. 9° As despesas realizadas com recursos financeiros recebidos na modalidade fundo a fundo devem atender às exigências legais concernentes ao processamento, empenho, liquidação e efetivação do pagamento, mantendo-se arquivada a respectiva documentação administrativa e fiscal pelo município, pelo período legalmente exigido.
Parágrafo único. Os documentos comprobatórios das despesas de que trata o *caput* deste artigo, tais como notas fiscais, recibos, faturas, dentre outros legalmente aceitos, deverão ser arquivados, preferencialmente, na sede da unidade pagadora do município, em local que assegure sua boa conservação e devidamente identificados, permanecendo à disposição do Estado e dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 10. É assegurado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado e ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR, o acesso, a qualquer tempo, à documentação comprobatória da execução da despesa, aos registros afetos ao serviço e a toda documentação pertinente.

Parágrafo único. A prestação de contas da aplicação dos recursos repassados aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente deve atender também às instruções Emitidas pelo Tribunal de Contas do Paraná, devendo as informações correspondentes à execução dos recursos serem inseridas no Sistema de Informações Municipais do referido Tribunal.

Art. 11. Os casos omissos serão analisados e decididos pelo Órgão Gestor Estadual da Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/PR.

Art. 12. A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Curitiba/PR, 09 de dezembro de 2025.

Danielle Dalavechia Chedid Silvestre
Presidente do CEDCA/PR

DELIBERAÇÃO Nº 67/2025 – CEDCA/PR

ANEXO I
RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS

Município	Valor
Apucarana	R$ 100.000,00
Campo Largo	R$ 100.000,00
Londrina	R$ 100.000,00
Maringá	R$ 150.000,00
Paranaguá	R$ 100.000,00
Paranapoema	R$ 100.000,00
Porecatu	R$ 100.000,00
Capanema	R$ 100.000,00
Foz do Iguaçu	R$ 200.000,00
Mandaguaçu	R$ 50.000,00
Diamante do Oeste	R$ 50.000,00
Total	**R$ 1.150.000,00**

171092/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 730/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.904.577-2

I. AUTORIZO, com fulcro no inciso VI, artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, e nos termos do §° 3° do art. 1° do Decreto Estadual de n° 4.189/2016 bem como no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e, considerando o Memorando nº 223/2025-NRHS/SEDEF (Mov. 02), a concordância de prorrogação da empresa contratada (Mov. 03), o Ofício nº 134/2024-DIRTRA-AMEP (mov. 05), a lista de verificação (mov. 34) e a Informação Técnica nº 722/2025 da Assessoria Técnica – SEDEF/AT (Mov. 36), que atestaram formal e legalmente o procedimento em comento, a formalização do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 379/2025 firmado com a empresa ASSOCIAÇÃO METROCARD, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.319.963/0001-06**, tendo como objeto **a prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses**, a partir de 06/02/2026 até 05/02/2027, e, tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira (mov. 24-26)**,** mantendo-se o valor do contrato de até **R$ 19.888,00 (dezenove mil, oitocentos e oitenta e oito reais)**, desde que atendidas as disposições legais.
II. CONDICIONO ao NAS/SEDEF o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro de seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetiva contratação.
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170459/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 733/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.840.572-4

I. AUTORIZO, com fulcro no inciso VI, artigo 4º da Lei nº 21.352/2023, e nos termos do §° 3° do art. 1° do Decreto Estadual de n° 4.189/2016 bem como no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, e, considerando o Memorando nº 233/2025-NRHS/SEDEF (Mov. 02), a concordância de prorrogação da empresa contratada (Mov. 03), o Decreto nº 306/2023 de Curitiba (mov. 08), a lista de verificação (mov. 38) e a Informação Técnica nº 725/2025 da Assessoria Técnica – SEDEF/AT (Mov. 42), que atestaram formal e legalmente o procedimento em comento, a formalização do **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 1721/2025 firmado com a empresa URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A, inscrita no CNPJ sob o n.º 75.076.836/0001-79**, tendo como objeto **a prorrogação do prazo de vigência por 12 (doze) meses**, a partir de 31/03/2026 até 30/03/2027, e, tendo em vista a disponibilidade orçamentária e financeira (mov. 22-24)**,** mantendo-se o valor do contrato de até **R$ 144.600,00 (cento e quarenta e quatro mil e seiscentos reais)**, desde que atendidas as disposições legais.
II. CONDICIONO ao NAS/SEDEF o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro de seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetiva contratação.
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170681/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 734/2025 – SEDEF

Referente ao protocolado nº 24.848.404-7

I. AUTORIZO, com fulcro no parágrafo único do art. 14 da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991 e Decreto nº 10.455, de 26 de Março de 2014, que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA, para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência; considerando a Lei nº 21.870, de 19 de dezembro de 2023, que institui o Programa Infância Feliz Paraná; considerando as Deliberações nº 060/2023 e nº 025/2024 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/PR, que aprovam o repasse de recursos do Fundo Estadual para Infância e Adolescência – FIA para os Fundos Municipais para Infância e Adolescência para construção de creches; e considerando a Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 029/2025 e 531/2025, e com base na Informação Técnica CPPS/SEDEF nº 223/2025 (Mov. 26) e no Despacho nº 861/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 25), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 27-29), a realização da despesa no valor de R$ 199.436,20 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e vinte centavos), referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção de creche no município de Tapejara.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 11 da Resolução nº 212/2024 – SEDEF e suas alterações;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170873/2025

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 409/2025

Protocolo nº **24.985.220-1**

A presente justificativa refere-se à solicitação de celebração do Termo de Fomento, cujo objeto é a execução do Projeto "TRANSPORTANDO ESPERANÇA", com o intuito de promover o incremento das ações e serviços prestados pela Organização da Sociedade Civil – INSTITUTO JOÃO FERRAZ DE CAMPOS. A proposta tem origem na Emenda Parlamentar nº 2202 aprovada pela Lei Estadual nº 22.267 de 13 de dezembro e 2024.

Conforme a legislação vigente, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), cumpriu todas as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.019/2014, em especial o disposto no Art. 29, que permite a celebração de termos de colaboração ou fomento envolvendo emendas parlamentares sem a necessidade de chamamento público, salvo em casos de acordos de cooperação envolvendo comodato ou doação de bens.

A proposta cumpre todas as exigências legais, tendo sido realizada a avaliação da capacidade técnica e operacional do INSTITUTO JOÃO FERRAZ DE CAMPOS, além da aprovação do plano de trabalho e emissão de parecer técnico, conforme os requisitos do Art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Dessa forma, considerando o atendimento a todas as condicionalidades previstas pela Lei Federal nº 13.019/2014 e pelo Decreto Estadual nº 3513/2016, justifica-se a dispensa de chamamento público para a celebração do Termo de Fomento em questão, garantindo a conformidade com a legislação e assegurando o interesse público na execução do projeto.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170504/2025

RESOLUÇÃO Nº 782/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 212/2024/2023 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**

Art. 1º HABILITAR o município de **Tapejara**, conforme art. 5º da Resolução nº 212/2024 – SEDEF, alterada pelas Resoluções nº 029/2025 e nº 531/2025 - SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, para a construção de creche, local de atendimento educacional e social, destinado a prover a infraestrutura adequada para o fortalecimento e o desenvolvimento de ações voltadas à Primeira Infância, para o atendimento de crianças de 0 (zero) a 03 (três) anos de idade, e predominantemente, em situação de vulnerabilidade social e assistidas pelos programas sociais de transferência de renda:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

Rogério Carboni

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

170866/2025

RESULTADO DEFINITIVO DAS ELEIÇÕES PARA REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA O BIÊNIO 2026/2027 - CEJUV/PR:

I - CADEIRA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA

Entidade Titular: Juventude Socialista Brasileira - JSB

Entidade Suplente: CONSEJUV Brasil

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

II - CADEIRA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIO

Entidade Titular: União Paranaense de Estudantes - UPE

Entidade Suplente: União Juventude e Liberdade - UJL

III – CADEIRA DO MOVIMENTO DOS DIREITOS DAS MULHERES

Entidade Titular: Instituto Constrói

Entidade Suplente: Casa de Malhú

IV – CADEIRA DOS MOVIMENTOS DE EMPREENDEDORISMO, GERAÇÃO DE TRABALHO, RENDA E ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Entidade Titular: SIEP – Sociedade de Integração dos Estudantes Paranaenses

Entidade Suplente: CIEE/PR

V – CADEIRA DE JUVENTUDES DE PARTIDOS POLÍTICOS

Entidade Titular: CIDADANIA 23

Entidade Suplente: Partido NOVO

VI – CADEIRA DO MOVIMENTO ÉTNICO-RACIAL E PROMOÇÃO À IGUALDADE RACIAL

Entidade Titular: Rede de Mulheres Negras - RMN

Entidade Suplente: Movimento Negro Evangélico do Paraná – MNE/PR

VII – CADEIRA DA JUVENTUDE DO MEIO RURAL

Entidade Titular: FETAEP

VIII – CADEIRA DOS MOVIMENTOS COMUNITÁRIOS

Entidade Titular: Instituto ALETHEICO

Entidade Suplente: Associação de Amigos e Mulheres Solidárias - AMES

IX – CADEIRA DA JUVENTUDE DO MEIO RELIGIOSO

Entidade Titular: COJEFFTA - Sagrada Família

Entidade Suplente: Setor Juventude da Diocese de Apucarana

X – CADEIRA DA JUVENTUDE DOS POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Entidade Titular: SINSEP – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais

Entidade Suplente: Associação Ilê Axé Ode Kare Igbo

XI – CADEIRA DO MOVIMENTO DE DIVERSIDADE SEXUAL

Entidade Titular: Irmandade Sem Fronteiras

Entidade Suplente: Grupo Dignidade

XII – CADEIRA DA POLÍTICA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Entidade Titular: ADFCL – Associação dos Deficientes Físicos de Campo Largo

Entidade Suplente: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Salto do Lontra.

Comissão Organizadora do Processo Eleitoral do CEJUV/PR.

Conselho Estadual de Juventude do Paraná – CEJUV/PR

Curitiba, 11 de dezembro de 2025.

170705/2025

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à J M SLOMUSZYNSKI LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 363293 com validade até 08/12/2028, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Colônia Ronda, S/N no município de Mallet/PR.

170575/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EURICO DE FREITAS MIRANDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 363868 com validade até 08/12/2031, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na ESTRADA DIVISORA DE GUAÍRA KM 12, S/N no município de Terra Roxa/PR.

170623/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ANDERSON DUMS - RECIPLAST, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 363811 com validade até 08/12/2031, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes a ser implantada na Comunidade Linha Palmeirinha, SN no município de Itapejara do Oeste/PR.

170598/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RECICLAGEM MANGUEIRINHA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 363817 com validade até 08/12/2031, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes a ser implantada na R. Tancredo Neves, sn no município de Mangueirinha/PR.

170601/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ITIBAN ENVASADORA E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA., a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 363828 com validade até 08/12/2030, para Industrial - Bebidas a ser implantada na ROD ASTORGA/JAGUAPITÃ, KM 15, ESTÂNCIA SÃO PEDRO, SN no município de Astorga/PR.

170608/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FRIULI PATRIMONIALE LTDA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 363735 com validade até 08/12/2030, para Imobiliário - Edificações a ser implantada na AVENIDA DOM PEDRO II, 1228 no município de Quatro Barras/PR.

170583/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CRISTIANE APARECIDA FARIAS FERNANDES & CIA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 363824 com validade até 08/12/2031, para Comércio e Serviço - Atividades funerárias e serviços relacionados instalada na Rua Coronel Santiago Dantas, 4538 no município de Chopinzinho/PR.

170605/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PEDRO AMAURI PEREIRA, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 363757 com validade até 08/12/2027, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Carlos Marquette, 64 no município de São José dos Pinhais/PR.

170586/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LASTRO INDUSTRIA METALÚRGICA LTDA, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 363791 com validade até 08/12/2027, para Industrial - Ind. metalúrgica instalada na Rua Leopoldo Précoma, 645 no município de São José dos Pinhais/PR.

170592/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à HELIO CHIAPETTI, a Licença de Instalação - LI nº 363902 com validade até 08/12/2027, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente a ser implantada na Avenida Rocha Pombo, 2212 no município de Cascavel/PR.

170634/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AURABRASIL - TRANSPORTES MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA., a Licença de Instalação - LI nº 363517 com validade até 08/12/2027, para Comércio e Serviço - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica a ser implantada na Rua Ângelo Moro Redeschi, 270 no município de São José dos Pinhais/PR.

170577/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PCI&Z GESTAO DE NEGOCIOS E PARTICIPACOES LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 363525 com validade até 08/12/2027, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente a ser implantada na Avenida Presidente Getulio Vargas, s/n no município de Irati/PR.

170579/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PREF SÃO JOÃO DO IVAI, a Licença de Instalação - LI nº 363750 com validade até 08/12/2029, para Comércio e Serviço - Serviço de saúde a ser implantada na RUA SALVADOR GUERRA, SN no município de São João do Ivaí/PR.

170585/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, a Licença de Instalação - LI nº 363787 com validade até 08/12/2031, para Comércio e Serviço - Pátio/Estacionamento de Caminhões a ser implantada na Rodovia BR 487, s/n no município de Campo Mourão/PR.

170590/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CODEINK CODIFICACOES INDUSTRIAIS LTDA., a Licença de Instalação - LI nº 363829 com validade até 08/12/2027, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Rua Alberto Bedin, 1713 no município de Colombo/PR.

170609/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADM ENGENHARIA, a Licença de Instalação - LI nº 363836 com validade até 08/12/2029, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas a ser implantada na Gleba 07, Colonia Rio Quarto - Parte 1, S/N no município de Vera Cruz do Oeste/PR.

170611/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADN LOTEADORA LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 363878 com validade até 08/12/2028, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na Rua Anita Philipowski, 333 no município de Ponta Grossa/PR.

170624/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FRAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 363815 com validade até 08/12/2026, para Industrial - Ind. metalúrgica a ser implantada na Rod 376 - KM 188, s/n° no município de Marialva/PR.

170600/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PEDREIRA COSTA LTDA, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 363848 com validade até 08/12/2027, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na Rua Pedro Martins, 651 no município de São José dos Pinhais/PR.

170618/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DISAM DISTRIBUIDORA DE INSUMOS AGRICOLAS SUL AMERICA LTDA, a Licença de Operação - LO nº 363808 com validade até 08/12/2029, para Comércio e Serviço - Armazenadoras de Produtos Agrotóxicos, seus componentes e afins instalada na RUA CONCEIÇÃO GARCIA SANCHES, 181 no município de Sertanópolis/PR.

170597/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ASSOCIACAO RIONEGRENSE DE CATADORES, a Licença de Operação - LO nº 363835 com validade até 08/12/2029, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Armazenamento temporário e transbordo de resíduos sólidos instalada na RUA MARKUS ANTON JOSEF FENDEL, 147 no município de Rio Negro/PR.

170610/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SAN LAC - TECNOLOGIA, NUTRIÇÃO E SAÚDE ANIMAL LTDA, a Licença de Operação - LO nº 363849 com validade até 08/12/2029, para Industrial - Alimentos instalada na Rua Aristeu Luciano Adamoski, 934 no município de Quatro Barras/PR.

170619/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LBX S/A, a Licença de Operação - LO nº 363842 com validade até 08/12/2028, para Imobiliário - Parcelamento de solo instalada na Rua Anézio Rosa, s/n no município de Sarandi/PR.

170615/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 260133 com validade até 09/12/2027, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rodovia PRT 487, km 321, s/nº no município de Cândido de Abreu/PR.

170627/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REIMIX CONCRETO USINADO LTDA, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº 363788 com validade até 08/12/2027, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rua Nodiran Gonçalves Cordeiro, 72 no município de São José dos Pinhais/PR.

170591/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à KEOMA DIESEL LTDA, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº 363760 com validade até 08/12/2027, para Comércio e Serviço - Comércio, manutenção e reparo de veículos automotores, peças e acessórios instalada na Avenida Marginal Direita, 1158 no município de Colombo/PR.

170587/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à REDE DE POSTOS M7 LTDA., a Licença de Operação de Regularização - LOR nº 363643 com validade até 08/12/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Rua Wenceslau Hubner, S/N no município de Campo do Tenente/PR.

170580/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ENIO LUIS FOLIATTI, a Licença de Operação de Regularização - LOR nº 363799 com validade até 08/12/2027, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Linha Boa Esperança, s/n no município de Entre Rios do Oeste/PR.

170594/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BRAZ DANIEL BAREA ZANETI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363846 com validade até 08/12/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na RODOVIA P/ JESUITAS, LR 43, GL. MASSAPE, S/N no município de Assis Chateaubriand/PR.

170616/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROSELI DE FÁTIMA PEREIRA CARDOSO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363887 com validade até 08/12/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Estrada Sabaúna - Lote 290-A, s/n no município de Terra Boa/PR.

170630/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MAURÍCIO JOÃO DENCK, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363853 com validade até 08/12/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Sitío Taboão, s/n no município de Ipiranga/PR.

170621/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADRIANO WACHERSKI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 363880 com validade até 08/12/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Chacara Santa Terezinha - Rodovia Pr 090, km 28 no município de Castro/PR.

170626/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FARIPAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUBPRODUTOS ANIMAIS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 363747 com validade até 08/12/2027, para Industrial - Alimentos a ser implantada na Estrada Filomena da Conceicao Machado Kuhnen, S N° no município de Mandirituba/PR.

170584/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE SANTA MÔNICA, a Licença Prévia - LP nº 363764 com validade até 08/12/2028, para Imobiliário - Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social - Lei Estadual Nº 10.671/93 a ser implantada na Avenida Nilo Cairo, SN no município de Santa Mônica/PR.

170588/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INKOR - INDUSTRIA CATARINENSE DE COLAS E REJUNTES LTDA, a Licença Prévia - LP nº 363837 com validade até 08/12/2028, para Industrial - Industrias diversas a ser implantada na BR 163 km 02, sn no município de Guaíra/PR.

170612/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RECIMAX METALURGICA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 363847 com validade até 08/12/2027, para Industrial - Ind. metalúrgica a ser implantada na Rua Tadeu Milan, 1106 no município de Araucária/PR.

170617/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à D.S PAPEIS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 363656 com validade até 08/12/2026, para Industrial - Ind. química a ser implantada na Rua Anna de Souza, 64 no município de Colombo/PR.

170582/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à C. T. R. 3 PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 363821 com validade até 08/12/2027, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes a ser implantada na LOCALIDADE PALMEIRINHA, 0 no município de Coronel Vivida/PR.

170604/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JULIO CESAR TEIXEIRA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 363886 com validade até 08/12/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Estrada Água da Prata, km-12 no município de Bela Vista do Paraíso/PR.

170629/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à M W PLASTIC LTDA, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 363519 com validade até 08/09/2027, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica a ser implantada na Rua Padre Leopoldo Jarek, 715 no município de São José dos Pinhais/PR.

170578/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A nº 363879 com validade até 08/12/2027, para Industrial - Fabricação de máquinas e equipamentos a ser implantada na Rua Angelina Ricci Vezozzo, 3400 no município de Londrina/PR.

170625/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JONATA IAN GUESSER, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 363898 com validade até 09/07/2031, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na LOTE RURAL N° 18, S/N no município de Entre Rios do Oeste/PR.

170633/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TRATMATIC TRATAMENTOS TÉRMICOS, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 363814-R4 com validade até 08/12/2030, para Industrial - Ind. metalúrgica a ser implantada na Rua Anselmo Vaccari, 320 no município de São José dos Pinhais/PR.

170599/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARCOS HUIDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 363785-R1 com validade até 08/12/2031, para Agropecuária - Suinocultura a ser implantada na Km 17, S/N no município de Manoel Ribas/PR.

170589/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUGGI ALIMENTOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363885-R4 com validade até 08/12/2030, para Industrial - Alimentos instalada na RUA BRASILIA, 102 no município de Sertanópolis/PR.

170628/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PIEX PLASTICOS LTDA EPP, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363651-R1 com validade até 08/12/2027, para Gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes - Unidade de gerenciamento de resíduos sólidos e/ou efluentes instalada na Rua Tavares de Lyra, 4709 no município de São José dos Pinhais/PR.

170581/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NYLKIT - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPONENTES PARA ESQUADRIAS LTDA - ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363892-R1 com validade até 08/12/2030, para Industrial - Industrias diversas instalada na Rua Ney José de Oliveira Machado, 185 no município de Londrina/PR.

170631/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VALDIR ROBERTO KUHN, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363797-R2 com validade até 08/12/2031, para Agropecuária - Suinocultura instalada na LINHA KM 07, S/N no município de Pato Bragado/PR.

170593/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOINHO DE TRIGO E MADEIREIRA BOLSON LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363806-R2 com validade até 08/12/2029, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Avenida Tupi, 4759 no município de Pato Branco/PR.

170595/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SOFT SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363807-R3 com validade até 08/12/2029, para Industrial - Ind. de material elétrico, eletrônicos e de comunicação instalada na Rua Farrapos, 485 no município de Pato Branco/PR.

170596/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363818-R1 com validade até 08/12/2029, para Comércio e Serviço - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes instalada na Rodovia BR-476, 1850 no município de Araucária/PR.

170602/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CARGOMODAL TRANSPORTES SERVIÇOS E LOCAÇÃO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363819-R3 com validade até 08/12/2030, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Avenida Governador Roberto da Silveira, 3160 no município de Apucarana/PR.

170603/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à J BORTOLETTO E CIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363826-R1 com validade até 08/12/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na Avenida Doutor Manoel Pedro, 1726 no município de Lapa/PR.

170606/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VALDEMIR ANTONIO DA SILVA - CLEVELANDIA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363827-R2 com validade até 08/12/2029, para Industrial - Alimentos instalada na Rua Barão do Rio Branco, 1000 no município de Clevelândia/PR.

170607/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BELAGRÍCOLA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS S.A., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363893-R2 com validade até 08/12/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na Rodovia PR 537, s/nº no município de Bela Vista do Paraíso/PR.

170632/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BUSSADORI, GARCIA & CIA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363839-R4 com validade até 08/12/2030, para Industrial - Beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas instalada na RODOVIA PR 090 KM 04 - BELA VISTA DO PARAÍSO - ALVORADA DO SUL, S/Nº no município de Bela Vista do Paraíso/PR.

170613/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MONTE MORIAH INDUSTRIA DE PLASTICOS - EIRELI - EPP, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363840-R2 com validade até 08/12/2029, para Industrial - Ind. de produtos de matéria plástica instalada na Est Alcides Correa, SN no município de Itapejara do Oeste/PR.

170614/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ARAUCÁRIA RAIL TECHNOLOGY LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363852-R3 com validade até 08/12/2029, para Industrial - Ind. de material elétrico, eletrônicos e de comunicação instalada na Avenida São Gabriel, 481 no município de Colombo/PR.

170620/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MAGAZINE LUIZA S/A, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363861-R1 com validade até 08/12/2030, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista não especificado anteriormente instalada na Avenida Tiradentes, 7100 no município de Londrina/PR.

170622/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPENSADOS BONARDI LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 363502-R2 com validade até 08/12/2029, para Industrial - Ind. da madeira instalada na Rua Jatoba, 841 no município de Fazenda Rio Grande/PR.

170576/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIA DE LOURDES IORA, a Autorização Ambiental - AA nº 63725 com validade até 09/06/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:AV: PREFEITO HORACIO AMARAL 202 no município de Campo Mourão/PR.

171013/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, a Autorização Ambiental - AA nº 63721 com validade até 08/12/2026, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:Avenida Guaratuba nº 160 Bairro:SHANGRI-LÁ Cep:83255000Pontal do Paraná no município de Pontal do Paraná/PR.

171014/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Ponte de Guaratuba, a Autorização Ambiental - AA nº 63726 com validade até 09/12/2027, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:25°51'34.0"S 48°35'10.0"W Bairro: Cep:83280000Guaratuba no município de Guaratuba/PR.

171015/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IMPLANTAÇÃO DE TRAVESSIA SOBRE CORPO HÍDRICO, a Autorização Ambiental - AA nº 63720 com validade até 08/12/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:FAZENDA BOA SRTE Bairro: Cep:87860000Planaltina do Paraná no município de Planaltina do Paraná/PR.

171016/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROSIMARA DE MATOS ZOMERFELD, a Autorização Ambiental - AA nº 63723 com validade até 09/06/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA JOAO MENDES DE OLIVEIRA 148 no município de Mamborê/PR.

171012/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ADMINISTRADORA DE IMOVEIS & PALOCO LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 63722 com validade até 09/06/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA ERMINIA MANDOLINI LAURAN 579 no município de Campo Mourão/PR.

171010/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE MATINHOS, a Autorização Ambiental - AA nº 63724 com validade até 09/12/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:RUA PASTOR ELIAS ABRAHAO, 22 Bairro:SERTAOZINHO Cep:83260000Matinhos no município de Matinhos/PR.

171011/2025

Portaria n° 12829/2025/OD-GOUT. Prot. 24.741.467-3. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) RENATO GABRIEL SCHMITT - CPF/CNPJ 431.314.849-34. Córrego Água Limpa. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.204.519,18 N 773.796,22 E. Validade 6 anos. Finalidade Transporte de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 8.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município São Miguel do Iguaçu.

170514/2025

Portaria n° 12826/2025/OP-GOUT. Prot. 24.796.145-3. Captação superficial. Outorgado(s) INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ S/A - CPF/CNPJ 81.567.596/0008-84. Córrego Canela. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.254.152,00 N 225.540,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Irrigação. Vazão máxima outorgada 100.00 m³/h 21:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Toledo.

170523/2025

Portaria n° 12835/2025/OD-GOUT. Prot. 25.050.729-1. Captação superficial. Outorgado(s) WALTRAUD FAUTH RICHTER - CPF/CNPJ 063.202.929-38. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.297.000,55 N 197.684,01 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 25.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Santa Rosa. Esta portaria revoga a portaria n° 12257/2025/OP-GOUT.

170526/2025

Portaria n° 12821/2025/OP-GOUT. Prot. 24.781.340-3. Captação superficial. Outorgado(s) Arlindo Buchhorn - CPF/CNPJ 970.972.849-00. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.285.066,99 N 211.165,00 E. Validade 2 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 5.50 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Toledo. Esta portaria revoga a portaria n° 25787/2023/OP-GOUT.

170515/2025

Portaria n° 12837/2025/OD-GOUT. Prot. 24.429.575-4. Captação superficial. Outorgado(s) José Amancio Alves - CPF/CNPJ 368.380.209-04. Mina/Nascente Sem denominação na base. Piquiri. Coordenadas UTM 7.307.621,42 N 254.871,66 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 10.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Jesuítas.

170489/2025

Portaria n° 12834/2025/OD-GOUT. Prot. 24.625.554-7. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) WALTRAUD FAUTH RICHTER - CPF/CNPJ 063.202.929-38. Córrego Jaguarandi. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.296.471,00 N 197.797,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente de aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 20.00 m³/h 24:00 horas/dia 31 dias/mês. Município Nova Santa Rosa.

170505/2025

Portaria n° 12832/2025/OD-GOUT. Prot. 25.015.923-4. Captação superficial. Outorgado(s) Person Roberto Da Costa - CPF/CNPJ 037.079.309-98. Córrego Sem denominação na base. Paraná 3. Coordenadas UTM 7.285.758,00 N 783.447,00 E. Validade 6 anos. Finalidade Aquicultura comercial. Vazão máxima outorgada 15.00 m³/h 24:00 horas/dia 30 dias/mês. Município Marechal Cândido Rondon. Esta portaria revoga a portaria n° 11393/2024/OP-GOUT.

170525/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 742, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o Acordo de Cooperação Técnica nº 179/2024, o qual tem por objeto a regularização ambiental, através do Cadastro Ambiental Rural - CAR, dos assentamentos de reforma agrária, formalizado com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- Considerando a necessidade de acompanhamento técnico das análises do CAR perimetral dos projetos de assentamentos;
- Considerando o conteúdo do protocolo nº 25.104.914-9,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores abaixo, sob coordenação do primeiro, para compor Câmara Técnica - CT com a finalidade de acompanhar a execução do referido Acordo de Cooperação Técnica:

Camila Oliveira Batista
Paulo Roberto Vagula
Raphael Reinor Lopes
Ayrton Luiz Torricillas Machado

Art. 2º Para compor a Câmara Técnica - CT, deverá ser requerido ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a indicação de dois representantes do seu quadro de servidores.

Art. 3° Ficará a critério da Câmara Técnica - CT o convite a outros

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

técnicos ou instituições para colaborar nos trabalhos.

Art. 4° O prazo da Câmara Técnica - CT é o mesmo da vigência do Acordo de Cooperação Técnica - ACT 179/2024.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

170418/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 743, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 24.993.857-2,

RESOLVE

Art. 1º Realocar o servidor Charles Felipe da Silva**,** RG nº 116.xxx.659-xx, ocupante do cargo de Agente de Execução, função de Fiscal de Meio Ambiente, do Escritório Regional de Cornélio Procópio - ERCOP para a Gerência Regional de Bacia Hidrográfica – Escritório de Jacarezinho – ERJAC, para o exercício de suas funções**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

170445/2025

INSTITUTO AGUA E TERRA
PORTARIA Nº 744, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 24.806.811-6,

RESOLVE

Art. 1º Realocar a servidora Carolina dos Santos Borges**,** RG nº 27.xxx.219-x, ocupante do cargo de Agente Profissional, função de Bióloga, da Diretoria de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos – DISAR para a Diretoria do Patrimônio Natural - DIPAN, para o exercício de suas funções**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

170530/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 745, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 24.916.967-6,

RESOLVE

Art. 1º Realocar a servidora Marcela Terezinha Chan Salum**,** RG nº 12.xxx.054-x, ocupante do cargo de Agente Profissional, função de Engenheira Química, da Diretoria de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos – DISAR/ Divisão de Gerenciamento de Comitês de Bacias Hidrográficas - DCB para a Diretoria de Licenciamento e Outorga – DILIO/ Divisão de Análises Laboratoriais - DAL, para o exercício de suas funções**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

170531/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 746, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 25.030.361-0,

RESOLVE

Art. 1º Realocar o servidor Giovanni Bonini Sotto**,** RG nº 15.xxx.877-x, ocupante do cargo de Agente de Execução, função de Engenheiro Agrônomo, do Escritório Regional de Ivaiporã - ERIVA para a Diretoria de Licenciamento e Outorga - DILIO, para o exercício de suas funções**.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

170532/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 747, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 24.994.511-0,

RESOLVE

Art. 1º Realocar a servidora Keilla Renata Kmita de Lara**,** RG nº 104.xxx.149-xx, ocupante do cargo de Agente de Execução, função de Fiscal de Meio Ambiente, da Gerência Regional de Bacia Hidrográfica/Escritório de Curitiba – ERCBA para a Gerência Regional de Bacia Hidrográfica/Escritório de Toledo – ERTOL, para o exercício de suas funções**.**

Art. 2º Realocar a servidora Thaís Carolina Bill Silva, 12.xxx.669-x, ocupante do cargo de Agente de Execução, função de Fiscal de Meio Ambiente, da Gerência Regional de Bacia Hidrográfica/Escritório de Toledo – ERTOL para a Gerência Regional de Bacia Hidrográfica/Escritório de T Curitiba – ERCBA , para o exercício de suas funções**.**

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

171032/2025

EDITAL TC Nº 120/2025

O **Instituto Água e Terra – IAT** cumprindo o estabelecido no *Artigo 147, do Decreto nº 6.514/2008 e Portaria 064/2015-IAP*, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram ***Termo de Compromisso de Restauração de Dano Ambiental,*** relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
ADRIANO MONSANI	São Miguel do Iguaçu	152343	22.273.988-8
ANTÔNIO CARLOS PADILHA DOS SANTOS	Palmital	154883	23.361.580-3
CONDOMÍNIO PEDRA PRETA	Centenário do Sul	168764	22.788.134-8
CONDOMÍNIO PEDRA PRETA	Centenário do Sul	168763	22.788.023-6
EVAIR VICENTIN	Jandaia do Sul	173238	23.791.822-3
EVAIR VICENTIN	Jandaia do Sul	173239	23.791.831-2
JOSÉ WILMAR CHEGALSKI	Lapa	171322	23.886.956-0
LAURINDO ANTUNES DE LIMA	Enéas Marques	170903	23.298.571-2
MARIA DA LUZ BUFOLISKI RAMPA	Imbituva	170474	23.495.004-5
MOACYR APARECIDO FAVETTA	Iporã	173454	23.896.050-9
ONIVALDO FAVORETTO	Maringá	150047	21.487.758-9
OSMAR DAUFEMBACK	Pitanga	170429	24.124.323-0
PEDRO MARCOS DOS SANTOS	Pinhão	173276	23.857.182-0
ROMALDO RABUSKE	Sulina	154648	23.234.890-9
VILMAR DALLABRIDA	Prudentopolis	208116	22.380.885-9
WANDERLEI PORTELA	Cantagalo	165520	21.136.890-0
WANDERLEI PORTELA	Cantagalo	165519	21.136.965-5

Curitiba, 10 de dezembro de 2.025.

171054/2025

EDITAL TC Nº 121/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA 170429/2025-SID 24.124.323-0/OSMAR DAUFEMBACK - CPF/CNPJ :436.325.809-87 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 173454/2025-SID 23.896.050-9/MOACYR APARECIDO FAVETTA - CPF/CNPJ: 502.333.869-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 169519/2025-SID 24.073.333-1/VIVIANE POSANSKY DEMATTE - CPF/CNPJ: 644.672.879-49 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5

AIA 160706/2023-SID 20.254.856-3/TRANSCOPED TRANSPORTE RODOVIÁRIO LTDA - CPF/CNPJ: 20.989.545/0001-80 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6;

AIA 136357/2019-SID 16.098.837-1/MARCO VALVERDE GOMES - CPF/CNPJ: 176.635.568-44 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 136358/2019-SID 16.098.915-7/MARCO VALVERDE GOMES - CPF/CNPJ: 176.635.568-44 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 136359/2019-SID 16.098.979-3/MARCO VALVERDE GOMES - CPF/CNPJ: 176.635.568-44 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 136360/2019-SID 16.099.054-6/MARCO VALVERDE GOMES - CPF/CNPJ: 176.635.568-44 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 152343/2024-SID 22.273.988-8/ADRIANO MONSANI - CPF/CNPJ: 104.793.499-08 - Aplicação: Programa Proteção do solo – Projeto: SID 16.989.345-4;

AIA 173276/2025-SID 23.857.182-0/PEDRO MARCOS DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 067.276.989-10 - Aplicação: Programa Sinais da Natureza – Projeto: SID 16.746.405-0

AIA 150047/2023-SID 21.487.758-9/ONIVALDO FAVORETTO - CPF/CNPJ: 424.518.929-00 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2;

AIA 171322/2025-SID 23.886.956-0/JOSÉ WILMAR CHEGALSKI - CPF/CNPJ: 734.083.019-72 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

AIA 173238/2025-SID 23.791.822-3/EVAIR VICENTIN - CPF/CNPJ: 021.386.268-90 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

AIA 173239/2025-SID 23.791.831-2/EVAIR VICENTIN - CPF/CNPJ: 021.386.268-90 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0;

AIA 154883/2025-SID 23.361.580-3/ANTÔNIO CARLOS PADILHA DOS SANTOS - CPF/CNPJ: 091.827.259-93 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5

AIA 155091/2025-SID 23.513.599-0/RUBENS APARECIDO GARBO - CPF/CNPJ: 639.418.649-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 155090/2025-SID 23.513.600-7/RUBENS APARECIDO GARBO - CPF/CNPJ: 639.418.649-04 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 170928/2025-SID 23.374.340-2/SILMAR VANAZI - CPF/CNPJ: 589.117.589-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 172114/2025-SID 23.991.044-0/ANDERSON A. IRIKUCHI-ME - CPF/CNPJ: 04.634.285/0001-73 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 154648/2024-SID 23.234.890-9/ROMALDO RABUSKE - CPF/CNPJ: 638.473.709-44 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

Curitiba, 10 de dezembro de 2.025
171057/2025

EDITAL TC Nº 122/2025 - Conversão

O **Instituto Água e Terra - IAT**, cumprindo o estabelecido no Artigo 10, do Decreto Estadual 2570/2019 e IN 002/2020-IAT, torna público relação das pessoas físicas e/ou jurídicas que celebraram Termo de Compromisso com o IAT relativo ao ***Programa de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade o Meio Ambiente***, na modalidade ***Conversão Indireta***, relativo ao Auto de Infração Ambiental que gerou o processo administrativo, conforme abaixo especificado:

AIA 170903/2025-SID 23.298.571-2/LAURINDO ANTUNES DE LIMA - CPF/CNPJ :394.844.409-91 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 163174/2023-SID 21.390.070-6/NELSON ARSIE - CPF/CNPJ: 357.068.219-68 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 173263/2025-SID 23.897.355-4/AKSON ROBERTO ANANIAS - CPF/CNPJ: 087.916.909-51 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.362-0

AIA 165520/2023-SID 21.136.890-0/WANDERLEI PORTELA - CPF/CNPJ: 717.676.309-72 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7;

AIA 165519/2023-SID 21.136.965-5/WANDERLEI PORTELA - CPF/CNPJ: 717.676.309-72 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7

AIA 168316/2024-SID 22.966.756-4/IVO LOPES - CPF/CNPJ: 555.850.009-34 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 168764/2024-SID 22.788.134-8/CONDOMÍNIO PEDRA PRETA - CPF/CNPJ: 03.657.366/0001-26 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

AIA 168763/2024-SID 22.788.023-6/CONDOMÍNIO PEDRA PRETA - CPF/CNPJ: 03.657.366/0001-26 - Aplicação: Programa Rio Vivo – Projeto: SID 16.746.805-5

AIA 171094/2025-SID 23.731.197-3/LAMINADORA E TRANSPORTES IRMÃOS CLAUS LTDA - CPF/CNPJ: 01.660.116/0001-10 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9;

AIA 170474/2025-SID 23.495.004-5/MARIA DA LUZ BUFOLISKI RAMPA - CPF/CNPJ: 016.229.099-33 - Aplicação: Programa Saneamento – Projeto: SID 16.744.176-9

AIA 168523/2025-SID 23.347.486-0/POSSEBON LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA - CPF/CNPJ: 16.814.580/0001-90 - Aplicação: Programa Parques Urbanos – Projeto: SID 16.986.413-6;

AIA 168562/2025-SID 23.872.662-0/TRANSPORTES TRANSVIDAL AS - CPF/CNPJ: 05.220.925/0003-23 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.976-6

AIA 167090/2024-SID 23.242.057-0/WILIANN ROSPIRSKI DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 072.201.679-46 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7

AIA 173996/2025-SID 24.215.503-3/JOÃO ROSA JUNIOR - CPF/CNPJ: 035.633.969-65 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2;

AIA 173995/2025-SID 24.215.495-9/JOÃO ROSA JUNIOR - CPF/CNPJ: 035.633.969-65 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.366-2

AIA 173804/2025-SID 24.106.764-5/EDILES ECCO - CPF/CNPJ: 368.688.419-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.352-2;

AIA 154838/2025-SID 23.932.239-5/ODIRLEI DE OLIVEIRA - CPF/CNPJ: 005.746.839-76 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6

AIA 153176/2024-SID 23.117.134-7/NEUSA SOUZA - CPF/CNPJ: 084.501.219-30 - Aplicação: Programa Pró-Fauna – Projeto: SID 16.746.519-6

AIA 208116/2024-SID 22.380.885-9/VILMAR DALLABRIDA - CPF/CNPJ: 397.099.140-49 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.740.372-7

AIA 173514/2025-SID 23.923.704-5/FRANCISCO JOSENILDO FELIX - CPF/CNPJ: 807.726.334-87 - Aplicação: Programa Paraná Mais Verde – Projeto: SID 16.747.978-2

Curitiba, 10 de dezembro de 2.025
171059/2025

NOTIFICAÇÃO 00807/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 27/06/2025 às 10:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **173965** (protocolo SID 24.224.523-7) em desfavor do CPF 742.100.099-20/**Hilton Cezar Garcia**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00808/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 23/09/2025 às 09:20 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 83 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200727** (protocolo SID 24.705.153-8) em desfavor do CPF 965.776.739-34/**Aguinaldo Pereira De Godoy Junior**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00809/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 16/09/2025 às 10:13 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200929** (protocolo SID 24.682.119-4) em desfavor do CPF 07.011.341/0001-01/**Lavanderia E Tinturaria Jussara Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00810/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 30/04/2025 às 15:00 horas, com base no

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **172704** (protocolo SID 23.917.180-0) em desfavor do CPF 075.811.439-70/**Adilson Lago**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00811/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 07/11/2025 às 15:04 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201719** (protocolo SID 24.961.922-1) em desfavor do CPF 349.461.952-20/**Iara Maria Baseggio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00812/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 07/11/2025 às 14:52 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 48 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200548** (protocolo SID 24.961.705-9) em desfavor do CPF 349.461.952-20/**Iara Maria Baseggio**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00813/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 21/10/2025 às 08:16 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202179** (protocolo SID 24.862.911-8) em desfavor do CPF 029.998.639-00/**Pedro Techy Sobrinho**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00814/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 21/10/2025 às 08:45 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202745** (protocolo SID 24.862.942-8) em desfavor do CPF 029.998.639-00/**Pedro Techy Sobrinho**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00815/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 21/10/2025 às 07:58 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201396** (protocolo SID 24.862.884-7) em desfavor do CPF 029.998.639-00/**Pedro Techy Sobrinho**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00816/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 21/10/2025 às 08:10 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 50 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201840** (protocolo SID 24.862.858-8) em desfavor do CPF 029.998.639-00/**Pedro Techy Sobrinho**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00817/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 21/10/2025 às 08:39 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 51 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202466** (protocolo SID 24.862.817-0) em desfavor do CPF 029.998.639-00/**Pedro Techy Sobrinho**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00818/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 22/09/2025 às 16:26 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200410** (protocolo SID 24.702.416-6) em desfavor do CPF 036.812.189-51/**Jose Henrique Casemiro**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00819/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 25/09/2023 às 16:15 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 49 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **165556** (protocolo SID 21.137.886-7) em desfavor do CPF 087.176.789-94/**Edson José Prudente**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00820/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 21/10/2025 às 10:29 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 81 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202693** (protocolo SID 24.873.456-6) em desfavor do CPF 78.716.172/0001-53/**Jotape Papeis Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00821/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 21/10/2025 às 10:14 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 81 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202421** (protocolo SID 24.873.091-9) em desfavor do CPF 17.829.058/0001-45/**F L S Loteamentos Imobiliários Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00822/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 01/09/2025 às 17:02 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 81 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201089** (protocolo SID 24.603.559-8) em desfavor do CPF 048.653.449-93/**Criadouro Bom Jesus – Dionatan Grando**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00823/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 05/09/2025 às 13:01 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 79 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201340** (protocolo SID 24.616.609-9) em desfavor do CPF 015.190.349-20/**Paulo Waurek**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00824/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 30/09/2024 às 14:50 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 80 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **168244** (protocolo SID 22.841.525-1) em desfavor do CPF 03.386.832/0001-86/**Unisep União De Ensino Do Sudoeste Do Paraná Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00825/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 30/09/2024 às 14:55 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 81 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **168245** (protocolo SID 22.841.580-4) em desfavor do CPF 03.386.832/0001-86/**Unisep União De Ensino Do Sudoeste Do Paraná Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00826/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 12/07/2024 às 16:44 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 29 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **168970** (protocolo SID 22.359.767-0) em desfavor do CPF 098.198.059-70/**Michelly Mayara Kleinfelder**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00827/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 05/03/2025 às 09:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 48 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **170762** (protocolo SID 23.724.577-6) em desfavor do CPF 78.178.621/0001-57/**Associação Comunitária Balneário Atami**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00828/2024
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 28/10/2025 às 15:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 48 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **200411** (protocolo SID 24.907.932-4) em desfavor do CPF 041.339.319-47/**Alexandro Lopes Pego**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00829/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2025 às 15:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 43 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **172763** (protocolo SID 24.715.716-6) em desfavor do CPF 023.830.859-60/**Ivone Salete Da Motta**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00830/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 29/09/2025 às 13:08 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **201483** (protocolo SID 24.737.889-8) em desfavor do CPF 09.160.226/0023-30/**Stopetróleo S.A Comércio De Derivados De Petróleo**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00831/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 29/09/2025 às 13:29 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 66 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **202152** (protocolo SID 24.737.624-0) em desfavor do CPF 09.160.226/0023-30/**Stopetróleo S.A Comércio De Derivados De Petróleo**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00832/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 21/03/2025 às 08:00 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 63 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **166812** (protocolo SID 23.700.887-1) em desfavor do CPF 443.361.609-53/**Diayra Silverio Esposto**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00833/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 13/12/2024 às 11:30 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 80 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto

de Infração Ambiental **169515** (protocolo SID 23.236.816-0) em desfavor do CPF 16.849.056/0001-55/**Ribeiro Transportes Eireli Me**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00834/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2024 às 11:30 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 62 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **169507** (protocolo SID 22.836.988-8) em desfavor do CPF 40.070.645/0001-15/**Onix Comercio De Oleos E Gorduras Ltda**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

NOTIFICAÇÃO 00835/2025
EMISSÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

O IAT, torna publicou que emitiu em 24/09/2024 às 11:30 horas, com base no art. 70 da Lei Federal 9605/1998 e art. 62 do Decreto Federal 6514/2008 o Auto de Infração Ambiental **169508** (protocolo SID 22.836.992-6) em desfavor do CPF 16.849.056/0001-55/**Ribeiro Transportes Eireli Me**, com prazo de 20 (vinte) dias para apresentação de defesa, a contar da presente publicação.

171051/2025



Secretaria da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
EDITAL N.º 146/2025 – GS/SEED

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, conforme o disposto na Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004, na Resolução GS/SEED n.º 4.817, de 13 de outubro de 2021, tendo em vista a necessidade de selecionar até 300 diretores e/ou diretores auxiliares para promover formação continuada não presencial aos gestores da rede pública estadual de ensino no Curso de Formação para Diretores, e considerando o contido no protocolado n.º 24.905.907-2,

RESOLVE:

1. Tornar público o processo de seleção de profissionais do Quadro Próprio do Magistério – QPM, do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB e do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE para atuarem como Diretores Formadores na formação continuada não presencial ofertada aos diretores e diretores auxiliares da rede pública estadual de ensino.

2. Das Disposições Preliminares
2.1 Este processo é destinado a selecionar diretores e diretores auxiliares, em efetivo exercício, na forma da legislação vigente, para atuarem como instrutores, denominados neste Edital como Diretores Formadores, instruindo, acompanhando e orientando diretores cursistas em formação continuada não presencial.
2.2 A formação de diretores prevê, a partir do ano de 2026, a continuidade das atividades de formação iniciadas pelo Edital n.º 03/2023 – DG/SEED, excetuando-se o período de férias letivas.
2.3 O cronograma da formação, se necessário, poderá ser alterado a qualquer momento.
2.4 O Diretor Formador poderá ser desligado a qualquer tempo, caso haja descumprimento das atribuições descritas neste Edital ou em edital específico.
2.5 Poderão se inscrever no processo de seleção os diretores e os diretores auxiliares, em efetivo exercício, pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, ao Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB e ao Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE que apresentarem os requisitos necessários descritos no item 3 do presente Edital.

3. Do quantitativo de vagas e das condições para o seu preenchimento
3.1 O presente processo seletivo interno ofertará até 300 (trezentas) vagas, correspondentes ao número máximo de diretores e/ou diretores auxiliares a serem convocados para atuação como Diretores Formadores.
3.2 O número indicado constitui limite máximo, sendo facultado à Administração convocar número inferior ao previsto, de acordo com a necessidade pedagógica e orçamentária.
3.3 Além do quantitativo estabelecido no subitem 3.1, poderão ser classificados candidatos excedentes para composição de cadastro de reserva, o qual poderá ser utilizado para suprir desistências, desligamentos ou demandas adicionais, sem gerar direito subjetivo à convocação.

4. Dos Requisitos
4.1 Ser professor do Quadro Próprio do Magistério (QPM), agente educacional do Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB) ou servidor do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), em efetivo exercício como diretor ou diretor auxiliar, com 40 horas semanais na função, em instituições regulares de ensino da rede pública estadual, cuja gestão não esteja submetida a normativas específicas de credenciamento e acompanhamento pedagógico.
4.2 Conhecer a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Currículo da Rede Estadual Paranaense e as Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica do Estado do Paraná, que fundamentam a organização curricular, o planejamento pedagógico e as práticas educacionais na rede pública estadual.
4.3 Possuir formação acadêmica, didática e habilidades comunicativas para instruir, acompanhar e orientar um grupo de diretores cursistas, por meio da utilização de recursos tecnológicos.
4.4 Ter acesso a recursos tecnológicos digitais de aprendizagem como internet, computador, tablet e smartphone, que assegurem conectividade e interatividade, bem como demonstrar domínio na utilização das plataformas Google Meet e Google Classroom, de ferramentas de captura de som e imagem, e possuir conhecimento e habilidade para navegação em ambientes e plataformas digitais.
4.5 Não estar afastado para tratamento de saúde, qualquer outro tipo de afastamento ou redução de carga horária, de acordo com o Decreto n.º 3.003, de 8 de dezembro de 2015.
4.6 Não ser ocupante somente de cargo comissionado.
4.7 Não possuir atividade de tutoria remunerada ou outra atividade vinculada à SEED no período definido neste Edital, que não seja decorrente do vínculo efetivo e do exercício da função de diretor ou diretor auxiliar.
4.8 Ter disponibilidade, no período de duração do curso, de carga horária de 5 (cinco) horas por semana, para essa atividade, além das 40 horas exercidas na função, em turno diferente do seu turno de trabalho na rede pública estadual de ensino.

5. Das Atribuições do Diretor Formador
5.1 Cumprir, fora do seu horário de expediente na função de direção ou direção auxiliar, as 5 (cinco) horas semanais para planejamento e ações de efetivo trabalho de instrução, acompanhamento e orientação, nas plataformas Google Meet e Google Classroom, com os diretores participantes do curso de formação.
5.2 Responder às solicitações dos cursistas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como emitir parecer sobre as atividades.
5.3 Participar semanalmente de encontros com os técnicos dos Núcleos Regionais de Educação – NRE, via Google Meet, bem como de reuniões realizadas, semanalmente, pela equipe responsável no DAP, para estudo do material que será trabalhado com os diretores cursistas.
5.4 Conduzir as reuniões com os diretores cursistas, via Google Meet, a partir do material apresentado pela equipe do DAP.
5.5 Participar dos momentos de feedback formativo com o tutor de formação do NRE, conforme calendário.
5.6 Realizar reuniões técnico-pedagógicas, pelo Google Meet e/ou conforme estabelecido pela Diretoria de Educação – Deduc, Departamento de Acompanhamento Pedagógico – DAP, com os diretores cursistas e Tutor de Formação do NRE a ser designado, para orientações e encaminhamento das ações, as quais poderão ocorrer de segunda a sábado, em horário pré-agendado pelos envolvidos.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

5.7 Realizar a gravação dos encontros síncronos, fazer o upload no YouTube e disponibilizar no Google Classroom, para os cursistas, em até 24 horas após a realização do encontro.
5.8 Instruir os cursistas sobre a dinâmica da formação e acompanhar o desenvolvimento das atividades na sua turma.
5.9 Mediar as atividades, tendo como referência o conteúdo específico para gestores de instituições de ensino da rede pública estadual.
5.10 Encaminhar, orientar e avaliar as atividades propostas na formação, de acordo com orientações contidas nos Roteiros de Formação encaminhados pelo DAP.
5.11 Participar, instruir e acompanhar o desenvolvimento das atividades de no mínimo 8 (oito) e no máximo 12 (doze) cursistas, na Plataforma Google Classroom.
5.12 Acompanhar o desempenho individual e coletivo dos diretores cursistas, mantendo atualizadas as informações no Registro de Classe Online – RCO, os dados dos encontros, o registro da frequência e das notas das atividades dos cursistas, bem como apresentar relatórios periódicos, mediante solicitação do Tutor de Formação do NRE a ser designado pelo DAP.
5.13 Zelar pelo cumprimento da Lei Federal n.º 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais), assegurando que todo material pedagógico, recursos didáticos, arquivos digitais, produções textuais, audiovisuais ou quaisquer conteúdos utilizados nas atividades relacionadas ao Grupo de Estudos Diretor Formador respeitem as normas de proteção à propriedade intelectual, para garantir o uso adequado de materiais protegidos por direitos autorais, prevenindo violações legais, assegurando a integridade das fontes e conteúdos utilizados, em cumprimento às responsabilidades vinculadas à função:
a) utilização de materiais permitidos, licenciados ou autorizados;
b) citação correta de referências, autores e fontes ao produzir ou compartilhar conteúdos formativos;
c) orientação aos gestores participantes quanto à importância do respeito aos direitos autorais no âmbito escolar;
d) comunicação à coordenação ou à equipe responsável sobre qualquer irregularidade observada no uso de materiais protegidos.

5.14 Assegurar o cumprimento dos preceitos legais e normativos relacionados aos Direitos Humanos, promovendo práticas educativas que respeitem a dignidade da pessoa humana, a equidade e a não discriminação nas interações formativas e nos materiais utilizados ou produzidos para alinhar a atuação do Diretor Formador aos princípios de uma educação humanizadora, garantindo que as formações promovam ambientes respeitosos, inclusivos e livres de discriminações, em cumprimento às responsabilidades vinculadas à função:
a) adoção de condutas compatíveis com os princípios da igualdade, respeito, diversidade e inclusão;
b) prevenção às práticas discriminatórias ou violadoras de direitos no âmbito das atividades formativas;
c) incentivo às práticas de gestão escolar alinhadas aos princípios dos Direitos Humanos e às diretrizes educacionais vigentes;
d) sinalização à coordenação ou à equipe responsável sobre quaisquer situações que possam configurar violação de direitos ou tratamento discriminatório.

6 Das Inscrições
6.1 As inscrições deverão ser realizadas, via formulário on-line, disponível em: http://www.escoladigital.pr.gov.br.
6.2 O candidato será o único responsável pelas informações declaradas e pela documentação apresentada no ato da inscrição, respondendo integralmente pelas consequências decorrentes de eventuais erros, omissões ou fraudes, nas esferas administrativa, civil e penal.
6.3 A realização da inscrição pelo candidato exigirá o conhecimento das instruções deste Edital, das normas legais e na aceitação das condições do processo de seleção nele estabelecidas, bem como em eventuais avisos, retificações e instruções específicas publicadas posteriormente, para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.
6.4 Serão desclassificados os candidatos que não preencherem e não anexarem os documentos exigidos nos campos obrigatórios no ato da inscrição, bem como deixarem de atender às disposições de qualquer umas etapas do certame.

7 Da Coordenação do Processo de Seleção
7.1 O processo de seleção será coordenado e executado pelo Departamento de Acompanhamento Pedagógico – DAP, da Diretoria de Educação – DEDUC.

8 Do Processo de Seleção
8.1 Para o processo de seleção do Diretor Formador, além do atendimento aos requisitos contidos no item 3 deste Edital, o candidato deverá produzir um vídeo, ao qual será atribuído valor de até 10,0 (dez) pontos, conforme orientações contidas no Anexo I, deste Edital, bem como atender todas as exigências das fases do certame.

9 Da Comissão Especial da SEED
9.1 A organização do processo de seleção caberá ao Departamento de Acompanhamento Pedagógico – DAP, que instituirá uma Comissão Especial, que será composta por 5 (cinco) representantes do DAP, nomeados por ato administrativo emitido pela Diretoria Geral – DG, para atuarem no acompanhamento e na orientação do processo, com as seguintes atribuições:
a) responsabilizar-se por todo o processo de seleção de Diretores Formadores, para fins de classificação e convocação;
b) tornar público o período de inscrições, definido por este Edital, que será divulgado no endereço eletrônico: http://www.escoladigital.pr.gov.br
c) realizar, durante as fases do certame:
1.º: a verificação da situação funcional do candidato inscrito (suprimento e afastamento), na data definida no cronograma, conforme descrito no item 3.5 deste Edital;
2.º: a análise das informações e documentação apresentada no ato da inscrição;
3.º: a avaliação do vídeo produzido de acordo com as orientações contidas no Anexo I, deste Edital, e preencher a ata padronizada com as notas, conforme Anexo II, deste Edital;
d) classificar os candidatos que atenderem os requisitos;
e) tornar pública a lista de candidatos classificados no processo seletivo, no endereço eletrônico: http://www.escoladigital.pr.gov.br;
f) receber, analisar e responder os recursos apresentados pelos candidatos sobre qualquer situação relacionada ao processo de classificação;
g) tornar público, em lista geral, após a análise dos recursos, o Resultado Final de Classificação do Processo de Seleção, no endereço eletrônico: http://www.escoladigital.pr.gov.br;
h) tornar pública a lista de convocação dos candidatos classificados, no endereço eletrônico: http://www.escoladigital.pr.gov.br.
9.2 Todas as fases do certame são eliminatórias;
9.3 Após o processo de seleção, a comissão será desfeita.

10 Da Classificação
10.1 Será classificado o candidato que cumprir todas as exigências das fases do certame, bem como atingir nota superior a 6,0 (seis) pontos na avaliação do vídeo.
10.2 Em caso de empate na classificação, os critérios para desempate serão:
a) maior tempo de experiência em formação como Diretor Formador selecionado pelo Edital n.º 03/2023 – DG/SEED;
b) maior resultado na Prova Paraná e Índices de Frequência verificados por meio de relatórios da SEED;
c) maior resultado no Ideb de 2023;
d) maior idade.

11 Da exclusão do candidato
11.1 O candidato será excluído do processo de seleção se comprovada ilegalidade nas informações prestadas no ato da inscrição ou se apresentada declaração falsa ou inexata, não sendo permitido o seu retorno, sem prejuízo da apuração administrativa e, por conseguinte, o encaminhamento às providências cabíveis cíveis e criminais.
11.2 Constatada, após a assinatura do Termo de Compromisso e Concordância (Anexo III), indícios de que o candidato selecionado tenha incorrido em alguma das hipóteses previstas no subitem 11.1, a Administração instaurará procedimento de verificação, assegurando ao servidor comunicação formal e oportunidade de manifestação prévia, no prazo definido no comunicado.
11.3 Confirmada a irregularidade após a apuração, o candidato será desligado das atividades de Diretor Formador, com cancelamento da gratificação correspondente, ficando vedado seu retorno ao Programa.
11.4 Caso ocorra o desligamento do Diretor Formador, após iniciar as atividades, a sua remuneração será proporcional ao período trabalhado.

12 Dos Recursos
12.1 Será divulgada a classificação provisória, após o término da fase de seleção prevista no item 7, no endereço eletrônico: http://www.escoladigital.pr.gov.br.
12.2 O candidato poderá interpor recurso, em até 48 (quarenta e oito) horas, após a publicação do resultado parcial pelo endereço eletrônico: http://www.escoladigital.pr.gov.br.
12.3 Os recursos interpostos serão analisados pela Comissão Especial da SEED, em até 5 (cinco) dias úteis após o término do prazo definido no subitem 11.2;

12.4 O resultado dos recursos será divulgado no endereço eletrônico: http://www.escoladigital. pr.gov.br.
12.5 O resultado final de classificação do processo de seleção será disponibilizado no endereço eletrônico: http://www.escoladigital.pr.gov.br

13 Do Resultado Final
13.1 O resultado final da classificação dos candidatos será publicado no endereço eletrônico http://www.escoladigital.pr.gov.br, após análise dos recursos.
13.2 Somente após a homologação do resultado final da classificação, os candidatos estarão aptos a serem convocados para o início das atividades.

14 Da convocação
14.1 A convocação dos selecionados será realizada em etapa única.
14.2 O candidato convocado deverá, na data estabelecida no cronograma deste Edital, enviar cópia digitalizada legível do Termo de Compromisso e Concordância do Diretor Formador, conforme Anexo III, no formato PDF, pelo link a ser disponibilizado no site: http://www.escoladigital.pr.gov.br.
14.3 Para visualizar o Edital de Convocação, o candidato selecionado deverá acessar endereço eletrônico: http://www.escoladigital.pr.gov.br
14.4 A convocação ocorrerá com antecedência mínima de 24 horas, em dias úteis, na qual constará o NRE de exercício, a data e o link para envio de documentos solicitados, conforme cronograma deste Edital.
14.5 O candidato convocado não poderá alegar desconhecimento acerca da data, do horário e demais informações para fins de justificativa de sua ausência.
14.6 A classificação poderá abranger número de candidatos superior ao quantitativo de vagas ofertadas, exclusivamente para fins de formação de cadastro de reserva.
14.7 A classificação além do número de vagas não gera direito subjetivo à contratação, constituindo apenas expectativa de convocação, condicionada à necessidade e conveniência da Administração para o atendimento das vagas eventualmente disponíveis.

15 Do fim de lista e desistência
15.1 Perderá a posição original de classificação e será remetido para o fim da lista de classificados o candidato convocado que no chamamento:
a) não manifestar interesse nas vagas ofertadas;
b) estiver afastado legalmente de suas atividades regulares na rede pública estadual de ensino.
15.2 O candidato remetido para fim de lista poderá ser reconvocado após todos os demais classificados da lista terem sido convocados.
15.3 Para contratação dos candidatos em fim de lista será utilizada a ordem da classificação final.
15.4 O candidato que constar na lista de classificação final será considerado desistente se, em fim de lista, não comparecer quando reconvocado ou quando assinar a Declaração de Desistência de Vaga, conforme Anexo IV, deste Edital.
15.5 O candidato selecionado que assinar Declaração de Desistência de Vaga (Anexo IV) será considerado desistente da vaga para a qual foi selecionado no presente Edital.
15.6 A desistência voluntária do Diretor Formador será admitida apenas no encerramento de cada jornada de formação, conforme consta no Termo de Compromisso e Concordância.
15.7 Os casos de descumprimento da carga horária a partir de 5 horas pelo diretor formador, sem justificativa, serão analisados pelo DAP, que deverá emitir parecer sobre sua permanência como formador.

16 Das atribuições
16.1 Do Departamento de Acompanhamento Pedagógico – DAP:
Formar equipe de trabalho composta por técnicos pedagógicos para cumprir as seguintes atribuições:
a) promover a formação, a orientação e o acompanhamento dos tutores do Diretor Formador do NRE;
b) organizar e conduzir reuniões técnico-pedagógicas, semanalmente, via Google Meet, para encaminhamento de ações e esclarecimento de dúvidas dos Tutores de Formação e Diretores Formadores, referentes a Formação de Diretores;
c) elaborar e encaminhar materiais e orientações que guiarão as atividades do Formação de Diretores;
d) sanar as dúvidas dos Tutores de Formação, Diretores Formadores e Coordenadores Pedagógicos de cada NRE sobre a dinâmica da Formação de Diretores;
e) acompanhar o técnico pedagógico durante as reuniões realizadas com os Diretores Formadores;
f) solicitar aos Tutores de Formação de cada NRE documentos e relatórios de caráter administrativo e pedagógico, decorrentes das ações do Programa Diretor Formador;
g) remanejar cursistas, caso não haja o número mínimo de 8 (oito) participantes por turma;
h) alocar o Diretor Formador da turma encerrada para que ele seja o próximo da lista de chamamento;
i) realizar o fechamento de turmas, caso o número de inscritos e participantes seja inferior ao mínimo de 8 (oito);
j) arquivar a "Declaração de Desistência de Vaga" dos Diretores Formadores (Anexo III);
k) analisar e emitir parecer a respeito da permanência do Diretor Formador em caso do não cumprimento de carga horária;
l) organizar os dados necessários para efetuar o pagamento da gratificação.
16.2 Do Núcleo Regional de Educação:
O tutor do Diretor Formador do NRE terá as seguintes atribuições:
a) promover a divulgação da Formação de Diretores para todos os diretores que atuam nas instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná jurisdicionadas ao seu NRE;
b) participar de reuniões técnico-pedagógicas, promovidas pelo Departamento de Acompanhamento Pedagógico – DAP, referentes à Formação de Diretores, via Google Meet e/ou outros espaços virtuais estabelecidos pelo referido departamento;
c) realizar reuniões técnico-pedagógicas, semanalmente, com os diretores formadores, pelo Google Meet e/ou conforme estabelecido pelo DAP, para orientações e encaminhamento de ações, as quais deverão ocorrer em horário pré-agendado pelos envolvidos;
d) acompanhar o desempenho individual e coletivo dos Diretores Formadores na plataforma Google Classroom, bem como apresentar relatórios periódicos, conforme solicitação do DAP;
e) acompanhar as reuniões realizadas pelo Diretor Formador com os seus cursistas por meio da plataforma *Google Meet*;
f) promover alinhamentos referentes à análise dos dados apresentados no Power BI - Formação de Diretores;
g) mediar as atividades de ensino e de aprendizagem oportunizadas na Plataforma Google Meet, tendo como referência o conteúdo específico do Formação de Diretores;
h) sanar as dúvidas dos Diretores Formadores sobre a dinâmica da formação;
i) instruir os Diretores Formadores nas dúvidas relacionadas à Formação de Diretores e outras informações;
j) organizar e encaminhar para a SEED/DEDUC/DAP os documentos referentes a pagamentos da gratificação e conclusão da formação, via e-Protocolo digital;
k) orientar o Diretor formador quanto à documentação pertinente à organização da Formação de Diretores;
l) encaminhar à SEED/DEDUC/DAP/CH, via e-protocolo digital, ofício assinado pela Chefia do NRE, informando ao DAP, os casos de desistência, afastamento superior a 14 (quatorze) dias e encerramento de vínculo dos Diretores Formadores, para a sua substituição, comunicando a data de início e de término da atuação do diretor;
m) acompanhar os registros realizados pelos formadores no RCO, bem como vistar o fechamento das notas nesse sistema;
n) enviar à SEED/DEDUC/DAP, via e-mail diretor.formador@escola.pr.gov.br, documentos e relatórios de caráter administrativo e pedagógico decorrentes das ações da Formação de Diretores;
o) responder às solicitações dos Diretores Formadores no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
16.3 Do Diretor Formador:
a) participar, via Google Meet, das reuniões de alinhamento com o Departamento de Acompanhamento Pedagógico – DAP;
b) participar de reuniões, via Google Meet, com o tutor de formação;
c) realizar as reuniões de formação com a turma de cursistas;
d) realizar busca ativa de diretores cursistas que deixaram de frequentar os encontros formativos;
e) participar das reuniões de feedback com o tutor de formação;
f) acompanhar as atividades dos cursistas no Google Classroom, bem como postar na agenda os dias e os horários dos encontros.

17 Do Período de Trabalho e da Remuneração
17.2 Cada jornada corresponde a 12 (doze) semanas, com 5 (cinco) horas semanais, totalizando 60 (sessenta) horas por jornada – serão realizadas 2 (duas) jornadas por ano, perfazendo 120 (cento e vinte) horas/ano, acrescidas de 10 (dez) horas destinadas à conclusão e entrega de atividades e 10 (dez) horas de formação preparatória, totalizando 140 (cento e quarenta) horas/ano, e o pagamento da gratificação será calculado aplicando-se R$ 60,00 sobre as horas efetivamente cumpridas.
17.3 As atividades referentes à Formação de Diretores deverão ser realizadas em turno diferente do turno de trabalho na rede pública estadual de ensino.
17.4 Havendo necessidade de prorrogação das atividades por questões de funcionamento e manutenção da Plataforma Google Classroom, o Diretor

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Formador deverá concluir o trabalho sem ônus adicional.
17.5 Conforme tabela estabelecida pelo Decreto Estadual n.º 7.462, de 4 de março de 2013, fica fixado, ao Diretor Formador, a Gratificação pelo Exercício de Encargos de Auxiliar ou Professor de curso regularmente instituído – GEEP no valor de R$ 60,00/h (sessenta reais por hora).
17.6 O pagamento das horas será proporcional às atividades pertinentes à Formação de Diretores.
17.7 O pagamento da gratificação ocorrerá mensalmente, após apuração da carga horária de trabalho executada.
17.8 A efetivação do pagamento ocorrerá mediante a análise de documentos comprobatórios da atuação do Diretor Formador, respeitados os prazos de tramitação entre o DAP e outros setores envolvidos.
17.9 O pagamento da gratificação para a função Diretor Formador obedecerá o disposto no Decreto n.º 7.462, de 4 de março de 2013, mediante o cumprimento de todas as atribuições que lhe competem e do desempenho avaliado periodicamente pelo Técnico Pedagógico do DAP, em consonância com o Tutor de Formação do NRE, e, em caso de atuação não satisfatória, implicará a substituição do profissional a qualquer tempo.
17.10 Fica vedado o pagamento de gratificação para a equipe do DAP, para as equipes dos NRE, registradas no Sicape, e demais profissionais que participem diretamente da organização e execução da formação, conforme Resolução específica da SEED.

18 Das disposições gerais
18.2 Antes de se inscrever, o candidato deverá observar as definições deste Edital e certificar-se de que preenche os requisitos para seleção nas datas definidas no cronograma.
18.3 A participação dos candidatos no processo de seleção não implica a obrigatoriedade de seu chamamento, ocorrendo apenas expectativa de convocação e realização das atividades pertinentes à Formação de Diretores.
18.4 Fica reservado ao DAP o direito de proceder o chamamento em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação final e ao prazo de validade do Edital.
18.5 As atividades de Diretor Formador não poderão conflitar com a carga horária de suas atividades regulares de qualquer cargo efetivo da Secretaria de Estado da Educação, sob pena de não recebimento da gratificação, conforme Termo de Compromisso e Concordância.
18.6 A SEED não se responsabiliza por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica, falhas em sistemas, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados do equipamento utilizado pelo candidato ao sistema de inscrição.
18.7 É de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar a publicação ou a divulgação de atos concernentes ao chamamento do Diretor Formador, divulgados no endereço eletrônico: http://www.escoladigital.pr.gov.br
18.8 Em caso de desistência da função de Diretor Formador, o profissional deverá manifestar-se por meio de declaração escrita, a qual deverá ser encaminhada aos Tutores de Formação designados, conforme Anexo IV.
18.8.1 Havendo desistência, o Diretor Formador deixará de receber o valor total da gratificação, tendo direito apenas ao valor proporcional ao período trabalhado e serão realizados os procedimentos para o seu efetivo desligamento de acordo com as orientações do DAP.
18.9 O candidato selecionado para atuar como Diretor Formador terá seu desempenho avaliado periodicamente pelos Tutores Formadores do NRE e, caso constatado o não atendimento às atribuições requeridas ao desenvolvimento de suas atividades, será comunicado ao DAP, podendo o Formador ser substituído a qualquer tempo.
18.10 No caso de interrupção das atividades pelo Diretor Formador, será convocado outro Diretor Formador para assumir a função.

19 Do cronograma

INFORMAÇÃO/AÇÃO	DATA/PERÍODO
Período de inscrições	15/01/2026 a 20/01/2026
Locais de inscrições e envio do vídeo	http://www.escoladigital.pr.gov.br
Verificação da situação funcional do candidato inscrito (suprimento e existência de afastamento)	21/01/2026
Análise da documentação apresentada no ato da inscrição	22 e 23/01/2026
Análise dos vídeos	26/01/2026 a 05/02/2026
Divulgação da lista de candidatos classificados	09/02/2026
Interposição de recursos	10 e 11/02/2026
Análise de recursos	12 a 18/02/2026
Divulgação resultado final – Convocação dos candidatos classificados	19/02/2026
Entrega do Termo de Responsabilidade e envio dos documentos pessoais	20/02/2026
Formação do Diretor Formador e do Tutor de Formação.	Abril/2026
Início das atividades	Abril/2026

19.1 As datas constantes no Cronograma deste Edital referem-se exclusivamente ao exercício de 2026 – qualquer alteração será motivada, publicada no portal http://www.escoladigital.pr.gov.br e registrada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo motivo justificado e comunicado ao público.

20 Das Disposições Finais
20.2 O presente Edital terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período, a partir da sua publicação em Diário Oficial.
20.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Educação – DEDUC, por meio do Departamento de Acompanhamento Pedagógico – DAP, salvo o que se refere a pagamentos, que será resolvido pelo Ordenador de Despesas da SEED.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

ANEXO I
Orientações para a produção do vídeo de credenciamento de Diretores Formadores para a Formação de Diretores

Prezado Diretor Formador,

Antes de iniciar a produção do vídeo, é importante ficar atento às seguintes orientações:

1. Orientação Pedagógica
A formação de diretores formadores tem como objetivo a disseminação de práticas pedagógicas e administrativas voltadas para os avanços no trabalho escolar, com foco no aumento da aprendizagem e da aprovação dos estudantes.
Espera-se que o diretor formador seja um profissional capaz de apresentar alternativas de trabalho que possam ser implementadas no cotidiano escolar de acordo com a realidade de cada diretor cursista.
Diante disso, é importante que o diretor formador desenvolva estratégias de apresentação e desenvolvimento do conteúdo abordado em cada encontro, bem como formas de acompanhamento das ações, tendo como ponto de partida o material disponibilizado e as ferramentas tecnológicas Google Meet e Google Classroom, que serão basilares para o trabalho que será desenvolvido.
Considerando essas premissas, o diretor que pretende ser Diretor Formador deverá produzir um vídeo, que terá ao total o valor de até 10,0 pontos, a partir dos seguintes aspectos:

I. Formação e trajetória profissional:
a) Breve apresentação da sua formação e trajetória profissional - 0,5 pontos.
b) Sua perspectiva em ser Diretor Formador - 0,5 pontos.
c) Sua experiência comprovada enquanto formador (Diretor Formador, Formador Estágio Probatório, Formadores em Ação) - 0,5 pontos.

II. Apresentação de 1 (uma) prática/ação pedagógica como gestor, detalhando:
a) Desafio encontrado - 1,0 ponto.
b) Estratégias que utilizou para superação do desafio - 2,0 pontos.
c) Resultados alcançados - 2,0 pontos.

III. Apresentação de 1 (uma) prática/ação pedagógica como formador, detalhando:
a) Estratégias de engajamento dos diretores cursistas para as reuniões formativas - 2,5 pontos.

IV. Cumprimentos das técnicas descritas no item 2. (Orientação técnica) - 1,0 ponto.

2. Orientação Técnica

Para a produção do vídeo, é imprescindível considerar o seguinte:

I. **Tempo:** o vídeo deverá ter no mínimo 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) minutos.

II. **Planejamento sobre o que será abordado no vídeo:** roteiro que contemple a orientação pedagógica, de modo que seja factível no tempo determinado que contemple todos os aspectos relacionados à prática pedagógica solicitadas no item 1. (inciso II).

III. **Local de gravação:** para gravar o vídeo procure um local que, além de oferecer conforto visual ao espectador, seja iluminado e sem ruídos ou ventos, o que evitará interferência na captação do som, bem como um local sem muita decoração, o que evitará distrações e/ou interferências visuais.

IV. **Enquadramento**: utilize o Plano Médio (PM), que mostra meio objeto, ou seja, que capta a imagem da cintura para cima.

V. **Compartilhamento do vídeo**: o vídeo poderá ser compartilhado, conforme segue:

a) Via link do YouTube, sendo possível utilizar-se do formato "não listado", para resguardo do seu direito de imagem.

b) O link do vídeo deverá ser inserido no formulário de inscrição, em campo disponibilizado para essa finalidade.

c) As informações e orientações específicas para a produção do vídeo, além de constarem no Anexo I deste Edital, estarão disponíveis com os critérios de avaliação, no ambiente de inscrição, espaço reservado ao Credenciamento para Diretor Formador, no *site:* http://www.escoladigital.professor.pr.gov.br.

Rubrica de Avaliação do Vídeo de inscrição - *Diretor Formador*

Aspectos observados		Não contemplado	Contemplado parcialmente	Contemplado suficientemente	Contemplado integralmente	Obser-vações
Formação e trajetória profissional	Breve apresentação da sua formação e trajetória profissional: 0,5.	Não apresentou relato sobre sua formação e trajetória profissional: 0,0.	Apresentou um breve relato sobre sua formação, sem abordar sua trajetória profissional: 0,2.	Apresentou um breve relato sobre sua formação e trajetória profissional: 0,3.	Apresentou um breve e detalhado relato sobre sua formação e trajetória profissional: 0,5.	
	Perspectiva em ser Diretor Formador: 0,5.	Não apresentou sua perspectiva em ser Diretor Formador: 0,0.	Apresentou sua perspectiva em ser Diretor Formador de forma superficial: 0,2.	Apresentou sua perspectiva em ser Diretor Formador de forma consistente: 0,3.	Apresentou sua perspectiva em ser Diretor Formador de forma consistente e com intencionalidade: 0,5.	
	Experiência comprovada como formador (Diretor Formador, Formador Estágio Probatório, Formadores em Ação): 0,5.	Não apresentou nenhuma experiência prévia como formador: 0,0.	Apresentou uma experiência como formador - sendo uma jornada de 40h nos Grupos de Estudos Diretor Formador e/ou Formadores em Ação e/ou no Prog. Estágio Probatório:0,1.	Apresentou duas experiências como formador - sendo duas jornadas de 40h nos Grupos de Estudos Diretor Formador e/ou Formadores em Ação e/ou no Prog. Estágio Probatório: 0,3.	Apresentou três ou mais experiências como formador - sendo três jornadas de 40h nos Grupos de Estudos Diretor Formador e/ou Formadores em Ação e/ou no Prog. Estágio Probatório: 0,5.	
Prática/Ação Pedagógica	Desafio encontrado: 1,0.	Não apresentou o desafio encontrado em sua prática pedagógica: 0,0.	Apresentou de forma superficial o desafio encontrado na prática pedagógica, sem relacionar aos dados ou contexto da escola: 0,50.	Apresentou o desafio encontrado na prática pedagógica de forma detalhada, situado no contexto escolar e com dados simples: 0,75.	Apresentou de forma detalhada, consistente e objetiva o desafio encontrado na prática pedagógica, articulando contextos, dados (internos e externos) e justificando sua relevância:1,0.	
	Estratégias utilizadas para superação do desafio: 2,0.	Não apresentou as estratégias que utilizou para superação do desafio da prática pedagógica: 0,0.	Apresentou as estratégias que utilizou para superação do desafio da prática pedagógica de forma superficial: 0,75.	Apresentou as estratégias que utilizou para superação do desafio da prática pedagógica de forma consistente: 1,5.	Apresentou as estratégias que utilizou para superação do desafio da prática pedagógica de forma consistente, deixando evidente sua atuação enquanto liderança da instituição de ensino: 2,0.	
	Resultados alcançados: 2,0.	Não apresentou os resultados alcançados: 0,0.	Apresentou os resultados alcançados de forma superficial, sem evidências: 0,75.	Apresentou os resultados alcançados, com evidências e de forma detalhada: 1,5.	Apresentou os resultados alcançados de forma detalhada, com evidências comparativas e reflexão sobre o impacto, evidenciando sua liderança e contribuições para a melhoria dos resultados:2,0.	
Prática pedagógica como Formador - Estratégias para engajamento	Estratégias para engajamento dos diretores cursistas nas reuniões formativas: 2,5.	Não apresentou estratégias para o engajamento dos cursistas nas reuniões formativas: 0,0.	Apresentou apenas uma estratégia para o engajamento dos cursistas nas reuniões formativas: 1,0.	Apresentou duas estratégias para o engajamento dos cursistas nas reuniões formativas: 2,0.	Apresentou mais de duas estratégias para o engajamento dos cursistas nas reuniões formativas: 2,5.	
Cumprimento das etapas do item 2. Orientação Técnica	Cumprimento das técnicas descritas no item dois: 1,0.	Não cumpriu todas as etapas descritas no item dois: 0,0.	Cumpriu três das cinco etapas descritas no item dois: 0,5.	Cumpriu quatro das cinco etapas descritas no item dois: 0,75.	Cumpriu integralmente as etapas descritas no item dois: 1,0.	

ANEXO II
ATA PADRONIZADA PARA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

AVALIAÇÃO DO VÍDEO PELA COMISSÃO ESPECIAL
Processo de Seleção de Diretores Formadores – Edital n.º 146/2025 – GS/SEED

Ata de avaliação do vídeo apresentado pelo candidato ao Credenciamento como Diretor Formador

Aos ___ dias do mês de _____ de 202_, às ___ horas, reuniram-se, de forma presencial/virtual, os membros da **Comissão Especial de Seleção de Diretores Formadores**, designada pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR, nos termos do Edital n.º 146/2025 – DG/SEED, com a finalidade de proceder à avaliação do vídeo apresentado pelo(a) candidato(a), conforme critérios estabelecidos na Orientação Pedagógica e Técnica constante do referido edital.

1. Identificação do Candidato
- Nome completo: _____
- CPF: _____
- NRE: _____
- Instituição de ensino: _____
- Cargo/Função: ( ) Diretor(a) ( ) Diretor(a) Auxiliar

2. Link do Vídeo
- Endereço eletrônico (YouTube):_____

3. Atribuição de Pontuação
I – Formação e Trajetória Profissional (máximo: 1,5 pontos)

Critério	Descrição	Pontuação Máxima	Pontuação Atribuída
a)	Breve apresentação da formação e trajetória profissional	0,5	_____
b)	Perspectiva em atuar como Diretor Formador	0,5	_____
c)	Experiência comprovada enquanto formador (Diretor Formador, Estágio Probatório, Formadores em Ação)	0,5	_____
	Subtotal I	1,5	_____

II – Prática/Ação Pedagógica como Gestor (máximo: 5,0 pontos)

Critério	Descrição	Pontuação Máxima	Pontuação Atribuída
a)	Desafio encontrado	1,0	_____
b)	Estratégias utilizadas para superação do desafio	2,0	_____
c)	Resultados alcançados	2,0	_____
	Subtotal II	**5,0**	_____

III – Prática/Ação Pedagógica como Formador (máximo: 2,5 pontos)

Critério	Descrição	Pontuação Máxima	Pontuação Atribuída
a)	Estratégias de engajamento dos diretores cursistas nas reuniões formativas	2,5	_____
	Subtotal III	**2,5**	_____

IV – Cumprimento das Técnicas de Gravação (máximo: 1,0 ponto)

Critério	Descrição	Pontuação Máxima	Pontuação Atribuída
a)	Observância às orientações técnicas de gravação (tempo, enquadramento, clareza de som e imagem)	1,0	_____
	Subtotal IV	**1,0**	**_____**

4. Resultado Final

Item	Pontuação Obtida	Pontuação Máxima
Total Geral	**_____**	**10,0**

Situação:

( ) Aprovado(a) ( ) Não Aprovado(a) ( ) Recurso Pendente

5. Observações da Comissão:

6. Deliberação da Comissão
Após análise do vídeo e verificação dos critérios estabelecidos no edital, a Comissão Especial delibera que o(a) candidato(a) acima identificado(a) obteve a pontuação total de _____ pontos, sendo considerado(a) ( ) apto(a) / ( ) inapto(a) ao processo de seleção.
Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada e, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da Comissão Especial.

Curitiba, ___ de _____ de _____.

Comissão Especial de Seleção de Diretores Formadores

Nome do Membro	Cargo/Função

1.	1.
2.	2.
3.	3.

ANEXO III
TERMO DE COMPROMISSO E CONCORDÂNCIA

Eu,_____(nome completo), RG n.º_____, servidor(a) público(a), tenho ciência de que a função pretendida exige o cumprimento de ação a distância, nas plataformas Google Meet *e* Google Classroom, necessitando de acesso à internet e cumprimento das atividades fora do horário e do local de trabalho, conforme o disposto no **Edital n.º 146/2025 – GS/SEED**.

Comprometo-me a cumpri-la fielmente, assim como o cronograma e demais atribuições estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação – SEED. Ainda,

DECLARO

a) que tenho disponíveis 5 (cinco) horas semanais para o exercício das atividades propostas neste Edital e que tais atividades não acarretarão prejuízo nas demais atividades que exerço para a Secretaria de Estado da Educação;

b) que estou em efetivo exercício como diretor ou diretor auxiliar, com 40 horas semanais, e estou ciente de que para exercer as atividades de Diretor Formador do presente Edital, deverei permanecer com essa carga horária em todo o curso;

c) que não possuo, neste momento, nenhum tipo de afastamento para tratamento de saúde, qualquer outro tipo de afastamento ou redução de carga horária, de acordo com o Decreto n.º 3003, de 8 de dezembro de 2015, que estabelece as regras para a concessão da redução de carga horária a servidores públicos e militares estaduais do Paraná que sejam responsáveis por pessoas com deficiência

d) que estou ciente de que os dados bancários estão em conformidade com a resolução vigente, caso contrário não haverá pagamento até que seja solucionado pelo próprio beneficiário;

e) que estou ciente de que, após assumir uma turma do Diretor Formador, a desistência voluntária do Diretor Formador será aceita apenas no encerramento de cada jornada de formação;

f) que todas as informações prestadas são verídicas

_____,_____de_____de _____

Assinatura do Candidato

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VAGA/AFASTAMENTO DA FUNÇÃO

Eu,_____(nome completo),RG n.º _____ órgão expedidor_____, CPF n.º_____, servidor público, declaro que desisto e/ou estarei afastado das funções de diretor, portanto abdico da minha vaga para atuar como Diretor Formador na Formação de Diretores, no qual fui selecionado, conforme **Edital n.º 146/2025 – GS/SEED**.

_____,_____de _____de _____.

Assinatura do Candidato

ANEXO V
TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS AUTORAIS

Pelo presente instrumento particular, de um lado,_____ (nome completo do autor), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do CPF n.º _____ e da Cédula de Identidade RG n.º _____, residente e domiciliado(a) à Rua (endereço completo), na cidade de (nome da cidade), Estado (nome do Estado), doravante denominado(a) CEDENTE;
e, de outro lado, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, com sede na Av. Presidente Kennedy, 2511 – Curitiba/PR, neste ato representada por seu/sua titular ou, em seu impedimento, pelo(a) Chefe do Núcleo Regional de Educação de (nome do NRE), (nacionalidade), CPF nº _____, doravante denominada CESSIONÁRIA, têm entre si justo e acordado o que segue, de acordo com a Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e a Constituição Federal de 1988.

I – DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a cessão gratuita e não exclusiva dos direitos patrimoniais da obra intitulada "(título da unidade)", produzida pelo(a) CEDENTE, a qual integrará a obra "(título da obra)", destinada a fins educativos, técnicos e culturais.

II – DA CARACTERIZAÇÃO E ALCANCE DA CESSÃO

O CEDENTE, titular dos direitos autorais da obra mencionada, cede à CESSIONÁRIA licença não exclusiva, gratuita, irrevogável e por prazo indeterminado, para fins de reprodução, adaptação, edição, publicação, tradução, divulgação e utilização do material em meios impressos, digitais ou audiovisuais, exclusivamente para finalidades educacionais e institucionais, sem qualquer ônus à CESSIONÁRIA.
A cessão inclui, se necessário, reimpressões, adaptações, condensações, resumos, compilações, ampliações e integração em obras derivadas ou coletivas, organizadas pela CESSIONÁRIA ou por terceiros por ela autorizados, preservados os direitos morais do autor, conforme disposto na Lei n.º 9.610/1998.

III – DA AUTORIA E RESPONSABILIDADE

O CEDENTE declara que a obra objeto deste Termo é de sua exclusiva autoria, sendo inédita, e assume integral responsabilidade civil e penal por eventual violação de direitos autorais ou de propriedade intelectual de terceiros, isentando a CESSIONÁRIA de qualquer ônus decorrente de tais situações.
Entende-se por obra inédita aquela não cedida ou publicada anteriormente, em qualquer meio ou formato, total ou parcialmente, por outro titular.

IV – DA PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A CESSIONÁRIA fica autorizada a publicar a obra em mídia impressa, digital, audiovisual ou outras plataformas educacionais, podendo:

a) editar, revisar e adequar o texto às normas editoriais e técnicas da SEED;
b) realizar tratamento gráfico e editorial conforme padrões institucionais;
c) distribuir gratuitamente a obra, total ou parcialmente, quantas vezes forem necessárias;
d) divulgar o conteúdo em sítios eletrônicos, plataformas virtuais, redes sociais e materiais de formação pedagógica, preservando sempre a identificação da autoria.

A CESSIONÁRIA compromete-se a respeitar todos os direitos morais do autor e assegurar a menção à autoria em toda e qualquer forma de utilização do material.

V – DA GRATUIDADE

A cessão é realizada a título gratuito e sem exclusividade, não implicando em qualquer remuneração, participação ou compensação financeira ao CEDENTE, agora ou futuramente, sendo vedada a cobrança de qualquer espécie de direito ou indenização pela obra cedida.

VI – DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência indeterminada, considerando-se a natureza não exclusiva e gratuita da cessão.
O CEDENTE poderá, a qualquer tempo, revogar a autorização, mediante comunicação formal à CESSIONÁRIA, resguardados os direitos de uso e publicações já realizadas até a data da revogação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A assinatura deste Termo **não gera vínculo empregatício** entre o CEDENTE e a CESSIONÁRIA.
2. A obra cedida **não poderá conter conteúdo protegido por terceiros** sem autorização expressa.
3. A CESSIONÁRIA reserva-se o direito de **não publicar** a obra, conforme sua conveniência institucional, sem que isso gere qualquer obrigação de ressarcimento ou indenização.
4. Este Termo é celebrado em conformidade com a **Lei n.º 9.610/1998** (Lei de Direitos Autorais) e demais normas aplicáveis à Administração Pública.

Curitiba, ____ de _____ de _____.

CEDENTE:
(Nome completo)
CPF n.º _____

CESSIONÁRIA:
(Nome do(a) representante / Chefe do NRE)
Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED
CPF n.º _____

ANEXO VI
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM, ÁUDIO E VÍDEO

Eu, _____, portador(a) do RG n.º _____, inscrito(a) no CPF n.º _____, residente à Rua _____, n.º _____, na cidade de _____, Estado do _____, CEP _____,
AUTORIZO a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.416.840/0001-84, a utilizar minha imagem, voz, nome, trabalhos e/ou depoimentos pessoais (ou do(a) menor _____, sob minha responsabilidade), em materiais audiovisuais, fotográficos, sonoros, digitais ou impressos, exclusivamente para fins pedagógicos, institucionais e educacionais, sem finalidade comercial e sem qualquer ônus à instituição.

I – FINALIDADE E ABRANGÊNCIA

A autorização destina-se exclusivamente à produção, edição, divulgação e reprodução de conteúdos pedagógicos, formativos e institucionais vinculados à SEED/PR, podendo ocorrer por meio de:

1. Publicações em sites institucionais e redes sociais oficiais;
2. Materiais didáticos, vídeos formativos, cursos, seminários, eventos ou campanhas educativas;
3. Apresentações e comunicações públicas em eventos promovidos pela SEED/PR ou em parceria com outras instituições públicas.

A presente autorização é concedida a título gratuito, sem limitação geográfica, válida em território nacional e no exterior, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da assinatura deste termo, podendo ser revogada a qualquer tempo, mediante solicitação formal à SEED, sem efeitos retroativos sobre os materiais já publicados.

II – PROTEÇÃO DE DADOS E DIREITOS DO TITULAR

Nos termos da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD):

1. Os dados pessoais e registros audiovisuais serão tratados com finalidade exclusiva de divulgação pedagógica e institucional;
2. O titular poderá revogar esta autorização a qualquer tempo, mediante comunicação escrita à SEED/PR;
3. O tratamento observará medidas de segurança, sigilo e integridade dos dados;
4. O Encarregado de Proteção de Dados (DPO) da SEED/PR poderá ser contatado pelo e-mail: dpo@seed.pr.gov.br, para esclarecimentos e exercício dos direitos previstos nos arts. 17 a 22 da LGPD.

III – DECLARAÇÃO DO AUTORIZANTE

Declaro que:

- Tenho pleno conhecimento das condições aqui expressas;
- Estou ciente de que a autorização é gratuita, sem caráter comercial e sem expectativa de remuneração;

Autorizo a utilização do conteúdo conforme descrito, respeitada minha integridade, imagem e dignidade, sem que haja qualquer direito a indenização presente ou futura.

Local e data:

AUTORIZANTE:

(Nome completo)
CPF nº _____

CESSIONÁRIA:
Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED
CNPJ nº 76.416.840/0001-84

Obs.: Cada pessoa que aparecer na filmagem deverá assinar um termo como este.

170983/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

EXTRATO – 4º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 202300026

Protocolo n.º 25.111.193-6
Partícipes: Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Adrianópolis
Objeto – Alteração do Plano de Trabalho (Plano de Aplicação).

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

170924/2025

Extrato – Termo de Doação de Veículos n.º 3011737

Protocolo n.º 21.489.640-0

Fundamento legal: Art. 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal n.º 14.133/2021; art. 610, inciso II, alínea "a" c/c o art. 619 do
Decreto nº 10.086/2022; art. 1º da Lei nº 20.790/2021; Decreto nº 4.336/2009; Decreto nº 2.819/2023.
Doador: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Donatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA
Objeto:

1- ÔNIBUS RURAL ESCOLAR 44 LUGARES
Placa: RHD5I61
Valor: R$ 158.142,84
2- ÔNIBUS RURAL ESCOLAR 44 LUGARES
Placa: RHD5I62

Valor: R$ 158.142,84
3- ÔNIBUS RURAL ESCOLAR - ORE2
Placa: RHF4I50
R$ 158.177,99
Signatários :Roni Miranda Vieira – Doador
Denilson Baitala – Donatário

Curitiba, 28 de novembro de 2025.

171086/2025

Extrato – Termo de Doação de Veículos n.º 3011755

Protocolo n.º 21.489.640-0

Fundamento legal: Art. 76, inciso II, alínea "a" da Lei Federal n.º 14.133/2021; art. 610, inciso II, alínea "a" c/c o art. 619 do
Decreto nº 10.086/2022; art. 1º da Lei nº 20.790/2021; Decreto nº 4.336/2009; Decreto nº 2.819/2023.
Doador: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Donatário: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA
Objeto:
1- ÔNIBUS RURAL ESCOLAR 44 LUGARES
Placa: RHD5I61
Valor: R$ 158.142,84
2- ÔNIBUS RURAL ESCOLAR 44 LUGARES
Placa: RHD5I62
Valor: R$ 158.142,84
3- ÔNIBUS RURAL ESCOLAR - ORE2
Placa: RHF4I50
R$ 158.177,99
Signatários :Roni Miranda Vieira – Doador
Denilson Baitala – Donatário

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

171082/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
RESOLUÇÃO N.º 7.353/2025 – GS/SEED

Determina o dessobrestamento de Processo de Tomada de Contas Especial.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 90 da Constituição do Estado do Paraná e pela Lei Estadual n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o contido no art. 13 da Lei Complementar n.º 113, de 15 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e o disposto na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021,
RESOLVE:

Art. 1.º Determinar o dessobrestamento do Processo de Tomada de Contas Especial autorizado por meio da Resolução n.º 5.642/2024 – GS/SEED, considerando o contido na proposta de Termo de Ajustamento de Gestão, autuada no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sob o processo n.º 519151/24, e o Despacho do Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, anexados aos autos, até ulterior orientação da Procuradoria-Geral do Estado sobre as providências a serem adotadas no âmbito destes processos.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

170869/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 44/2025 SEED

Protocolo nº: 24.647.496-6
Assunto: Autorização de dispensa de licitação (não eletrônica) para a aquisição emergencial de cartuchos de toner Lexmark, destinados às impressoras de mesmo fabricante, com o objetivo de atender às demandas operacionais da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR).

1. **DISPENSO**, nos termos do Artigo 34, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e com amparo da Informação nº 4305/2025 - SEED/ASS TEC fls.190/209/mov.95 e despacho n.º 189/2025 NAS/SL, fl.189, mov.94 o procedimento licitatório para a dispensa de licitação na forma não eletrônica, que visa a Aquisição emergencial de cartuchos de toner Lexmark, destinados às impressoras de mesmo fabricante, com o objetivo de atender às demandas operacionais da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR). A medida contempla os 32 Núcleos Regionais de Educação, distribuídos em diversos municípios do Estado, bem como as Unidades Administrativas localizadas em Curitiba.
2. **AUTORIZO**, com fundamento do disposto no art. 1º, § 3º e 5º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 c/c a Informação n.º 4305/2025 – SEED/ASS TEC, a realização da despesa supracitada no valor total de R$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil), em favor do COPYMIL IMPRESSORAS LTDA, inscrita sob o CNPJ n.º 13.810.220/0001-22.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral/SEED, por Delegação
De Competência Res.7.309-19/10/2023 GS/SEED

170732/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
PORTARIA N.º 982/2025 – DG/SEED

Designa gestor e fiscal do Contrato n.º 9575/2025, celebrado com a empresa Athenas Automação Ltda.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 24.990.928-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores, a seguir relacionados, para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 9575/2025, celebrado com a empresa Athenas Automação Ltda., CNPJ n.º 1.425.676/0003-51, cujo objeto é a aquisição de notebooks Microsoft Windows e acessórios, bem como de serviços de garantia dos referidos equipamentos, por meio da adesão à Ata de Registro de Preços SRP n.º 349/2023, Pregão Eletrônico n.º 1031/2023 – DECON (Item GMS 7003.95653), Lote 4:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	João Carlos Gomes	338.XXX.719-XX
Fiscal	Lucineide Gurski	034.XXX.659-XX

Art. 2.º Ao gestor e fiscal designados caberão, respectivamente, as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086/2022, podendo ser acrescidas outras, mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.
Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

170836/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 995/2025 – DG/SEED

Designa gestor e fiscal do Contrato n.º 9851/2025, celebrado com a empresa Repreming – Representação e Comércio de Minas Gerais Ltda.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 24.991.216-6,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores, a seguir relacionados, para atuarem como gestor e fiscal do Contrato n.º 9851/2025, celebrado com a empresa Repreming – Representação e Comércio de Minas Gerais Ltda, CNPJ n.º 65.149.197/0002-51, para aquisição de 10 telas interativa de 75" polegadas, por meio da adesão à Ata de Registro de Preços n.º 200/2025 II – Polícia Militar de Minas Gerais, Processo n.º 1250.01.0010207/2023-26:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Sivaldo Forteski	017.XXX.979-XX
Fiscal	Paulo Cesar Waltrick	017.XXX.879-XX

Art. 2.º Ao gestor e fiscal designados caberão, respectivamente, as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086/2022, podendo ser acrescidas outras, mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.
Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

170999/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 25.110.535-9

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, e na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral, **autorizo** a prorrogação do afastamento, a partir de 31 de janeiro de 2026, do servidor **Wilian Fernando Dias de Souza**, RG n.º 8.313.XXX-7, Agente Educacional II do Quadro de Funcionários da Educação Básica, para prestar serviços na 186.ª Zona Eleitoral de Colombo, pelo período de 1 (um) ano, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida por meio do Ofício n.º 171/2025 186ª ZE/PR.

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

170528/2025

RESOLUÇÃO N.º 7280/2025 – GS/SEED

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.977.716-3,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:

Art. 1.º Suspender pelo prazo de 90 (noventa) dias convertidos em multa, com fundamento no art. 291, inciso III c/c art. 293, inciso III, § 5º da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o servidor Newson Leal Fernandes, RG n.º 9.764.XXX0, professor, QPM, LF 02 e 03, por infração do art. 293, inciso V, alínea "c", da Lei Estadual n.º 6.174/1970, e, considerando o art. 93 da Lei Estadual n.º 20.656/2021, atenuantes, nunca respondeu processo administrativo disciplinar anterior, colaborou com a comissão de processo administrativo.
Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

170430/2025

RESOLUÇÃO N.º 7375/2025 – GS/SEED
Súmula: Absolve servidor em Processo Administrativo Disciplinar.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.428.146-1,
R E S O L V E:

Art. 1.º Absolver a servidora Solange Mosquete Zaghi, RG n.º 6.214.XXX-0, professora, QPM, LF 01 e 02, com fundamento no art. 182, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

171181/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.205/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 883/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.841.083-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Rio Bonito do Iguaçu – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua XV de novembro, 1220, do Município de Rio Bonito do Iguaçu, NRE de Laranjeiras do Sul.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7007/2024, de 28/10/2024, com vigência até 05/08/2034.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 5092/2022, de 23/08/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 03 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.208/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022 e o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 981/2025, da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos e o contido no protocolado n.º 24.812.856-9,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, da Escola Municipal Lidia Usuy Ohi – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Henrique Dias, 211, do Município e NRE de Cianorte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6221/2021, de 16/12/2021, com vigência até 31/12/2031.
§ 2º A autorização para o funcionamento é concedida pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 01/01/2026.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.209/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2850/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.754.359-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Ana Maria, situado na Rua Barão do Cerro Azul, 597, do Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3919/2025, de 14/07/2025, com vigência até 31/12/2027.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 911/2019, de 11/03/2019, com vigência até 31/12/2020.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida, excepcionalmente, até o final do ano de 2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.210/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2851/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.762.218-7,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Olga Ribas Martins – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua da Glória, 156, do Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7935/2023, de 09/11/2023, com vigência até 31/12/2030.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, e do Ensino Fundamental (anos iniciais), foi concedida pela Resolução n.º 7943/2023, de 09/11/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento dos ensinos é concedida até o final do ano de 2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.211/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2852/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.769.457-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Emília Capelini Valenga – Ensino Fundamental, situada na Rua Duarte da Costa, 381, do Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3500/2025, de 30/06/2025, com vigência até 01/08/2032.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 3251/2020, de 18/08/2020, com vigência até 31/12/2022.

§ 3º A renovação é concedida até o final do ano de 2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.212/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2853/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.776.925-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Ivone Martha Vilar Defert, situado na Rua Hilda Braun, 504, do Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3499/2025, de 30/06/2025, com vigência até 31/12/2030.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 871/2019, de 07/03/2019, com vigência até 31/12/2020.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida, excepcionalmente, até o final do ano de 2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.214/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2854/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.783.021-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente, situado na Avenida Getúlio Vargas, 325, do Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3498/2025, de 30/06/2025, com vigência até 31/12/2030.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 913/2019, de 11/03/2019, com vigência até 31/12/2020.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida, excepcionalmente, até o final do ano de 2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.215/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2855/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.792.467-1,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Martin Mazon de Souza Tesserolli, situado na Avenida Centenário do Paraná, 365, do Município de Piraquara, NRE da Área Metropolitana Norte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5514/2023, de 15/08/2023, com vigência até 31/12/2030.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 02 (dois) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 5514/2023, de 15/08/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida até o final do ano de 2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.216/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 872/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.273.910-1,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Rui Barbosa – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Padre Arcemírio Leôncio de Carvalho, 157, do Município de Japurá, NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3446/2022, de 14/06/2022, com vigência até 30/11/2032.

§ 2º A Resolução n.º 6211/2021, de 16/12/2021, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.218/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.575.985-1,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2016, as atividades escolares relativas o Curso Técnico em Eletrotécnica – Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, presencial, no Centro de Educação Profissional Campo Largo, situado na Rua XV de Novembro, 1609, do Município de Campo Largo, NRE da Área Metropolitana Sul.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida por Unise Educacional Ltda e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 853/2017, de 13/03/2017, com vigência até 31/12/2026.

Art. 2º Revogar a Resolução n.º 1880/2015, de 03/07/2015, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

170411/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.219/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013 e 12/2021, ambas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2866/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.234.260-9,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, a partir de 04/12/2024, o endereço do Polo IBRESP – Instituto Brasileiro de Educação Profissional do Estado de São Paulo, no Município de São José dos Pinhais, NRE da Área Metropolitana Sul, de Rua XV de Novembro, 1090, para Rua Passos de Oliveira, 1391.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por IBRESP/SP – Instituto Brasileiro de Educação Profissional do Estado de São Paulo Ltda e obteve o credenciamento do polo de apoio presencial pela Resolução n.º 8197/2023, de 21/11/2023.

§ 2º A alteração do endereço da instituição de ensino está amparada na Deliberação n.º 03/2013 – CEE/PR.

Art. 2º Determinar que a presente resolução seja mencionada com o ato regulatório citado no Art. 1º.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.220/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.278.105-8,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2022, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Edificações – Eixo Tecnológico: Infraestrutura, subsequente ao Ensino Médio, presencial, no Centro Estadual de Educação

Profissional Professor Miguel Carlos Parolo, situado na Avenida Francisco Berardi, 781, do Município e NRE de Pitanga.

Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio pela Resolução n.º 868/2019, de 07/03/2019, com vigência até 20/12/2028.

Art. 2º Revogar a autorização para funcionamento da oferta, concedida pela Resolução n.º 5548/2013, de 28/11/2013, exclusivamente para o curso em questão, que continua em vigor para a criação e o credenciamento para ofertar a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.221/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2860/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.407.803-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal do Campo Santo Agostinho – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Estrada Principal, s/n, do Município de Boa Ventura de São Roque, NRE de Pitanga.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4624/2025, de 18/08/2025, com vigência até 31/12/2034.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 646/2023, de 03/02/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escola

RESOLUÇÃO N.º 7.222/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2858/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 17.745.445-1,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Municipal Dorival Magrinelli – Ensino Fundamental, situada na Rua Arthur Januário Angonesi, s/n, do Município de Santo Antônio do Sudoeste, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6260/2017, de 04/12/2017, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 até 31/12/2029.. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Renovar a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais) da instituição citada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação da autorização para funcionamento do Ensino foi concedida pela Resolução n.º 6260/2017, de 04/12/2017, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida, excepcionalmente, até o final do ano de 2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2026.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.224/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2859/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.623.522-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da Escola Municipal Álvaro Renostro – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Alfredo Muller, s/n, do Município de Verê, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4438/2020, de 24/11/2020, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, foi concedida pela Resolução n.º 682/2022, de 22/02/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.225/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 928/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 24.707.412-

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, Ensino Fundamental (anos iniciais), área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Professor Láudio Afonso Heinen – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Paraná, 1450, do Município de Planalto, NRE de Francisco Beltrão.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1341/2019, de 08/04/2019, com vigência até 09/04/2028.
§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da modalidade foi concedida pela Resolução n.º 1811/2022, de 12/04/2022, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.226/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/202, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.073.087-5,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, definitivamente, a partir de 01/01/2022, as atividades escolares relativas ao Curso Técnico em Secretariado – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, presencial, no Colégio Estadual Antônio Tortato – Ensino Médio, Normal e Profissional, situado na Rua Mário Xavier de Souza, 1605, do Município de Paranacity, NRE de Paranavaí.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1960/2017, de 04/05/2017, com vigência até 25/06/2027.
Art. 2º Revogar a autorização para funcionamento da oferta, concedida pela Resolução n.º 4384/2019, de 19/11/2019, exclusivamente para o curso em questão, que continua em vigor para a adequação do nome da instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.227/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021 e 02/2022, todas do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.543.552-5,

RESOLVE:

Art. 1º Cessar, a partir de 01/01/2023, definitivamente, as atividades escolares relativas ao Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, na Escola Municipal Menino Jesus – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Sete de Setembro, 37, do Município de Amaporã, NRE de Paranavaí.
Parágrafo único: A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4591/2017, de 14/09/2017, com vigência até 24/05/2027.
Art. 2º Revogar a Resolução n.º 355/2007, de 05/02/2017, que autorizou o funcionamento da oferta na instituição de ensino.
Art. 3º Determinar que a guarda e expedição da documentação escolar fique sob a responsabilidade da própria instituição de ensino.
Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.228/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2856/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.213.103-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar, situado na Rua Distrito Federal, 1057, do Município de Cruzeiro do Oeste, NRE de Umuarama.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1134/2023, de 27/02/2023, com vigência até 04/06/2026.
§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento da Educação Infantil foi concedida pela Resolução n.º 1134/2023, de 27/02/2023, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos, com vigência até 31/12/2025.
§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.
Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.229/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2857/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.402.623-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do

Centro Municipal de Educação Infantil Isa Ferreira Dias, situado na Rua Londrina, 227, do Município de Alto Piquiri, NRE de Umuarama.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1726/2021, de 20/04/2021, com vigência até 01/02/2031.

§ 2º A autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos, foi concedida pela Resolução n.º 1726/2021, de 20/04/2021, com vigência até 01/02/2026.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 02/02/2026 até 01/02/2031. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 01/02/2031.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

170413/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.231/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 242/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.382.103-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Estadual Vandyr de Almeida – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua dos Crisântemos, s/n, do Município e NRE de Cornélio Procópio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1508/2022, de 04/04/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, da instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) foi concedida pela Resolução n.º 1509/2022, de 04/04/2022, com vigência até 31/12/2024 e a última renovação do reconhecimento do Ensino Médio foi concedida pela Resolução n.º 1510/2022, de 04/04/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.232/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 601/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.749.281-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual Padre Manuel da Nóbrega – Ensino Fundamental, situada na Rua Wady Farah, 385, do Município e NRE de Cornélio Procópio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5281/2022, de 29/08/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5281/2022, de 29/08/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.233/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 855/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.148.221-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Estadual do Campo Contestado – Ensino Fundamental e Médio, situado no Assentamento Contestado, no Município da Lapa, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6821/2022, de 28/10/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.234/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 611/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Educação e o contido no protocolado n.º 22.612.284-2,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica da Escola Estadual Cívico-Militar Professora Mireille Maria Franco Zanon Machado – Ensino Fundamental, situada na Avenida Paraná, 2218, do Município de Mandirituba, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1830/2022, de 13/04/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), da instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 161/2023, de 26/01/2023, com vigência até 21/10/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 22/10/2024 a 21/10/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.236/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, e o Parecer n.º 988/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.067.923-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Administração – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Ulysses Guimarães – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Bartolomeu de Gusmão, 3535, no Município e NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5620/2017, de 26/10/2017, com vigência até 05/10/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 1438/2021, de 31/03/2021, com vigência até 28/06/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 29/06/2025 a 28/06/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.237/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer n.º 2871/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 25.029.160-4,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais), com implantação gradativa, em tempo integral, no Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos Bituruna – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Oscar Geyer, 268, do Município de Bituruna, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1046/2018, de 14/03/2018, com vigência até 15/08/2028.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino, que, em decorrência do Art. 1º, passa a denominar-se: Colégio Estadual Bituruna – Ensino Fundamental e Médio.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.238/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 974/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.828.912-2,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Marketing – Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Souza Naves – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Monteiro Lobato, 421, do Município de Rolândia, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2416/2018, de 28/05/2018, com vigência até 05/11/2027.

§ 2º A Resolução n.º 7693/2022, de 28/11/2022, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023 e por mais 05 (cinco) anos, contados a partir de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.239/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de

julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022, 03/2025 e o Parecer n.º 980/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.908.427-3,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Curso Técnico em Farmácia – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, integrado ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio de Aplicação Pedagógica da Universidade Estadual de Londrina Professor José Aloísio Aragão – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Piauí, 720, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1826/2019, de 15/05/2019, com vigência até 21/03/2029.

§ 2º A Resolução n.º 7721/2022, de 28/11/2022, autorizou o funcionamento do referido curso, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023 e por mais 05 (cinco) anos, contados a partir de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.240/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013, 12/2021, e 03/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2875/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.678.955-1,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, o Colégio Estadual do Campo Valmir Motta de Oliveira – Ensino Fundamental e Médio, situado na R M 116S, KM 1, Estrada do Laranjal, Assentamento Companheiro Keno, no Município e NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi criada pela Resolução n.º 7915/2024 - GS/SEED de 09/12/2024.

§ 2º O credenciamento é concedido pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, com implantação simultânea, na instituição citada no Art. 1º.

§ 1º A autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos finais) é concedida pelo prazo de 04 (quatro) anos, a partir de 01/01/2026.

§ 2º A autorização para o funcionamento do Ensino Médio é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, a partir de 01/01/2026.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento dos Ensinos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminarem os prazos concedidos.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.242/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os Decretos Federais n.º 5154, de 23 de julho de 2004 e n.º 9057, de 25 de maio de 2017, as Deliberações n.º 03/2013, 11/2021, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, o Parecer n.º 998/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.795.494-9,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho – Eixo Tecnológico: Segurança, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, no Instituto Monitor, situado na Rua XV de Novembro, 621, do Município e NRE de Curitiba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Instituto Educacional Monitor Ltda. e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação a Distância, pela Resolução n.º 1762/2024, de 02/04/2024, com vigência até 05/11/2028.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 12 (meses) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

§ 3º O ingresso no curso é destinado aos alunos egressos ou que estejam cursando o Ensino Médio ou equivalente.

§ 4º O aluno que concluir o Módulo I, receberá Certificado de Qualificação Profissional de Agente de Observação de Segurança.

§ 5º O aluno que concluir o Módulo II, receberá Certificado de Qualificação Profissional de Auxiliar Técnico em Segurança do Trabalho.

§ 6º Na conclusão do curso e comprovada a conclusão do Ensino Médio, o aluno receberá o Diploma de Técnico em Segurança do Trabalho.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.243/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2013, 12/2021, 03/2022, 06/2022 e o Parecer n.º 948/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.169.884-1,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o Centro de Educação Profissional Estácio de Curitiba, situado na Avenida Senador Souza Naves, 1715, no Município e NRE de Curitiba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. e a entidade mantenedora foi constituída pela 52ª Alteração Contratual, de 19 de julho de 2024, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o número 20203284089, NIRE 41901192329, CNPJ n.º 02.608.755/0001-07, sendo o CNPJ da filial n.º 02.608.755/0037-00.

§ 2º O credenciamento é pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir da data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento para a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Autorizar o funcionamento do Curso Técnico em Enfermagem – Eixo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente e/ou concomitante ao Ensino Médio, presencial, com implantação gradativa, destinado aos estudantes que estiverem cursando ou que concluíram o Ensino Médio, na instituição constante do Art. 1º.

§ 1º Ao concluir o curso, conforme organização curricular aprovada, o estágio profissional supervisionado e comprovada a conclusão do Ensino Médio, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Enfermagem.

§ 2º A autorização é pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de data da publicação da presente resolução. A direção da instituição de ensino deverá solicitar o reconhecimento do curso 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.244/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2876/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.094.056-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil do Colégio Nossa Senhora de Sion – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Alameda Presidente Taunay, 260, do Município e NRE de Curitiba.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela pela Associação do Colégio Nossa Senhora de Sion e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 166/2018, de 11/01/2018, com vigência até 06/08/2027.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 01 (um) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 2028/2021, de 04/05/2021, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.245/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 06/2025, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2877/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.225.391-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para funcionamento da Educação Infantil da Escola Municipal do Campo Horácio Barbosa de Oliveira – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Rio Grande do Sul, 464, do Município de Santa Isabel do Ivaí, NRE de Loanda.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6399/2017, de 11/12/2017, com vigência até 01/12/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para funcionamento da Educação Infantil, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 06 (seis) anos, foi concedida pela Resolução n.º 455/2023, de 31/01/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 até 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.246/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 12/2021, 02/2022 e o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 989/2025, da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos e o contido no protocolado n.º 24.958.273-5,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental – Fase I, presencial, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, da Escola Municipal Professor Adriano Franco - Ensino Fundamental, situada na Rua Ângelo Molina, 593, do Município de Terra Boa, NRE de Cianorte.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6117/2021, de 14/12/2021, com vigência até 17/07/2032.

§ 2º A autorização para o funcionamento é concedida pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 01/01/2026.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.247/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2880/2025, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.793.024-0,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, o Centro de Educação Infantil Ítalo, situado na Rua Deputado Fernando Ferrari, 506, no Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Centro Educacional Ítalo Ltda., e a

entidade mantenedora da instituição de ensino foi constituída pela Segunda Alteração e Consolidação de Contrato Social, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob n.º 20248931938, protocolo de 248931938, em 05/12/2024 e inscrita no CNPJ sob n.º 50.292.632/0001-44.

§ 2º O credenciamento é concedido pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2035.

Art. 2º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), com implantação simultânea, na instituição citada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 01/01/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2030.

Art. 3º Adequar a nomenclatura da instituição de ensino, que, em decorrência do Art. 1º, passa a denominar-se: Escola Ítalo – Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.250/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 1049/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.117.356-2,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, do Colégio Premier – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua João Huss, 100, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º O Ensino Fundamental e Médio da instituição de ensino são mantidos por Colégio Premier Ltda., e a instituição obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4252/2017, de 04/09/2017, com vigência até 24/05/2027.

§ 2º A Resolução n.º 5134/2022, de 24/08/2022, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 05 (cinco) anos, contados a partir de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.251/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022 e o Parecer n.º 995/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.894.731-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Nutrição e Dietética – Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Polivalente – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Figueira, 411, no Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4469/2016, de 07/10/2016, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 8085/2022, de 15/12/2022, com vigência até 12/10/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 13/10/2025 a 12/10/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.252/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021 e 03/2025, e o Parecer n.º 1023/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 22.560.012-0,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, do Colégio Santa Marta – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Três Poderes, 26, do Município de Ibiporã, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Associação Civil Tommaso Reggio da Congregação das Irmãs de Santa Marta, e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução n.º 1067/2021, de 10/03/2021, com vigência até 28/10/2028.

§ 2º A Resolução n.º 6741/2022, de 26/10/2022, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2023 e por mais 05 (cinco) anos, contados a partir de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.253/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, e o Parecer n.º 994/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 21.487.834-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

– Eixo Tecnológico: Segurança, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Polivalente – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Figueira, 411, no Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4469/2016, de 07/10/2016, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 5798/2021, de 01/12/2021, com vigência até 07/01/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 08/01/2024 a 07/01/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

171066/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.254/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Decreto Federal n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2022 e 06/2022, e o Parecer n.º 996/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.920.167-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso Técnico em Edificações – Eixo Tecnológico: Infraestrutura, subsequente ao Ensino Médio, com oferta presencial, do Colégio Estadual Polivalente – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Figueira, 411, no Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4469/2016, de 07/10/2016, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 8087/2022, de 15/12/2022, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.255/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 10/1999, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 1001/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.522.542-3,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o funcionamento e reconhecer, de forma excepcional, o Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade Normal, em Nível Médio, em Tempo Integral, presencial, com implantação simultânea, no Colégio Estadual Dom Manoel Konner – Ensino Fundamental, Médio, Profissional e Normal, situado na Rua Venâncio Smânia, 960, do Município de Santa Terezinha de Itaipu, NRE de Foz do Iguaçu.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3082/2016, de 09/08/2016, com vigência até 02/02/2027.

§ 2º A autorização é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2027.

§ 3º O reconhecimento é concedido, excepcionalmente, a partir de 01/01/2025, e por mais 05 (cinco) anos, contados a partir 01/01/2028 a 31/12/2032. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do reconhecimento do ensino 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2032.

§ 4º Na conclusão do curso e da prática de formação, o aluno receberá o Diploma para atuação como docente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 2º Convalidar os atos escolares praticados pela instituição de ensino desde 01/01/2023, para regularização da vida escolar dos estudantes.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.261/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 03/2025, e o Parecer n.º 252/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 19.725.465-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Dom Geraldo Fernandes – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Goioerê, 129, do Município de Cambé, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3243/2019, de 15/08/2019, com vigência até 18/12/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 1455/2020, de 05/05/2020, com vigência até 30/05/2023.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 31/05/2023 a 30/05/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.262/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 10/1999, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 991/2025 – CEMEP, todos do Conselho

Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.202.222-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, na modalidade Normal, em Nível Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Sertãozinho – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, situado na Avenida Curitiba, 1111, do Município de Matinhos, NRE de Paranaguá.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 6143/2017, de 29/11/2017, com vigência até 12/11/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do curso foi concedida pela Resolução n.º 4025/2023, de 26/06/2023, com vigência até 31/12/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.271/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 1026/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 24.055.428-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Monsenhor Pedro Busko – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Rui Barbosa, 538, no Município de Paulo Frontin, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 557/2020, de 05/03/2020, com vigência até 21/08/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 993/2021, de 09/03/2021, com vigência até 27/11/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 28/11/2025 a 27/11/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.272/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, o Parecer n.º 952/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.883.610-7,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 07/11/2025 até 06/11/2035, o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Estadual Ana Boico Olinquevicz – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Augusto Andreolli, 16, no Município de General Carneiro, NRE de União da Vitória.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3280/2025, de 08/10/2015, com vigência até 06/11/2025.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.273/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 1030/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.655.844-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio SESI Santo Antônio da Platina – Ensino Médio, situado na Rua José Vieira Gusmão, 850, no Município de Santo Antônio da Platina, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por SESI – Serviço Social da Indústria/Departamento Regional do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 754/2022, de 03/03/2022, com vigência até 31/01/2029.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do referido ensino foi concedida pela Resolução n.º 2358/2022, de 05/05/2022, com vigência até 31/01/2025.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2026 a 31/12/2030. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.274/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 260/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.357.949-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), do Colégio Estadual do Campo Jorgina Batista de Paula – Ensino Fundamental e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Médio, situado na Rua Santa Catarina, s/n, no Município de Ribeirão do Pinhal, NRE de Jacarezinho.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3757/2022, de 30/06/2022, com vigência até 24/05/2027.

§ 2º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2489/2023, de 25/04/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio da instituição de ensino citada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 2238/2022, de 03/05/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029 . A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.275/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 09/2002, 03/2006, 03/2013, 12/2021 e o Parecer n.º 600/2025 – CEIF, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.520.583-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Estadual Indígena Cacique Onofre Kanhgren – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, situado na Terra Indígena Barão de Antonina, do Município de São Jerônimo da Serra, NRE de Cornélio Procópio.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5057/2023, de 31/07/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), da instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 5057/2023, de 31/07/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.276/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/1998, 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2891/2025, da Coordenação da Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 24.198.966-6,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, a Escola Fase Legal – Ensino Fundamental, situada na Rua Santa Marta, 173, no Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por CEI Fase Legal Sociedade Limitada, criada pela Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41902229196, protocolo 252798856, em 11/06/2025, e a entidade mantenedora da instituição de ensino foi constituída pelo Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Paraná, sob n.º 41902229196, protocolo 252798856, em 11/06/2025, e inscrita no CNPJ sob n.º 40.119.143/0001-31.

§ 2º O credenciamento é concedido a partir da data da publicação da presente resolução, até o final de 2025, exclusivamente para fins de cessação da instituição de ensino, a partir de 01/01/2026.

Art. 2º Autorizar o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), com implantação simultânea, na instituição citada no Art. 1º.

Parágrafo único: A autorização é concedida a partir da data da publicação da presente resolução, até o final de 2025, exclusivamente para fins de cessação da instituição de ensino, a partir de 01/01/2026.

Art. 3º Regularizar, excepcionalmente, o período ausente de credenciamento para a oferta da Educação Básica e de autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), desde 01/01/2025.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

171069/2025

RESOLUÇÃO N.º 7.277/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Deliberações n.º 03/2006, 03/2013 e 12/2021, todas do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 2892/2025, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento e o contido no protocolado n.º 23.852.612-4,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), da Escola Municipal Tiradentes – Ensino Fundamental, situada na Rua Guanabara, 255, no Município de Porecatu, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7946/2022, de 06/12/2022, com vigência até 31/07/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 1160/2023, de 27/02/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação é concedida pelo prazo de 03 (três) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2027. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2027.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.278/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 1029/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação, e o contido no protocolado n.º 23.535.308-3,

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer o Ensino Médio, do Colégio Educacional Biodiversidade – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Josephina Colombo, 200, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida por Costa & Fachineli Ltda, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 5854/2021, de 02/12/2021, com vigência até 03/09/2029.

§ 2º A Resolução n.º 6024/2022, de 22/09/2022, autorizou o funcionamento do referido ensino, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º O reconhecimento é concedido desde 01/01/2022 e por mais 05 (cinco) anos, contados a partir de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.279/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021 e 03/2025 e o Parecer n.º 269/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.626.395-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Estadual Cívico-Militar Professora Margarida de Barros Lisboa – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Finlândia, 150, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 2121/2022, de 28/04/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), e do Ensino Médio, da instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

§ 1º A última renovação do reconhecimento dos referidos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 2122/2022, de 28/04/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.281/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 02/2016, 12/2021, 06/2025, e os Pareceres n.º 07/2014 e 128/2018, todos do Conselho Estadual de Educação, o Parecer n.º 983/2025, do Departamento de Educação Inclusiva e o contido no protocolado n.º 22.386.789-8,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a autorização para o funcionamento da Educação Infantil, da Escola Ilece – Educação Infantil e Ensino Fundamental, na modalidade Educação Especial, situada na Avenida Juscelino Kubitschek, 1792, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Instituto Londrinense de Educação para Excepcionais – ILECE, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4204/2017, de 04/09/2017, com vigência até 31/12/2026.

§ 2º A última renovação da autorização para o funcionamento do ensino foi concedida pela Resolução n.º 6025/2022, de 22/09/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 3º A renovação da autorização para o funcionamento do ensino, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 até 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.282/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 277/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 23.110.083-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Padre Wistremundo Roberto Perez Garcia – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Tanzânia, 110, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 1705/2020, de 15/05/2020, com vigência até 20/11/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 1895/2020, de 21/05/2020, com vigência até 24/01/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 25/01/2024 a 24/01/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 7.283/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 255/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.579.488-3,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Carlos de Almeida – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Florestópolis, 457, do Município e, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 3242/2019, de 15/08/2019, com vigência até 11/11/2028.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 1624/2020, de 12/05/2020, com vigência até 19/05/2023.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 20/05/2023 a 19/05/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.284/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 274/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.866.354-9,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Humberto Puiggari Coutinho – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Luzia Antonio Bretas, 133, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 684/2025, de 12/02/2025, com vigência até 27/03/2034.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 1626/2020, de 12/05/2020, com vigência até 21/10/2024.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 22/10/2024 a 21/10/2029. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.285/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025, e o Parecer n.º 266/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.510.772-6,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica do Colégio Estadual Professora Maria do Carmo Ambrozio – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Akeo Hasuda, 285, do Município e NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 7920/2022, de 06/12/2022, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais), e do Ensino Médio, da instituição de ensino mencionada no Art. 1º.

§ 1º O reconhecimento dos ensinos foi concedido pela Resolução n.º 5932/2023, de 28/08/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2029. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 7.286/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2006, 03/2013, 12/2021, 03/2025 e o Parecer n.º 254/2025 – BICAMERAL, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 20.407.018-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Fundamental (anos finais) e do Ensino Médio, do Colégio Estadual Cívico-Militar Maestro Andréa Nuzzi – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, situado na Rua Bento Munhoz da Rocha Neto, 366, do Município de Cambé, NRE de Londrina.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e obteve a última renovação do credenciamento para a oferta da Educação Básica pela Resolução n.º 4500/2025, de 13/08/2025, com vigência até 14/07/2035.

§ 2º A última renovação do reconhecimento dos ensinos foi concedida pela Resolução n.º 2714/2021, de 23/06/2021, com vigência até 12/09/2023.

§ 3º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 13/09/2023 a 12/09/2028. A direção da instituição de ensino, deverá solicitar a renovação dos atos 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

assinado eletronicamente
Graziele Andriola
Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

RESOLUÇÃO N.º 6.680/2025 – GS/SEED

A **Diretora de Planejamento e Gestão Escolar da Secretaria de Estado da Educação**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, as Deliberações n.º 03/2013, 10/2021, 11/2021, 12/2021, 02/2022, o Parecer Normativo n.º 01/2023 – CP e o Parecer n.º 847/2025 – CEMEP, todos do Conselho Estadual de Educação e o contido no protocolado n.º 22.714.453-0,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 03 (três) anos, no período de 01/01/2025 a 31/12/2027, o credenciamento para a oferta da Educação a Distância do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Araucária – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Major Sezino Pereira de Souza, 419, no Município de Araucária, NRE da Área Metropolitana Sul.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e obteve o credenciamento para a oferta da Educação a Distância pela Resolução n.º 5791/2023, de 23/08/2023, com vigência até 31/12/2024.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar renovação do ato 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 2º Reconhecer o Ensino Médio, este como Experimento Pedagógico, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a distância, da instituição citada no Art. 1º.

§ 1º A autorização para o funcionamento do Curso foi concedida pela Resolução n.º 5791/2023, de 23/08/2023, com vigência até 30/06/2026.

§ 2º O reconhecimento é pelo prazo de 03 (três) anos, excepcionalmente, de 01/07/2023 a 30/06/2026. A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do ato, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de novembro de 2025.

assinado eletronicamente

Graziele Andriola

Diretora de Planejamento e Gestão Escolar

Republicada por conter incorreções

171071/2025

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 667/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Aplicar penalidade.*

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270, de 24 de agosto de 2023, assim como nos termos da Lei Estadual n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto n.º 8.362 de 16 de dezembro de 2024 e, tendo em vista o disposto nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993; n.º 9.784, de 21 de junho de 1999; n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e n.º 14.133/2021, de 1º de abril de 2021; das Leis Estaduais n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007; n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, n.º 19.848/2019, de 03 de março de 2019 e n.º 20.656 de 03 de agosto de 2021, o contido no Relatório Final apresentado pela CPPAAR (Mov. 40), a Informação n.º 1099/2025 - PGE/PRC (Mov. 43) e o Despacho n.º 7064/2025 FUN/GABPRES (Mov. 50) dos Autos n.º 13/2025, Protocolo n.º 23.970.216-3,

RESOLVE:

Art. 1.º Aplicar à empresa **CARLOS ALBERTO JOCARLI PORTO – CABANA ATACADO E VAREJO**, inscrita no **CNPJ N.º 33.188.165/0001-98**, adjudicatária do Pregão Eletrônico SRP nº 210/2020 – DECON/SEAP, com fulcro no item 12, 12.1 e 12.5 do Pregão Eletrônico nº 210/2020 – DECON/SEAP e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, a penalidade de IMPEDIMENTO de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 03 (três) meses) e MULTA compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total o contrato, correspondendo a de R$ 1.540,00 (um mil, quinhentos e quarenta reais),a ser ressarcida pela Garantia Contratual ou, em não sendo esta de valor suficiente, a ser descontada da garantia prestada e dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, conforme preceitua o artigo 153, §§ 2º e 3º da Lei nº 15.608/07. Caso insuficientes as garantias contratuais e os valores eventualmente devidos à Fazenda Pública, deve a empresa ser intimada a recolher as quantias mediante GR/PR, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Assinado e Datado Digitalmente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

170435/2025

PORTARIA N.º 668/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Aplicar penalidade.*

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3.270, de 24 de agosto de 2023, assim como nos termos da Lei Estadual n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto n.º 8.362 de 16 de dezembro de 2024 e, tendo em vista o disposto nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993; n.º 9.784, de 21 de junho de 1999; n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e n.º 14.133/2021, de 1º de abril de 2021; das Leis Estaduais n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007; n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, n.º 19.848/2019, de 03 de março de 2019 e n.º 20.656 de 03 de agosto de 2021, o contido no Relatório Final apresentado pela CPPAAR (Mov. 44), a Informação n.º 1040/2025 - PGE/PRC (Mov. 48) e o Despacho n.º 7119/2025 FUN/GABPRES (Mov. 57) dos Autos n.º 08/2025, Protocolo n.º 23.818.134-8,

RESOLVE:

Art. 1.º Aplicar à **empresa ERGO MOBILI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA**, inscrita no **CNPJ N.º 97.466.593/0003-80**, adjudicatária do Pregão Eletrônico SRP nº 212/2020 – SEAP/DECON, com fulcro no item no item 12 do Edital do Pregão Eletrônico nº 212/2020-SEAP/DECON e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a penalidade de IMPEDIMENTO de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 03 (três) meses e MULTA de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do contrato, correspondendo a R$ 54.228,39 (cinquenta e quatro mil, duzentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos), a ser ressarcida pela Garantia Contratual ou, em não sendo esta de valor suficiente, a ser descontada da garantia prestada e dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, conforme preceitua o artigo 153, §§ 2º e 3º da Lei nº 15.608/07. Caso insuficientes as garantias contratuais e os valores eventualmente devidos à Fazenda Pública, deve a empresa ser intimada a recolher as quantias mediante GR/PR, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Assinado e Datado Digitalmente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

170458/2025

PORTARIA N.º 669/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidor para responder interinamente pelas funções de Chefe do Departamento de Administração e Recursos Humanos do Instituto Fundepar, em virtude de férias da titular.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas tribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418 de 29, de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e o contido no protocolo nº 23.432.998-7,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar o servidor Orlando de Macedo Junior, RG nº 5.XXX.065-7, CPF nº XXX.825.589-XX, para responder interinamente

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

como Chefe do Departamento de Administração e Recursos Humanos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no período de 05 a 24 de janeiro de 2026, durante as férias da Titular, Irian Teresinha Marques, RG 3.XXX.891-9, CPF nº XXX.179.229-XX.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Assinado e datado eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

170425/2025

PORTARIA N.º 670/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 9852/2025 – FUNDEPAR celebrado com a empresa LN Construtora de Obras Ltda.*

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 20.580.295-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo indicados para, em observância à legislação vigente, atuarem como gestor e fiscal do Contrato nº 9852/2025 – FUNDEPAR, celebrado com a empresa LN CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA., para execução da obra de ampliação e reforma do Colégio Estadual Padre Henrique Vicenzi, localizado no município de Vitorino/PR:
I - Gestor Titular: Marcelo Oltramari – RG 4.XXX.764-3 – CPF XXX.312.229-XX e Suplente: Joelma de Oliveira – RG 5.XXX.775-7 – CPF XXX.515.219-XX;
II - Fiscal Titular: Abel Luiz Cortivo – RG 13.XXX.102-07 – CPF XXX.034.899-XX – CREA/PR 232.421/D, pertencente ao Quadro Próprio do Poder Executivo-QPPE, e Suplente: Jair Ribeiro Junior – RG 9.XXX.652-0 – CPF XXX.001.386-XX - CREA/PR 137.305/D, ertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM;
III – Apoio Técnico de Fiscalização: João Pedro de Almeida Rocha – CREA/PR 131.698/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Assinado e Datado Eletronicamente)
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3.270/2023

171178/2025



Secretaria do Esporte

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

Protocolo nº **24.571.508-0**

PORTARIA N° 14/2025

Designação de gestor e fiscal de contrato

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Esporte, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352/2023, assim como o contido na Lei Federal n.º 14.133/2021 regulamentada em âmbito estadual pelo Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores adiante elencados como Gestor e Fiscais do Contrato n.º 9990/2025 firmado com a empresa CASA INVERSO LTDA – ME, inscrita no CNPJ n.º 27.869.077/0001-59, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviço gráfico, para livro institucional para Paraná Esporte.

I – Gestor do Contrato – Dilson José de Quadros Martins CPF nº 552.XXX.XXX-20

II – Fiscal – Josias Lacour, CPF nº 255.XXX.XXX-20.

Art. 2º Compete ao gestor e ao fiscal o acompanhamento e a fiscalização do contrato, de acordo com as diretrizes estabelecidas no termo de referência da contratação. Art. 3º A presente portaria entrará em vigência na data de sua assinatura.

Publique-se

Anote-se.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

(Assinatura Digital)
Ilson A. Rhoden
Diretor-Geral
Decreto Estadual n.º 4468/2023

170890/2025

PARANÁ ESPORTE

PARANÁ ESPORTE

Curitiba,09 de dezembro de 2025

Protocolo nº 24.521.422-7

PORTARIA 145/2025

Designação de gestor e fiscais de contrato

O Diretor-Presidente da Paraná Esporte, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 21.095/2022, assim como o contido na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores adiante elencados como Gestor e Fiscais do Contrato n.º 9990/2025 firmado com a empresa CASA INVERSO LTDA – ME, inscrita no CNPJ n.º 27.869.077/0001-59, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em prestação de serviço gráfico, para livro institucional para Paraná Esporte.

I – Gestor do Contrato – Dilson José de Quadros Martins CPF nº 552.XXX.XXX-20

II – Fiscal – Josias Lacour, CPF nº 255.XXX.XXX-20

Art. 2º Compete ao gestor e ao fiscal o acompanhamento e a fiscalização do contrato, de acordo com as diretrizes estabelecidas no termo de referência da contratação.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigência na data de sua assinatura.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(Assinatura Digital)
Walmir da Silva Matos
Diretor-Presidente
Decreto Estadual n.º 4468/2023

170491/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Fazenda

Portaria Nº 97/2025/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 7º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FC000988/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 852.821,00 (oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos e vinte e um reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 10 de Dezembro de 2025.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Anexo à Portaria n° 97 Formalização 2025FC000988/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
37 - Secretaria de Estado do Turismo										10.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo										10.000,00
3702 - Diretoria Geral										10.000,00
F.37.02.23.122.21.8224 - Gestão Administrativa SETU										10.000,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	10.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										842.821,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										842.821,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										842.821,00
F.77.30.26.122.17.8309 - Gestão Administrativa - DER										842.821,00
	1	50	501	000250	3.3.91.47	0	Não definida	4100	9999999	842.821,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	852.821,00
									Total Geral	852.821,00

Anexo à Portaria n° 97 Formalização 2025FC000988/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
37 - Secretaria de Estado do Turismo										10.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo										10.000,00
3702 - Diretoria Geral										10.000,00
F.37.02.23.122.21.8224 - Gestão Administrativa SETU										10.000,00
	1	50	500	000000	3.1.90.13	0	Não definida	4100	9999999	10.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										842.821,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										842.821,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										842.821,00
F.77.30.26.122.17.8309 - Gestão Administrativa - DER										842.821,00
	1	50	501	000250	3.3.90.14	0	Não definida	4100	9999999	842.821,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	852.821,00
									Total Geral	852.821,00

170823/2025

Portaria Nº 98/2025/DOE/SEFA

O DIRETOR DE ORÇAMENTO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 7º, da Lei Estadual nº

22.267, de 13 de dezembro de 2024, conforme o Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FC000993/Bloco1/DOE/SEFA,

R E S O L V E:

Art. 1º Ajustar o detalhamento de despesa do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Publique-se.

Anote-se.

Curitiba, em 10 de Dezembro de 2025.

Marcos Tadeu Cavalcante da Silva
Diretor de Orçamento Estadual

Anexo à Portaria nº 98 Formalização 2025FC000993/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										50.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família										50.000,00
6102 - Diretoria Geral										50.000,00
F.61.02.08.122.29.8232 - Gestão Administrativa SEDEF										50.000,00
	1	50	500	000000	3.1.91.13	0	Não definida	4100	9999999	50.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades										7.000,00
677400 - Companhia de Habitação do Paraná										7.000,00
6774 - Companhia de Habitação do Paraná										7.000,00
F.67.74.16.122.16.8491 - Gestão Administrativa COHAPAR										7.000,00
	1	75	761	000102	3.3.91.39	0	Não definida	4100	9999999	7.000,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	57.000,00
									Total Geral	57.000,00

Anexo à Portaria nº 98 Formalização 2025FC000993/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										50.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família										50.000,00
6102 - Diretoria Geral										50.000,00
F.61.02.08.122.29.8232 - Gestão Administrativa SEDEF										50.000,00
	1	50	500	000000	3.1.90.11	0	Não definida	4100	9999999	50.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades										7.000,00
677400 - Companhia de Habitação do Paraná										7.000,00
6774 - Companhia de Habitação do Paraná										7.000,00
F.67.74.16.122.16.8491 - Gestão Administrativa COHAPAR										7.000,00
	1	75	761	000102	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	7.000,00
									Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	57.000,00
									Total Geral	57.000,00

170829/2025

PORTARIA Nº 234 DTE/SEFA, de 09 de Dezembro de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 09 de Dezembro de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 234

ÓRGÃO 13 - Casa Civil
UNIDADE GESTORA 136500

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	1.062.553,13	1.062.553,13	2025FF000232
Total		**1.062.553,13**	

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE GESTORA 410000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
543	26.000.000,00	26.000.000,00	2025FF000232
Total		**26.000.000,00**	

ÓRGÃO 61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
UNIDADE GESTORA 616600

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
500	8.000.000,00	8.000.000,00	2025FF000232
Total		**8.000.000,00**	

ÓRGÃO 67 - Secretaria de Estado das Cidades
UNIDADE GESTORA 670000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
500	50.000.000,00	50.000.000,00	2025FF000232
Total		**50.000.000,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
UNIDADE GESTORA 773000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
755	30.000.000,00	30.000.000,00	2025FF000232
Total		**30.000.000,00**	

170503/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0001/2026 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 21/01/2026 16:45 Afixada em: 10/12/2025

---

01) RELATOR(A) ROGERIO DOS S. CROSCATO

ePAF: 8000490-7
FONTANELLA LOGISTICA & TRANSPORTES LTDA / VALDIR FONTANELLA
Representante Fiscal: ADEMIR FURLANETTO
Recurso: Recurso ordinário

---

02) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8001880-0
CBB COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS / CERVEJARIA SANT PAULI LTDA
Representante Fiscal: MARCIO TADEU DE MIRANDA
Recurso: Recurso ordinário

170642/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0002/2026 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 26/01/2026 16:45 Afixada em: 10/12/2025

---

01) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8001277-2
GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA
Procurador(es): FERNANDO TAKESHI ISHIKAWA
Representante Fiscal: CLAUDIO CARLOS WELZEL
Recurso: Recurso ordinário e Reexame necessário

ePAF: 8002437-1
TAJUNA INDUSTRIA E COMERCIO DE BICICLETAS LTDA
Representante Fiscal: MARCIO TADEU DE MIRANDA
Recurso: Recurso ordinário

170643/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0003/2026 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 27/01/2026 16:45 Afixada em: 27/01/2026

---

01) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8002652-8
MAID OLEOS E GORDURAS LTDA / IDENILDE CASTURINA LEAL / ARTHUR BARONI RAZENTE
Representante Fiscal: JOSE CESAR SORGI PINHAZ
Recurso: Recurso ordinário

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0003/2026 SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL
Data/Hora: 27/01/2026 16:45 Afixada em: 27/01/2026

---

01) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8002452-5
ALMEIDA MERCADOS - COMERCIO, DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA
Representante Fiscal: SANDRO COUTO
Recurso: Recurso ordinário

170827/2025

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0004/2026 SESSÃO: ORDINÁRIA
Data/Hora: 28/01/2026 16:45 Afixada em: 10/12/2025

---

01) RELATOR(A) ROBERTO Z. C. TIZON

ePAF: 8002528-9
AUTO POSTO BLJ LTDA / DJALMA EUGENIO GUARDA JUNIOR
Representante Fiscal: JOSE CESAR SORGI PINHAZ
Recurso: Recurso ordinário

CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS - CCRF
R. Vicente Machado, 445 - 1° Andar - Curitiba - PR
PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS - 2ª Câmara

Número: e-0004/2026 SESSÃO: SUSTENTAÇÃO ORAL
Data/Hora: 28/01/2026 16:45 Afixada em: 10/12/2025

---

01) RELATOR(A) ROGERIO DOS S. CROSCATO

ePAF: 8000750-7
KOLTUN & COLATUSSO LTDA / TEODORO KOLTUN / REGINA MARIA COLATUSSO KOLTUN
Representante Fiscal: AQUILEA ADRIANA MORESCO
Recurso: Recurso ordinário

170872/2025

Secretaria de Infraestrutura e Logística

DER

PORTARIA Nº 700/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000 e considerando o contido no protocolo n° 24.812.500-4, RESOLVE:

TIPO DE ALTERAÇÃO	NOME/ RG	BASE LEGAL	DE:	PARA:	A PARTIR DE:
REMOVER	Luiz Fernando Reis de Macedo, RG: 1.xxx.853-x	Lei 6174/70	DAF/CA	ER. CENTRO	05/01/2026

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Presidente do DER/PR.

170862/2025

PORTARIA Nº 715/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, para atender o artigo 3º e 4º da Resolução Conjunta PGE/SEAP n.º 011/2014 e considerando o contido no protocolo n° 23.806.916-5, RESOLVE:

	Nome /Rg	Solicitação	Histórico
DESIGNAR	Angela da Silva Antunes Walczak, RG. 7.xxx.373 -x	DAF/CA	Como **Gestora** do **Contrato nº 186/2025,** tendo como objeto: "Aquisição de jaquetas corta vento".
DESIGNAR	Gessica Novaes de Souza, RG. 14.xxx.037-x	DAF/CA	Como **Fiscal** do **Contrato nº 186/2025,** tendo como objeto: "Aquisição de jaquetas corta vento".

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

170720/2025

PORTARIA Nº 716/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2.000, para atender o artigo 3º e 4º da Resolução Conjunta PGE/SEAP n.º 011/2014 e considerando o contido no protocolo n° 25.125.902-0, RESOLVE:

	Nome /Rg	Solicitação	Histórico
			Como **Gestor** do **Contrato nº CO 182/2025 DAF,** tendo como objeto:
DESIGNAR	Filipe Fuzetti Penso, RG. 7.xxx.959-x	Mem. n° 216/2025 DAF/CI	"Aquisição de 12 (doze) licenças de usuário e 1 (uma) de administrador de Sistema de Gestão Jurídica, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, em conjunto com os serviços de treinamento, configuração, manutenção e suporte técnico para o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná DER/PR".
DESIGNAR	Cássio Haruyoshi Kiyohara, RG.15.xxx.269-x	Mem. n° 216/2025 DAF/CI	Como **Fiscal** do **Contrato nº 182/2025 DAF,** tendo como objeto: "Aquisição de 12 (doze) licenças de usuário e 1 (uma) de administrador de Sistema de Gestão Jurídica, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, em conjunto com os serviços de treinamento, configuração, manutenção e suporte técnico para o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná DER/PR".

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

170799/2025

PORTARIA Nº 714/2025-DER

O Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XXIII do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000 e considerando o contido no protocolo n° 25.124.159-7, RESOLVE:

Designar o servidor **Antônio Lourival Soares**, **RG. 2.xxx.181-x,** como **Fiscal**, em substituição ao servidor **Alcimar da Silva Henrique, RG. 13.xxx.799-x**, no que diz respeito ao **Contrato n° 106/2022 DAF,** firmado com a empresa PRODUSERV SERVIÇOS LTDA., cujo objeto consiste na "Contratação de serviços continuados de Assistente Administrativo", alterando a Portaria n° 276/2022.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor Presidente do DER/PR.

170794/2025

DESPACHO: 561/2025
PROTOCOLO: 19.984.240-4

1. RECONHEÇO a situação de DISPENSA DE LICITAÇÃO, prevista no art. 76, inciso I, alínea "b", da Lei federal n.º 14.133/2021 (art. 610, inciso I, alínea "b" do Decreto n.º 10.086/2022, para fins de materializar a doação ao Município de Guaíra, do imóvel formado pelos lotes de terras nº 6, 7, 8, 9 e 10 da quadra nº 78, constituído pela área documental de 2.554,80 m², registrado sob a transcrição das transmissões nº 6.434 no 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo.
2. Publique-se

Em, 10 de dezembro de 2025.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

DESPACHO: 1540/2025-DG
PROTOCOLO: 24.417.383-7

1. Tendo em vista o contido no atendimento 67519/2025 SIGO, constante do rotocolo 24.417.383-7, DETERMINO a abertura de sindicância para apurar os fatos ali apresentados.
2. Publique-se

Em, 10 de dezembro de 2025.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Presidente

171179/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial

Resolução Conjunta nº 02/2025 - SEIA/SEPL/SEAP

Revogam a Resolução Conjunta nº 001/2023 - SEIMT/SEPL/SEAP, que institui o Grupo de Trabalho para auxílio no desenvolvimento e implementação do planejamento estratégico de transformação digital aos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Estadual.

O Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial, o Secretário de Estado do Planejamento e o Secretário de Estado da Administração e da Previdência, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Estadual nº 21.352/2023, protocolo nº 19.987.285-0;

Considerando o Decreto Estadual nº 1.350 de 11 de abril de 2023, que regulamenta o disposto na Lei Estadual nº 20.541 de 20 de abril de 2021, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional;

Considerando o Decreto Estadual nº 5.866 de 23 de maio de 2024, que cria a Superintendência-Geral de Governança de Serviços e Dados – SGSD, vinculada à Casa Civil e a promoção de cursos, capacitações e iniciativas patrocinadas pelo Governo do Estado do Paraná, voltados à implementação de planejamentos estratégicos de transformação digital diretamente em cada Secretaria e entidade da administração direta e autárquica;

Considerando a Lei Estadual nº 22.188 de 13 de novembro de 2024, que autoriza a desestatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, institui o Conselho Estadual de Governança Digital e Segurança da Informação;

Considerando a Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, que dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual;

Considerando o esgotamento de seus efeitos e superação de seus objetivos pelas ações descentralizadas e avanços institucionais, já em curso, bem como a reestruturação do modelo de governança digital com a criação do Conselho Estadual de Governança Digital e Segurança da Informação – CGD-SI, que passa a centralizar competências que antes eram objeto da referida Resolução;

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Resolução Conjunta nº 001/2023– SEIMT/SEPL/SEAP.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

Ulisses Maia
Secretário de Estado do Planejamento

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Protocolo: 19.987.285-0

170410/2025

Resolução nº 135/2025 - SEIA

Designa os Coordenadores no âmbito da Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial-SEIA.

O Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial, nomeado pelo Decreto Estadual nº 5.955/2024, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, e conforme protocolo nº 25.094.826-3;

RESOLVE:
Art. 1º Designar para responder pelas Coordenações subordinadas à Diretoria de Inovação – DIN:
a) MARCIA MAGNESKI AKEL, CPF nº 030.XXX.XXX-62, para responder pela Coordenação de Políticas Públicas de Inovação (CPPI);
b) TATIANA DIAS DA CUNHA, CPF nº 538. XXX.XXX-72, para responder pela Coordenação de Ecossistema de Inovação (CEI);
Art. 2º Designar para responder pelas Coordenações subordinadas à Diretoria de Inteligência Artificial - DIA:
a) DYANA GRAZIELLE ALTOMANI BRAGA, CPF nº 037. XXX.XXX -70, de forma excepcional, para responder pela Coordenação de Políticas e Programas de Transformação Digital (CPTD), conforme protocolo nº 24.386.687-1;
b) LOUISE CRUZ LINHARES, CPF nº 081. XXX.XXX-40, para responder pela Coordenação de Novas Tecnologias (CNT);
Art. 3º Designar para responder pelas Coordenações subordinadas à Diretoria de Relações Institucionais e Capacitação - DRIC:
a) PAULO SERGIO DE CAMARGO FILHO, CPF nº 320. XXX.XXX-33, de forma excepcional, para responder pela Coordenação de Capacitação em Inovação e Inteligência Artificial (CIA);
b) JOSANA ANDREARA STADLER, CPF nº 078. XXX.XXX-80, para responder pela Coordenação de Relações Institucionais (CRI);
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/12/2025.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

Protocolo 25.094.826-3

170649/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

Despacho nº 1928/2025
(Protocolo nº 25.065.464-2)

AUTORIZO, com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, na Resolução SEJU nº 94/2025, no Decreto nº 11379/2025, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, e considerando o Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.31)**; a Informação Técnica nº 404/2025 – NFS/SEJU **(mov.54)**, no Impacto Orçamentário Financeiro nº 169/2025 – NFS/SEJU **(mov.58)**, bem como a Informação Técnica nº 368/2025 – AT/SEJU **(mov.83)**, a **aquisição por adesão (carona)** ao Sistema de Registro de Preço **SEI-CED 256/2024**, decorrente do **Pregão Eletrônico n° 543/2024 – Lote 05**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de Vigilância Armada e Desarmada para atendimento das Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná, em favor da **EMPRESA AUXILIAR DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ: 76.764.448/0001-43**, no valor de **R$ 3.459.623,04 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte e três reais e quatro centavos)**.

CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU efetuar o apensamento dos autos referentes às prorrogações que eventualmente forem formalizadas ao protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

Fabiana Cristina de Campos Romanelli

Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

170988/2025

Despacho nº 1929/2025
(Protocolo nº 25.065.337-9)

AUTORIZO, com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, na Resolução SEJU nº 94/2025, no Decreto nº 11379/2025, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, e considerando o Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.31)**; a Informação Técnica nº 401/2025 – NFS/SEJU **(mov.54)**, no Impacto Orçamentário Financeiro nº 168/2025 – NFS/SEJU **(mov.59)**, bem como a Informação Técnica nº 373/2025 – AT/SEJU **(mov.84)**, a **aquisição por adesão (carona)** ao Sistema de Registro de Preço **SEI-CED 256/2024**, decorrente do **Pregão Eletrônico n° 543/2024 – Lote 01 e 04**, cujo objeto é a disponibilização de postos de vigilância para atendimento das Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná, em favor da **JUMPER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ: 26.886.266/0004-10**, no valor de **R$ 4.988.830,08 (quatro milhões, novecentos e oitenta e oito mil, oitocentos e trinta reais e oitos centavos)**.

CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU efetuar o apensamento dos autos referentes às prorrogações que eventualmente forem formalizadas ao protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

Fabiana Cristina de Campos Romanelli

Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

170990/2025

Despacho nº 1930/2025
(Protocolo nº 24.952.146-9)

AUTORIZO, com fulcro nos artigos 33, inciso XI, e 44, ambos da Lei Estadual nº 21.352/2023, no art. 6º, inciso II, alínea c do Decreto nº 03/2023, na Resolução SEJU nº 94/2025, no Decreto nº 11379/2025, na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, e considerando o Documento de Formalização da Demanda – DFD **(mov.03)**; a Informação Técnica nº 403/2025 – NFS/SEJU **(mov.55)**, no Impacto Orçamentário Financeiro nº 170/2025 – NFS/SEJU **(mov.59)**, bem como a Informação Técnica nº 367/2025 – AT/SEJU **(mov.85)**, a **aquisição por adesão (carona)** ao Sistema de Registro de Preço **SEI-CED 274/2024**, decorrente do **Pregão Eletrônico n° 543/2024 – Lote 03**, cujo objeto é a adesão de postos para atendimento das Unidades Socioeducativas do Estado do Paraná, em favor da **EMPARSEG VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ: 08.511.830/0001-95**, no valor de **R$ 7.791.375,36 (sete milhões, setecentos e noventa e um mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta e seis centavos)**.

CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/SEJU efetuar o apensamento dos autos referentes às prorrogações que eventualmente forem formalizadas ao protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/SEJU, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente aquisição, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.

Curitiba, 01 de dezembro de 2025.

Fabiana Cristina de Campos Romanelli

Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania

170991/2025

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

ATO DE AUTORIZO n.º 324/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.962.177-3
ASSUNTO: Solicitação de contratação de empresa especializada no fornecimento de lona, corda, pano de limpeza e borrifador, para atendimento das demandas da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) durante o evento Verão Maior 2026, a ser realizado na praia de Caiobá, município de Matinhos/PR, no período de 28 de dezembro de 2025 a 1º de fevereiro de 2026, por meio de dispensa de licitação, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021.
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida, conforme disposto no art. 72 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no art. 148 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022;
Considerando a existência de recursos financeiros, conforme informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
Considerando o parecer favorável da Assessoria Técnica, que atesta que foram cumpridas as recomendações para a contratação;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
APROVO o Termo de Referência (mov. 36);
AUTORIZO a dispensa de licitação nos termos descritos abaixo:
Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de lona, corda, pano de limpeza e borrifador, para atendimento das demandas da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) durante o evento Verão Maior 2026, com base no Termo de Referência, por dispensa de licitação, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Contratada: **M M SETRA COMERCIO E SERVIÇOS**, CNPJ n.º 32.XXX.065/0001-XX.
Valor total do contrato: R$ 221,50 (duzentos e vinte e um reais e cinquenta centavos).
Fundamento legal: art. 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do art. 72, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Curitiba, 9 de dezembro de 2025.

(assinatura eletrônica)
DIEGO BULIGON
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

170498/2025

EXTRATO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 011/2025
Fundamento: Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10086/2022,objeto do processo administrativo nº 24.168.964-6.
PARTÍCIPES:
1) ESTADO DO PARANÁ por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.179.415/0001-63.
2) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR, entidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ: 75.095.679/0001-49.
OBJETO: O presente termo tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes, visando a comunhão de esforços para a execução de um acordo que visa garantir a educação permanente em relação ao envelhecimento humano e o atendimento multidisciplinar e multiprofissional de pessoas idosas. Por meio do acordo pretende-se criar uma rede de apoio que favoreça o envelhecimento saudável, a promoção de saúde, o bem-estar, a autonomia e a valorização das experiências das pessoas idosas, incentivando sua participação ativa na comunidade e proporcionando um ambiente propício à melhoria da rede de apoio, participação social e da qualidade de vida.
VALOR: O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO não implica a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.
Vigência: A vigência do presente Termo de Cooperação será de 24 (vinte e quatro) meses, e o presente instrumento terá eficácia a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná – DIOE, conforme disciplinado no art. 686 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
Data de assinatura do Termo de Cooperação nº 011/2025: 09/12/2025.
Signatários: 1) pela Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial: Leandre Dal Ponte; 2) pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, Marcos Sfair Sunye.

170847/2025

ATO DE AUTORIZO n.º 325/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 25.053.551-1
ASSUNTO: Solicitação de contratação de profissional especializada em Pintura Corporal Afro para compor a programação de oficinas culturais e artísticas oferecidas pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) durante o evento Verão Maior 2026, por meio de dispensa de licitação, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021.
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida, conforme disposto no art. 72 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no art. 148 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022;
Considerando a existência de recursos financeiros, conforme informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
Considerando o parecer favorável da Assessoria Técnica, que atesta o cumprimento dos requisitos para a contratação;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
APROVO o Termo de Referência (mov. 23);
AUTORIZO a dispensa de licitação nos termos descritos abaixo:
Objeto: contratação de profissional especializada em Pintura Corporal Afro para atuação no Verão Maior 2026, por dispensa de licitação, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021.
Contratada: **GABRIELI DE JESUS DOS SANTOS**, CNPJ n.º 53.XXX.822/0001-XX.
Valor total do contrato: R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).
Fundamento legal: art. 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do art. 72, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

(assinatura eletrônica)
DIEGO BULIGON
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

170846/2025

Secretaria do Planejamento

DESPACHO N.º 492/2025 – SEPL/DG
eProtocolo n.° 25.021.950-4
Assunto: Adesão pregão 112/2024 para aquisição de desodorizador
I. Trata-se de adesão à Ata de Registro de Preços – Pregão Eletrônico n.º 112/2024, concedido à empresa KELLY MINIOLI COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 21.782.356/0001-02, visando a aquisição de desorizadores;
II. A aquisição será de 24 (vinte e quatro) desodorizadores de ar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

totalizando o valor de **R$ 158,16 (cento e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos)**;
III. **Autorizo** a celebração da referida adesão e a realização da despesa, diante dos elementos que instruem o processo, bem como da competência delegada por meio da Resolução n.º 004/2023/SEPL;
IV. Publique-se.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.
DOMINGOS TREVIZAN FILHO
Diretor-Geral/SEPL

170992/2025

Despacho n.º 496/2025 – DG/SEPL
Curitiba, 09 de dezembro de 2025.
Assunto: Contratação de prestação de serviços para aluguel de sala para realização de evento, incluindo equipamentos e profissional de audiovisual.
e-Protocolo: 25.08.976-8
Trata-se de expediente para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gravação de áudio e vídeos, incluindo: Locação/instalação e operação de equipamentos de informática e sonorização, visando atender a necessidade da Paraná Projetos/Secretaria de Estado do Planejamento, para realização de Audiência Pública do Museu Internacional de Arte de Foz do Iguaçu (MIA-Foz).
O valor total da contratação é de **R$ 950,00** (novecentos e cinquenta reais) mediante Dispensa/Inexigibilidade de Licitação, em favor da empresa **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE FOZ DO IGUAÇU – ACIFI** inscrita CNPJ 77.089.746/0001-48.
Ante o exposto:
APROVO, a compra conforme documentos acostados neste caderno protocolar.

DOMINGOS TREVIZAN FILHO
Diretor Geral/SEPL

170994/2025

Despacho n.º 498/2025 – DG/SEPL
Curitiba, 09 de dezembro de 2025.
Assunto: Aquisição de detergentes e desinfetantes.
e-Protocolo: 25.117.932-8
Trata-se de expediente para aquisição de **aquisição de 12 (doze) refis tipo encaixe fácil para Bebedouro Purific e boia para ser acoplada ao abastecimento direto na rede d´água**, no valor de **R$ 737,35 (setecentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos)**, visando atender a necessidade da Secretaria de Estado do Planejamento.
O valor total para aquisição do material é de R$ 737,35 (setecentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos), mediante Dispensa de Licitação, em favor da empresa FILTROS CURITIBA, inscrita no CNPJ 18.539.019.0001-76.
Ante o exposto:
APROVO, a compra conforme documentos acostados neste caderno protocolar.

DOMINGOS TREVIZAN FILHO
Diretor Geral/SEPL

170997/2025

Despacho n.º 499/2025 – DG/SEPL.
Assunto: Aquisição de café em adesão ao pregão 501/2025
e-Protocolo: 25.096.290-8
Trata-se de expediente para aquisição de 400 (quatrocentos) pacotes com 500g (quinhentos gramas) de café em adesão ao pregão 501/2025 no valor total de R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), visando atender a necessidade da Secretaria de Estado do Planejamento.
O valor total para aquisição do produto é de R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), mediante Dispensa de Licitação, em favor da empresa ODEBRECHT COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CAFÉ LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 78.597.150/0002-00.
Ante o exposto:
APROVO, a compra conforme documentos acostados neste caderno protocolar.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.
DOMINGOS TREVIZAN FILHO
Diretor Geral/SEPL

171174/2025

Secretaria da Saúde

DESPACHO DO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO

Protocolo 23.822.520-5

1. Declaro nula a Autorização assinada por esta autoridade e determino o cancelamento da publicação no Diário Oficial do Estado – DOE 11984, de 11/09/2025.

2. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Gestão em Saúde – DGS para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

170947/2025

ERRATA

RESOLUÇÃO SESA Nº 1864/2023

Publicado no DOE nº 11570 de 03/01/2024

O Secretário de Estado da Saúde, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado, **PUBLICA ERRATA JUNTO À RESOLUÇÃO SESA Nº 1864/2023, PARA ALTERAR O ANEXO I**, conforme segue,

EXCLUIR:

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR TOTAL
Cantagalo	UM	R$ 3.800.000,00

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

171017/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1937/2025

Regulamenta sobre o uso do TaxiGOVPR no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná.

*O **Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,*

- considerando o Decreto Estadual nº 5.822, de 29 de setembro de 2020, que estabelece o TaxiGOVPR como meio de transporte oficial para o deslocamento de servidores em atividades administrativas;

- considerando o Contrato nº 2220-190/2025 (GMS nº 3867/2025), firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e a Associação Mega Taxi Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir normas regulamentares para a utilização do TaxiGOVPR no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA).

Art. 2º Para efeito do disposto no parágrafo único do art. 1º do Decreto Estadual nº 5.822/2020, consideram-se atividades finalísticas da SESA aquelas em que o meio de transporte deve ser utilizado exclusivamente por meio de veículos da frota oficial, compreendendo:

I - Transporte de pacientes;

II - Resgate de vítimas;

III - Entrega de produtos e materiais;

IV - Controle e fiscalização sanitária, de atividades de saúde e de condições de ambientes;

V - Controle e avaliação de atividades de assistência;

VI - Controle, avaliação e auditoria de atividades dos serviços de saúde;

VII - Controle, avaliação e auditoria de processos relacionados à gestão e à atenção à saúde;

VIII - Realização de auditorias nos prestadores ambulatoriais e hospitalares;

IX - Controle e avaliação da execução das ações de vigilância sanitária de alimentos, cosméticos, saneantes, medicamentos e correlatos, água para consumo humano, sangue, hemocomponentes e hemoderivados, radiações

ionizantes e demais produtos e serviços de interesse à saúde;

X - Ações de avaliação e controle de zoonoses, intoxicações, acidentes com animais peçonhentos, doenças transmitidas por vetores e agravos à saúde vinculados ao meio ambiente;

XI - Atividades de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental, do trabalhador, de produção e de pesquisa de imunobiológicos;

XII - Demais ações de cunho finalístico da SESA.

Art. 3º O uso do TaxiGOVPR destina-se exclusivamente ao translado em atividades de caráter administrativo**, tais como:**

I - Reuniões e encontros;

II - Entrega de documentos;

III - Eventos e palestras;

IV - Capacitações e treinamentos;

V - Transporte de servidores para embarque e desembarque em viagens a serviço;

VI - Entrega de materiais de pequeno porte, desde que acompanhados do servidor;

VII - Deslocamento de palestrantes ou convidados da Administração;

Art. 4º O deslocamento por meio do TaxiGOVPR deve obedecer aos seguintes requisitos:

I - O trajeto deve ocorrer dentro dos limites territoriais do Estado do Paraná;

II. O percurso terá o limite de 160 (cento e sessenta) quilômetros de deslocamento (ida ou volta), isoladamente;

II - O motorista que atender à chamada não permanecerá em espera no local, devendo o solicitante providenciar nova chamada ou agendamento prévio.

Art. 5º É vedado o uso do TaxiGOVPR nas seguintes situações de deslocamento:

I - Residencial, exceto nos casos de embarque ou retorno de viagens realizadas por meio de transporte rodoviário ou aéreo, devidamente aprovadas no sistema "Central de Viagens", sendo indispensável o preenchimento do campo "Justificativa" com o número correspondente da viagem;

II - Para transporte a estabelecimentos comerciais ou congêneres, tais como restaurantes, shoppings e supermercados;

III - Para fins particulares e/ou de interesses privados, sejam eles dos servidores ou de terceiros;

IV - Para transporte de pessoas que não são servidores ou terceiros estranhos à administração;

V - Aos sábados, domingos e feriados, salvo para eventual desempenho de encargos inerentes ao exercício da função pública;

Art. 6º Ao solicitar o serviço por meio do sistema TaxiGOVPR, o solicitante deverá preencher, de forma completa e objetiva, o campo destinado à justificativa do deslocamento, informando:

I - O local de destino, com a identificação do órgão, instituição ou empresa;

II - A descrição, ainda que sucinta, da atividade a ser desempenhada;

III - O número da viagem aprovada na Central de Viagens quando estiver fora de sua cidade de trabalho.

§1º É vedada a utilização de justificativas genéricas que não permitam a identificação da finalidade do deslocamento, tais como "trabalho", "serviço" ou "reunião", sob pena do servidor restituir os valores da viagem, por meio de Guia de Recolhimento do Estado do Paraná – GR-PR;

§2º Na eventualidade de restituição dos valores, a GR-PR deverá ser emitida1, informando a categoria "outros", código de arrecadação "5355 – diversos do Estado", dados pessoais do servidor e, no campo de informações complementares, descrever que se trata de "restituição de valores ao Fundo Estadual de Saúde do Paraná quanto ao uso do TaxiGOVPR";

§3º A restituição dos valores não impede a possibilidade de apuração dos fatos mediante o procedimento administrativo funcional quanto à má utilização do serviço de transporte.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

https://emitirgrpr.sefa.pr.gov.br/arrecadacao/emitir/guiatela

171203/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1944/2025

Prestar apoio financeiro para Ações Estratégicas que garantam a continuidade dos serviços assistenciais a saúde e autorizar o repasse financeiro para utilizar nas despesas de custeio na modalidade fundo a fundo, com base no inciso II do Art. 6º da Resolução SESA nº 673/2023.

*O **Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e,*

- considerando a Seção II, Capítulo II, do Título VIII, da Constituição Federal;

- considerando que conforme previsto no artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

- considerando que a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- considerando que segundo o artigo 8º da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, as ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescente;

- considerando que nos termos do artigo 15, inciso I e II, da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, compete à direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde e acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS);

- considerando que o artigo 18, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 preconizam que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde e participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual;

- considerando que o financiamento das ações e serviços de saúde é de responsabilidade das três esferas de gestão do SUS, observado o disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Saúde;

- considerando a Resolução SESA nº 673, de 24 de maio de 2023, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros, na modalidade fundo a fundo para os Fundos Municipais de Saúde do Paraná;

- considerando a Deliberação da Bipartite nº 1028/2025 – 10/12/2025,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLVE:

Art. 1º Prestar apoio financeiro para Ações Estratégicas que garantam a continuidade dos serviços assistenciais a saúde e, autoriza o repasse financeiro para utilizar nas despesas de custeio, na modalidade fundo a fundo, com base inciso II do Art. 6º da Resolução SESA nº 673/2023.

Art. 2º A transferência dar-se de forma regular e automática ao respetivo Fundo Municipal de Saúde, na modalidade Fundo a Fundo, ficando o Gestor Municipal responsável para executar, conforme a necessidade e a capacidade técnica do Município, sendo autorizada a contratação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde para complementação de consultas e exames diagnósticos, contudo, é vedado:

I - utilização desta verba para o Custeio Administrativo da Unidade.

II - Pagamento de Folha de Pessoal ativo.

III - Executar na Modalidade 71 – Contrato de Rateio.

IV - Despesa alheia à área da saúde.

V – despesas de Capital - Investimento

Art. 3º O Fundo Estadual a adotará as devidas medidas necessárias para a transferência regular e automática do Fundo Estadual de Saúde para o Fundo Municipal de Saúde na Conta Única de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Componente: Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Art. 4º Fica autorizado a transferir ao Fundo Municipal de Saúde de Pinhais o valor de R$ 5.000.00,00 (cinco milhões de reais) para cobertura das despesas de custeio assistencial à saúde. (Anexo I).

Parágrafo Único: O Fundo Estadual fará a Avaliação e o Monitoramento deste recurso. Este acompanhamento têm como objetivo acompanhar a execução das metas estabelecida e o resultado alcançados, conforme Termo de Compromisso Entre Gestores.(anexo II).

Art. 5º As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os Instrumentos de Planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respetivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 6º Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 7º A Secretaria de Estado da Saúde por meio da DAV – Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde poderá em qualquer tempo solicitar documentações comprobatórias para atender aos Órgãos de Controle interno e externo.

Art. 8º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respetivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo no Sistema DIGISUS sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrónicos de acesso público.

Art. 9º Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, no exercício de 2025, devendo onerar o seguinte Programa: Cuidado Regionalizado em Saúde.

I - Ação: Outros repasses Fundo a Fundo

II - Bloco de Financiamento: Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Custeio.

III - Componente: Assistência Hospitalar e Ambulatorial

IV - Programa de Trabalho: 10.302.35.8485

V - Natureza da Despesa: 3341.4120

VI - Fonte 500 – Tesouro do Estado

VII - Receita Padrão: 621 – Transferência fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do governo estadual.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1944/2025

CNPJ	FMS	VALOR	BCO	AG	C/C
088272760000150	PINHAIS	5.000.000,00	BB	2456-2	88293-3

ANEXO II DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1944/2025

TERMO DE COMPROMISSO ENTRE GESTORES DO SUS O Município de Pinhais firma o presente instrumento com o objetivo de promover ações integradas e efetivas de assistência à saude da população.
CNPJ: 088272727/0001-50 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHAIS
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAUDE: ADRIANE DA SILVA JORGE CARVALHO
DESCRIÇÃO DO OBJETO: Cobertura das despesas de custeio assistencial à saúde na ampliação de consultas de pronto atendimento às gestantes e exames especializados. Manutenção da UTI

Neonatal e Geral
JUSTIFICATIVA: custeio é essencial para garantir que os serviços de saúde não parem e que a população continue sendo atendida com qualidade na rede materno infantil.

ORÇAMENTO DETALHADO DAS DESPESAS

CATEGORIA ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	VALOR
3390.3900	**Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica**	**5.000.000,00**
3390.3000	**Materiais de Consumo**	
E outros a definir	**Conforme a necessidade**	

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Tipo de Meta	Descrição	Prazo	Meio de Verificação	Resultado
Gestão	Cumprir os condicionantes para as Transferências FAF – Anexo III	-	Sistemas	
Assistêncial	Garantir porta de entrada para Rede Materno Infantil, para atendimento às gestantes de risco habitual, intermediário e alto risco.	31/12/27	Contratos, Relatórios Sistemas	

ANEXO III DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1944/2025

I – TIPO DE META – GESTÃO

Condicionante	Exigência legal	Instrumento Legal	Ativos (SIM ou NÃO)
Ter Fundo Municipal instituído	Obrigatório	Lei 8.142/90	
Conselho Municipal ativo	Obrigatório	Lei 8.142/90	
Plano Municipal de Saude – PMS e Programação Anual de Saude - PAS	Obrigatório	LC 141/2012	
Relatório Anual de Gestão	Obrigatório	LC 141/2012	
Aplicação mínima de recursos	15% receita própria	LC 141/2012	
Em dia com as Declarações dos dados no SIOPS	Obrigatório	LC 141/2012	

II – TIPO DE META – ASSISTENCIAL

Indicador	Situação Atual em 2023	M 2027	Impacto Esperado
Consultas de urgência no Pronto Atendimento Obstétrico	200	300	Atendimento de retaguarda para intercorrências obstétricas
Exames de alta complexidade	00	60	Maior agilidade em exames críticos (tomografia)
Manutenção de leitos da UTI Geral	0	10	Retaguarda para gestante de alta complexidade

171306/2025

Secretaria da Segurança Pública

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO

NÚMERO DE REGISTRO	CÓDIGO DISCIPLINAR DA POLÍCIA CIVIL - LEI 21.894 DE 3 DE ABRIL DE 2024	SERVIDOR
81/2023-CD	Art. 5º, incisos VI, XIII e XIV, c.c art. 7º do Código Disciplinar da PCPR	Edvaldo Torres

169218/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

P O R T A R I A Nº 1686-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

D E S I G N A R

MARCIA TAVARES DOS SANTOS, RG 7.XXX.001-X, Delegada de Polícia de 1ª classe, exercendo suas funções na ASSESSORIA JURÍDICA, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pela SECRETARIA EXECUTIVA, durante férias da titular ALISON PALUDZYSZYN DE SOUZA, RG 4.XXX.212-X, Delegada de Polícia de 1ª classe, no período de 05/01/2026 a 09/01/2026.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1687-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 24.504.556-5, resolve,

D E S I G N A R

ALDAIR DA SILVA OLIVEIRA, RG 14.XXX.599-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na 23.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE MARIALVA, da 9.ª Subdivisão Policial de Maringá, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 55.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE MANDAGUARI, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular ZOROASTRO NERY DO PRADO FILHO, RG 2XXX334X, Delegado de Polícia de 1ª classe, no período de 05/01/2026 a 03/02/2026.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

PORTARIA Nº 1688-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 2280-DPC, de 05/012/2025, que lotou "*a partir de 15/12/2025, **ARIELI PINHEIRO DA SILVA**, 942.XXX.XXX-91, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA; NO(A): DELEGACIA DE POLÍCIA DE CERRO AZUL, da Divisão de Polícia Metropolitana".*

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1690-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

R E T I F I C A R

a portaria nº 1681-DPC, de 03/12/2025, que *designou "**JÚLIO SUÑÉ FERREIRA PIRES**, RG 16.XXX.177-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções na 19.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE FRANCISCO BELTRÃO, da Divisão Policial da Capital, para responder cumulativamente como Delegado Chefe Adjunto pela mesma Subdivisão, durante férias do titular ANDERSON ANDREI GROSSO, RG 9.XXX.890-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, no período de 13/01/2026 a 27/02/2026",*

ONDE SE LÊ: "no período de 13/01/2026 a 27/02/2026",

LEIA-SE: "no período de 13/01/2026 a 27/01/2026".

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1691-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

R E T I F I C A R

a portaria nº 1683-DPC, de 12/06/2025, que *designou "**TAÍS MENDONÇA DE MELO**, RG 15.XXX.097-X, Delegada de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções como Delegada Adjunta no NÚCLEO DE CURITIBA, da Divisão Estadual de Combate à Corrupção, para responder cumulativamente como Delegada Chefe pela referida Divisão, durante férias do titular ALAN HENRIQUE FLORE, RG 9.XXX.609-X, Delegado de Polícia de 1ª classe, nos períodos de 28/11/2025, 02 a 07/12/2025, 09 a 14/12/2025 e 16 a 19/12/2025*",

ONDE SE LÊ: "exercendo suas funções como Delegada Adjunta no NÚCLEO DE CURITIBA, da Divisão Estadual de Combate à Corrupção",

LEIA-SE: "exercendo suas funções como Delegada Chefe no NÚCLEO DE CURITIBA, da Divisão Estadual de Combate à Corrupção".

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1692-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 24.910.205-9, resolve,

L O T A R

a partir de 03/11/2025, KAREN RAFFAELA SCHUVETS BORGES, RG 8XXX968X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS II – SITUAÇÕES DIVERSAS.

FICANDO DISPENSADO(A) DO(A): DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA.

MOTIVO: Tendo em vista licença sem vencimentos, com início em 03/11/2025 e término em 02/11/2027, conforme Portaria nº 41/2025-SESP, publicada no DIOE nº 12033, de 19/11/2025.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1693-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

R E T I F I C A R

a portaria nº 2257-DPC, de 05/12/2025, que lotou *"**DIEGO FERNANDES DE MENEZES**, 090.XXX.XXX-05, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA; NO(A): DELEGACIA DE POLÍCIA DE BOCAIÚVA DO SUL, da Divisão de Polícia Metropolitana",*

*ONDE SE LÊ: "*090.XXX.XXX-05",

*LEIA-SE: "*061.XXX.XXX-21".

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1694-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 25.094.432-2, resolve,

D E S I G N A R

TATIANA MARTINS ASSIS, RG 13XXX190X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, lotada No NÚCLEO DE COMBATE AOS

CIBERCRIMES/DIC, para exercer a função de fiscal do seguinte contrato:

Contrato nº 611/2022 – PRODUSERV SERVIÇO LTDA.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1695-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 39, inciso I, do Estatuto da Polícia Civil;

Considerando o protocolo nº 25.103.876-7, resolve,

R E M O V E R A P E D I D O**, a partir de 15/12/2025,**

THAIS BUCCO, CPF 104.XXX.XXX-80, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): 18.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TELÊMACO BORBA, da Divisão Policial do Interior.
PARA: 10ª DELEGACIA REGIONAL DE MALLET, da 04ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE UNIÃO DA VITÓRIA, da Divisão Policial do Interior.

ROBERTO POLIS DE SOUZA, CPF 005.XXX.XXX-01, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): 10ª DELEGACIA REGIONAL DE MALLET, da 04ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE UNIÃO DA VITÓRIA, da Divisão Policial do Interior.

PARA: 18.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TELÊMACO BORBA, da Divisão Policial do Interior.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1696-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

R E T I F I C A R

a portaria nº 1807-DPC, de 05/12/2025, que lotou "***CARLA DAMASCENO FELICIANO****, CPF 067.XXX.XXX-03, PAPILOSCOPISTA POLICIAL; NO(A): SUBDIVISÃO DE OPERAÇÕES E PERÍCIAS - SJP, do Instituto de Identificação do Paraná*",

ONDE SE LÊ: "SUBDIVISÃO DE OPERAÇÕES E PERÍCIAS - SJP",

LEIA-SE: "SUBDIVISÃO DE OPERAÇÕES E PERÍCIAS".

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1697-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo nº 25.047.601-9, resolve,

D E S I G N A R

VICTOR BRUNO DA SILVA MENEZES, RG 14.XXX.145-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na 4.ª DELEGACIA DE HOMICÍDIOS, da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DIVISÃO DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO À PESSOA, durante férias da titular CAMILA CHIES CECCONELLO, RG 12XXX471X, Delegada de Polícia de 2ª classe, no período de 24/11/2025 a 10/12/2025.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1698- DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo nº 25.055.467-2 resolve,

R E M O V E R A P E D I D O

MARCOS ASSIS GONCALVES, RG 6.XXX.080-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA.

DO(A): NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE MARINGÁ, da Divisão de Polícia Especializada.

PARA: DELEGACIA DE ESTELIONATO, da 9.ª Subdivisão Policial de MARINGÁ, da Divisão Policial do Interior.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1699 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando protocolo nº 25.055.467-2;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

JULIO HENRIQUE GALBARDI SOARES, RG 5.XXX.099-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): 9.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE MARINGÁ, da Divisão Policial do Interior.

PARA: NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES DE MARINGÁ, da Divisão de Polícia Especializada.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1700- DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo nº 25.069.818-6, resolve,

R E M O V E R A P E D I D O

VINICIUS DUTRA GONÇALVES, RG 13.XXX.325-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): ESCOLA SUPERIOR DE POLICIA CIVIL.

PARA: DELEGACIA DE POLÍCIA DE PINHAIS, da Divisão de Polícia Metropolitana.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1701-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no usc de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo nº 25.118.033-4, resolve,

C O N V O C A R

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

os servidores abaixo relacionados, designados para atuarem na Operação Verão 2025/2026, para participarem do Curso de Operador de AINM – TASER 10, na Escola Superior de Polícia Civil – ESPC, localizada na Rua Tamoios, 1250, Bairro Vila Izabel, Curitiba-PR, conforme datas e horários determinados.

No período de:
08/12/2025 – 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00

APJ - INVESTIGAÇÃO (plantão/expediente):

NOME	RG	CARGO	LOTAÇÃO OP. VERÃO	LOTAÇÃO
EDIO PEREIRA DA SILVA	5XXX792X	APJ INV	MATINHOS 1 FASE - EQUIPE C	DPE
REINALDO MONTEIRO SILOTO	4XXX111X	APJ INV	MATINHOS 1 FASE - EQUIPE D	DECCOR
ELIOTT DE SOUZA CABRAL	4XXX227X	APJ INV	GUARATUBA 1 FASE - EQUIPE B	DECCOR
RONALDO FOGGIATTO	8XXX335X	APJ INV	GUARATUBA 1 FASE - EQUIPE C	DPMETRO
ENDRYL RODRIGUES DA SILVA	13XXX452X	APJ INV	GUARATUBA 1 FASE - EQUIPE D	DPMETRO
RAFAELLA BROSCH GARCIA PAES	7XXX532X	APJ INV	GUARATUBA 2 FASE - EQUIPE A	DPE
MARCOS CESAR DOS SANTOS	5XXX82X	APJ INV	PONTAL 1 FASE - EQUIPE A	DPE
NIKOLAS CABRAL DOS SANTOS	6XXX85X	APJ INV	PONTAL 1 FASE - EQUIPE B	DPMETRO
HILISAMA KLUSKA	16XXX575X	APJ INV	PONTAL 1 FASE - EQUIPE D	DCCP
VINICIUS ROBERTO NASCIMENTO VARGAS	7XXX410X	APJ INV	ANTONINA 1 FASE - EQUIPE C	DPCAP
BENEDITO DA SILVA	13XXX359X	APJ CART	ANTONINA 1 FASE - EQUIPE D	DPE DEDETRAN
SERGIO AUGUSTO RICARDO	4XXX768X	APJ INV	MORRETES 1 FASE - EQUIPE A	COIN
MARIA ANDREIA DE OLIVEIRA PINTO	6XXX898X	APJ INV	MORRETES 1 FASE - EQUIPE C	COIN
SOLENISE PEREIRA LEAL	7XXX959X	APJ INV	MORRETES 1 FASE - EQUIPE D	DPE
GABRIELLI HOFF	7XXX692X	APJ CART	PORTO RICO 1 FASE - EQUIPE B	DPI – 15SDP
MARCOS AURELIO MENDES	3XXX263X	APJ INV	PARANAGUÁ 1 FASE - EQUIPE B	COPE
FABIO SODRE RYNALDO	6XXX123X	APJ CART	PARANAGUÁ 1 FASE - EQUIPE C	DPI
JEWERSON MORAES CALDAS	16XXX378X	APJ INV	MORRETES EXP. 1 FASE	DPMETRO
MAURICIO DOMINGOS PINOS PONTALTI	13XXX672X	APJ INV	DEMAFE	DCCP
LUCIANA CARLA LUCAS FERREIRA	13XXX064X	APJ INV	DEMAFE	DPCAP
RICARDO GARCIA	13XXX290X	APJ INV	DEMAFE	DCCP
ADEMIR BRASIL FILHO	5XXX112X	APJ INV	DEMAFE	DPI
VIVIAN CRISTHIANE MONTEIRO PEREIRA	9XXXX911X	APJ INV	DEMAFE	DPMETRO
PEDRO MARCELO SILVEIRA PIRES	6XXX332X	APJ INV	DEMAFE	DEMAFE
WILLIAM MUSSI NETO	7XXX725X	APJ INV	DEMAFE	DPCAP
SERGIO FRANCISQUINHO	4XXX786X	APJ INV	PORTO RICO 2 FASE - EQUIPE B	DPI
EMERSON ANTONIO FELIX	5XXX467X	APJ INV	GUARATUBA 2 FASE - EQUIPE D	DCCP
VÍVIAN DE ARAUJO RAMACCIOTTI	16XXX452X	APJ INV	MATINHOS 2 FASE - EQUIPE D	DCCP
MARCELO GOMES DE OLIVEIRA	5XXX275X	APJ INV	MATINHOS 2 FASE - EQUIPE B	ESPC
JUANA CZAP COELHO	5XXX000X	APJ INV	DEMAFE	DEMAFE
REINALDO BAKARJI NAKASHOJI	7XXX519X	APJ INV	DEMAFE	DEMAFE
FELIPE AUGUSTO RAMOS	6XXX161X	APJ INV	DEMAFE	DCCP

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1702-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo nº 25.121.198-1, resolve,

C O N V O C A R

os servidores abaixo relacionados, designados para atuarem na Operação Verão 2025/2026, para participarem do Curso de Operador de AINM – TASER 10, na Escola Superior de Polícia Civil – ESPC, localizada na Rua Tamoios, 1250, Bairro Vila Izabel, Curitiba-PR, conforme datas e horários determinados.

No período de:

09/12/2025 – 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00

APJ - INVESTIGAÇÃO (plantão/expediente)**:**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

NOME	RG	CARGO	LOTAÇÃO OP. VERÃO	LOTAÇÃO
CLAUDIA FONTANA	7XXX086X	APJ INV	MATINHOS 1 FASE - EQUIPE A	DENARC
FERNANDO CESAR PEREIRA	7XXX284X	APJ INV	MATINHOS 1 FASE - EQUIPE B	DPMETRO
PAULO RENATO LOPES	13XXX549X	APJ INV	MATINHOS 2 FASE - EQUIPE A	DCCP
RONEY JOSE ALBERTI	4XXX456X	APJ INV	GUARATUBA 2 FASE - EQUIPE B	DPCAP
JOELCIO RIBEIRO DA CRUZ	7XXX902X	APJ INV	GUARATUBA 2 FASE - EQUIPE C	DHPP
NUBIA MARA DE ALMEIDA BOZA	14XXX621X	APJ INV	PONTAL 2 FASE - EQUIPE B	DENARC
LAURA GRAZIELE ZANINI	8XXX348X	APJ CART	PONTAL 2 FASE	DPCAP
DARCI LUZIA DA SILVA	6XXX667X	APJ CART	PONTAL 2 FASE - EQUIPE D	DHPP
MIKAIL MOSS HORODECKI	6XXX959X	DEL	ANTONINA 2 FASE - EQUIPE A	DPI
LUCIANO EVERTON ZULKE	13XXX891X	APJ INV	ANTONINA 2 FASE - EQUIPE B	SESP
ANDRE CARLOS SENDECKI	6XXX456X	APJ INV	ANTONINA 2 FASE - EQUIPE C	CGPC- AI
GEOVANNA SAMANTHA DE SOUZA	10XXX867X	APJ CART	ANTONINA 2 FASE - EQUIPE D	CENTRAL FLAGRANTES
GIAMPAOLO COSTA	5XXX518X	APJ INV	MORRETES 2 FASE - EQUIPE A	DCCP
FLAVIA FREIRE	1XXX931X	APJ INV	MORRETES 2 FASE - EQUIPE B	GAP
ANDREZA NUNES GONCALVES DA ROCHA	6XXX926X	APJ CART	MORRETES 2 FASE - EQUIPE C	DPMETRO
JÉSSICA CAROLINE PEREIRA DA SILVA	16XXX035X	APJ INV	MORRETES 2 FASE - EQUIPE D	DCCP
ANA PAULA PIGNATA TORAL	7XXX449X	APJ CART	PORTO RICO 1 FASE - EQUIPE A	DPI 9SDP
EVANDRO SOARES PRESTES	8XXX633X	APJ INV	PORTO RICO 2 FASE - EQUIPE A	CGPC-CASCAVEL
LUIZ RAFAEL JUNTA FERRO	13XXX1490X	APJ INV	PARANAGUÁ 2 FASE - EQUIPE A	AIPC
MARCOS ROBERTO DE SIQUEIRA	6XXX727X	APJ CART	PARANAGUÁ 2 FASE - EQUIPE C	DPI – 5SDP
JOSÉ DA GUIA PEREIRA DA SILVA JUNIOR	17XXX929X	APJ INV	MATINHOS EXP. 1 FASE	DPI - 14SDP
CRISTINA MAZUR	10XXX130X	APJ INV	MATINHOS EXP. 2 FASE	DPI - 14SDP
MATEUS HENRIQUE FITZ	8XXX659X	APJ INV	GUARATUBA EXP. 1 FASE	DPI - 20SDP
ANDERSON FRANCYS DA SILVA	3XXX640X	APJ INV	GUARATUBA 1 FASE- EQUIPE A GUARATUBA EXP. 2 FASE	DCCP
FABIO CHIOVETO	12XXX094X	APJ INV	PONTAL EXP 1 e 2 FASE	DPI 12SDP
SANDRA REGINA DA SILVA	8XXX472X	APJ INV	ANTONINA EXP. 1 FASE	DPI - 12SDP
RODRIGO ZANONI	6XXX962X	APJ INV	ANTONINA EXP. 2 FASE	DCCP
JESSICA RAFAELA LIMA PANIAGUA	7XXX012X	APJ INV	MORRETES EXP. 2 FASE	DPE
LUIS EVERTON FONSECA SOARES	13XXX545X	APJ INV	DEMAFE/ PONTAL 1 FASE - EQUIPE C	DPCAP
MAURICIO DE OLIVEIRA MALI	5XXX916X	APJ INV	DEMAFE	DPCAP
FILIPE ANDRE DE SOUZA	7XXX000X	APJ INV	DEMAFE	COPE
CAMILA BOSCARDIN NAVARINI	6XXX526X	APJ INV	ANTONINA 1 FASE - EQUIPE A	DHPP
ALESSANDRA HELENA OKAMURA DIOGO	5XXX801X	APJ INV	ANTONINA 1 FASE - EQUIPE B	DPI
CARLOS HENRIQUE BEDETI	9XXX321X	APJ INV	PORTO RICO 1 FASE - EQUIPE C	DPI
PAULO CESAR EUGENIO RIBEIRO	14XXX958X	DEL	PARANAGUÁ 1 FASE - EQUIPE D	DPMETRO
WELLINGTON JOSE DUTRA NUNES	5XXX605X	APJ INV	MORRETES 1 FASE - EQUIPE B	DENARC
MAURICIO BONATTO GUIMARAES	5XXX485X	APJ INV	DEMAFE	DPCAP
POLLYANNA NOVAES DE QUEIROZ	13XXX824X	APJ INV	PONTAL 2 FASE - EQUIPE A	GAF
LUIZ RENATO MARTINS	3XXX762X	APJ INV	ESCOLTA	CENTRO DE TRIAGEM

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANDRÉ SEVERO FERRAZ	5XXX450X	APJ INV	ESCOLTA	DEL. ELETRONICA
THIAGO BORGES LEAL MENDES	16XXX263X	DEL	PARANAGUÁ 2 FASE - EQUIPE B	DPMETRO
EDISON LUIZ CAVALHEIRO MENDES	1XXX399X	APJ INV	ESCOLTA	DIC
CLEVERSON WEIBER	5XXX641X	APJ INV	ESCOLTA	TRIAGEM

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1703-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 24.997.027-1, resolve,

L O T A R

a partir de 17/11/2025, RUBENS KELLER FILHO, RG 8XXX290X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS II – SITUAÇÕES DIVERSAS.

FICANDO DISPENSADO(A) DO(A): 1.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, da Divisão de Polícia Metropolitana.

MOTIVO: Tendo em vista licença sem vencimentos, com início em 17/11/2025 e término em 09/02/2026, conforme Portaria nº 42/2025-SESP, publicada no DIOE nº 12044, de 08/12/2025.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1704-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Resolução 287/2022;

Considerando o protocolo nº 24.994.389-4, resolve,

D E S I G N A R

CICERO CESAR KLAMMER, RG 3.XXX.037-X e FLAVIO JOSE CODOGNOTTO**,** RG 12.XXX.617-X, AGENTES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, lotados na DELEGACIA DE POLÍCIA DE ARAUCÁRIA, da Divisão de Polícia Metropolitana, para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

Contrato nº 577/2025, para contratação de serviços continuados de manutenção do gerador de energia, para as unidades da Polícia Civil.

Curitiba, 09 dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1705-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 25.089.351-5, resolve,

D E S I G N A R

IAN LASALVIA BAPTISTA DE LEÃO, RG 16.XXX.172-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado na 15.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE CASCAVEL, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe Adjunto pela referida Subdivisão, durante férias do titular PEDRO LUIZ FONTANA RIBEIRO, RG 6.XXX.916-X, Delegado de Polícia de 1ª classe, no período de 09/12/2025 a 18/12/2025.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1706-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 24.503.736-8, resolve,

D E S I G N A R

VAGNER DOS SANTOS MALAQUIAS, RG 13.XXX.140-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE SANTA FÉ, da 9.ª Subdivisão Policial de MARINGÁ, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 28.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE ASTORGA e pelas Delegacias de Polícia de IGUARAÇU e PITANGUEIRAS, todas da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias da titular AMANDA JAQUELINE ZAMBON DE CAMPOS, RG 10.XXX.009-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, no período de 05/01/2026 a 24/01/2026.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1715-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a disposição funcional do servidor para prestar serviços junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, com ônus para o órgão de origem;

Considerando o protocolo nº 24.743.249-3, resolve,

L O T A R

a partir de 01/01/2026, AMAURY REINERT TIZZOT, RG 3XXX243X, SERVIDOR DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, à disposição deste Departamento;

NA (O): DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES CONTRA A SAÚDE, da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa.

MOTIVO: Prorrogação da disposição funcional do servidor para prestar serviços até 31/12/2026, conforme protocolo.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1716-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a disposição funcional do servidor para prestar serviços junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, com ônus para o órgão de origem;

Considerando o protocolo nº 24.743.249-3, resolve,

L O T A R

a partir de 01/01/2026, CARLOS ALBERTO MARTINS DA SILVA, RG 2.XXX.273-X, SERVIDOR DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, à disposição deste Departamento;

NA (O): INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ.

MOTIVO: Prorrogação da disposição funcional do servidor para prestar serviços até 31/12/2026, conforme protocolo.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1851 - DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Deliberação nº 1149/2025, do Conselho Superior da Polícia Civil;

Considerando o art. 9º, da Lei Complementar 259/2023, o servidor policial deve residir na comarca onde se encontre lotado: *"é inerente às carreiras previstas nesta Lei Complementar a residência na comarca onde forem desempenhadas as atividades regulares pelo policial civil, salvo expressa autorização do Conselho Superior da Polícia Civil";*

Considerando o art. 19º, §1º, da Lei Complementar 259/2023, para a escolha da lotação, "*será considerada exclusivamente a ordem final de classificação obtida no curso de formação técnico-profissional específico";*

Considerando o Art. 20, da Lei Complementar 259/2023, "*tratando-se de concurso com distribuição de vagas por região, o servidor deverá permanecer pelo período mínimo de três anos em unidades localizadas dentro da macrorregião para a qual fez o concurso, sob pena de contagem em dobro do prazo para a promoção para o nível III*";

Considerando a conclusão do "CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL CARREIRAS POLICIAIS – AGENTES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA, DELEGADOS DE POLÍCIA e PAPILOSCOPISTAS POLICIAIS, resolve,

L O T A R, **a partir de 15/12/2025,**

KAMILLA DE CARLI, CPF 052.XXX.XXX -31, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): CENTRO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 2281-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 25.104.165-2, resolve,

D E S I G N A R

SAULO DE TARSO CERQUEIRA BAPTISTA NETO, RG 16.XXX.260-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe no DELEGACIA DE POLÍCIA DE JANDAIA DO SUL, da 17.ª Subdivisão Policial de APUCARANA, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO JOÃO DO IVAÍ, da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias da titular KETHILIN SCHWINGEL IURINO, RG 10.XXX.310-X, Delegada de Polícia de 4ª classe, no período de 22/12/2025 a 05/01/2026.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 2282-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 25.088.217-3, resolve,

D E S I G N A R

MAGNO ROBERTO MIRANDA, RG 16.XXX.236-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na Delegacia de Polícia do 5.º DISTRITO, da 10.ª Subdivisão Policial de LONDRINA, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pelas DELEGACIAS DE POLÍCIA DE IBIPORÃ e JATAIZINHO, todas da mesma Subdivisão e Divisão, durante férias do titular VITOR DUTRA DE OLIVEIRA, RG 14.XXX.042-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, no período de 15/12/2025 a 29/12/2025.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 2283-DPC

O DELEGADO GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a disposição funcional do servidor para prestar serviços junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, com ônus para o órgão de origem;

Considerando o protocolo nº 24.743.249-3, resolve,

L O T A R

a partir de 01/01/2026, CLEMAIR MARQUES, RG 5XXX062X, SERVIDORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, à disposição deste Departamento;

NA (O): DELEGACIA DA MULHER DE CIANORTE, da Divisão de Polícia Especializada.

MOTIVO: Prorrogação da disposição funcional da servidora para prestar serviços até 31/12/2026, conforme protocolo.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 2284-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo nº 20.239.217-2, resolve,

L O T A R

A partir de 09/12/2025, FILIPE MACEDONIO MELGAREJO ZAPATA, CPF XXX.550.041-XX, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): 13ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE PONTA GROSSA, da Divisão Policial do Interior.

MOTIVO: Disposição funcional até 31/12/2025, conforme Autorização s/n, publicada no DIOE/PR nº 11978, de 02/09/2025.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 2285 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando protocolo nº 24.890.817-31;

Considerando que a movimentação de pessoal no âmbito da Polícia Civil é realizada sempre com base no interesse da administração e da conveniência do serviço;

Considerando que é meta da Pasta da Segurança Pública a otimização das atividades de rotina, sobretudo as relacionadas com a Polícia Judiciária, objetivando a melhor qualidade de trabalho em favor do cidadão e da comunidade, resolve,

R E M O V E R

MANOEL DA SILVA SILVESTRE, RG 3XXX189X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

DO(A): DELEGACIA DE POLÍCIA DE ICARAÍMA, da 7.ª Subdivisão Policial de UMUARAMA, da Divisão Policial do Interior.

PARA: 15.ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE IPORÃ, da mesma Subdivisão e Divisão.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

APOSTILAMENTO Nº 06-DPC

Anexo da Portaria nº 1565 - DPC, de 27/10/2025.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em referência à Portaria nº 1565 - DPC, que convocou os servidores para participarem do Nivelamento para a Operação Verão 2025/2026, na Escola Superior de Polícia Civil – ESPC, localizada na Rua Tamoios, 1250, Bairro Vila Izabel, Curitiba-PR, e outros locais a definir;

Considerando o protocolo nº 25.112.914-2, resolve:

NO PERÍODO DE:

10/12/2025 – 08:00 ÀS 12:00 HS E DAS 13:30 ÀS 17:30 HS
11/12/2025 - 08:00 ÀS 12:00 HS E DAS 13:30 ÀS 17:30 HS
12/12/2025 - 08:00 ÀS 12:00 HS E DAS 13:30 ÀS 17:30 HS

INCLUIR:

NOME	RG	CARGO	DIVISÃO
NATANIEL EVANGELISTA MARQUES	13XXX211X	APJ INV	COPE
PEDRO MARCELO MOSSE GALVÃO	6XXX716X	APJ INV	DPCAP
FRANCISCO GILSON FERREIRA MATOS FILHO	16XXX180X	DEL	DPI

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

APOSTILAMENTO Nº 08-DPC

Anexo da Portaria nº 1463 - DPC, de 29/09/2025.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em referência à Portaria nº 1463-DPC, que convocou os servidores para participarem da "OPERAÇÃO 2025/2026";

Considerando o protocolo nº 25.104.947-5, resolve,

COSTA LESTE

no período de **19/12/2025** às 08h30 a **21/01/2026** às 08h30
INCLUIR:

NOME	RG	CARGO	DIVISÃO
NATANIEL EVANGELISTA MARQUES	13XXX211X	APJ	COPE
PEDRO MARCELO MOSSE GALVÃO	6XXX716X	APJ	DPCAP

EXCLUIR:

NOME	RG	CARGO	DIVISÃO
LIVIA MARIA TEIXEIRA FERMINO	13XXX669X	APJ	GAF
JUANA CZAP COELHO	5XXX000X	APJ	DPE

no período de **21/01/2026** às 08h30 a **23/02/2026** às 08h30
INCLUIR:

NOME	RG	CARGO	DIVISÃO
CARLOS DAMIAO ALVES ROSA	5XXX283X	APJ	COPE

no período de **22/01/2026** às 08h30 a **24/02/2026** às 08h30
INCLUIR:

NOME	RG	CARGO	DIVISÃO
FABIO CHIOVETO	12XXX094X	APJ	DPI

no período de **30/01/2026** às 08h30 à **02/02/2026 às 08h30**
EXCLUIR:

NOME	RG	CARGO	DIVISÃO
CARLOS DAMIÃO ALVES ROSA	5XXX283X	APJ	COPE

INCLUIR:

NOME	RG	CARGO	DIVISÃO
CRISTIANO PINHATTI	6XXX710X	APJ	COPE

no período de **06/02/2026** às 08h30 a **09/02/2026** às 08h30
EXCLUIR:

NOME	RG	CARGO	DIVISÃO
CARLOS DAMIÃO ALVES ROSA	5XXX283X	APJ	COPE

INCLUIR

NOME	RG	CARGO	DIVISÃO
CRISTIANO PINHATTI	6XXX710X	APJ	COPE

Curitiba, 09 de dezembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

170764/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
GABINETE

PORTARIA 066/2025-DEPPEN/GAB

A **DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL**, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016 e considerando o protocolo 24.785.350-2;

RESOLVE,

Art. 1º ALTERAR o Anexo Único da Portaria 075/2021, publicado no Diário Oficial do Estado, edição nº 10.990, de 03 de agosto de 2021, concernente à capacidade da Casa de Custódia de Arapongas, passando a contar com 287 (duzentas e oitenta e sete) vagas para o regime fechado, devendo esta modificação ser registrada no Sistema de Gestão de Execução Penal – SIGEP.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º REVOGAR a Portaria 007/2024, publicada no Diário Oficial do Estado em 12 de janeiro de 2024, Edição do Diário nº 11577.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

(datado e assinado eletronicamente)
Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

170976/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 24.956.136-3
I. TORNO SEM EFEITO, o despacho de fl. 30, publicado no Diário Oficial nº 12035 de 25 de novembro de 2025;
II. INDENIZO com fulcro no art. 200, § 27°, do Decreto Federal nº 3.048/1999, no art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 o débito em favor do MUNICIPIO DE PARANAVAI, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-8, no valor total de R$ 2.062,27 (dois mil e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos), sendo o valor principal de R$ 1.731,04 (Hum mil e setecentos e trinta e um reais e quatro centavos), ao qual se somam encargos no valor de R$ 19,64 (Dezenove reais e sessenta e quatro centavos), multa no valor de 173,11 (Cento e setenta e três reais e onze centavos) e juros no valor de que 138,48 (cento e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos), que decorrem da mora sobre o pagamento de taxas de coleta de lixo, atendendo as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná;
III. ENCAMINHE-SE à APPA/SESP para extrair cópia do presente processo visando instruir a instauração de procedimento que apurará a responsabilidade quando as despesas de juros e multas gerados;
IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Órgão de Segurança Pública para consectários pertinentes;

Curitiba-Paraná, 10 de dezembro de 2025
Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP-PR.

170918/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

ATA Nº 45/2025

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na Sala de Reuniões deste Conselho – Casa Rosada, localizada na Avenida Iguaçu, nº 470, Bairro Rebouças – Curitiba-PR, iniciou-se, de forma ordinária, a quadragésima quinta sessão do ano, sob a presidência do Dr. Silvio Jacob Rockembach, com a presença em plenário dos Conselheiros Dr. Riad Braga Farhat, Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, Dra. Maritza Maira Haisi, Dr. Renato Coelho de Jesus, Dr. Lanevilton Theodoro Moreira e Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior, bem como do Dr. Valmir Soccio, Secretário-Geral do Conselho. Participação por videoconferência do Conselheiro Dr. Alan Henrique Flore. O Senhor Presidente declarou aberta a sessão e anunciou a **PAUTA DE JULGAMENTO Nº 44/2025,** previamente afixada em edital disponível no Conselho no dia 04.12.2025 e publicada no Diário Oficial do Estado nº 12.042 de 04.12.2025 para conhecimento dos interessados, na ordem seguinte: **PROT. 109/2024/CSPC (digital 22.797.849-0)** – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ACUSADOS: **TIAGO JOSÉ WLADYKA**, Delegado de Polícia e **FERNANDO GONÇALVES SANTOS**, Agente de Polícia Judiciária. ADVOGADO: DR. ANDRÉ LUÍS ROMERO DE SOUZA – OAB/PR 50.530. RELATOR: DR. RIAD BRAGA FARHAT. Ausentes os acusados e seu defensor. Anunciado o procedimento, foi verificado pedido de adiamento do julgamento formulado pelo defensor dos acusados, pelos motivos que expôs, com manifestação e voto favorável do Conselheiro Relator. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, e após discutida, foi colocada em votação, sendo decidido, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pelo deferimento do pedido; II - pela retirada dos autos da pauta de julgamento e sua inclusão em pauta posterior. **PROT. 84/2024/CSPC (digital 22.665.035-0)** – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ACUSADO: **HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI**, Agente de Polícia Judiciária. ADVOGADO: DR. RAMONN BALDINO GARCIA – OAB/PR 48.798. RELATORA: DRA. MARITZA MAIRA HAISI. Ausentes o acusado e seu defensor. Consta nos autos petição protocolada em 05/12/2025 para suspensão do julgamento e instalação de incidente de insanidade mental do acusado, com esteio no art. 37 Lei nº 21.894/2024 - Código de Disciplina da PCPR, com manifestação e voto favorável da Conselheira Relatora. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, tendo o Conselheiro Dr. Marcelo Lemos de Oliveira, apresentado voto divergente, pelo não adiamento do julgamento, no que foi acompanhado pelos demais Conselheiros, com exceção do voto da Relatora. Resumo do voto divergente: Trata-se do segundo pedido de adiamento. Durante todo o transcurso da instrução processual em nenhum momento houve pedido instauração de incidente de sanidade mental do acusado, bem como o laudo psicológico juntado aos autos indica apenas aspectos psicológicos desfavoráveis para o desempenho de atividades policiais operacionais, e de porte de arma, não se cogitando o impedimento para o exercício de atividades administrativas, tratando-se de pedido meramente protelatório. Vencida a questão incidental, a Conselheira Dra. Maritza Maira Haisi retomou a palavra e fez a apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: *"(…) Conclusão: Em análise detalhada de todo exposto nestes autos de Processo Administrativo Disciplinar, iniciado pela portaria nº 69/2024 da CGPC e que culminou com as acusações descritas na exordial em desfavor do servidor HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI e após cotejar as argumentações e informações trazidas aos Autos em apreço VOTO o seguinte: I – Pela condenação de HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI, Agente de Polícia Judiciária, RG 7.XXX.338-X/PR diante do reconhecimento que o servidor, efetivamente praticou as condutas previstas no artigo 8º, incisos IX (por 5X), XXVII e XXXI da Lei 21.894/2024, conforme explicado na fundamentação deste voto. II – Com base nas determinações do art. 09º e incisos da Lei 21894/2024, pela aplicação das penalidades em patamares mínimos de 50 dias (1º fato por 5 X), 30 dias (2º fato) e 30 dias (4º fato), totalizando 110 dias, sendo executáveis 90 dias, em consonância com o art. 20 do mesmo diploma legal. III – Pelo recolhimento da arma, conjunto documental e demais bens e equipamentos acautelados nos termos do art. 20 § único da Lei 21894/2024, enquanto durar a pena. IV - Pelo reconhecimento que o servidor HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI, Agente de Polícia Judiciária, RG 7.952.338-0/PR, ao praticar as condutas previstas no artigo 8º, incisos IX, XXVII e XXXI da Lei 21.894/2024, conforme exaustivamente explanado nesse voto, descumpriu os requisitos do Estágio Probatório de dedicação, disciplina, responsabilidade, assiduidade, produtividade e eficiência, flexibilidade, postura profissional, urbanidade, estabilidade emocional e tato e zelo, conforme previsto nos artigos 27 e 48, § 2º, incisos I, II, III, VI, XV, XVI, XXI, XXII, XXIV e XXVII, da Lei nº 259/2023 e, consequentemente, pela declaração de sua INAPTIDÃO e NÃO CONFIRMAÇÃO no cargo efetivo de Agente de Polícia Judiciária. V – Em se deliberando pela inaptidão e não confirmação no cargo do servidor, pelo encaminhamento dos autos ao Exmo. Sr. Governador do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, para formalização do ato de EXONERAÇÃO, nos termos do art. 28, in fine, da Lei Complementar nº 259/2023. III – Pelo encaminhamento das peças necessárias à Comissão de Avaliação de Desempeno em Estágio Probatório – CAEDEP, para as providências que o caso requer. É como voto."* Proferido o voto e verificada a ausência do defensor do acusado para sustentação oral, foi a matéria colocada em discussão, e após discutida, colocada em votação, sendo decidido, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela condenação do acusado HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI, Agente de Polícia Judiciária, pela prática das transgressões disciplinares previstas no artigo 8º, incisos IX (por 5X), XXVII e XXXI da Lei 21.894/2024 – Código Disciplinar da PCPR, com a aplicação da penalidade de 110 (cento e dez) dias de suspensão (90 [noventa] dias executáveis, conforme art. 20), como resultado da somatória das penalidades abaixo: a) 50 (cinquenta) dias de suspensão (1º fato - por 5 vezes); b) 30 (trinta) dias de suspensão (2º fato); c) 30 (trinta) dias de suspensão (4º fato); II - pela expedição das INTIMAÇÕES necessárias, nos termos do artigo 54 do Código Disciplinar da PCPR, para início da contagem do prazo recursal quanto à penalidade de SUSPENSÃO e, não havendo recurso, com o consequente trânsito em julgado da decisão referente à aplicação da penalidade de SUSPENSÃO, pelo arquivamento dos autos unicamente com relação à esta penalidade, após o encaminhamento de cópia da Deliberação: a) ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para o cumprimento da penalidade imposta, com a observância do previsto no artigo 20 do Código Disciplinar (perda de metade do subsídio, por dia, enquanto durar, recolhimento da arma, do conjunto documental e demais bens e equipamentos acautelados ao servidor): b) à Corregedoria-Geral da Polícia Civil; e c) ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP; III - pelo reconhecimento que o acusado HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI, Agente de Polícia Judiciária, ao praticar as condutas previstas no art. 8º, incisos IX, XXVII e XXXI da Lei 21.894/2024, descumpriu os requisitos do Estágio Probatório de dedicação, disciplina, responsabilidade, assiduidade, produtividade e eficiência, flexibilidade, postura profissional, urbanidade, estabilidade emocional e tato e zelo, conforme previsto nos artigos 27 e 48, § 2º, incisos I, II, III, VI, XV, XVI, XXI, XXII, XXIV e XXVII, da Lei nº 259/2023 e, consequentemente, pela declaração de sua INAPTIDÃO e NÃO CONFIRMAÇÃO no cargo efetivo de Agente de Polícia Judiciária; IV - pelo encaminhamento dos autos ao Exmo. Sr. Governador do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com proposta para formalização do ato de EXONERAÇÃO, nos termos do art. 28, *in fine*, da Lei Complementar nº 259/2023; V – pelo encaminhamento das peças necessárias à Comissão de Avaliação de Desempeno em Estágio Probatório – CAEDEP, para as providências que o caso requer. **PROT. 066/2008/CSPC (1004/2007/CGPC)** – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. ACUSADO: **DÉLCIO AUGUSTO RASERA**, Agente de Polícia Judiciária aposentado. ADVOGADO: DR. LEONTAMAR VALVERDE PEREIRA - OAB/PR 18.793. RELATOR: DR. ALAN HENRIQUE FLORE. Ausente o acusado. Participação do seu defensor por meio de videoconferência. Dada a palavra ao Conselheiro Dr. Alan Henrique Flore, que fez apresentação do seu relatório e assim proferiu o seu voto: *"(…) A doutrina e a jurisprudência convergem quanto os efeitos da condenação criminal no processo administrativo que apura o(s) mesmo(s) fato(s) caracterizador também de transgressão disciplinar, já que apesar das esferas penal e a administrativa serem, em regra, independentes, a sentença penal condenatória pode fundamentar a punição administrativa, enquanto que a absolvição criminal só repercute sobre o Processo Administrativo Disciplinar quando reconhecer a inexistência do fato ou negativa de autoria. No caso em tela, depreende-se que a materialidade e a autoria das transgressões descritas nos FATOS 02, 04, 05, 07 e 08 ficaram definitivamente comprovadas no processo criminal em trâmite na comarca de Campo Largo, nos autos de processo crime n. 0000897-22.2006.8.16.0026, devendo assim culminar com a responsabilização administrativa do acusado neste feito, motivo pelo qual a condenação é medida que ora se impõe. (…) Por tudo que restou exposto, VOTO: 1. Pela CONDENAÇÃO do processado DÉLCIO AUGUSTO RASERA como incurso nas infrações previstas nos artigo 211, inciso III; artigos 230, incisos II e XI; e artigo 225, incisos IV e V, da Lei Complementar nº 14/1982 e suas alterações; ora correspondentes às transgressões estabelecidas no artigo 6º, inciso III; artigo 7º; artigo 8º, § 1º, inciso III; e artigo 18, inciso III, todos previstos na Lei nº 21.894/2024, com a aplicação da penalidade de 90 (noventa) dias de SUSPENSÃO, porém, diante da inexequibilidade decorrente do fato do ex-servidor encontrar-se aposentado, postula-se desde logo sejam os autos definitivamente arquivados."* Após proferido o voto, foi dada a palavra ao defensor do acusado, que em sustentação oral repisou os argumento das alegações finais. A seguir, foi a matéria colocada em discussão, e após debatida, em votação, sendo decidido, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I - pela CONDENAÇÃO do acusado DÉLCIO AUGUSTO RASERA, Agente de Polícia Judiciária aposentado, pela prática das transgressões disciplinares previstas nos artigo 211, inciso III; artigos 230, incisos II e XI; e artigo 225, incisos IV e V, da Lei Complementar nº 14/1982 e suas alterações; ora correspondentes às transgressões estabelecidas no artigo 6º, inciso III; artigo 7º; artigo 8º, § 1º, inciso III; e artigo 18, inciso III, todos previstos na Lei nº 21.894/2024, com a aplicação da penalidade de 90 (noventa) dias de SUSPENSÃO; II - pela expedição das INTIMAÇÕES necessárias, nos termos do art. 54 do Código Disciplinar da PCPR, para o início da contagem do prazo recursal e, não havendo recurso, com o consequente trânsito em julgado da decisão, pelo arquivamento dos autos, após o encaminhamento de cópia da Deliberação aos órgãos abaixo, apenas para registro, em face do impedimento de execução da pena de suspensão ao servidor policial inativo, nos termos do art. 24, § 2º, do Código Disciplinar da PCPR: a) ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC; b) à Corregedoria Geral da Polícia Civil; e c) ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP. **PROCEDIMENTOS PARA DISTRIBUIÇÃO: Prot. 135/2025/CSPC –** Relação de Procedimentos Disciplinares a serem sorteados na sessão de 08 de dezembro de 2025. 01 – 138/2024/CSPC (protocolo digital 22.820.218-5) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de RODRIGO BURGEL, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira. 02 – 031/2025/CSPC

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(protocolo digital 24.402.293-6) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de FABIO SODRE RYNALDO, Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat. 03 – 043/2025/CSPC (protocolo digital 23.955.044-4) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de GLAUBER PRIETO PIEDADE (afastado da função por decisao judicial) e ROGÉRIO FREIRE JÚNIOR (estágio probatório), Agentes de Polícia Judiciária, sendo sorteada a Conselheira Drª. Maritza Maira Haisi. 04 – 011/2025/CSPC (protocolo digital 22.212.317-8) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de, EDISON TELLES DA SILVA (afastado da função/ autorizado serviços administrativos), Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus. 05 – 010/2025/CSPC (protocolo digital 24.142.697-1) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de ADEMAIR DA CRUZ BRAGA JUNIOR, Delegado de Polícia; ELIZEU CORREIA SANTANA e SILVIO CARLOS DOS SANTOS, Agentes de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior. 06 – 053/2025/CSPC (protocolo digital 24.116.181-1) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de THIERS ANDREGOTTI, RG 2.497.550-9, Delegado de Polícia, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus. **ATA ANTERIOR nº 44:** aprovada e assinada pelos Senhores Conselheiros, conforme Protocolo Digital nº 24.635.533-9 (Deliberações nº 1150 a 1163 assinadas no Protocolo Digital nº 24.635.326-3). **PROCEDIMENTOS: Prot. 136/2025/CSPC – Protocolo Digital 22.381.059-4 (Apenso Protocolo Digital 24.768.109-4)** – Expediente com comunicação de suposto atendimento inadequado a vítima de violência doméstica prestado pelo Agente de Polícia Judiciária **CICERO DANTAS DE SOUSA** (Prot. 665/2025-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de CICERO DANTAS DE SOUSA, Agente de Policia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03. **Prot. 137/2025/CSPC – Protocolo Digital 22.658.278-9 (Apensos Protocolos Digitais 24.380.910-0, 22.702.371-6, 23.745.847-8, 23.293.021-7, 23.287.855-0, 23.069.642-0, 23.300.484-7, 23.287.875-4 e 23.179.309-7)** – Investigação Preliminar n. 31/2024 da 7ª Corregedoria de Polícia Civil instaurada com base no Inquérito Civil n. 0068.24.000287-0 da Promotoria de Justiça da Comarca de Iretama, com conclusão da prática, em tese, pelo Delegado de Polícia **FRANCISCO HENRIQUE MELO DE LACERDA**, dos seguintes fatos: elaboração genérica de peças de polícia judiciária, de forma reiterada; atraso injustificado na instauração de inquéritos policiais; ausência reiterada de aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco; irregularidades na condução de oitivas policiais; residência fora da comarca de lotação e ausência física funcional sistemática e progressiva ao longo dos anos 2023 e 2024 (Prot. 533/2024-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de FRANCISCO HENRIQUE MELO DE LACERDA, Delegado de Policia, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03. **Prot. 138/2025/CSPC – Protocolo Digital 23.996.320-0** – Investigação Preliminar da 5ª Corregedoria de Polícia Civil em razão do não comparecimento do Agente de Polícia Judiciária **WALDERNEY CÉSAR BRITO** a inspeção médica agendada pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos - GARH/DPC (Prot. 549/2025-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil: I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de WALDERNEY CÉSAR BRITO, Agente de Policia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024; II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03. **OFÍCIOS E OUTROS EXPEDIENTES: Prot. Ref. 45/2024/CSPC – Protocolo Digital 25.070.619-7** – Ofício n. 362/2025 da Secretaria do Conselho Superior da Polícia Civil dirigido ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC. Encaminha cópia da Deliberação nº 1068/2025/CSPC e respectiva certidão de trânsito em julgado, relativas ao Processo Administrativo Disciplinar n. 45/2024/CSPC, instaurado em desfavor de **RENATO MARÇAL FERNANDES**, Delegado de Polícia, no qual lhe foi imposta a penalidade de repreensão. Com despacho do referido Grupo de que foram procedidas as devidas anotações. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, diante das providências adotadas, pelo apensamento do protocolado aos autos principais (Processo Administrativo Disciplinar n. 45/2024/CSPC – Protocolo Digital 20.852.272-8), já arquivados. **Protocolo Digital 25.096.709-8** – Ofício s/n da Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção – CARP/DPC. Considerando aparente antinomia normativa, para fins de uniformização e segurança jurídica quanto aos procedimentos a serem adotados na promoção do ano de 2026, solicita o entendimento do Colegiado no tocante: - À possibilidade ou não de participação dos servidores Escrivães e Papiloscopistas atualmente posicionados no Nível II, cujo período adicional previsto no art. 78, §4º, se encerra em abril de 2026; - À prevalência entre as regras restritivas do art. 82, §1º, III, b, e as condições específicas de elegibilidade fixadas no art. 78, §4º, ambos da Lei Complementar nº 259/2023. CONSIDERANDO a consulta formalizada pela Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção – CARP sobre a interpretação da elegibilidade dos policiais civis reenquadrados no Nível II, nos termos do art. 78, §4º, da Lei Complementar nº 259/2023; CONSIDERANDO que o art. 78, §4º, estabelece que os servidores estáveis reclassificados no Nível II ficam sujeitos a um período adicional de dois anos nesse nível para poderem concorrer à "próxima promoção", prazo este que se completa em abril de 2026; CONSIDERANDO a superveniência da Lei Complementar nº 286, de 26 de novembro de 2025, que alterou a data final da suspensão das promoções sob o regime normal (Art. 57, LC 259/2023), antecipando-a de 31 de dezembro de 2026 para 30 de setembro de 2026; CONSIDERANDO que a antecipação do término do regime de suspensão implica que a promoção subsequente a 30 de setembro de 2026 será regida pelo regime normal da carreira, conforme o art. 57 da LC 259/2023. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – por informar que a "próxima promoção" para a qual os policiais civis referidos no art. 78, §4º, da LC 259/2023 adquirem elegibilidade é aquela cujo processo de promoção se iniciará em outubro de 2026, em virtude da alteração legislativa promovida pela LC nº 286/2025; II – pelo seguinte esclarecimento adicional: a) A Lei Complementar nº 286/2025 antecipou o fim do regime de suspensão das promoções normais para 30 de setembro de 2026. O processo promocional que se iniciar imediatamente após esta data (ou seja, em outubro de 2026) deve, necessariamente, ocorrer sob o regime normal de progressão da carreira. b) Os policiais civis reenquadrados no Nível II (Art. 78, §4º) completam o seu período adicional de dois anos em abril de 2026. Ao atingirem este requisito temporal antes do início da promoção de outubro de 2026, eles se tornam aptos a concorrer a este certame. c) A promoção de outubro de 2026 não se enquadra mais no regime excepcional e restritivo do Art. 82, §1º, III, alínea 'b', uma vez que o período de suspensão do regime normal se encerra em setembro. Portanto, a partir de outubro, a promoção é aberta para todos os níveis que cumpram os requisitos do Art. 47 e o marco temporal do Art. 78, §4º; III – pela restituição do protocolado à Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção – CARP/DPC. **DIVERSOS: PROT. 129/2025/CSPC** – Relação publicada no Diário Oficial nº 12.030 de 14/11/2025 com Procedimentos Disciplinares para sorteio. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 1129/2025. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela retificação da Deliberação n. 1129/2025 para que onde se lê "01 – 053/2025/CSPC (protocolo digital 22.561.363-0)" leia-se "01 – 053/2024/CSPC (protocolo digital 22.561.363-0)". **Protocolo Digital 25.109.431-4** - Cronograma dos Processos de Promoção (2026), elaborado em atendimento ao artigo 59 da Lei Complementar n. 259/2023 e à Resolução n. 02/2023. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pela APROVAÇÃO do Cronograma dos Processos de Promoção/2026, conforme ANEXO; II – pelo encaminhamento à Coordenação de Informática/DPC, para ampla divulgação, e ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC, à Comissão de Avaliação dos Requisitos para Promoção/DPC, à Corregedoria-Geral da Polícia Civil e ao Instituto de Identificação, para conhecimento, com posterior restituição a este Colegiado.

ANEXO

REFERENTE À ATA N. 45/2025 E DELIBERAÇÃO N. 1174/2025

CRONOGRAMA – 2026 (PROMOÇÃO/MAIO)	
Prazo para apresentação dos diplomas e certificados pelo servidor	**30/01/2026**
Prazo para homologação dos diplomas e certificados pela **CARP**	**25/02/2026**
Prazo de recurso da não homologação dos diplomas e certificados	**02/03/2026**
Prazo para juízo de reconsideração e instrução do procedimento para posterior remessa ao **Conselho Superior da Polícia Civil**	**13/03/2026**
Data de requisição ao **GARH** da comprovação de interstício mínimo	**27/03/2026**
Data de requisição à **Corregedoria-Geral** de anotações de vedação à promoção	**27/03/2026**
Data de requisição ao **Instituto de Identificação** de anotações de vedação à promoção	**27/03/2026**
Data de requisição ao **GARH** de anotações de vedação à promoção	**27/03/2026**
Prazo de recebimento das informações da Corregedoria-Geral, Instituto de Identificação e GARH	**06/04/2026**
Data de publicação, em boletim interno, da relação preliminar de aptos pela **CARP**	**09/04/2026**
Prazo para recurso da publicação da relação preliminar	**13/04/2026**
Prazo para recebimento do **Conselho Superior da Polícia Civil** da relação de servidores aprovados na avaliação de desempenho	**16/04/2026**
Prazo para emissão de parecer prévio e encaminhamento do recurso ao **Conselho Superior da Polícia Civil**	**23/04/2026**

Sessão de Julgamento dos Recursos pelo **Conselho Superior da Polícia Civil**	**29/04/2026**
Abertura do processo de promoção	**04/05/2026**
Publicação da relação definitiva dos servidores aptos	**ATÉ 05/05/2026**
Prazo para encaminhamento da minuta de decreto governamental, da justificativa e do parecer de mérito ao Chefe do Poder Executivo	**ATÉ 08/05/2026**

CRONOGRAMA – 2026 (PROMOÇÃO/OUTUBRO)	
Prazo para recebimento do **Conselho Superior da Polícia Civil** da relação de servidores aprovados na avaliação de desempenho	**16/04/2026**
Prazo para apresentação dos diplomas e certificados pelo servidor	**02/06/2026**
Prazo para homologação dos diplomas e certificados pela **CARP**	**24/06/2026**
Prazo de recurso da não homologação dos diplomas e certificados	**29/06/2026**
Prazo para juízo de reconsideração e instrução do procedimento para posterior remessa ao **Conselho Superior da Polícia Civil**	**07/08/2026**
Data de requisição ao **GARH** da comprovação de interstício mínimo	**31/08/2026**
Data de requisição à **Corregedoria-Geral** de anotações de vedação à promoção	**31/08/2026**
Data de requisição ao **Instituto de Identificação** de anotações de vedação a promoção	**31/08/2026**
Data de requisição ao **GARH** de anotações de vedação à promoção	**31/08/2026**
Prazo de recebimento das informações da **Corregedoria-Geral**, **Instituto de Identificação** e **GARH**	**08/09/2026**
Data de publicação, em boletim interno, da relação preliminar de aptos pela **CARP**	**10/09/2026**
Prazo para recurso da publicação da relação preliminar	**14/09/2026**
Prazo para emissão de parecer prévio e encaminhamento do recurso ao **Conselho Superior da Polícia Civil**	**24/09/2026**
Sessão de Julgamento dos Recursos pelo **Conselho Superior da Polícia Civil**	**28/09/2026**
Abertura do processo de promoção	**01/10/2026**
Publicação da relação definitiva dos servidores aptos	**ATÉ 05/10/2026**
Prazo para encaminhamento da minuta de decreto governamental, da justificativa e do parecer de mérito ao Chefe do Poder Executivo	**ATÉ 09/10/2026**

REQUERIMENTOS - Protocolo Digital 24.908.350-0 – **JÉSSIKA NABÃO LOPES FERREIRA**, Papiloscopista, diante da decisão de procedência na ação de nº 0002935-21.2024.8.16.0173 do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Umuarama, confirmada em sede recursal, quanto ao reconhecimento do direito ao enquadramento funcional no Nível III da tabela de subsídios, considerando para todos os efeitos legais o tempo de efetivo serviço público anteriormente prestado à Polícia Militar do Estado do Paraná, requer: I. ter reconhecido seu tempo de serviço na Polícia Militar para fins de progressão funcional; II. ser reenquadrada no Nível III da carreira de Papiloscopista da Polícia Civil; III. perceber as diferenças remuneratórias decorrentes e outras vantagens e ônus adquiridos. Com trâmite pelo Instituto de Identificação, Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC e informação da Procuradoria de Execução, Precatórios e Cálculos – PGE/PRE nos seguintes termos: "Tendo em vista o trânsito em julgado da demanda, encaminhe-se à Polícia Civil do Estado do Paraná para ciência da r. sentença proferida e cumprimento da obrigação de fazer. Para tanto, deve ser promovido o imediato reenquadramento da servidora interessada no Nível III da tabela de subsídios da carreira de Papiloscopista Policial, retificando-se seu dossiê na forma da decisão. Ainda, deve ser realizada a análise, em decorrência da progressão judicialmente reconhecida, de eventuais progressões posteriores e benefícios relacionados com o tempo no cargo, em virtude da máxima efetividade do pronunciamento judicial. Após a adoção das providências, devolva-se o protocolo para manifestação do Estado do Paraná nos autos judiciais.". Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo encaminhamento ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, via Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC, com vistas ao cumprimento da decisão judicial transitada em julgado nos autos n. 0002935-21.2024.8.16.0173 do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Umuarama, que determinou o reenquadramento de JÉSSIKA NABÃO LOPES FERREIRA, no nível III do cargo de Papiloscopista Policial; II – após, pela restituição do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para, em conjunto com a Comissão de Avaliação dos Requisitos para Promoção/DPC, proceder à análise "em decorrência da progressão judicialmente reconhecida, de eventuais progressões posteriores e benefícios relacionados com o tempo no cargo", com posterior retorno a este Colegiado. **EXTRA PAUTA: Protocolo Digital 23.814.065-0** – **LETÍCIA LAURA NOBRE NUNES DOS SANTOS**, Agente de Polícia Judiciária, solicita restituição da arma de fogo, em virtude de "liberação conforme laudo psicológico". Com trâmite pela Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC e Corregedoria Geral da Polícia Civil. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido; II – pelo encaminhamento à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições para providências. **Protocolo Digital 24.929.954-5** – **ALGEMIRO GONÇALVES VALIM**, Agente de Polícia Judiciária aposentado, solicita credencial funcional de inativo com manutenção do porte de arma particular, nos termos do Decreto n. 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 72, § 1º, inciso XII, da Lei Complementar n. 259/2023. Com trâmite pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Divisão de Infraestrutura/DPC, Instituto de Identificação, Coordenação de Informática/DPC e Corregedoria Geral da Polícia Civil. Decidiu-se, por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros: I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma; II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação do Paraná, e após, de forma direta, à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições para as providências pertinentes. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente Ata, que se apresenta devidamente assinada eletronicamente pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Conselheiros e pelo Secretário Geral do Conselho.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

VALMIR SOCCIO
Secretário Geral do Conselho

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1164/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 47, § 2o, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o artigo 6o da Lei Complementar no 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando pedido de adiamento de julgamento formulado pelo Dr. André Luís Romero de Souza – OAB/PR 50.530, defensor dos acusados, **TIAGO JOSÉ WLADYKA**, Delegado de Polícia e **FERNANDO GONÇALVES SANTOS**, Agente de Polícia Judiciária, pelos motivos que expôs, com manifestação e voto favorável do Conselheiro Relator, Dr. Riad Braga Farhat, referente aos autos de Processo Administrativo Disciplinar **PROT. 109/2024/CSPC (digital 22.797.849-0)**; ausentes os acusados e seu defensor; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I - pelo deferimento do pedido;

II - pela retirada dos autos da pauta de julgamento e sua inclusão em pauta posterior.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1165/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o relatório e voto da Conselheira Relatora Dra. Maritza Maira Haisi, referente aos autos de Processo Administrativo Disciplinar **PROT. 84/2024/CSPC (digital 22.665.035-0)**, onde consta como acusado: **HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI**, Agente de Polícia Judiciária; advogado: Dr. Ramonn Baldino Garcia - OAB/PR 48.798; ausentes o acusado e seu defensor; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I - pela condenação do acusado HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI, Agente de Polícia Judiciária, pela prática das transgressões disciplinares previstas no artigo 8º, incisos IX (por 5X), XXVII e XXXI da Lei 21.894/2024 – Código Disciplinar da PCPR, com a aplicação da penalidade de 110 (cento e dez) dias de suspensão (90 [noventa] dias executáveis, conforme art. 20), como resultado da somatória das penalidades abaixo: a) 50 (cinquenta) dias de suspensão (1º fato - por 5 vezes); b) 30 (trinta) dias de suspensão (2º fato); c) 30 (trinta) dias de suspensão (4º fato);

II - pela expedição das INTIMAÇÕES necessárias, nos termos do artigo 54 do Código Disciplinar da PCPR, para início da contagem do prazo recursal quanto à penalidade de SUSPENSÃO e, não havendo recurso, com o consequente trânsito em julgado da decisão referente à aplicação da penalidade de SUSPENSÃO, pelo arquivamento dos autos unicamente com relação à esta penalidade, após o encaminhamento de cópia da Deliberação: a) ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para o cumprimento da penalidade imposta, com a observância do previsto no artigo 20 do Código Disciplinar (perda de metade do subsídio, por dia, enquanto durar, recolhimento da arma, do conjunto documental e demais bens e equipamentos acautelados ao servidor): b) à Corregedoria-Geral da Polícia Civil; e c) ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP;

III - pelo reconhecimento que o acusado HENRIQUE CÉSAR FLORES KLOECKNER VAILATTI, Agente de Polícia Judiciária, ao praticar as condutas previstas no art. 8º, incisos IX, XXVII e XXXI da Lei 21.894/2024, descumpriu os requisitos do Estágio Probatório de dedicação, disciplina, responsabilidade, assiduidade, produtividade e eficiência, flexibilidade, postura profissional, urbanidade, estabilidade emocional e tato e zelo, conforme previsto nos artigos 27 e 48, § 2º, incisos I, II, III, VI, XV, XVI, XXI, XXII, XXIV e XXVII, da Lei nº 259/2023 e, consequentemente, pela declaração de sua INAPTIDÃO e NÃO CONFIRMAÇÃO no cargo efetivo de Agente de Polícia Judiciária;

IV - pelo encaminhamento dos autos ao Exmo. Sr. Governador do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com proposta para formalização do ato de EXONERAÇÃO, nos termos do art. 28, *in fine*, da Lei Complementar nº 259/2023;

V - pelo encaminhamento das peças necessárias à Comissão de Avaliação de Desempeno em Estágio Probatório – CAEDEP, para as providências que o caso requer.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1166/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 47, § 2o, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o artigo 6o da Lei Complementar no 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o relatório e voto do Conselheiro Relator Dr. Alan Henrique Flore, referente aos autos de Processo Administrativo Disciplinar **PROT. 066/2008/CSPC (1004/2007/CGPC)**, onde consta como acusado: **DÉLCIO AUGUSTO RASERA**, Agente de Polícia Judiciária aposentado; advogado: Dr. Leontamar Valverde Pereira - OAB/PR 18.793; ausente o acusado. Participação do seu defensor por meio de videoconferência; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

I - pela CONDENAÇÃO do acusado DÉLCIO AUGUSTO RASERA, Agente de Polícia Judiciária aposentado, pela prática das transgressões disciplinares previstas nos artigo 211, inciso III; artigos 230, incisos II e XI; e artigo 225, incisos IV e V, da Lei Complementar nº 14/1982 e suas alterações; ora correspondentes às transgressões estabelecidas no artigo 6º, inciso III; artigo 7º; artigo 8º, § 1º, inciso III; e artigo 18, inciso III, todos previstos na Lei nº 21.894/2024, com a aplicação da penalidade de 90 (noventa) dias de SUSPENSÃO;

II - pela expedição das INTIMAÇÕES necessárias, nos termos do art. 54 do Código Disciplinar da PCPR, para o início da contagem do prazo recursal e, não havendo recurso, com o consequente trânsito em julgado da decisão, pelo arquivamento dos autos, após o encaminhamento de cópia da Deliberação aos órgãos abaixo, apenas para registro, em face do impedimento de execução da pena de suspensão ao servidor policial inativo, nos termos do art. 24, § 2º, do Código Disciplinar da PCPR:

a) ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC;

b) à Corregedoria Geral da Polícia Civil; e

c) ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1167/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando **PROT. 135/2025/CSPC** – Relação publicada no Diário Oficial nº 12043 de 05/12/2025 com Procedimentos Disciplinares para sorteio; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela distribuição dos seguintes procedimentos:

01 – 138/2024/CSPC (protocolo digital 22.820.218-5) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **RODRIGO BURGEL,** Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Lanevilton Theodoro Moreira. .

02 – 031/2025/CSPC (protocolo digital 24.402.293-6) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **FABIO SODRE RYNALDO,** Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Riad Braga Farhat. .

03 – 043/2025/CSPC (protocolo digital 23.955.044-4) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **GLAUBER PRIETO PIEDADE** (afastado da função por decisao judicial) **e ROGÉRIO FREIRE JÚNIOR** (estágio probatório)**,** Agentes de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Drª. Maritza Maira Haisi. .

04 – 011/2025/CSPC (protocolo digital 22.212.317-8) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de**, EDISON TELLES DA SILVA** (afastado da função/ autorizado serviços administrativos), Agente de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus. .

05 – 010/2025/CSPC (protocolo digital 24.142.697-1) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **ADEMAIR DA CRUZ BRAGA JUNIOR**, Delegado de Polícia; **ELIZEU CORREIA SANTANA e SILVIO CARLOS DOS SANTOS**, Agentes de Polícia Judiciária, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Fábio Renato Amaro da Silva Júnior. .

06 – 053/2025/CSPC (protocolo digital 24.116.181-1) - Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **THIERS ANDREGOTTI**, RG 2.497.550-9, Delegado de Polícia, sendo sorteado o Conselheiro Dr. Renato Coelho de Jesus.

.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1168/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações,

apreciando o **Prot. 136/2025/CSPC - Protocolo Digital 22.381.059-4 (Apenso Protocolo Digital 24.768.109-4)** – Expediente com comunicação de suposto atendimento inadequado a vítima de violência doméstica prestado pelo Agente de Polícia Judiciária **CICERO DANTAS DE SOUSA** (Prot. 665/2025-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil:

I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de CICERO DANTAS DE SOUSA, Agente de Policia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024;

II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1169/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Prot. 137/2025/CSPC– Protocolo Digital 22.658.278-9 (Apensos Protocolos Digitais 24.380.910-0, 22.702.371-6, 23.745.847-8, 23.293.021-7, 23.287.855-0, 23.069.642-0, 23.300.484-7, 23.287.875-4 e 23.179.309-7)** – Investigação Preliminar n. 31/2024 da 7ª Corregedoria de Polícia Civil instaurada com base no Inquérito Civil n. 0068.24.000287-0 da Promotoria de Justiça da Comarca de Iretama, com conclusão da prática, em tese, pelo Delegado de Polícia **FRANCISCO HENRIQUE MELO DE LACERDA**, dos seguintes fatos: elaboração genérica de peças de polícia judiciária, de forma reiterada; atraso injustificado na instauração de inquéritos policiais; ausência reiterada de aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco; irregularidades na condução de oitivas policiais; residência fora da comarca de lotação e ausência física funcional sistemática e progressiva ao longo dos anos 2023 e 2024 (Prot. 533/2024-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil:

I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de FRANCISCO HENRIQUE MELO DE LACERDA, Delegado de Policia, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024;

II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1170/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Prot. 138/2025/CSPC** – **Protocolo Digital 23.996.320-0** – Investigação Preliminar da 5ª Corregedoria de Polícia Civil em razão do não comparecimento do Agente de Polícia Judiciária **WALDERNEY CÉSAR BRITO** a inspeção médica agendada pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos - GARH/DPC (Prot. 549/2025-CD/CGPC). Com despacho do Sr. Corregedor Geral da Polícia Civil em que requer a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do referido servidor; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, acolhendo proposição da Corregedoria Geral da Polícia Civil:

I – pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de WALDERNEY CÉSAR BRITO, Agente de Policia Judiciária, conforme artigo 30 da Lei 21.894/2024;

II – pelo encaminhamento do protocolado à Corregedoria Geral da Polícia Civil para as providências de sua competência, nos termos da Lei Complementar nº 89/01 e da Lei Complementar nº 98/03.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1171/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Prot. Ref. 45/2024/CSPC** – **Protocolo Digital 25.070.619-7** – Ofício n. 362/2025 da Secretaria do Conselho Superior da Polícia Civil dirigido ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC. Encaminha cópia da Deliberação nº 1068/2025/CSPC e respectiva certidão de trânsito em julgado, relativas ao Processo Administrativo Disciplinar n. 45/2024/CSPC, instaurado em desfavor de **RENATO MARÇAL FERNANDES**, Delegado de Polícia, no qual lhe foi imposta a penalidade de repreensão. Com despacho do referido Grupo de que foram procedidas as devidas anotações; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, diante das providências adotadas, pelo apensamento do protocolado aos autos principais (Processo Administrativo Disciplinar n. 45/2024/CSPC – Protocolo Digital 20.852.272-8), já arquivados.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1172/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 25.096.709-8** – Ofício s/n da Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção – CARP/DPC. Considerando aparente antinomia normativa, para fins de uniformização e segurança jurídica quanto aos procedimentos a serem adotados na promoção do ano de 2026, solicita o entendimento do Colegiado no tocante: - À possibilidade ou não de participação dos servidores Escrivães e Papiloscopistas atualmente posicionados no Nível II, cujo período adicional previsto no art. 78, §4º, se encerra em abril de 2026; - À prevalência entre as regras restritivas do art. 82, §1º, III, b, e as condições específicas de elegibilidade fixadas no art. 78, §4º, ambos da Lei Complementar nº 259/2023. CONSIDERANDO a consulta formalizada pela Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção – CARP sobre a interpretação da elegibilidade dos policiais civis reenquadrados no Nível II, nos termos do art. 78, §4º, da Lei Complementar nº 259/2023; CONSIDERANDO que o art. 78, §4º,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

estabelece que os servidores estáveis reclassificados no Nível II ficam sujeitos a um período adicional de dois anos nesse nível para poderem concorrer à "próxima promoção", prazo este que se completa em abril de 2026; CONSIDERANDO a superveniência da Lei Complementar nº 286, de 26 de novembro de 2025, que alterou a data final da suspensão das promoções sob o regime normal (Art. 57, LC 259/2023), antecipando-a de 31 de dezembro de 2026 para 30 de setembro de 2026; CONSIDERANDO que a antecipação do término do regime de suspensão implica que a promoção subsequente a 30 de setembro de 2026 será regida pelo regime normal da carreira, conforme o art. 57 da LC 259/2023; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – por informar que a "próxima promoção" para a qual os policiais civis referidos no art. 78, §4º, da LC 259/2023 adquirem elegibilidade é aquela cujo processo de promoção se iniciará em outubro de 2026, em virtude da alteração legislativa promovida pela LC nº 286/2025;

II – pelo seguinte esclarecimento adicional: a) A Lei Complementar nº 286/2025 antecipou o fim do regime de suspensão das promoções normais para 30 de setembro de 2026. O processo promocional que se iniciar imediatamente após esta data (ou seja, em outubro de 2026) deve, necessariamente, ocorrer sob o regime normal de progressão da carreira. b) Os policiais civis reenquadrados no Nível II (Art. 78, §4º) completam o seu período adicional de dois anos em abril de 2026. Ao atingirem este requisito temporal antes do início da promoção de outubro de 2026, eles se tornam aptos a concorrer a este certame. c) A promoção de outubro de 2026 não se enquadra mais no regime excepcional e restritivo do Art. 82, §1º, III, alínea 'b', uma vez que o período de suspensão do regime normal se encerra em setembro. Portanto, a partir de outubro, a promoção é aberta para todos os níveis que cumpram os requisitos do Art. 47 e o marco temporal do Art. 78, §4º;

III – pela restituição do protocolado à Comissão de Avaliação de Requisitos para Promoção – CARP/DPC.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1173/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **PROT. 129/2025/CSPC** – Relação publicada no Diário Oficial nº 12.030 de 14/11/2025 com Procedimentos Disciplinares para sorteio. Expediente já apreciado pelo Colegiado conforme Deliberação n. 1129/2025; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros, pela retificação da Deliberação n. 1129/2025 para que onde se lê "01 – 053/2025/CSPC (protocolo digital 22.561.363-0)" leia-se "01 – 053/2024/CSPC (protocolo digital 22.561.363-0)".

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1174/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 25.109.431-4** - Cronograma dos Processos de Promoção (2026), elaborado em atendimento ao artigo 59 da Lei Complementar n. 259/2023 e à Resolução n. 02/2023; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pela APROVAÇÃO do Cronograma dos Processos de Promoção (2026), conforme ANEXO;

II – pelo encaminhamento à Coordenação de Informática/DPC, para ampla divulgação, e ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC, à Comissão de Avaliação dos Requisitos para Promoção/DPC, à Corregedoria-Geral da Polícia Civil e ao Instituto de Identificação, para conhecimento, com posterior restituição a este Colegiado.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

ANEXO

REFERENTE À ATA N. 45/2025 E DELIBERAÇÃO N. 1174/2025

CRONOGRAMA – 2026 (PROMOÇÃO/MAIO)	
Prazo para apresentação dos diplomas e certificados pelo servidor	**30/01/2026**
Prazo para homologação dos diplomas e certificados pela **CARP**	**25/02/2026**
Prazo de recurso da não homologação dos diplomas e certificados	**02/03/2026**
Prazo para juízo de reconsideração e instrução do procedimento para posterior remessa ao **Conselho Superior da Polícia Civil**	**13/03/2026**
Data de requisição ao **GARH** da comprovação de interstício mínimo	**27/03/2026**
Data de requisição à **Corregedoria-Geral** de anotações de vedação à promoção	**27/03/2026**
Data de requisição ao **Instituto de Identificação** de anotações de vedação à promoção	**27/03/2026**
Data de requisição ao **GARH** de anotações de vedação à promoção	**27/03/2026**
Prazo de recebimento das informações da Corregedoria-Geral, Instituto de Identificação e GARH	**06/04/2026**
Data de publicação, em boletim interno, da relação preliminar de aptos pela **CARP**	**09/04/2026**
Prazo para recurso da publicação da relação preliminar	**13/04/2026**
Prazo para recebimento do **Conselho Superior da Polícia Civil** da relação de servidores aprovados na avaliação de desempenho	**16/04/2026**
Prazo para emissão de parecer prévio e encaminhamento do recurso ao **Conselho Superior da Polícia Civil**	**23/04/2026**
Sessão de Julgamento dos Recursos pelo **Conselho Superior da Polícia Civil**	**29/04/2026**
Abertura do processo de promoção	**04/05/2026**
Publicação da relação definitiva dos servidores aptos	**ATÉ 05/05/2026**
Prazo para encaminhamento da minuta de decreto governamental, da justificativa e do parecer de mérito ao Chefe do Poder Executivo	**ATÉ 08/05/2026**

CRONOGRAMA – 2026 (PROMOÇÃO/OUTUBRO)	
Prazo para recebimento do **Conselho Superior da Polícia Civil** da relação de servidores aprovados na avaliação de desempenho	**16/04/2026**
Prazo para apresentação dos diplomas e certificados pelo servidor	**02/06/2026**
Prazo para homologação dos diplomas e certificados pela **CARP**	**24/06/2026**
Prazo de recurso da não homologação dos diplomas e certificados	**29/06/2026**
Prazo para juízo de reconsideração e instrução do procedimento para posterior remessa ao **Conselho Superior da Polícia Civil**	**07/08/2026**
Data de requisição ao **GARH** da comprovação de interstício mínimo	**31/08/2026**

Data de requisição à **Corregedoria-Geral** de anotações de vedação à promoção	**31/08/2026**
Data de requisição ao **Instituto de Identificação** de anotações de vedação a promoção	**31/08/2026**
Data de requisição ao **GARH** de anotações de vedação à promoção	**31/08/2026**
Prazo de recebimento das informações da **Corregedoria-Geral**, **Instituto de Identificação** e **GARH**	**08/09/2026**
Data de publicação, em boletim interno, da relação preliminar de aptos pela **CARP**	**10/09/2026**
Prazo para recurso da publicação da relação preliminar	**14/09/2026**
Prazo para emissão de parecer prévio e encaminhamento do recurso ao **Conselho Superior da Polícia Civil**	**24/09/2026**
Sessão de Julgamento dos Recursos pelo **Conselho Superior da Polícia Civil**	**28/09/2026**
Abertura do processo de promoção	**01/10/2026**
Publicação da relação definitiva dos servidores aptos	**ATÉ 05/10/2026**
Prazo para encaminhamento da minuta de decreto governamental, da justificativa e do parecer de mérito ao Chefe do Poder Executivo	**ATÉ 09/10/2026**

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1175/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 24.908.350-0** – **JÉSSIKA NABÃO LOPES FERREIRA**, Papiloscopista, diante da decisão de procedência na ação de nº 0002935-21.2024.8.16.0173 do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Umuarama, confirmada em sede recursal, quanto ao reconhecimento do direito ao enquadramento funcional no Nível III da tabela de subsídios, considerando para todos os efeitos legais o tempo de efetivo serviço público anteriormente prestado à Polícia Militar do Estado do Paraná, requer: I. ter reconhecido seu tempo de serviço na Polícia Militar para fins de progressão funcional; II. ser reenquadrada no Nível III da carreira de Papiloscopista da Polícia Civil; III. perceber as diferenças remuneratórias decorrentes e outras vantagens e ônus adquiridos. Com trâmite pelo Instituto de Identificação, Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC e informação da Procuradoria de Execução, Precatórios e Cálculos – PGE/PRE nos seguintes termos: "Tendo em vista o trânsito em julgado da demanda, encaminhe-se à Polícia Civil do Estado do Paraná para ciência da r. sentença proferida e cumprimento da obrigação de fazer. Para tanto, deve ser promovido o imediato reenquadramento da servidora interessada no Nível III da tabela de subsídios da carreira de Papiloscopista Policial, retificando-se seu dossiê na forma da decisão. Ainda, deve ser realizada a análise, em decorrência da progressão judicialmente reconhecida, de eventuais progressões posteriores e benefícios relacionados com o tempo no cargo, em virtude da máxima efetividade do pronunciamento judicial. Após a adoção das providências, devolva-se o protocolo para manifestação do Estado do Paraná nos autos judiciais."; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo encaminhamento ao Núcleo de Recursos Humanos Setorial/SESP, via Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC, com vistas ao cumprimento da decisão judicial transitada em julgado nos autos n. 0002935-21.2024.8.16.0173 do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Umuarama, que determinou o reenquadramento de JÉSSIKA NABÃO LOPES FERREIRA, no nível III do cargo de Papiloscopista Policial;

II – após, pela restituição do protocolado ao Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC para, em conjunto com a Comissão de Avaliação dos Requisitos para Promoção/DPC, proceder à análise "em decorrência da progressão judicialmente reconhecida, de eventuais progressões posteriores e benefícios relacionados com o tempo no cargo", com posterior retorno a este Colegiado.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1176/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 23.814.065-0** – **LETÍCIA LAURA NOBRE NUNES DOS SANTOS**, Agente de Polícia Judiciária, solicita restituição da arma de fogo, em virtude de "liberação conforme laudo psicológico". Com trâmite pela Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC e Corregedoria Geral da Polícia Civil; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo deferimento do pedido;

II – pelo encaminhamento à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições para providências.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

DELIBERAÇÃO Nº 1177/2025

O CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 47, § 2º, da Constituição Estadual, com fundamento no que dispõe o Artigo 6º da Lei Complementar nº 14, de 02 de junho de 1982, com suas alterações, apreciando o **Protocolo Digital 24.929.954-5** – **ALGEMIRO GONÇALVES VALIM**, Agente de Polícia Judiciária aposentado, solicita credencial funcional de inativo com manutenção do porte de arma particular, nos termos do Decreto n. 8.135/2017 e conforme o disposto no artigo 72, § 1º, inciso XII, da Lei Complementar n. 259/2023. Com trâmite pelo Grupo Auxiliar de Recursos Humanos/DPC, Delegacia de Explosivos, Armas e Munições, Divisão de Infraestrutura/DPC, Instituto de Identificação, Coordenação de Informática/DPC e Corregedoria Geral da Polícia Civil; em sessão ordinária realizada no dia oito de dezembro do ano corrente,

D E L I B E R O U

Por unanimidade de votos dos Senhores Conselheiros:

I – pelo deferimento do pedido, com a recomendação de que o requerente deverá manter sempre atualizado o comprovante de aptidão psicológica para a manutenção do porte de arma;

II – pelo encaminhamento do protocolado ao Instituto de Identificação do Paraná, e após, de forma direta, à Delegacia de Explosivos, Armas e Munições para as providências pertinentes.

Curitiba, em 08 de dezembro de 2025.

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

1 - RIAD BRAGA FARHAT 2 - MARCELO LEMOS DE OLIVEIRA
3 - MARITZA MAIRA HAISI 4 - RENATO COELHO DE JESUS
5 - ALAN HENRIQUE FLORE 6 - LANEVILTON THEODORO MOREIRA
7- FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR 8- _____

171173/2025

RESOLUÇÃO N° 653/2025

Designação/Substituição de Fiscal de contratos administrativos. O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º SUBSTITUIR o servidor 3° Sgt. QP PM Nilson Rodrigues de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Almeida, CPF XXX.751.529-XX, designado como FISCAL do Contrato nº 4370/2023, pelo servidor Sd. QP PM Eduardo Henrique Tomás de Araújo, CPF XXX.846.039-XX.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, 10 de dezembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

171190/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
GABINETE

PORTARIA 067/2025-DEPPEN/GAB

Ementa: Cria, em caráter provisório e precário, a Divisão de Licitação na estrutura organizacional do Departamento de Polícia Penal do Paraná (DEPPEN-PR) e dá outras providências.

A **DIRETORA-GERAL DA POLÍCIA PENAL DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação à Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo a segregação de funções;

CONSIDERANDO a Orientação Administrativa nº 35-PGE, que veda a criação de órgãos de assessoramento jurídico fora da estrutura da Procuradoria-Geral do Estado ou sem a composição por membros das carreiras jurídicas estatais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 7º, inciso III, alínea "b" da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c a Portaria DEPPEN nº 128/2024, que atribui à Assessoria Técnica a competência para o auxílio especializado, quando demandado pela Direção-Geral do DEPPEN;

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada, em caráter provisório e precário, a Divisão de Licitação no âmbito do DEPPEN-PR, subordinada à Diretoria Administrativa e Financeira (DIRAF), até a entrada em vigor da Lei de Organização Básica da Polícia Penal.

Art. 2º Compete à Divisão de Licitação:

I - Conduzir a fase externa dos procedimentos licitatórios;

II - Elaborar as minutas de editais, submetendo-os à análise da Assessoria Técnica do DEPPEN quando legalmente exigido;

III - Gerir as publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Art. 3º A Divisão será chefiada por servidor efetivo indicado pela Direção-Geral.

Parágrafo único. Não haverá subdivisão formal em setores ou seções com chefias designadas, devendo os servidores serem lotados na Divisão para desempenho das atividades técnicas sob coordenação da chefia imediata.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 10 de dezembro de 2025.

(datado e assinado eletronicamente)
Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal

170978/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 25.125.597-0

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 11;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 10 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

171193/2025

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ

O DIRETOR DE PESSOAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual nº 7.339/2010, c/c Artigo 12 do Decreto Estadual nº 12.904/2022

NOTIFICA:

1. Ao Sr. JUSSAN DOS SANTOS ZELA, CPF XXX. 854.889-XX que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, na função Combatente, simbologia QPBM, a comparecer na Diretoria de Pessoal, sito a Rua Nunes Machado, 130 – Centro, Curitiba – PR, 80250-000 ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 3351-2005, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, até o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Cap. QOBM Gabriel Alexandre Latuf
Chefe da Seção de Cadastro e Implantação - DP1/DP/CBMPR.

(Ref. Boletim-Geral nº 229 de 8 de dezembro de 2025 E-Protocolo nº 24.009.697-8)

169632/2025

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
7ºCOMANDO **REGIONAL DE POLICIA MILITAR**
21º BATALHÃO DE POLICIA MILITAR

E-protocolo 23.888.465-9

ANEXO III

LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A Comissão de Inventário e Inservibilidade do 21º Batalhão de Polícia Militar, designada pela Resolução n° 232, de 14 de abril de 2025, torna pública a lista de classificação dos órgãos e entidades participantes do Chamamento Público para Doação de Bens Móveis Inservíveis e/ou Desnecessários nº 001 / 2025, conforme o item 3.6 do respectivo Edital:

lote	ÓRGÃO/ENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO
1	MUNICIPIO DE FRANCISCO BELTRÃO	**1º**

Francisco Beltrão, 12 de novembro de 2025.

Cap. QEOM PM. Jonas Alexandre Sanches Correa Cintra,
Presidente Comissão Inservibilidade.

3º Sgt. QP PM Tiago F Godinho dos Santos,
Membro Comissão Inservibilidade.

Cb. QP PM Luciano Vargas,
Membro Comissão Inservibilidade.

170464/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 907 – DRH, 09 DE DEZEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública e

RESOLVE:

Art. 1º. Lotar os servidores, ocupantes do cargo Policial Penal, da Regional Administrativa R1 – Curitiba e Região Metropolitana, conforme especificado no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

NOME	CPF	UNIDADE	A PARTIR DE
CLEVERSON FERNANDO VIEIRA DE SOUZA	XXX.471.959-XX	CASA DE CUSTÓDIA DE PIRAQUARA	12/11/2025
DUAN ALDO DE MORAS	XXX.808.851-XX	CADEIA PÚBLICA DE ARAUCÁRIA	13/11/2025
EDUARDO SCHNEIDER JUNIOR	XXX.669.680-XX	CASA DE CUSTÓDIA DE PIRAQUARA	13/11/2025
ELIS LUCENA GUEDES	XXX.459.991-XX	PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ	04/12/2025
FELIPE VITOR LEÃO FEITOSA	XXX.935.451-XX	PENIT. CENTRAL DO ESTADO - UNIDADE DE PROGRESSÃO	13/11/2025
FERNANDO ARBIGAUS	XXX.972.829-XX	PENIT. CENTRAL DO ESTADO - UNIDADE DE PROGRESSÃO	13/11/2025
GABRIEL AQUILES SPRICIGA BALDO	XXX.026.169-XX	PENIT. CENTRAL DO ESTADO II - UNIDADE DE SEGURANÇA	27/11/2025
GABRIEL BIELINSKI SKINNER	XXX.688.137-XX	PENITENCIÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA	12/11/2025
GABRIEL MARMELO TINOCO	XXX.434.347-XX	CADEIA PÚBLICA DE COLOMBO	17/11/2025
GIOVANNI CAMILO KRULIKWSKI	XXX.968.189-XX	CADEIA PÚBLICA DE ARAUCÁRIA	13/11/2025
GUILHERME FELICIANO FARIAS	XXX.044.599-XX	CADEIA PÚBLICA DE RIO NEGRO	24/11/2025
GUSTAVO VICTOR ALVES DA SILVA	XXX.669.299-XX	CASA DE CUSTÓDIA DE PIRAQUARA	12/11/2025
HELIO DE PAULA TEXEIRA	XXX.947.089-XX	PENIT. CENTRAL DO ESTADO - UNIDADE DE PROGRESSÃO	02/12/2025
HELVECIO LOPES DE ALMEIDA NETO	XXX.359.855-XX	CADEIA PÚBLICA DE COLOMBO	13/11/2025
IVO CANDIDO MEIRELES	XXX.434.031-XX	CASA DE CUSTÓDIA DE PIRAQUARA	01/12/2025
JOÃO CARLOS KOCHINSKI RUDOLF	XXX.220.739-XX	CASA DE CUSTÓDIA DE PIRAQUARA	12/11/2025
JOÃO PEDRO ANTUNES	XXX.616.549-XX	PENITENCIÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA	12/11/2025
LEANDRO PINHEIRO DOS SANTOS MOCELIN	XXX.621.889-XX	PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA	13/11/2025
LEONARDO LENARTOVICZ	XXX.714.029-XX	PENITENCIÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA	12/11/2025
MARCELO FERREIRA DE MELO	XXX.682.569-XX	CADEIA PÚBLICA DE COLOMBO	13/11/2025
MATHEUS HENRIQUE RUPPENTHAL DE SOUZA	XXX.741.320-XX	PENIT. CENTRAL DO ESTADO - UNIDADE DE PROGRESSÃO	13/11/2025
MILENA PEREIRA DE HUGO SILVA	XXX.755.587-XX	CASA DE CUSTODIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	01/12/2025
PEDRO HENRIQUE BRIXNER	XXX.010.779-XX	CADEIA PÚBLICA DE RIO NEGRO	13/11/2025
RAFAEL AZZOLIN BACELAR DE SIQUEIRA	XXX.643.479-XX	CASA DE CUSTÓDIA DE PIRAQUARA	11/11/2025
SAVIO ITIEL DIAS DE ALMEIDA	XXX.698.471-XX	CADEIA PÚBLICA DE RIO NEGRO	12/11/2025
THIAGO LOHAM BANACH	XXX.492.399-XX	PENITENCIÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA	12/11/2025
VINICIUS SANTOS FERREIRA	XXX.993.919-XX	PENITENCIÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA	12/11/2025
VINICIUS FERREIRA LIMA DA SILVA	XXX.717.039-XX	PENITENCIÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA	12/11/2025
YANNLUCA SANTHIAGO DUBIELA	XXX.608.839-XX	CADEIA PÚBLICA DE ARAUCÁRIA	13/11/2025

170164/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 906 – DRH, 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

RESOLVE:

Art. 1º. Lotar o servidor Caroline de Souza Franqueto, CPF XXX.687.089-XX, ocupante do cargo Agente Profissional, função Enfermeira, no Complexo Médico Penal do Paraná, considerando os motivos elencados no protocolo nº 23.282.982-6, disponível ao servidor a qualquer época, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade do serviço público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre Dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

169874/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.278.884-2

I – ADJUDICO, nos termos dos artigos 13, inciso VII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o objeto deste procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, autuado sob n° 1084/2025, visando à aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrutigranjeiro e pão francês) para atender a demanda do Segundo Comando Regional da Polícia Militar do Paraná, nas cidades de Jacarezinho e Ivaiporã-PR.

●Grupo 1: PIUBELLE MARMITARIA E COZINHA INDUSTRIAL LTDA CNPJ 53.730.995/0001-02, que apresentou propostas no valor total de R$ 79.316,00 (setenta e nove mil e trezentos e dezesseis reais).

●Grupos 2: MARIANOS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 62.063.899/0001-49, que apresentou propostas no valor total de R$ 61.785,08 (sessenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oito centavos).

●

II – HOMOLOGO, com base nos artigos 13, inciso VIII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo menor preço, autuado sob n° 1084/2025, visando à aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (hortifrutigranjeiro e pão francês), com entrega parcelada, para satisfazer as demandas do Segundo Comando Regional da Polícia Militar do Paraná.

●Grupo 1: PIUBELLE MARMITARIA E COZINHA INDUSTRIAL LTDA CNPJ 53.730.995/0001-02, que apresentou propostas no valor total de R$ 79.316,00 (setenta e nove mil e trezentos e dezesseis reais).

●Grupos 2: MARIANOS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 62.063.899/0001-49, que apresentou propostas no valor total de R$ 61.785,08 (sessenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oito centavos).

●Grupos 3, 4, 5, 6 e 7 restaram desertos.

III – Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

IV – PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Centro de Licitações para as providências legais e posterior remessa para o órgão demandante convocar a licitante vencedora para assinatura do contrato.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

170548/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.051.888-9

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3796/2025 AT/SESP, em favor da empresa **MEDICINA DIAGNOSTICA QUINZE LTDA**, inscrita no CNPJ n° 05.598.471/0001-67, no valor de R$ 54.945,22 (cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos), referentes à realização de Exames de Imagem, durante o período de outubro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. **07**);

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP/PR.

170539/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.052.093-0

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3797/2025 AT/SESP, em favor da empresa CENTRO DIAGNÓSTICO ÁGUA VERDE LTDA, inscrita no CNPJ n° 00.897.070/0001-94, no valor de R$ 167.325,74 (cento e sessenta e sete mil, trezentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos), referente à realização de Exames de Imagem, durante o período de outubro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 07);

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP/PR.

170543/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 25.063.395-5

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §3º do Decreto nº 4.189/2016, combinado com o art. 103, II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 3810/2025-AT/SESP, a celebração do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 0100/2023, firmado com a empresa **ROSELI SOARES DE LIMA ME**, CNPJ n° 28.892.168/0001-78, sediada no município de Pinhais/PR, cujo objeto é a prestação de serviços de locação de equipamentos para monitoramento por câmeras 24 horas, atendendo às necessidades do Hospital da Polícia Militar – HPM, objetivando a prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses, de 22/02/2026 a 21/02/2027, mantendo-se o valor total de R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), conforme minuta de fls. **196/197**;

II. DECLARO que a presente autorização se restringe aos aspectos de conveniência e oportunidade, sendo a análise de viabilidade técnica, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas manifestações;

III. DETERMINO, preliminarmente à formalização do ajuste, que o setor responsável verifique se a contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e, após, **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as providências decorrentes.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

170553/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO
Protocolo nº 24.688.049-2

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 190, da Lei Federal nº 14.133/21 e nos art. 108, § 3º, inciso II e art. 112, §12, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e ainda, nos termos da Informação nº 3812/2025 – AT/SESP, a anotação do Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 0643/2024, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria, e a empresa FEIRA FÁCIL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 23.712.236/0001-56, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda do 1º Batalhão de Polícia Militar, no Município de Ponta Grossa-PR, bem como da 2ª Companhia, no Município de Palmeira-PR, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de 4,96% (quatro vírgula noventa e seis por cento), referente à apuração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), passando o valor total para R$ 161.288,69 (cento e sessenta e um mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos), conforme Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 57/60);
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;
III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;
IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025
Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

170550/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 25.060.642-7

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei no 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual no 10.086/2022, e na Informação no 3807/2025 AT/SESP, em favor da empresa **JC LAVANDERIA INDUSTRIAL EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 09.323.193/0001-96, no valor de R$ 23.709,75 (vinte e três mil, setecentos e nove reais e setenta e cinco centavos), referente a prestação de serviços de lavanderia hospitalar, para atender a demanda das Unidades da Polícia Científica do Paraná – PCP, conforme nota fiscal de **fls. 27**.;
II. Considerando que foi formalizado novo contrato em novembro de 2025, cessando, portanto, a necessidades de novas indenizações deste estilo para a unidade referenciada;
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

170466/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº24.505.653-2

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 3816/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa BORRACHA NATIVA LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.416.372/0001-91, sediada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 1480/2024, oriunda do Pregão Eletrônico nº 0368/2024 (CELIC/RS), cujo objeto é a aquisição de nadadeiras para salvamento aquático, para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), no valor total de R$ 172.475,00 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais), conforme minuta contratual constante às fls. 350/355;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

170462/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.736.527-3

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3808/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **LIDER COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 48.581.505/0001-13, em utilização à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 295/2025, cujo objeto será a aquisição de Aves e Peixes, para atender a demanda da **Diretoria de Ensino e Pesquisa da Polícia Militar – DEP/PMPR**, no valor total de **R$ 50.628,80 (cinquenta mil, seiscentos e vinte e oito reais e oitenta centavos)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 147/158**;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

170438/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.086.619-4

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3802/2025 AT/SESP, em favor da empresa **ASSOCIAÇÃO HOSPITAL CARDIOLÓGICO COSTANTINI,** inscrita no CNPJ n° 01.607.538/0001-21, no valor de R$ 50.909,22 (Cinquenta mil, novecentos e nove reais e vinte e dois centavos), referente aos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde do HPM/PMPR – Exames Cardiovasculares, durante o período de outubro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 07);

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral/SESP.

170405/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.107.824-6

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3805/2025 AT/SESP, em favor da empresa **ASSOCIAÇÃO HOSPITAL CARDIOLÓGICO COSTANTINI,** inscrita no CNPJ n° 01.607.538/0001-21, no valor de R$ 223.751,42 (duzentos e vinte e três mil, setecentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos), referente aos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde do HPM/PMPR – Área de Hemodinâmica e Cirurgia Cardiovascular, durante o período de outubro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 05);

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba, 09 de Dezembro de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral/SESP.

170402/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 24.859.972-3

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, § 3º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, no art. 13, inciso IX do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e ainda, nos termos da Informação nº 3788/2025-AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa **FLEXFORM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 49.058.654/0001-65, sediada na cidade de Guarulhos/SP, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 09/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90.002/2025, cujo objeto é a aquisição de mobiliários, para atender as necessidades da Diretoria de Inteligência da Polícia Militar – DINT/PMPR, no valor total de **R$ 11.944,00 (onze mil, novecentos e quarenta e quatro reais)**, conforme minuta contratual constante às fls. 233/242;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta se enquadra nos parâmetros do Parecer Referencial de regência, e que, para o consentimento acima, foram examinados os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo a responsabilidade técnica, financeira e fiscal daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, o setor responsável deverá verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

170427/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.876.004-4

I. TORNO SEM EFEITO, com fundamento no Despacho do Centro de Contratos e Convênios (fl. 377) e no Despacho nº 522/2025 – AT/SESP, o Despacho de fl. 366, bem como a publicação de fl. 367, feita no DIOE n° 12.045 de 09/12/2025, em virtude do vício de destinação da unidade beneficiária;

II. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, na Resolução PGE nº 212/2023 e nos termos da Informação nº 3880/2025 – AT/SESP, a celebração de contrato a ser firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a empresa FLEXFORM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA., inscrita no CNPJ nº 49.058.654/0001-65, sediada na cidade de Guarulhos/SP, em adesão à Ata de Registro de Preços nº 006/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90.002/2025, cujo objeto é a aquisição de mobiliários, para atender as necessidades da Diretoria de Inteligência da Polícia Militar (DINT/PMPR), no valor total de R$ 22.464,00 (vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), conforme minuta contratual constante às fls. 369/376.

III. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal de responsabilidade dos setores que exararam as respectivas informações.

I**V. DETERMINO** que, preliminarmente à formalização do ajuste, o setor competente verifique se a empresa contratada mantém hígidas todas as condições de habilitação.

V. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios para as gestões pertinentes

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

170510/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 25.104.898-3

I. AUTORIZO, nos termos da Resolução n° 390/2023 – SESP, com fundamento no inciso XV, do art. 72, da Lei Complementar do Estado do Paraná n° 259/2023 e, ainda, com base na Informação nº 3804/2025-AT/SESP, o ressarcimento em favor do Policial Civil **EMERSON MAZZA**, inscrito no CPF nº xxx.750.729-xx, no valor total de R$ **11.503,67** (onze mil, quinhentos e três reais e sessenta e sete centavos), em relação às despesas médicas referente ao mês de novembro de 2025;

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à origem para providências.

Curitiba, 09 de dezembro de 2025

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP

170426/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 25.047.294-3

I. AUTORIZO,com fulcro no art. 4º da Lei Estadual nº 21.352/2023, c/c o art. 1º, inciso II, da Resolução SESP nº 390/2023, segundo estabelece o inciso II, do art. 148, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 3806/2025-AT/SESP, a realização da despesa decorrente de contratação direta, mediante dispensa de licitação em razão do valor, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado, e a empresa Monica Elisangela Remenhuk, inscrita no CNPJ nº 07.729.404/0001-60, cujo objeto é a aquisição de 02 (duas) unidades de refrigerador/geladeira duplex, para atender a demanda do Centro de Comando Operacional (CCO) da Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP, no valor total de R$ 7.928,00 (sete mil, novecentos e vinte e oito reais), executada conforme Termo de Referência apresentado às fls. 15/26, sendo a contratação formalizada por meio de Nota de Empenho (fl. 70);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. **PUBLIQUE-SE** e, após, encaminhem-se os autos ao **Centro de Planejamento de Compras e Contratações** para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

170424/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.761.161-4

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3800/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **CS CAD CAM SERVIÇOS DE SOFTWARE LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 23.324.543/0001-60, em utilização à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº **1037/2023**, cujo objeto será a prestação de serviços de subscrição (assinatura) das licenças de softwares para elaboração de projetos com metodologia Building Information Modeling (BIM), para atender a demanda da **Polícia Científica do Paraná – PCP**, no valor total de **R$ 153.208,05 (cento e cinquenta e três mil, duzentos e oito reais e cinco centavos)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 202/212**;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações.

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos.

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

170428/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.975.381-5

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3819/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **S O M NASSER ALIMENTOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 43.375.632/0001-42, sediada no Município de Guarapuava/PR, em utilização à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 476/2025, cujo objeto será a aquisição de hortifrutigranjeiros, para atender a demanda do **Terceiro Comando Regional de Polícia Militar – 3º CRPM**, no valor total de **R$ 149.840,98 (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta reais e noventa e oito centavos)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 154/170**;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e

Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba, 10 de Dezembro de 2025.

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

170694/2025

GABINETE DO SECRETARIO

Protocolo nº. 24.408.859-7

I - AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como no art. 124, I, "b", e art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021, e com base na Informação nº 1193/2025 – PGE/PRC/AUT (fls. 268/274) e nos despachos que certificaram o atendimento às recomendações, a celebração do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0275/2025 (GMS nº 2502/2025), firmado com a empresa RISOTOLÂNDIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, visando ao acréscimo quantitativo de 0,27% do valor, para inclusão de fornecimento de alimentação ao Núcleo de Custódia do 29º Batalhão de Polícia Militar, passando o valor total de R$ 61.375.542,05 (sessenta e um milhões, trezentos e setenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinco centavos) para R$ 61.546.800,05 (sessenta e um milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, oitocentos reais e cinco centavos) conforme minuta de fls. 260/261;

II - DECLARO que a presente autorização se fundamenta nas análises técnica e jurídica constantes dos autos, sendo a responsabilidade pela escorreita instrução processual e pelo conteúdo dos documentos juntados dos respectivos agentes públicos que os elaboraram e inseriram no feito;

III - DETERMINO que, antes da formalização do instrumento, o Centro de Contratos e Convênios verifique se a empresa contratada mantém hígidas as condições de habilitação, atualizando as certidões que porventura tenham expirado durante a tramitação processual;

IV – PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da SESP, para as providências decorrentes.

Curitiba, 10 de Dezembro de 2025.

Cel. QORR PM Hudson Leôncio Teixeira,

Secretário de Estado da Segurança Pública.

170679/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.958.729-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3811/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contratos, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e as empresas: **a) KS LICITAÇÕES COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ nº 23.108.812/0001-50; b) LBSX COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ nº 04.252.693/0001-60,** em utilização à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico **nº 1089/2024,** cujo objeto será a aquisição de água mineral, para atender a demanda do **Departamento de Polícia Penal – DEPPEN**, nos valores totais de, respectivamente, **R$ 61.300,80 (sessenta e um mil, trezentos reais e oitenta centavos)** e **R$ 19.284,48 (dezenove mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos)**, conforme as Minutas dos Contratos acostadas às **fls. 333/342** e **fls. 343/352**;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização dos ajustes, deve o setor responsável verificar se as empresas contratadas mantêm todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

170766/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.868.627-8

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3814/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa **ENGEPAR COMERCIO E INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 17.134.673/0001-37, em utilização à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 1388/2024, cujo objeto será a aquisição de câmaras frias mortuárias, para atender a demanda da Polícia Científica do Paraná - PCP, no valor total de R$ 263.904,84 (duzentos e sessenta e três mil, novecentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos), conforme a Minuta do Contrato acostada às fls. **187/194**;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

170759/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.636.373-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 13, inciso IX, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e nos termos da Informação nº 3579/2025-AT/SESP, a realização da despesa para a celebração de contrato, por intermédio desta Secretaria de Estado, entre o Estado do Paraná e a empresa Companhia Brasileira de Cartuchos, inscrita no CNPJ nº 57.494.031/0001-63, em utilização à Ata de Registro de Preços da Inexigibilidade nº 01/2023, cujo objeto será a aquisição de munições, para atender a demanda do Comando Geral de Polícia Militar – CGPM/PMPR, no valor total de **R$ 8.909.620,00 (oito milhões, novecentos e nove mil, seiscentos e vinte reais)**, conforme a Minuta do Contrato acostada às **fls. 207/216**;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. **PRELIMINARMENTE** à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências cabíveis.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

170782/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.863.109-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 124, II, 'd', e no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Decreto Estadual nº 10.086/2022, e ainda, nos termos da Informação nº 3822/2025 – AT/SESP, a anotação do 1º Termo de Apostilamento, ao Contrato Administrativo nº **0292/2025**, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa **J. L. ELVIRA GONCALVES – ALFAFA**, inscrita no CNPJ sob nº. **08.046.430/0001-56**, cujo objeto consiste na aquisição de alimentação animal e serragem, para atender a demanda do Regimento de Polícia Montada – RPMON, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de **5,13% (cinco vírgula treze por cento)**, referente à apuração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), passando o valor total para **R$ 408.375,00 (quatrocentos e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, conforme Minuta do Termo de Apostilamento (**fls. 147/148**);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

170941/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.883.855-8

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 124, II, 'd', e no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Decreto Estadual nº 10.086/2022, e ainda, nos termos da Informação nº 3823/2025 – AT/SESP, a anotação do **Primeiro Termo de Apostilamento** ao Contrato Administrativo nº **0280/2025**, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa **CESAR AUGUSTO KIEKOW**, inscrita no CNPJ sob nº. 03.333.999/0001-89, cujo objeto consiste na aquisição de alimentação animal e serragem, para atender a demanda do **Regimento De Polícia Montada – RPMON**, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de **5,13% (cinco vírgula treze por cento)**, referente à apuração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), passando o valor total para **R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)**, conforme Minuta do Termo de Apostilamento (**fls. 150/151**);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

170938/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 24.956.136-3

I. INDENIZO com fulcro no art. 5º, inciso I, da Lei Estadual nº 21.352/2023 c/c art. 1º, inciso V, da Resolução SESP n.º 390/2023, o débito em favor da Prefeitura Municipal de Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.417.005/0001-86, no valor total de 1.862,26 (mil oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos), em razão da aplicação de multa ao Hospital de Polícia Militar do Paraná, que decorre dos Termos de Imposição de Penalidade 481763 e 481760, originados, respectivamente, pelos autos de infração 114530 e 114529, lavrados pela Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba/PR;

II. ENCAMINHE-SE à APPA/SESP para extrair cópia do presente processo visando instruir a instauração de procedimento que apurará a responsabilidade sobre ocasionamento da multa aplicada;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Órgão de Segurança Pública de origem, para consectários pertinentes.

Curitiba-Paraná, datado eletronicamente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP-PR.

171075/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 25.011.485-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 124, II, 'd', e no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Decreto Estadual nº 10.086/2022 e ainda, nos termos da Informação nº 3815/2025 – AT/SESP, a anotação do 2º Termo de Apostilamento, ao Contrato Administrativo nº 0658/2024, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa **TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 00.809.489/0001-47, cujo objeto consiste na prestação de serviço de locação de equipamentos multifuncionais e impressoras e serviços de cópias, para atender a demanda da(o) Instituto de Identificação do Paraná - IIPR, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de 8,67%, referente à apuração do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI/IPEA), passando o valor mensal para **R$ 6.895,38 (seis mil, oitocentos e noventa e cinco reais e trinta e oito centavos)**, conforme Minuta do Termo de Apostilamento (fls. **57/59**);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba-Paraná, *datado e assinado digitalmente*.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira

Secretário de Estado da Segurança Pública

170927/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 25.125.712-4

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 5;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 10 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

171217/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 25.126.257-8

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 1º, §§ 1º e 5º e do artigo 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023 e conforme certificado pelo respectivo Núcleo de Apoio, o uso de placas particulares por veículos oficiais, para serviço policial de natureza reservada, conforme justificativa e elementos da solicitação apresentados à fls. 12;

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.

III. PUBLIQUE-SE;

IV. ENCAMINHE-SE ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, inclusive o prazo de vencimento da respectiva placa, nos termos do § 4º, do artigo 2º, do Decreto Estadual nº 1.675/2023.

Curitiba-Paraná, 10 de dezembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

171198/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 25.103.638-1

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3798/2025 AT/SESP, em favor da empresa **CITOPAR CENTRO DE CITOLOGIA E PATOLOGIA PARANÁ LTDA,** inscrita no CNPJ n° 72.448.400/0001-75, no valor de **R$ 30.630,13 (trinta mil, seiscentos e trinta reais e treze centavos)**, referente aos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde do HPM/PMPR – exames de anatomia patológica, durante o período de novembro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 06);

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

170421/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 25.107.619-7

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3794/2025 AT/SESP, em favor da empresa **MARCHIORI MD SERVIÇOS MÉDICOS S/S,** inscrita no CNPJ n° 19.558.305/0001-41, no valor de **R$ 20.280,00 (Vinte mil e duzentos e oitenta reais)**, referente aos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde do HPM/PMPR – Clínica Médica / Reumatologia, durante o período de novembro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 06);

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

170437/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 25.108.116-6

I. INDENIZO a dívida, com base no artigo 149, da Lei n° 14.133/2021 e no artigo 37, do Decreto Estadual n° 10.086/2022, e na Informação n° 3803/2025 AT/SESP, em favor da empresa **ASSOCIAÇÃO HOSPITAL CARDIOLÓGICO COSTANTINI,** inscrita no CNPJ n° 01.607.538/0001-21, no valor de R$ 5.392,31 (cinco mil trezentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos setecentos), referente aos atendimentos prestados aos usuários do Sistema de Saúde do HPM/PMPR – Área de Hemodinâmica e Cirurgia Cardiovascular, durante o período de novembro de 2025, conforme nota fiscal juntada (fl. 04);

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE, à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 09 de dezembro de 2025

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

170461/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

A CHEFE DO GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO:

1. Ao Senhor Paulo Rodrigues de Carvalho, CPF: 805.301.339-20, o qual obteve o pagamento indevido em folha a título de remuneração por este Departamento de Polícia Civil, Órgão ligado à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, referente aos pagamentos de abril/2011 a maio/2012. Convoca a comparecer na Unidade de Recursos Humanos, sito a Avenida Iguaçu, nº 470, Rebouça, Curitiba – PR, CEP: 80.230-020, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 04 de dezembro de 2025

Daniele de Oliveira Serigheli Costa
Chefe do DPC/GARH

167658/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 25.047.668-0

I. TORNO SEM EFEITO, com fundamento no despacho de fl. 174, o despacho de fl.172, publicado do DIOE n.° 12045 de 05/12/2025, referente ao protocolo 25.047.668-0;

II. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para providências.

Curitiba-Paraná, datado e assinado digitalmente.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,

Diretor-Geral da SESP.

170719/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº 25.076.646-7

I. INDENIZO, com fundamento no art. 35 do Decreto Estadual nº 10.086/22 e com base na Informação nº 3817/2025-AT/SESP, a dívida em favor da empresa CAFESP COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE CAFÉ LTDA., inscrita no CNPJ 49.880.669/0001-04, no valor de R$ 35.438,20 (Trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e vinte centavos), em razão do uso do imóvel localizado na Rua Luiz Pasteur, n.º 480, Londrina/PR, que abriga veículos apreendidos pela Delegacia de Polícia de Londrina/PR, no período de 01/11/2025 a 30/11/2025;

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

andamento;
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais

Curitiba-Paraná, 10 de dezembro de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

170793/2025

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

RESOLUÇÃO Nº 066/2025-SETR
Dispõe sobre a designação da servidora Suelen Glinski Rosa para função de gerência durante a fruição de férias de Liza Marie Fortes.
O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, QUALIFICAÇÃO E RENDA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º da Lei n° 21.352, de 01 de janeiro de 2023, regulamentada pelo Decreto nº 03, de Janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto nº 9410/2025, publicado no Diário Oficial do Paraná do dia 02 de abril de 2025, edição nº 11876.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Suelen Glinski Rosa, portadora do RG nº 8.***.*83-0 para responder pela Diretoria de Pesquisa e Qualificação – SETR/DIPEQ, em substituição a servidora Liza Marie Fortes, portadora do RG nº 8.***.*38-6, por motivo da fruição de férias da titular, durante o período de 05.01.2026 até 14.01.2026.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.
Willian Porfírio Ribeiro
Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
(RESOLUÇÃO Nº 013/2025 – SETR)

170971/2025

Receita Estadual do Paraná

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Intimação para pagamento
Edital n. 164/2025

A Receita Estadual do Paraná intima os sujeitos passivos abaixo relacionados para pagamento do crédito tributário originário de auto de infração:

1º) julgado parcial ou integralmente procedente e com decisão administrativa transitada em julgado, nos termos do inciso I do artigo 43 da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016; e/ou,

2º) que não teve apresentação de reclamação (revel) ou a apresentação desta foi intempestiva (fora de prazo), sendo denegado seu prosseguimento nos termos do inciso III do artigo 14 da Lei n. 18.877/2016, combinado com o § 3º do mesmo artigo, fatos que encerram a instância administrativa de acordo com o inciso I do artigo 44 da Lei n. 18.877/2016.

Decorridos dez dias corridos da publicação deste edital, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV), começando a contagem do prazo de até trinta dias corridos, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996 (e adotando-se o calendário de expediente bancário do município a sede da DRR da origem da medida fiscal), para pagamento ou parcelamento do crédito tributário devidamente atualizado, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado e no Cadin Estadual (Lei n. 18.466/2015).

Para os autos de infração relativos ao ICMS, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (Lei n.11.580/1996, artigo 40, parágrafo 1º, inciso III, combinado com o parágrafo 2º), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Em caso de pagamento dos autos de infração relativos ao ITCMD, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1º.1.2016, havendo a aplicação da penalidade prevista nos incisos I, II ou III do parágrafo 1º do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (artigo 33, parágrafo 2º, inciso III, c/c parágrafo 3º, da Lei n. 18.573/2015), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Para pagamento referente à decisão de 2ª Instância de autos de infração relativos ao ICMS apurado pelas regras do Simples Nacional, cujos valores decorram de julgamentos de ofício interpostos por autoridade julgadora de 1ª Instância, o valor da multa será reduzido em trinta por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigos 95 e 96, parágrafo único, inciso II, alínea "b"; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, parágrafo 1º), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas. No caso de parcelamento, sob as mesmas condições, o valor da multa será reduzido em vinte por cento (Lei Complementar n. 123/2006, artigo 35; Resolução CGSN n. 140/2018, artigo 46, inciso IV, alínea "b"; Lei n. 9.430/1996, artigo 44, parágrafo 3º; Lei n. 8.218/1991, artigo 6º, parágrafo 1º), desde que parcelado até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

O acesso aos documentos e à íntegra dos autos, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação dos Autos de Infração

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006959-6**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
138.257.319-79 ADENILSON JUNIOR FERREIRA PADILHA

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006970-7**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
027.993.319-39 LINDOMAR SELLMA

5ª DRR - Guarapuava
Auto de infração: **8006819-0**
Identificação: (*) Sujeito Passivo:
215.345.359-34 HENRIQUE ALVES DA SILVA

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Curitiba, 10 de Dezembro de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski

Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

170900/2025

ATO N. 002/2025

O DELEGADO DA 6ª DELEGACIA DA RECEITA ESTADUAL, com sede em Jacarezinho, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pelo artigo 52 – VI do Regimento da Receita Estadual, aprovado pela Resolução SEFA 484/2025, **RESOLVE:**

TIPO DE ALTERAÇÃO	NOME/CARGO/NIVEL/RG	DE	PARA	A PARTIR DE
REMOVER	EVANDRO CIRINEU DINIZ - AF-I, RG. n. 5.257.387-4	ARE de Jacarezinho / 06ª DRE	CRCA – 06ª DRE	01/01/2026

Jacarezinho, 08 de dezembro de 2025.

Célio Ricardo Mainardes
Delegado da Receita Estadual
(E-PROTOCOLO N. 25.121.998-2)

169635/2025

NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 49/2025

Fixa valores mínimos para o cálculo do ICMS nas operações interestaduais com produtos da pecuária que especifica.

A **DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do *caput* do artigo 9º do Anexo II da Resolução SEFA nº 1.132, de 28 de julho de 2017, e considerando o disposto no inciso I do artigo 12 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996,

DETERMINA

Art. 1.º O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre as operações interestaduais efetuadas com os produtos da pecuária relacionados no Anexo Único desta Norma de Procedimento Fiscal, deverá ser calculado sobre os valores fixados na pauta nele contida.

Parágrafo único. O imposto será calculado sobre o valor da operação, quando esse for superior ao mínimo fixado em pauta.

Art. 2.º Fica revogada a Norma de Procedimento Fiscal nº 46/2025, de 07 de novembro de 2025.

Art. 3.º Esta Norma de Procedimento Fiscal entra em vigor na data da sua publicação.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, Curitiba, 08 de dezembro de 2025.

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL

ANEXO ÚNICO

GADO BOVINO PARA ABATE		
ESCRIÇÃO	**UNIDADE**	**VALOR - R$**
Macho para abate acima de 36 meses	Cabeça	6.136,43
Macho para abate acima de 24 até 36 meses	Cabeça	5.713,12
Macho para abate acima de 12 até 24 meses	Cabeça	4.860,75
Fêmea para abate acima de 36 meses	Cabeça	4.666,31
Fêmea para abate acima de 24 até 36 meses	Cabeça	4.583,06
Fêmea para abate acima de 12 até 24 meses	Cabeça	4.139,79
GADO BOVINO PARA RECRIA/ENGORDA		
DESCRIÇÃO	**UNIDADE**	**VALOR - R$**
Fêmea registrada acima de 36 meses	Cabeça	15.100,00
Fêmea registrada acima de 24 até 36 meses	Cabeça	12.300,00
Fêmea registrada de 12 a 24 meses	Cabeça	9.666,67
Macho registrado acima de 36 meses	Cabeça	19.250,00
Macho registrado acima de 24 até 36 meses	Cabeça	17.314,29
Macho registrado de 12 a 24 meses	Cabeça	14.435,71
Macho para cria/recria acima de 36 meses	Cabeça	5.510,56
Macho para cria/recria acima de 24 até 36 meses	Cabeça	4.786,79
Macho para cria/recria acima de 12 até 24 meses	Cabeça	3.857,09
Macho para cria/recria de 6 a 12 meses	Cabeça	2.791,04
Fêmea para cria/recria acima de 36 meses	Cabeça	3.938,06
Fêmea para cria/recria acima de 24 até 36 meses	Cabeça	3.639,31
Fêmea para cria/recria acima de 12 até 24 meses	Cabeça	3.113,20
Fêmea para cria/recria de 6 a 12 meses	Cabeça	2.192,04

Fonte: SEAB/DERAL - Preços Médios Estaduais

170969/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ
CONTROLE DE AUTOS DE INFRAÇÃO

Intimação para pagamento - Edital n. 15/2025

A Receita Estadual do Paraná intima os sujeitos passivos abaixo relacionados para pagamento do crédito tributário originário de auto de infração:

1°) julgado parcial ou integralmente procedente e com decisão administrativa transitada em julgado, nos termos do inciso I do artigo 43 da Lei n. 18.877, publicada em 30 de setembro de 2016; e/ou,

2°) que não teve apresentação de reclamação (revel) ou a apresentação desta foi intempestiva (fora de prazo), sendo denegado seu prosseguimento nos termos do inciso III do artigo 14 da Lei n. 18.877/2016, combinado com o § 3° do mesmo artigo, fatos que encerram a instância administrativa de acordo com o inciso I do artigo 44 da Lei n. 18.877/2016.

Decorridos dez dias corridos da publicação deste edital, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4°, inciso IV), começando a contagem do prazo de até trinta dias corridos, contados na forma do artigo 36 da Lei n. 11.580/1996 (e adotando-se o calendário de expediente bancário do município a sede da DRR da origem da medida fiscal),

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

para pagamento ou parcelamento do crédito tributário devidamente atualizado, sob pena de inscrição em dívida ativa do Estado e no Cadin Estadual (Lei n. 18.466/2015).

Para os autos de infração relativos ao ICMS, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (Lei n.11.580/1996, artigo 40, parágrafo 1°, inciso III, combinado com o parágrafo 2°), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Em caso de pagamento dos autos de infração relativos ao ITCMD, cujos fatos geradores tenham ocorrido a partir de 1°.1.2016, havendo a aplicação da penalidade prevista nos incisos I, II ou III do parágrafo 1° do artigo 33 da Lei n. 18.573/2015, o valor da multa e respectivos juros de mora serão reduzidos em dez por cento (artigo 33, parágrafo 2°, inciso III, c/c parágrafo 3°, da Lei n. 18.573/2015), desde que pago até o trigésimo dia da data da intimação, juntamente com as demais quantias exigidas.

Relação dos Autos de Infração

DRR-A.I.	Identificação	Sujeito Passivo
05-6641233-4	02945891/0001-84	ELAIZE SILVA PEZZI & CIA LTDA

Curitiba, 10 de dezembro de 2025

SUZANE APARECIDA GAMBETTA DOBJENSKI
Diretora da Receita Estadual do Paraná

170913/2025

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 414/2025– IDR-Paraná

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 21 da Lei nº 20.121/2019 c/c inciso VII do artigo 16 do Decreto nº 9.177/2021 e considerando a conclusão exarada no Relatório Final da Comissão Sindicante, assim como demais documentos registrados no protocolo nº 24.912.040-5,

D E T E R M I N A:

Art.1º.O **ENCERRAMENTO** do processo de Sindicância instaurada pela Portaria nº 378/2025, publicada no Diário Oficial do Estado edição nº 12.027 de 11 de novembro de 2025, conforme notificado no protocolo 24.912.040-5, com seu arquivamento, sem imputação de responsabilidade, nos termos da alínea "a", inciso IV do artigo 125 da Lei nº 20.656/2021.

Art.2º A **COMUNICAÇÃO** competente, à Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 1.195/2011

Art.3º - A **CIÊNCIA** a todas as partes envolvidas no procedimento sindicante do seu arquivamento.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 09 de dezembro de 2025
Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente

170473/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 415/2025 – IDR-Paraná

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 21 da Lei 20.121 de 2019 c/c inciso XVII do artigo 16 do Decreto 9177/2021 de 2021, considerando as ocorrências de furtos registradas no protocolo sob n.° 24.871.165-5,

RESOLVE:

Art.1° INSTAURAR sindicância, destinada a apurar eventuais responsabilidades por furtos ocorridos nas Unidades Municipais do IDR-Paraná de Flórida e Iguaraçu de: 3 (três) veículos, 2 (dois) notebooks, 1 (um) computador (desktop), 1 (um) projetor e 1 (um) purificador de água, consoante documentos e registos juntados ao protocolo sob n.° 24.871.165-5, sem prejuízo de outros produtos e ou equipamentos detectados no decurso dos trabalhos da comissão sindicante;

Art.2° DESIGNAR para comporem a comissão sindicante, sob a presidência do primeiro nominado, os seguintes servidores e empregados públicos, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a apuração dos fatos e instrução do processo, nos termos da Lei 20.656 de 2021:

I. Alexandre Capel Carvalho - RG: nº 3.XX5.1X-X;

II. Florival Rodrigues Calixto - RG: nº 11.XX6.10X-X;

III. Rafael Paris Travaglia - RG: nº 15.XX1.15X-X.

Art.3º DETERMINAR que os trabalhos sejam iniciados no prazo de até 3 (três) dias úteis contados a partir da publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado do Paraná e concluído em 15 (quinze) dias, a fluir de seu início.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 10 de dezembro de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente

170680/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 416/2025 – IDR-Paraná

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR - EMATER, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019, e a Lei Estadual nº 22.508 de 02 de julho de 2025, com fundamento nas disposições do Decreto Estadual nº 8.466/2013, e, face ao contido no protocolo nº 25.126.561-5,

R E S O L V E:

Art.1º AUTORIZAR a prorrogação da cessão funcional do empregado público **CESAR MIGUEL CANDEO DOS SANTOS** – RG 3.XXX.627-X/PR, para prestar serviços junto a Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, durante o 01/01/2026 a 31/12/2026, com ônus para o Instituto de Desenvolvimento Rural – IAPAR-EMATER.

Art.2º ESTABELECER que, não havendo renovação da presente cessão, deverá o empregado público já referido se apresentar no Departamento de Recursos Humanos do IDR-Paraná, até 30(trinta) dias após o término do período acima, sob pena de incorrer em abandono de emprego.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 10 de dezembro de 2025
Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente

170895/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 417/2025 – IDR-Paraná

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019 e a Lei Estadual nº 22.508 de 02 de julho de 2025, conforme as normas e as condições expressas no Edital de processo seletivo para transferência/remoção nº 004/2025, de 13 de novembro de 2025,

RESOLVE:

Art.1º. HOMOLOGAR as transferências dos servidores públicos conforme anexo único da presente Portaria:

I. A efetivação das transferências dos servidores públicos, de que tratou o edital já referido e homologado na presente Portaria, fica expressamente condicionada à nomeação, posse e exercício de candidato aprovado em concurso público para a vaga atual/lotação atual da nominada Portaria.

II. Reitera-se que o prazo de validade do Edital nº 004/2025 é de um (1) ano, prorrogável uma vez por igual período.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 10 de dezembro de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente

ANEXO ÚNICO

➢ FERNANDO ALVES - Id/Matrícula: 723095
Remoção para a vaga:
• Município: Campina da Lagoa.
• Região/área/estação: Campo Mourão.
• Formação: Zootecnista.

➢ MARCELLO FIN GOSSNER - Id/Matrícula: 541479
Remoção para a vaga:
• Município: Paranaguá.
• Região/área/estação: Paranaguá.
• Formação: Médico Veterinário.

➢ DANIELE BERTAGLIA VIEIRA BEGOSSO - Id/Matrícula: 773005
Remoção para a vaga:
• Município: Santa Cruz do Monte Castelo.
• Região/área/estação: Paranavaí.
• Formação: Assistente Social.

➢ TÂNIA DE FÁTIMA OLIVEIRA - Id/Matrícula: 773266
Remoção para a vaga:
• Município: Ponta Grossa.
• Região/área/estação: Ponta Grossa.
• Formação: Assistente Social.

170909/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater
Programa PARANÁ ENERGIA RURAL RENOVÁVEL

Extrato De **Termo De Homologação - Renovapr**

De Acordo Com O Edital De Chamada Pública Nº 001/2021, Homologa-Se A Empresa (E Cnpj) Abaixo Relacionada, A Qual Está Em Conformidade Com As Condições Estabelecidas No Mencionado Edital.

Razão Social: Wessling Engenharia Ltda
Nome Fantasia: Ansi Engenharia E Energia
Cnpj: 41.299.252/0001-40
Município: Marmeleiro-Pr

Herlon Goelzer de Almeida
UTE Programa RenovaPR

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente - IDR-Paraná

O Edital de Chamada Pública nº 001/2021 encontra-se disponibilizado no portal: www.idrparana.pr.gov.br

170926/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 418/2025

O Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR - EMATER, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019, e a Lei Estadual nº 22.508 de 02 de julho de 2025, com fundamento nas disposições do Decreto Estadual nº 8.466/2013, e, face ao contido no protocolo nº 25.068.290-5,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR o afastamento do empregado público **CLÁUDIO MARCONI** – RG – 3.XXX.606-X/PR, para o exercício do cargo político de Secretário Municipal do Meio Ambiente, Saúde, Proteção e Bem Estar junto a Prefeitura Municipal de Umuarama/PR, com ônus para o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, durante o exercício de 2026.

Art.2º ESTABELECER que, em havendo exoneração do cargo político referido no Art.1º acima, o empregado público deverá apresentar-se imediatamente no Departamento de Recursos Humanos do IDR-Paraná.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 10 de dezembro de 2025
Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente

171154/2025

AGEPAR

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025

Aprova o reajuste da tarifa referente à execução dos serviços públicos de coleta, transporte, transbordo, recebimento, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos no aterro sanitário do município de Cornélio Procópio, pela Companhia de Saneamento do Estado do Paraná – SANEPAR, objeto do Contrato de Programa n.º COP 047/2012, para o período de novembro de 2024 a outubro de 2025.

O Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Art. 2º, §1º, inciso IX, alínea "c"; o Art. 3º; o Art. 5º, §3º; e o Art. 6º, incisos III e VIII, todos da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020, e **considerando**:

a) a Informação Técnica n.º 131/2025-CNM, da Coordenadoria de Novos Mercados da Diretoria de Regulação Econômica;

b) o parágrafo 3º da Cláusula Onze do Contrato de Programa – COP n.º 47/2012, firmado entre a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e o Município de Cornélio Procópio;

c) as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência definidas pela Lei Federal n.º 11.445/2007, art. 11, § 2o, inciso IV, alínea "b";

d) a publicidade mencionada no art. 39 da Lei Federal n.º 11.445/2007;

e) o contido no processo administrativo de protocolo n.º 24.986.874-4, que trata do pedido de Reajuste 2025 do Contrato de Programa nº 047/2012; e

f) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 30/2025 - ORDINÁRIA, realizada em 9 de dezembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o pedido de Reajuste Tarifário Anual, no índice percentual de 4,6807% (quatro inteiros e seis mil oitocentos e sete décimos de milésimo por cento), resultando o valor de R$ 26,15 (vinte e seis reais e quinze centavos) para a Classe AA – Normal e de R$ 9,33 (nove reais e trinta e três centavos) para a Classe AB – Social.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 9 de dezembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Sergio Luiz Cequinel Filho
Conselheiro Relator

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

171004/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 110, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025

Aprova o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Diretor da Agepar para o ano de 2026.

O Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Complementar Estadual n.º 222/2020, de 5 de maio de 2020, em especial no art. 6º, inciso XIII, bem como o previsto no art. 12, inciso I, alínea "m" do Anexo do Decreto Estadual n.º 6.265/2020 (Regulamento da Agepar), e no § 1º do art. 14 da Resolução n.º 16/2022-AGEPAR (Regimento Interno da Agepar), e

Considerando a deliberação do Conselho Diretor/AGEPAR na REUNIÃO n.º 30/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 9 de dezembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Diretor da Agepar para o ano de 2026, na forma do anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 9 de dezembro de 2025.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

		Janeiro 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	**27***	28	29	30	31

		Fevereiro 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
1	2	3	4	5	6	7
8	9	**10***	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	**24***	25	26	27	28

		Março 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
1	2	3	4	5	6	7
8	9	**10***	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	**24***	25	26	27	28
29	30	31				

		Abril 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
			1	2	3	4
5	6	**7***	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	**28***	29	30		

		Maio 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	**12***	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	**26***	27	28	29	30
31						

		Junho 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
	1	2	3	4	5	6
7	8	**9***	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	**23***	24	25	26	27
28	29	30				

		Julho 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
			1	2	3	4
5	6	**7***	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	**21***	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

		Agosto 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
						1
2	3	**4***	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	**18***	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

		Setembro 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
		1*	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	**22***	23	24	25	26
27	28	29	30			

		Outubro 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	**13***	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	**27***	28	29	30	31

		Novembro 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
1	2	3	4	5	6	7
8	9	**10***	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	**24***	25	26	27	28
29	30					

		Dezembro 2026				
Dom	**Seg**	**Ter**	**Qua**	**Qui**	**Sex**	**Sáb**
		1*	2	3	4	5
6	7	**8***	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

01/jan	Feriado Nacional - Ano Novo	**21/jul**	**Reunião Conselho Diretor**
27/jan	**Reunião Conselho Diretor**	**04/ago**	**Reunião Conselho Diretor**
10/fev	**Reunião Conselho Diretor**	**18/ago**	**Reunião Conselho Diretor**
16/fev	Ponto Facultativo - Carnaval	**01/set**	**Reunião Conselho Diretor**
17/fev	Ponto Facultativo - Carnaval	**07/set**	Feriado Nacional - Dia da Independência do Brasil
18/fev	Ponto Facultativo até 14hs - Quarta-feira de Cinzas	**08/set**	Feriado Municipal - Dia da Padroeira de Curitiba
24/fev	**Reunião Conselho Diretor**	**22/set**	**Reunião Conselho Diretor**
10/mar	**Reunião Conselho Diretor**	**12/out**	Feriado Nacional - Nossa Senhora Aparecida
24/mar	**Reunião Conselho Diretor**	**13/out**	**Reunião Conselho Diretor**
03/abr	Feriado Nacional - Sexta-feira Santa	**27/out**	**Reunião Conselho Diretor**
07/abr	**Reunião Conselho Diretor**	**28/out**	Dia do Servidor Público - a definir
21/abr	Feriado Nacional - Dia de Tiradentes	**02/nov**	Feriado Nacional - Dia de Finados
28/abr	**Reunião Conselho Diretor**	**10/nov**	**Reunião Conselho Diretor**
01/mai	Feriado Nacional - Dia do Trabalho	**15/nov**	Feriado Nacional - Dia da Proclamação da República
12/mai	**Reunião Conselho Diretor**	**20/nov**	Feriado Nacional - Dia da Consciência Negra
26/mai	**Reunião Conselho Diretor**	**24/nov**	**Reunião Conselho Diretor**
04/jun	Feriado Nacional - Corpus Christi	**01/dez**	**Reunião Conselho Diretor**
09/jun	**Reunião Conselho Diretor**	**08/dez**	**Reunião Conselho Diretor**
23/jun	**Reunião Conselho Diretor**	**21-31/12**	**Provável período de Recesso**
07/jul	**Reunião Conselho Diretor**		

171007/2025

RESOLUÇÃO N.° 111, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025

Deliberação do Conselho Diretor quanto à política de concessão de promoções nas carreiras da Agepar para o exercício de 2026, na forma do art. 37 da Lei Complementar Estadual n.º 190, de 2 de setembro de 2015.

O CONSELHO DIRETOR da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 2º, inciso VII, alínea "i"; o artigo 3º; o artigo 5º; o artigo 6º, incisos III, VIII, XIII e XXIII; e o artigo 7º, inciso XV e XVI, todos da Lei Complementar Estadual nº 222/2020, e **considerando**:

a) o disposto no art. 37 da Lei Complementar Estadual n.º 190/2015, que prevê o dever de deliberação anual pelo Conselho Diretor acerca da política de concessão de promoções nas carreiras da Agepar para o exercício seguinte, considerando suas disponibilidades e projeções orçamentárias e financeiras;

b) que o desenvolvimento funcional dos servidores tem como diretriz a recompensa pela competência profissional considerando o desempenho das atribuições da função e o aperfeiçoamento e capacitação profissional (art. 31, inc. III);

c) que a Lei Complementar Estadual n.º 190/2015, alterada pela LC n.º 257/2023, prevê que para a Promoção por Aquisição de Estabilidade deve-se obter conceito satisfatório em processo de Avaliação Especial de Desempenho para o Estágio Probatório – AVDE (art. 32A, inc. I);

d) que a LC n.º 190/2015 prevê que a promoção para a Classe II será concedida quando da declaração de aquisição da estabilidade (art. 32A, §1º, inc. I);

e) que a LC n.º 190/2015 prevê que a Promoção por Capacitação exige, dentre outros requisitos, o interstício mínimo de três anos e a comprovação de capacitação profissional;

f) que os servidores referidos no Anexo I a esta Resolução encerrarão o período de estágio probatório no ano-exercício de 2026;

g) que os servidores referidos no Anexo II a esta completarão o interstício e atenderão às condições preliminares para requerer a promoção por capacitação no ano-exercício de 2026;

h) o conteúdo do Protocolo n.º 24.963.169-8, instaurado pela Coordenadoria de Recursos Humanos – CRH/DAF, incluindo o parecer favorável de disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º Deliberar, na forma do art. 37 da Lei Complementar Estadual n.º 190/2015, pela **autorização da política de Promoção por Aquisição de Estabilidade** para o exercício de 2026. Os servidores referidos no **Anexo I** terão suas promoções efetivadas para a **Classe II** mediante a aprovação no estágio probatório e a aquisição da estabilidade.

Art. 2º Deliberar, na forma do art. 37 da Lei Complementar Estadual n.º 190/2015, pela **autorização da política de Promoção por Capacitação** para o exercício de 2026. Os servidores referidos no **Anexo II** que completarem o interstício de três anos e comprovarem o integral atendimento dos demais requisitos de capacitação, nos termos da legislação das carreiras, farão jus à respectiva promoção.

Parágrafo Único. Os efeitos previstos no caput desse artigo ficam condicionados à **prévia e integral publicação do ato normativo que definirá os critérios específicos** para a concessão da Promoção por Capacitação, conforme tratado no Processo de Protocolo n.º 22.821.951-7.

Art. 3º A efetiva concessão das promoções autorizadas nos artigos 1º e 2º fica condicionada à **existência de prévia disponibilidade orçamentária e financeira** e à posterior **publicação do ato de concessão** por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo, conforme previsto na legislação aplicável.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba/PR, 9 de dezembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Marcelo Luiz Curado
Conselheiro Relator

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

ANEXO I DA RESOLUÇÃO N.º 111, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025

NOME	RG/CIN	CARGO
JULIO CESAR MILARCH WOROSKI	4.XXX.785-X	AUXILIAR DE REGULAÇAO
SILMARA SILVA DE ARAÚJO	4.XXX.289-X	AUXILIAR DE REGULAÇÃO
DANIEL ROMERO MENON	698.XXX.XXX-49	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
MAGDA DEMARTINI TASCA	5.XXX.023-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
LUISA BATISTA DE SOUZA	7.XXX.377-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
CLEBER GUSSO ANDRADE	019.XXX.XXX-70	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
FLÁVIO GRUBA	5.XXX.297-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
TAYANE MARTINS FRANÇA	9.XXX.417-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
MARIA MARTA VAZ ZANONI RODRIGUES	8.XXX.087-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO

ANEXO II DA RESOLUÇÃO N.º 111, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025

NOME	RG/CIN	CARGO
CANDIDO ANDERSON KAMISKI	7.XXX.204-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
CAROLINE NIEHUES ZARDO PELANDRE	15.XXX.048-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
EMERSON HOCHSTEINER DE VASCONCELOS SEGUNDO	7.XXX.927-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
GILBERTO PARTOS LUCAS LOPES JUNIOR	6.XXX.924-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
HELMUTH GERMANO VENSKE NETO MARCHESE	7.XXX.834-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
LUISA DOS CAMPOS DESIDERÁ	11.XXX.897-X	AUXILIAR EM REGULAÇÃO
MARIANA RIBEIRO FACUNDO DE SOUZA	15.XXX.779-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
MAYARA LEONARDI GONÇALVES	8.XXX.470-X	AUXILIAR EM REGULAÇÃO
NIVALDO MARTINEZ JUNIOR	7.XXX.507-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO
RICARDO MARCASSA RIBEIRO DA SILVA	8.XXX.937-X	ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO

171024/2025

RESOLUÇÃO Nº 106, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Pinhais para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando**:

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 22.161.162-4, referente à habilitação do município de Pinhais para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 30/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 9 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Pinhais, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 2% (dois por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 9 de dezembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Rejane Maria Schirr Scolari
Conselheira Relatora

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

171000/2025

RESOLUÇÃO Nº 107, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Alto Piquiri para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando**:

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 23.203.225-1, referente à habilitação do município de Alto Piquiri para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 30/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 9 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Alto Piquiri, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1,5% (um e meio por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 9 de dezembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Rejane Maria Schirr Scolari
Conselheira Relatora

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

171001/2025

RESOLUÇÃO Nº 108, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Capitão Leônidas Marques para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando**:

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 23.202.359-7, referente à habilitação do município de Capitão Leônidas Marques para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 30/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 9 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Capitão Leônidas Marques, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1,5% (um e meio por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 9 de dezembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Rejane Maria Schirr Scolari
Conselheira Relatora

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

171002/2025

RESOLUÇÃO Nº 105, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a habilitação do Município de Astorga para o repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

O **Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 12, inc. I, alínea "m", do Anexo do Decreto Estadual n.º 6265/2020 (Regulamento da Agepar); com fundamento na Lei Complementar Estadual n.º 222/2020; e **considerando**:

a) o contido no processo administrativo de protocolo nº 22.352.072-3, referente à habilitação do município de Astorga para repasse do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;

b) a Resolução AGEPAR N.º 10/2022, em sua redação atualizada;

c) a deliberação do Conselho Diretor da Agepar, conforme REUNIÃO Nº 30/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 9 de dezembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Habilitar o Município de Astorga, do Estado do Paraná para o repasse à tarifa da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR dos valores referentes ao Fundo de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA no percentual de 1,5% (um e meio por cento) da receita operacional, nos termos da Resolução nº 10/2022 e suas atualizações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 9 de dezembro de 2025.

(assinado nos termos do art. 38 do DE n.º 7304/2021)
Rejane Maria Schirr Scolari
Conselheira Relatora

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)
Rubens Bueno
Diretor-Presidente

170996/2025

